



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Direito – FD
Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD

SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA

**GUERRILHA DO ARAGUAIA: POPULAÇÃO LOCAL NA LUTA E RESISTÊNCIA
AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL**

Brasília
2020

SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA

**GUERRILHA DO ARAGUAIA: POPULAÇÃO LOCAL NA LUTA E RESISTÊNCIA
AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutor em Direito.

Área de concentração: Direito, Estado e Constituição.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Eneá Stutz e Almeida

Brasília
2020

Autorizo a reprodução ou a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Costa, Sônia Maria Alves da.

Guerrilha do Araguaia: população local na luta e resistência ao regime repressivo no Brasil/ Sônia Maria Alves da Costa. – Brasília, 2020.
262 f.

Orientadora: Eneá Stutz e Almeida.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2020.

1. A Guerrilha do Araguaia e a Voz da População Local 2. Direito de Resistência.

SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA

**GUERRILHA DO ARAGUAIA: POPULAÇÃO LOCAL NA LUTA E RESISTÊNCIA
AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Doutor em
Direito.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eneá Stutz e Almeida
(Orientadora – Faculdade de Direito – UnB)

Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho
(Examinadora Interna Titular – Faculdade de Direito – UnB)

Profa. Dra. Aline Sueli de Salles Santos
(Examinadora Externa Titular – Universidade Federal do Tocantins – UFT)

Profa. Dra. Roberta Camineiro Baggio
(Examinadora Externa Titular – Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS)

Profa. Dra. Débora Diniz
(Examinadora Interna Suplente – Universidade de Brasília – UnB)

Brasília, 18 fevereiro de 2020

Ao Enilson (in memoriam), gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho acadêmico, para além da revisão bibliográfica e da pesquisa empírica, é fruto da contribuição de muitas pessoas, que ao longo do doutorado colaboraram de diversas maneiras, nos debates, reflexões, ideias e partilhas em diferentes aspectos. Independente da expertise de cada pessoa na temática, as contribuições geraram inquietações, possibilitaram partilha das angústias enfrentadas, apontaram caminhos, desapego, revisão. Esse diálogo rico e constante foi o que permitiu a realização dessa tese.

Agradeço a Professora Eneá Stutz e Almeida por ter sido minha orientadora nessa longa trajetória, com sugestões, “chamamento do processo à ordem”, redirecionamento da estrutura e incentivo para enfrentar a temática de justiça de transição, cujo estudo promove no grupo de pesquisa que coordena.

Agradeço às demais componentes da Banca que aceitaram o convite, Professoras Doutoras Ela Wiecko, Aline Salles, Roberta Baggio e Débora Diniz, pelas quais tenho profunda admiração e que, ao longo dessa investigação e em outros momentos da vida, foram fontes de inspiração pelas suas trajetórias, especialmente na produção acadêmica e por posições assumidas.

Às Professoras e Professores da Pós-Graduação, Débora Diniz, Ela Wiecko, Argemiro Cardoso, Cristiano Paixão, José Geraldo, José Otávio Guimarães, Menelick de Carvalho, obrigada pelo aprendizado que me proporcionaram.

Agradeço aos/às colegas de curso, especialmente ao Amom Albernaz Pires que, de maneira abnegada, contribuiu em diversos aspectos nessa trajetória. Aos demais, como Assis Oliveira, Camila Gomes, Eduarda Gindri, Emília Joana, Gabriela Rondon, Luciana Ramos, Sinara Gumieri, entre tantos outros/as, pelo que compartilharam e ensinaram durante esse período.

Muito obrigada aos servidores/as do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGD, especialmente a Euzilene, pela gentileza no atendimento e por fazer funcionar esse espaço, apesar das imensas e crescentes dificuldades por que passam as instituições federais de ensino superior.

Agradeço a minha mãe Felícia e ao meu pai Pedro, aos meus irmãos Ênio e Enivaldo e à minha irmã Sandra, pelo amor, carinho e apoio incondicionais. Incluo as minhas sobrinhas Débora e Bruna e o sobrinho Vinícius, que fazem parte dessa família que sempre respeitou as minhas escolhas, independente das expectativas por ela almeçadas.

Um agradecimento especial às minhas amigas e amigos de toda a trajetória de vida, fontes de afeto, de alegrias e de entusiasmo para as lutas e o enfrentamento dos desafios cotidianos. Deixo de nominar, para evitar a classificação hierárquica e a possível injustiça do esquecimento de algum nome. Espero continuar contando sempre com vocês e poder adicionar novas amizades a essa imensa lista.

Agradeço aos colegas dos Grupos de Pesquisa “Justiça de Transição”, “Diálogos Lyrianos/Direito Achado na Rua” e “Grupo Candango de Criminologia”, que contribuem para a discussão teórica e a práxis engajada em diversos campos do Direito, fontes de inspiração e espaço de crescimento e amizade.

Registro também o agradecimento à Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares-RENAP e ao Coletivo Feminista Marietta Baderna, que integro desde o início, ambos espaços de formação extremamente importantes para a advocacia em Direitos Humanos, com as Organizações e Movimentos Sociais. Entre essas organizações, aponto o Instituto de Pesquisa e Movimentos Sociais-IPDMS e a FIAN (*Foodfirst Information e Action Network*), esta última que me proporcionou atuar na defesa e promoção em diferenciadas áreas de direitos humanos em outros continentes. Agradeço também aos/às integrantes da Comissão da Memória e da Verdade-CMV da Seccional da OAB do Distrito Federal.

Não quero deixar de agradecer novamente à Professora Ela e às /aos colegas Advogadas/os Voluntárias/os do Projeto Maria da Penha: Atenção e Proteção, projeto de extensão direcionados a mulheres em situação de violência doméstica e familiar em Ceilândia, que funciona no Núcleo de Prática Jurídica da UnB, onde enfrentamos muitos desafios, mas temos valioso e constante aprendizado.

Agradeço imensamente a imprescindível contribuição das moradoras e dos moradores da região da Guerrilha do Araguaia, especialmente às 17 pessoas que aceitaram serem entrevistadas, o que possibilitou este trabalho acadêmico. Sobretudo pela generosidade, confiança e disposição em rememorar suas vivências no conflito, que os fez reviver traumas desse atroz acontecimento em suas vidas. Uma nota especial ao senhor João de Deus Nazaro de Abreu pela sua atenção e auxílio e ao Pedro Ribeiro, que me forneceu os contatos indispensáveis à aproximação com essas pessoas.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pelo auxílio econômico consistente na concessão de bolsa de estudo durante um período.

RESUMO

A tese revela, de um lado, os impactos da repressão promovida pelas forças militares a um grupo de militantes comunistas, no período 1972-1974, que se tornou conhecida como Guerrilha do Araguaia, sobre a população rural da região dos atuais municípios de Xambioá-TO e São Geraldo do Araguaia-PA. De outro lado, analisa o comportamento da população na perspectiva do direito de resistência, desenvolvido pela filosofia política e teoria constitucional. Foram entrevistadas 17 pessoas, cinco mulheres e 12 homens, com idades entre 62 e 92 anos de idade, que vivenciaram os fatos e permaneceram na região até os dias atuais. O texto privilegia a transcrição das falas como forma de registrar o protagonismo da população que foi diretamente atingida e lhe dar voz. Ressalta a prática de torturas, a violência de gênero, na forma de violência sexual, e a violência patrimonial. Registra também as violências após a aniquilação do foco guerrilheiro em proveito dos grupos de sustentação do regime ditatorial que vigorou de 1964 a 1986, o legado para a vida pessoal e familiar das pessoas que prestaram depoimento e as expectativas de reparação. Conclui que foi exercido o direito de resistência de diversas formas e graus, como adesão ao grupo guerrilheiro por convicção, colaboração forçada ou aparente colaboração voluntária às forças militares e policiais, sobressaindo o esforço pela sobrevivência como a própria resistência contra as arbitrariedades dos governantes.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia. Ditadura Militar. Violências. Direito de Resistência. População local.

ABSTRACT

The thesis reveals, on the one hand, the impacts of the repression promoted by the military forces against a group of communist militants, in the period 1972-1974, which became known as the Guerrilha do Araguaia, on the rural population of the region of the current municipalities of Xambioá- TO and São Geraldo do Araguaia-PA. On the other hand, it analyzes the behavior of the population from the perspective of the right of resistance, developed by political philosophy and constitutional theory. 17 people were interviewed, five women and 12 men, aged between 62 and 92 years old, who experienced the facts and remained in the region until the present day. The text privileges the transcription of the speeches as a way of registering the protagonism of the population that was directly affected and giving them a voice. Emphasizes the practice of torture, gender violence, in the form of sexual violence, and patrimonial violence. It also registers the violence after the annihilation of the guerrilla focus for the benefit of the support groups of the dictatorial regime that prevailed from 1964 to 1986, the legacy for the personal and family life of the people who gave testimony and the expectations of reparation. It concludes that the right of resistance was exercised in different ways and degrees, such as joining the guerrilla group out of conviction, forced collaboration or apparent voluntary collaboration with the military and police forces, with an emphasis on the effort to survive as the resistance against the arbitrariness of the government.

Keywords: Araguaia Guerrilla. Military Dictatorship. Violence. Right of Resistance. Peasants.

RESUMEN

La tesis revela, por un lado, los impactos de la represión promovida por las fuerzas militares contra un grupo de militantes comunistas, en el período 1972-1974, que se conoció como la Guerrilha do Araguaia, en la población rural de la región de los municipios actuales de Xambioá- TO y São Geraldo do Araguaia-PA. Por otro lado, analiza el comportamiento de la población desde la perspectiva del derecho de resistencia, desarrollado por la filosofía política y la teoría constitucional. Se entrevistó a 17 personas, cinco mujeres y 12 hombres, con edades entre 62 y 92 años, que experimentaron los hechos y permanecieron en la región hasta el día de hoy. El texto privilegia la transcripción de los discursos como una forma de registrar el protagonismo de la población que se vio directamente afectada y darles una voz. Destaca la práctica de la tortura, la violencia de género, en forma de violencia sexual y la violencia patrimonial. También registra la violencia después de la aniquilación del enfoque guerrillero en beneficio de los grupos de apoyo del régimen dictatorial que prevaleció desde 1964 hasta 1986, el legado para la vida personal y familiar de las personas que dieron testimonio y las expectativas de reparación. Concluye que el derecho de resistencia se ejerció de diferentes maneras y grados, como unirse al grupo guerrillero por convicción, colaboración forzada o aparente colaboración voluntaria con las fuerzas militares y policiales, con énfasis en el esfuerzo por sobrevivir como resistencia contra la arbitrariedad del gobierno.

Palabras clave: Guerrilha do Araguaia. Dictadura militar. Violencia. Derecho de resistencia. Población local.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO	Ações Cívicos-Sociais
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A VOZ DA POPULAÇÃO LOCAL	24
1.1 A Guerrilha do Araguaia e a Ditadura Militar no Brasil	24
1.2 A população local	33
1.2.1 A origem.....	34
1.2.2 O contato com os guerrilheiros e com as forças do exército e da polícia militar.....	38
1.3 As violências praticadas pelas forças militares	53
1.3.1 A violência de gênero.....	73
1.4 As violências pós-conflito	80
1.5 As expectativas de reparação	90
1.6 O legado da guerra	93
CAPÍTULO II - DIREITO DE RESISTÊNCIA.....	98
2.1 Direito de resistência	98
2.2 A resistência da população local na região da Guerrilha do Araguaia	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	124
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	124
APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	125
APÊNDICE C – ENTREVISTAS	127
ANEXOS	235
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	235
ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
ASSINADOS	239

INTRODUÇÃO

A Guerrilha do Araguaia ocorreu nos anos 1970, mais precisamente entre os anos de 1972 a 1974, na região sul do Pará e no antigo norte de Goiás, atual Tocantins, às margens do rio Araguaia, foco de conflitos agrários, isolada do restante do País, carente de infraestrutura e assistência.

Os moradores/as se constituíam de pequenos comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores rurais que viviam em povoados ou vilas. No Pará, era o povoado de São Geraldo do Araguaia, e em Goiás, a pequena cidade de Xambioá.

Essas pessoas, geralmente oriundas das regiões norte e nordeste, migraram para a região a partir da década de 1960, movidas pela promessa do desenvolvimento e melhores condições de vida, por meio da exploração dos recursos naturais. A migração visava garantir a subsistência pelo trabalho no campo e nos povoados locais, tendo o rio Araguaia como forma de fácil transporte.

No entanto, o País vivia um período de exceção no regime democrático e esses migrantes, apesar da esperança, certamente não encontraram ali condições favoráveis de vida e passaram a viver da possibilidade de trabalho em regime de posse da terra e prestação de pequenos serviços como transporte de produtos, travessia de pessoas em embarcações precárias e, assim, encontravam nas margens do rio Araguaia, meios de sobrevivência com a prática da agricultura e criação de animais para a subsistência, mas enfrentavam também uma realidade adversa, em ambiente hostil e de violência, além da ausência de políticas públicas básicas, como de saúde e educação.

Militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foram para essa região com o plano de fazer surgir a revolução popular e se inseriram no contexto local sem alarde, ganhando a confiança da população. Mas o regime militar, tomando conhecimento dessa movimentação, reagiu. Inicialmente mandou observadores que empreenderam diversas ações e estratégias e, posteriormente, grande contingente militar com aparato bélico. A violência foi direcionada aos guerrilheiros, com vistas a reprimir o foco antagonista à ditadura militar, mas ocorreu de maneira contundente também contra a população local, que não escolhera promover a resistência armada como os militantes do PCdoB, mas foi envolvida de maneira crucial.

A escolha do tema sobre a Guerrilha do Araguaia é fruto de um interesse de longa data, específico sobre as moradoras e moradores locais. Existe grande número de obras literárias, jornalísticas e acadêmicas acerca desse fato histórico. Um conjunto é voltado para as estratégias da Guerrilha e sobre guerrilheiras e guerrilheiros; outro sobre as estratégias dos militares e,

ainda, um terceiro, de análises gerais sob diversas perspectivas disciplinares. Todos esses estudos são extremamente importantes, trazem historiografia e outros aportes, mas não encontrei nenhum com recorte direcionado à população local e sob a perspectiva do Direito.

O que mais me inspirou a pesquisar esse episódio da história recente do Brasil foi o interesse em saber como a população local foi afetada e o propósito de registrar e valorizar, no âmbito do Direito, o protagonismo dessa população. Parece-me importante o registro da luta, da resistência e da memória dos/as moradores/as que viviam e permaneceram até hoje naquela região, ainda bastante isolada. Na década de 1970 era quase invisível para o Estado brasileiro.

Pensando na metodologia de abordagem recorri a Miracy Gustin (2013), segundo a qual o método trata do elo entre o total desconhecimento e o conhecimento. Toda opção metodológica supõe uma concepção da realidade a ser conhecida. Na pesquisa jurídica, há três pressupostos básicos: a realidade jurídica está vinculada às relações de natureza ética, política e ideológica, é necessário questionar institutos já positivados, e a escolha metodológica significa a adoção de uma postura político-ideológica diante da realidade.

Assim, a pesquisa pressupõe o conflito de natureza ética, política e ideológica existente entre as forças militares e as forças das guerrilhas sobre o que se considerava bom para a sociedade brasileira, questiona as normas jurídicas existentes que mantinham o *status quo* e impediam a superação da desigualdade social, e foca no grupo que representa a classe dominada.

O problema da pesquisa, portanto, consistiu, em primeiro lugar, saber como, no contexto da Guerrilha do Araguaia, a população local vivenciou e foi afetada pelo conflito armado. Em segundo lugar, se exerceu o direito de resistência frente às arbitrariedades praticadas pelos militares e policiais.

Para responder essas perguntas, o caminho não prescinde da pesquisa empírica e ele foi adotado. Sobre ela desenvolvo alguns comentários, de forma conjunta, sobre aspectos éticos e metodológicos que a orientaram. Embora haja particularidades entre os dois aspectos, eles estão imbricados.

É importante esclarecer que não realizei pesquisa militante, busquei ser equidistante, o que não significa, porém, neutralidade ideológica. A escolha do tema de pesquisa, por si, revela uma visão de mundo. Entretanto, asseguro que realizei uma investigação séria e procurei conduzi-la com os devidos cuidados éticos. Não tenho qualquer relação de parentesco e não tive nenhuma atuação profissional com as pessoas entrevistadas e o primeiro contato com elas ocorreu na visita preliminar. Foi um estudo extremamente desafiador e não destituído de sofrimento e desconforto, especialmente no curso da pesquisa de campo, apesar de minha

militância em direitos humanos por mais de duas décadas e dos embates que essa opção nos apresenta no exercício profissional cotidiano.

É evidente que não acredito em neutralidade ideológica, mas entendo que o distanciamento em relação às moradoras e moradores locais é importante e pode ser positivo em diversos aspectos. Mas também é inegável que esse mesmo distanciamento pode ter gerado dificuldades de aproximação. No entanto, talvez pela constância de pesquisas em torno da Guerrilha, não senti resistência por parte das pessoas da localidade e, muito menos das pessoas entrevistadas.

Assim, o *corpus* empírico proposto no Projeto de Pesquisa, entre 15 a 20 pessoas, se concretizou em 17 pessoas, dos 20 contatos feitos na visita preliminar. É importante salientar que visitei outras pessoas por indicação dos contatos que fui fazendo na visita preliminar, mas que desconsiderei, como o comerciante, cujo pai na época dos fatos tinha 14 anos e adiantou que só sabia dizer que não gostava do “toque de recolher” imposto pelos militares e que não saberia contar detalhes; o jovem Paulo Barqueiro, não sabia detalhes do conflito armado e disse apenas que sua mãe teve um filho do Osvaldão; e moradores que se restringiam a dizer ter havido “matança”, que viram muita gente morta e que o Exército circulava com pessoas “terroristas” na cidade.

Na região da Guerrilha do Araguaia, mesmo quase cinco décadas após o conflito armado, esse episódio faz parte do cotidiano das pessoas. A situação é perceptível mesmo para quem não vivenciou ou foi afetado diretamente pela Guerrilha. Registro alguns aspectos porque desde a minha visita preliminar, me senti “vigiada e interpelada”, despertando um interesse desmedido, a meu ver, sobre a finalidade da minha visita àquela localidade, desde o recepcionista do hotel, até a operadora do caixa do restaurante, do motorista, da atendente da lanchonete, para exemplificar. É certo que a localidade não constitui um ponto turístico, ao menos assim definido nos períodos em que realizei essas visitas, mas essa interferência peculiar na minha vida pessoal me causou algum desconforto. Eu me senti também assediada porque os homens me abordaram de maneira invasiva em diversas oportunidades, de tal forma que, muitas vezes, me senti tolhida até para frequentar um restaurante na cidade.

Para entender melhor o local onde realizei a pesquisa, esclareço que São Geraldo do Araguaia era um povoado do município de Conceição do Araguaia, no Pará. Foi emancipado como município em 10 de maio de 1988. Nele se encontra o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas. Atualmente essa cidade possui cerca de 25 mil habitantes e o município possui mais de 3.000 km² de extensão territorial.

A outra cidade é Xambioá, no Tocantins, que na época pertencia ao estado de Goiás e já era município desde 1958. Fica situada à margem direita do rio Araguaia. Na época da guerrilha possuía estrutura de uma pequena cidade do norte goiano, desprovida de políticas públicas básicas. Esse município conta com aproximadamente 1.180 km² de extensão e possui, atualmente, cerca de 12 mil habitantes.

Por constituírem a área de concentração da Guerrilha, esses dois municípios, incluindo a zona urbana e rural, foram escolhidos para a realização da pesquisa empírica.

Os nomes que eu dispunha inicialmente para entrevistar, a partir de fontes bibliográficas, eram Paulinho Fonteles, falecido, Zezinho do Araguaia e Sezostrys, que não se encontravam mais vivendo naquela localidade, e Josias, o *Beca*, também falecido. Quando realizei a visita preliminar nos meses de outubro/novembro de 2017, a partir de um contato prévio com o agente educacional Pedro Ribeiro, que havia trabalhado naquele local na época da filmagem do documentário “Araguaia”, da cineasta Dagmar Talga, ele me indicou o contato do morador João de Deus Nazaro de Abreu. A partir deste, foi possível dialogar com 20 moradoras e moradores dos dois municípios, que preenchiam os requisitos específicos para a investigação, quais sejam: residirem na região, terem vivenciado o conflito e permanecido na localidade, disponibilidade para conceder entrevista.

As duas cidades possuem estrutura precária e são separadas pelo rio Tocantins. Inexiste ponte e a travessia se faz por meio de uma enorme balsa que transporta os veículos e os pedestres ao mesmo tempo. Essas cidades durante o dia, ao menos aparentemente, são mais tranquilas, à noite há grande movimentação e circulação de veículos, especialmente caminhonetes, demonstrando a “vocação” do local, cercado de fazendas e outros empreendimentos rurais. Essa foi a realidade vislumbrada, de acordo com a minha leitura nessas duas oportunidades que estive na região.

Por outro lado, a receptividade das pessoas a serem entrevistadas foi diametralmente oposta e se caracterizou pela facilidade de comunicação e gentileza. Eu me apresentei como estudante pesquisadora da UnB, com o objetivo exclusivo de realizar a pesquisa sobre a população local da Guerrilha do Araguaia para a escrita da minha tese. De imediato, essas pessoas me classificaram como “professora de Brasília”, embora eu não tenha me apresentado como tal. Entendi que a comunidade local costumeiramente recebe pesquisadores/as acadêmicos/as e me incluíram nesse rol, facilitando assim o contato e a confiança estabelecida.

Na visita preliminar não registrei nenhuma conversa. Realizei o contato e fiz apenas um diálogo cordial, externando o interesse em pesquisar o assunto e que pretendia escrever somente a respeito da população daquela localidade que vivenciou o conflito, não tendo perguntado

sequer o nome completo de cada uma das pessoas. A intenção foi somente verificar a viabilidade e o possível quantitativo de pessoas para a posterior entrevista e procurei saber sobre a disponibilidade e observar um pouco a realidade local com o propósito de programar a pesquisa empírica a ser realizada.

Nessa mesma linha de raciocínio, evitei realizar levantamento prévio da vivência de cada pessoa, procurando saber apenas se viviam, à época, naquela localidade, considerando que a população como um todo foi afetada, embora de maneiras diferenciadas. Evitei conversar sobre as questões específicas, bastando apenas esclarecer o interesse em relação ao tema e a finalidade da investigação, visando elucidar as questões para o momento específico da pesquisa de campo. Nessa visita exploratória as moradoras e moradores não demonstraram insegurança ou receio quanto a serem entrevistados acerca do tema.

O cenário se configurou o mesmo nas duas oportunidades das visitas. E a respeito do número de pessoas a serem entrevistadas, as pessoas indicadas a partir do primeiro contato foram localizadas com facilidade na segunda visita. Eu concluí que não havia um universo muito maior de pessoas com esses requisitos, porque a minha busca se realizou na zona urbana e rural desses dois municípios e os próprios entrevistados não sugeriram outros nomes.

Sob o ponto de vista ético, a comunicação com todas as pessoas a serem entrevistadas fluiu muito bem e não houve nenhuma recusa das pessoas contatadas.

No ato da realização das entrevistas, eu já havia determinado que realizaria apenas uma entrevista com cada pessoa, porque são pessoas de idade avançada e mesmo se tratando de pessoas muito generosas e receptivas, o tema ainda reverbera em suas vidas e todo o histórico de violência suportada causa sofrimento. Para essa condição inaugural não havia um precedente e se constituiu apenas um cuidado, devido aos atos de tortura a que esse grupo de pessoas foi submetido. Houve momentos de emoção, de pausa, de silenciamentos, por parte de algumas pessoas entrevistadas e os depoimentos foram prestados de acordo com o tempo de cada um/a. Eu também me senti desconfortável na abordagem de tema tão sensível, mas essa condição é inerente à pesquisa dessa natureza. Não havia outra maneira mais autêntica de atestar o protagonismo dessa população, senão o registro de suas memórias sobre o conflito armado.

Um outro dado relevante sobre os cuidados éticos para a realização da pesquisa diz respeito às questões de possível risco para as entrevistadas e entrevistados. Em princípio eu não consegui vislumbrar nenhum risco. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) avaliou e acatou a proposta, o roteiro e o instrumento e demais proposições da pesquisa empírica, sem nenhuma restrição e apenas recomendou que: “a pesquisadora faça uma reflexão quanto a um possível desconforto que possa surgir durante as entrevistas e como poderá proporcionar uma escuta

acolhedora” (CEP, junho de 2018). Esses cuidados foram observados em todas as fases da investigação.

Assim, tendo em vista que se trata da memória dessa população local e que não se constitui nenhuma informação comprometedoras que possa acarretar dano a essas pessoas ou, ainda, possibilidade de repercussão jurídica ou administrativa para a população ouvida, não houve estimativa de prejuízo. Ademais, considerando o decurso do tempo em relação aos fatos, o sentimento de tranquilidade em relação ao tema e a segurança por parte das pessoas entrevistadas em referência a essas informações obtidas, bem como a finalidade e a forma de utilização das mesmas, não houve recusa das pessoas com quem conversei na fase inaugural. Um dos fatores observados no questionário foi a possibilidade do anonimato da pessoa entrevistada e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE foi lido para as pessoas analfabetas e lido e assinado pelas demais pessoas antes da concessão das entrevistas. Nenhuma pessoa manifestou desistência, durante ou após prestar os depoimentos.

Assim, após a qualificação do meu projeto de pesquisa realizada em maio de 2018, e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), eu retornei à região nos meses de junho e julho do ano de 2018, para a realização das entrevistas, oportunidade em que só foi possível encontrar 17 das 20 pessoas do contato inaugural. Isso aconteceu porque um dos moradores faleceu, outro morador sofreu um acidente vascular cerebral, ficando imobilizado e sem fala, e uma das moradoras mudou para outro estado. A idade das pessoas entrevistadas à época variava entre 62 a 92 anos.

É importante especificar que revisei os aspectos éticos que envolvem esse tipo de pesquisa, com a devida observância da Resolução 510/2016, atenta às recomendações, entre outras de que “a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos das pessoas participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes” (BRASIL, 2017). Assim, conforme estabelece o art. 3º, VIII, desta Resolução, o princípio ético das pesquisas em ciências humanas e sociais é a “garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes” (BRASIL, 2017).

Atenta também à Resolução 466/2012, esclareci às pessoas entrevistadas sobre a possibilidade de preservação de suas identidades humanas. Dessa forma, duas pessoas entrevistadas preferiram utilizar um pseudônimo.

O questionário consistiu em 9 perguntas abertas e um item sobre dúvidas ou condições. Após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser assinado, ou a leitura prévia e gravada para quem não sabia ler, fazia a leitura das perguntas e esclarecia

a possibilidade de interrupção e esclarecimentos, bem como de livre manifestação. Meu intuito era de deixar as pessoas à vontade, inclusive para desistir da entrevista, em respeito aos sentimentos que as perguntas fariam aflorar. Felizmente as entrevistas fluíram de maneira tranquila, dentro das possibilidades previstas, e cada pessoa indicou o horário e local para a gravação.

A escolha da técnica de pesquisa e do grupo a ser entrevistado exigiu um preparo prévio acerca de como fazer pesquisa qualitativa em geral e de métodos e técnicas de pesquisa empírica em direito. O preparo psicológico também foi crucial diante das marcas da violência imprimidas na população local. Ao tomar conhecimento do que se passou na região do Araguaia no início dos anos 1970, foi impossível manter-se no plano da racionalidade.

Pude contar com a expertise de professoras e professores de diferentes áreas do conhecimento acadêmico, em perspectiva interdisciplinar, o que foi extremamente útil para a compreensão do objeto e do método de pesquisa.

A observação prévia da localidade, ainda que de maneira muito breve, foi de extrema importância e auxiliou muito nos desafios e expectativas inaugurais. É uma região ainda isolada e desprovida de infraestrutura, sendo precárias as condições de moradia, transporte e logística. Da mesma forma, os cuidados necessários com a abordagem e o tempo exigido para o desenvolvimento da investigação local.

Como observado por Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 21) “se o olhar possui uma significação específica para um cientista social, o ouvir também goza dessa propriedade”.

Avalia que:

Evidentemente tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas - que não nos percamos com essa metáfora tão negativa - que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. É nesse ímpeto de, conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas pré-condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes, isto é, que não façam nenhum sentido no *corpus* teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado (CARDOSO, 2000, p. 21-22).

A partir dessa premissa, Roberto Cardoso de Oliveira (2000) alerta sobre a importância que o olhar possibilita assimilar a realidade de determinada população, como é o caso do estudo realizado. E, igualmente, a necessária sensibilidade para o ato de ouvir, com o intuito de complementar e aperfeiçoar a compreensão da realidade estudada, se libertar dos preconceitos

e ansiedades em relação às hipóteses levantadas. Requer também comportamento associado ao complemento condicionado a partir do *corpus* teórico ou paradigma anterior à experiência empírica, para captar a realidade que, certamente, comporta novas dimensões a serem exploradas para a finalidade da investigação e compreensão do problema de pesquisa selecionado.

Esses ensinamentos reforçam a importância de ser ouvido e a forma de condução do processo de aprendizado, de saber ouvir o outro. José Roberto Franco Xavier (2017, p. 157) considera que “fazer uma entrevista de pesquisa comporta muitos desafios. Talvez o maior deles seja se colocar genuinamente numa posição de escuta. Afinal, fazê-lo é se colocar numa posição contramajoritária numa sociedade que nos exige falar, não ouvir”. Percorrendo na mesma acepção da importância da necessidade do ser humano em ser ouvido e legitimado, pondera que “falar é ocupar espaços, reivindicar poder. As demandas de diversos grupos sociais por reconhecimento no século XXI são em grande medida reivindicações para se ter um lugar de fala, para se ter voz, para ser ouvido” (XAVIER, 2017, p. 157). Esse aspecto impôs alteridades e olhares atentos e de cuidados para que o protagonismo da população local fosse registrado de maneira legítima e a atenção a fatos inéditos ou pouco explorados.

Convém registrar que o tratamento dos dados obtidos também foi um momento de incômodo, porque efetuar a gravação das entrevistas implicou ouvir dezenas de vezes os relatos, alguns mais complexos e difíceis que outros e muitas pausas foram necessárias. Nas transcrições procurei manter a linguagem real, com o máximo de autenticidade possível, em respeito às pessoas entrevistadas e à cultura local.

Importante explicitar que da bibliografia a qual tive acesso, tanto a respeito da ditadura militar, como sobre a Guerrilha do Araguaia, as informações acerca da resistência das moradoras e moradores locais foram cuidadosamente desagregadas para a realização da investigação empírica. Os dados são quase inexistentes e não localizei pesquisas com enfoque exclusivo para a população local.

A definição pela pesquisa qualitativa demonstrou ser a mais apropriada para a finalidade desse estudo, seguindo ensinamento de Robert Yin (2016, p. 8):

A pesquisa qualitativa procura coletar, integrar, e apresentar dados de diversas fontes de evidência como parte de qualquer estudo. A verdade provavelmente será uma decorrência de você ter que estudar um ambiente da vida real e seus participantes. A complexidade do ambiente de campo e a diversidade justificam o uso de entrevistas e observações e mesmo a inspeção de documentos e artefatos. As conclusões do estudo tendem a se basear na triangulação dos dados das diversas fontes. Essa convergência aumentará a credibilidade e a confiabilidade no estudo.

José Roberto Franco Xavier (2017, p. 123), compreende que a pesquisa qualitativa, ainda que haja limites, atesta como a dimensão de melhor compreensão da natureza humana, certificando que “se a confiabilidade dos dados pode para alguns parecer prejudicada num tal cenário, certas dimensões da natureza humana só podem ser exploradas por instrumentos qualitativos”. E complementa sua assertiva: “Como capturar determinados aspectos da compreensão humana senão por uma inquirição em profundidade juntos aos próprios atores sociais?”.

Para a realização da pesquisa empírica, cursar a disciplina “Métodos de Pesquisa Qualitativa” com a Professora Débora Diniz, possibilitou o conhecimento sobre as principais técnicas de coleta, organização e análise dos dados qualitativos. E, ainda, a compreensão sobre a pesquisa empírica em direito me auxiliou para a aplicação prática, sobretudo os ensinamentos no minicurso da Rede de Pesquisa Empírica em Direito (REED). Ressalto o meu aprendizado nesse minicurso, com destaque para as aulas ministradas pela Professora Rebecca Lemos Igreja, sobre o tema do direito como objeto de estudo empírico, e pelo Professor José Roberto Franco Xavier, sobre entrevista qualitativa.

Essa base teórica dos cursos e as atividades práticas realizadas me proporcionaram melhor compreensão sobre a pesquisa qualitativa, que coloquei em prática posteriormente quando da realização da pesquisa empírica. Foram muito valiosos os exercícios realizados durante esses cursos, incluindo os debates e a partilha de experiências, que me permitiram, entre outras questões fundamentais, a descoberta das perguntas de relance, extremamente úteis nas minhas entrevistas.

Essa constatação é ressaltada porque no questionário aberto algumas das pessoas entrevistadas não se atinham à resposta específica do questionamento e iam muito além da pergunta, trazendo riqueza de detalhes, permeando justificativas, até chegar no ponto principal da pergunta inaugural. Eu me propus, desde o início, a não interrompê-los, exceto para esclarecer algo crucial, o que explicava antes de iniciar a entrevista. Por outro lado, alguns entrevistados, ao contrário, respondiam de maneira monossilábica, às vezes apenas sim ou não, o que me levou a conduzir a entrevista de maneira a fazer perguntas de relance, de modo a de alguma forma obter as respostas para as questões fundamentais.

Isso era imprescindível, pois havia tomado a decisão de não repetir entrevistas, buscando evitar maior desconforto para as pessoas entrevistadas. Todas as pessoas que aceitaram ser entrevistadas eram idosas e suas narrativas, embora grande parte já tivesse sido trazida pela bibliografia existente, quando exposta diretamente pelas pessoas afetadas, é diferente e revela, às vezes, as emoções. Repetir essas entrevistas poderia constituir aflição e

esse foi um cuidado que precisei adotar. Assim, as narrativas refletem as memórias que as pessoas conseguiram expor, dentro dos questionamentos apresentados, de acordo com sua anamnese.

É relevante informar que a escolha do grupo de pessoas entrevistadas era totalmente desconhecida para mim, e que jamais atuei na condição de advogada na defesa para qualquer um dos grupos envolvidos no conflito armado na região do Araguaia, embora toda a minha trajetória profissional esteja vinculada à defesa e promoção dos direitos humanos, mas em campos bem distantes e diversos das questões envolvidas na realidade estudada.

Em segundo lugar, a pesquisa procurou responder à pergunta se a população local exerceu o direito de resistência frente ao regime militar, aliando-se aos guerrilheiros ou aos militares.

Entendendo o exercício do direito de resistência como um processo de participação política, por isso busquei identificar a presença de um eventual legado da resistência à repressão militar naquele período, na percepção das pessoas que a vivenciaram. Nesse plano, a análise buscou fundamento, conceitos e referenciais na teoria sobre o direito de resistência, em especial de Roberto Gargarella.

A tese foi dividida em dois capítulos.

O Capítulo 1 contextualiza a denominada Guerrilha do Araguaia no período da ditadura militar no Brasil e a região onde ocorreu o conflito armado. Em seguida, apresenta a voz da população local sobre os acontecimentos, a partir das falas de 17 pessoas, cinco mulheres e 12 homens, que durante o conflito armado, nos anos 1972-1974, viviam na região de Xambioá e São Geraldo do Araguaia, foram atingidas diretamente por essa luta armada e permaneceram morando na região até os dias atuais.

O Capítulo 2 enfoca o direito de resistência, desenvolvido no âmbito do constitucionalismo e da filosofia política, adotando a perspectiva de Roberto Gargarella, que ao interpretar a visão de John Locke, atribui ao povo a legitimidade do direito de resistência para derrubar o governo em exercício se este não respeitar direitos humanos inalienáveis, buscando a inserção e aproximação com nossa realidade latino-americana.

Finalizo com as conclusões em que trago os achados, alguns inéditos, advindos das entrevistas. Em síntese, a forma respeitosa com que foram tratados pelos guerrilheiros e guerrilheiras e, em contraste, as arbitrariedades praticadas pelas forças militares. Sob o enfoque do direito de resistência ressalto que os residentes locais à época do conflito armado não tinham a intenção de se aliar a nenhum dos lados do conflito. Seus comportamentos se baseavam na solidariedade humana, podendo prestar auxílio a qualquer pessoa que necessitasse, como

oferecer alimentação ou hospedagem. A luta diária desse povo simples para sobreviver, isto é, o seu existir, por si, expressa o direito de resistência frente a um Estado que formalmente se intitula democrático, mas que atua com estrutura material para discriminar e excluir a maior parte da população.

CAPÍTULO I - A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A VOZ DA POPULAÇÃO LOCAL

1.1 A Guerrilha do Araguaia e a Ditadura Militar no Brasil

A Guerrilha do Araguaia¹ ocorreu entre 1972 e 1974, na região sul do Pará, sul do Maranhão e o antigo norte de Goiás, atual Tocantins, às margens do rio Araguaia, região de conflitos agrários, isolada, sem infraestrutura e assistência básica. Os moradores locais se constituíam de pequenos comerciantes, prestadores de serviços e camponeses, grande parte destes migrantes, predominantemente oriundos da região nordeste, que viviam nos povoados, nas vilas, na zona rural. Esses agricultores migrantes buscaram a sobrevivência naquela região como meio de garantir a subsistência através do trabalho no campo, na vastidão amazônica, tendo o rio Araguaia como forma de fácil transição entre os três estados, movidos pela promessa do desenvolvimento e melhores condições de vida (SEDH, 2007).

Não se conhece o número de pessoas que ali vivia nesse momento histórico. Contudo, é fato que desde os anos de 1960 se intensificara a migração para essa região amazônica, especialmente de pessoas que buscavam melhores condições de vida em terras devolutas. Essa mobilidade ocorria também razão de grandes obras que começaram a ser construídas naquela região, a exemplo da BR 153, ou Rodovia Belém-Brasília, Rodovia Transbrasiliana, entre outros nomes, considerando que essa rodovia foi iniciada em 1959 no município de São Geraldo do Araguaia-PA. Essa rodovia segue até o estado do Rio Grande do Sul e em seu percurso recebeu outros nomes, mas é destaque na história daquela região amazônica. Assim, esse foi um dos chamarizes para a migração para a região sul do Pará.

Até hoje se registram conflitos agrários, massacres, trabalho escravo, garimpos e outros conflitos. Naquela ocasião era um ambiente hostil e de costumes basicamente rurais e interioranos com uma população pobre e sem instrução. O local onde ocorreu a guerrilha, conhecido como 'região do Araguaia', é representado pelo município de Xambioá, que na época pertencia ao estado de Goiás, fundado em 1953. A partir de 5 de outubro de 1988, com a criação do Estado do Tocantins – região norte do antigo estado de Goiás –, esse município, que fica

¹Esclareço que fiz a opção de mencionar “Ditadura Militar”, que no decorrer do texto surge, em termos análogos, para não ficar muito repetitivo, como regime militar, regime ditatorial, regime de exceção, regime repressivo e ditadura militar no Brasil, que se insere no período entre 1964 a 1988. Essa assertiva merece destaque em razão dessa escolha porque nas inúmeras leituras realizadas sobre esse regime brasileiro, encontrei autores e autoras que preferem utilizar a terminologia “Ditadura Militar e Civil”, em razão do fato de que parte da sociedade brasileira, individualmente ou por meio de setores empresariais, por exemplo, colaboraram e contribuíram, inclusive com aporte financeiro, nesse regime ditatorial no Brasil.

localizado à margem direita do rio Araguaia, passou a ser tocantinense e possui, atualmente, cerca de 12 mil habitantes.

Na outra margem do rio Araguaia fica localizado o atual município de São Geraldo do Araguaia, estado do Pará, com cerca de 25 mil habitantes, tendo o rio como a divisa entre as duas unidades federativas. No entanto, o município de São Geraldo do Araguaia passou a essa condição somente em 10 de maio de 1988. Na época da guerrilha, o então povoado pertencia ao município de Conceição do Araguaia-PA.

Assim, a Guerrilha do Araguaia ocorreu em dois estados da federação, que também fazem divisa geográfica com o estado do Maranhão. Segue um mapa para facilitar a localização da região do conflito:

Mapa 1 – Bacia do Tocantins - Araguaia



Fonte: Toda Matéria (2019).

As referências trazidas em relação aos guerrilheiros e guerrilheiras do Partido Comunista do Brasil – PCdoB e sua chegada à região do Araguaia a partir do ano de 1966, são baseadas nas obras de Leonência Nossa, Romualdo Pessoa Campos Filho e de publicação da Fundação Maurício Grabois, e complementadas com as memórias e narrativas da população local, a partir de entrevistas realizadas.

Essas referências indicam que o contingente de guerrilheiras e guerrilheiros do PCdoB, se constituiu de aproximadamente 70 pessoas. Esse número é relevante para visualizar a assimetria com o aparato e logística das forças militares envolvidas na repressão. Observe-se que as pessoas entrevistadas, que viviam em diversas localidades nos dois municípios citados, não sabe precisar o número exato de pessoas que passaram a conhecer como guerrilheiros após o início do conflito, pois citaram pouco mais de uma dezena de nomes dessas pessoas.

As guerrilheiras e guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, que se dirigiram para aquela região, eram compostos, ao que consta nos registros históricos, de pessoas jovens recém graduadas ou com graduação em curso, em diversas áreas profissionais que, em princípio, eram conhecidos como os “Paulistas”, mas oriundos de diversas regiões do país.

Esses guerrilheiros buscaram viver em condições semelhantes dos moradores e moradoras daquela região ao chegarem àquela localidade, habitada por pessoas simples, de hábitos interioranos, embora também migrantes de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida, especialmente para a exploração de recursos naturais, como o extrativismo da castanha do Pará, agricultura e criação de animais, em razão das grandes extensões de terras.

Esses moradores que migraram antes da chegada dos guerrilheiros, se sentiram motivados a viver naquela região ante a imensidão de terras devolutas, e passaram a explorar a terra na realização do plantio de produtos agrícolas para a subsistência. Essa população recém instalada, em sua maioria camponeses, vivia de maneira muito simples. Alguns desses camponeses ouvidos nas entrevistas se declararam analfabetos. Dessa maneira, em termos de formação e conhecimento, os guerrilheiros se encontravam em situação diametralmente oposta em relação às pessoas que ali viviam, em pequenos povoados, na zona rural, sem a devida assistência do Estado e em condições precárias e desprovidas de qualquer política pública.

Leonêncio Nossa (2012, p. 43) afirma que: “o Araguaia tinha poucas conexões com a civilização, mas a região não era terra inóspita descrita nos relatórios do PCdoB, lugar totalmente miserável e selvagem, uma mata que parecia ainda mais densa que a da realidade”. Em seguida ele descreve a visão do João Amazonas: “não era possível fazermos a guerrilha na Avenida Faria Lima, ou na Rio Branco. O melhor local que se apresentou, depois de várias pesquisas, foi o Araguaia”. E continua o relato, sob a justificativa de que se tratava de: “ponto de confluência entre de dois grandes rios. Onde havia uma população disseminada com muita pobreza, muito sofrimento. Onde havia uma mata densa”. Assim, conclui: “O lugar selvagem, ora fantasioso, ora real, isolado, distante e pobre, o sertão e seus obstáculos, era propício à construção de uma história de heroísmo”.

Desse modo, em face do isolamento e tendo o rio Araguaia como cenário e divisor geográfico, considerando também o fato da mata amazônica se encontrar ainda bastante preservada naquela época e lugar de difícil acesso, fora da rodovia BR 153 com pouca estrutura, região foi selecionada pelo PCdoB, que ali se instalou para implementar a guerrilha contra o regime ditatorial. Como denota a literatura (NOSSA, 2012), instalados em local mais isolado possível, mas também era a região onde viviam os camponeses que migraram para aquela região em período anterior a esse conflito instaurado. Dessa forma, seria inevitável constatar que aquela população, em número bem mais elevado do que as poucas dezenas de guerrilheiros que ali se instalara, viria a ser diretamente afetada por esse processo.

A população não tinha o menor conhecimento da finalidade da chegada desses jovens migrantes até a chegada dos militares, inicialmente como observadores disfarçados, como descreve um morador ao dizer que eram “detetives” (informação verbal)² e, em seguida, para o combate a esses jovens guerrilheiros, com grande contingente e forte aparato bélico, de maneira bem ordenada. Assim, submetida a um contexto de violência para o qual não estava preparada, a população teve alterado totalmente o seu modo de vida, gerando diversas formas de resistência.

Em relação aos militares, Leonêncio Nossa (2012, p. 410) indica o organograma dos comandantes no Araguaia, desde a Presidência da República até o grupo de Apoio, assim descrito: “Presidência da República: Emílio Médici (1972 a 74), Ernesto Geisel (1974 e 75). Ministério do Exército: Orlando Geisel (1972 a 74), Dale Coutinho (1974), Sylvio Frota (1974 e 75). Centro de Informações do Exército: Milton Tavares” e prossegue com a indicação do Comando em Marabá-PA: “Centro de Informações e Triagem (Marabá), Léo Frederico Cinelli, Base de Xambioá: Antônio Bandeira (1972), Olavo Viana Moog (1972), Hugo Abreu (1973 e 74), Nilton Cerqueira (1973 e 74), Base da Casa Azul (Marabá), Flávio de Marco, Wilson Romão (provisório)”. E finaliza com a informação sobre: “Patrulhas de Destaque: Sebastião (Curió) Rodrigues de Moura, Lúcio Augusto Maciel, José Teixeira Brant; Grupo de Apoio Interno de Miltinho no CIE, Confúcio de Paula Avelino, Carlos Sérgio Torres”. Essa composição e estrutura do comando militar contra a Guerrilha do Araguaia.

Dessa maneira, descrita e indicada no mapa, a seguir, haviam sido estabelecidos por parte dos militares 8 Postos de Comandos, Base ou Apoio. Esse registro é importante para demonstrar que o aparato utilizado para a repressão da Guerrilha do Araguaia pelos militares

²Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

no período 1972-1974, foi de uma dimensão gigantesca e bem estruturada, se considerado o diminuto grupo militantes comunistas resistentes e de moradores locais que viviam nas proximidades onde se abrigavam os guerrilheiros.

Em relação aos guerrilheiros comunistas que para ali se dirigiram, também em destaque no mapa, consta 8 “Bases guerrilheiras”, cinco localizadas na região de São Geraldo do Araguaia e três na localidade denominada Bacaba. Essas informações merecem destaque, visando melhor compreensão, porque os nomes dessas localidades também são mencionados pelas pessoas entrevistadas.

Leonêncio Nossa (2012, p. 411), ante esse cenário, afirma que: “dos 68 guerrilheiros mortos, 41 teriam sido executados na selva e 26 mortos em combate. Há registro de um justicado ou que cometeu suicídio. É o caso de Rosalindo”. Para destacar esses denominados Postos de Comando, Base ou Apoio, segue um mapa com a indicação das denominações, à época, das localidades descritas:

Mapa 2 – O Cenário da Guerrilha



Fonte: Blog do Garcez (2015).

É importante evidenciar que a ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1986, afetou toda a população brasileira, de diversas maneiras, e em dimensões peculiares nas mais diferentes localidades. Em relação à região pesquisada que sofreu os impactos diretos do conflito entre

militantes contra a ditadura e as forças militares, cabe notar que a população rural vivia em local de difícil acesso em todos os sentidos, inclusive de acesso à informação, especialmente considerando os meios de comunicação à época.

Nesse cenário e nessas condições, para a população representada pelos camponeses e moradores dos povoados, os impactos foram graves, consistentes, sobretudo a violência direta a que foram submetidas pelos militares. Sofreram com mortes, mutilações, torturas, estupros, confiscos, cárcere privado, danos materiais e prejuízos de toda a ordem.

Na época do conflito, nessa então densa região de mata amazônica, a população denominava seus locais de moradia de “Abóboras”, “Araras”, “Bacaba”, “Caianos”, “Itaipavas”, “Marcelinense”, “Pau Preto”, “Perdidos”, “Piçarra”, nomes identificados nas entrevistas realizadas. Não são mais passíveis de identificar nos mapas, vez que se constituíam em locais na zona rural, que, depois de aniquilada a guerrilha, sofreram nova configuração territorial. Uma moradora (informação verbal)³, explicou que a localidade de “Itaipavas”, se distancia cerca de 90 quilômetros, da cidade de São Geraldo do Araguaia, mas na sua memória eram contíguas.

Para essa região se deslocou um grupo de cerca de 70 jovens filiados ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB que, inicialmente foram conhecidos na região como os “Paulistas”, embora oriundos de diversas localidades do país e ali se juntaram aos moradores locais. Diante das condições precárias de moradia, de saneamento básico, de acesso à justiça, à cidadania e às políticas públicas em geral, esses jovens auxiliaram com cuidados à saúde e educação àquela população e procuraram viver de forma semelhante aos habitantes da região, com o intuito de promover a resistência armada à ditadura no Brasil (Fundação Maurício Graboys, 2013).

A preparação dos militantes do PCdoB para a guerrilha, como as estratégias para a chegada e instalação na região do Araguaia, foi bastante cuidadosa, bem estudada previamente, como atesta Romualdo Pessoa Campos Filho (2012, p. 108):

As características da região e as condições de vida da população foram cuidadosamente analisadas pela direção do Partido Comunista do Brasil, que por diversas vezes enviou dirigentes à área para procederem a um estudo das condições básicas para a preparação dos núcleos guerrilheiros, tendo em vista a concepção que considerava o interior como o local propício para se iniciar a luta armada, em “forma de guerrilha e com ampla participação das massas”.

³Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

As guerrilheiras e guerrilheiros que se deslocaram para aquela região a partir de 1966 não revelaram a real finalidade, como demonstrado pelas narrativas das pessoas da localidade. Estas afirmaram que aquelas pessoas chegaram da mesma maneira que ocorria a migração dos camponeses que se deslocaram para esse local: “eles chegaram do mesmo jeito que nós chegamos, de outros Estados, compravam o direito de alguém e plantava roça, plantando milho, arroz, mandioca, plantavam roça e depois eles gramavam” (informação verbal)⁴.

Esses guerrilheiros, evidentemente, ao chegarem não deixaram transparecer a real identidade e finalidade da migração, mas passaram a auxiliar a população local, desprovida de assistência básica, de políticas públicas, de cidadania naquela época. Esse destaque desses novos migrantes gerou alguma desconfiança na população local, algo que foi superado com a prestação de serviços essenciais como tratamento de saúde e educação às pessoas necessitadas do local e houve a reciprocidade na recepção e adequação a sobrevivência e exploração da terra naquele lugar.

Assim, pelo que se depreende das narrativas nas entrevistas, a conclusão é de que a população local, quando da chegada dos militantes comunistas, não sabia de sua intenção. Essa confirmação ocorre por meio das afirmações de que essas pessoas chegaram como os demais migrantes que também para ali se dirigiram e passaram a viver em condições semelhantes a dos moradores locais, ao adquirir terras e passar a efetuar plantações para subsistência. No entanto, em diversos momentos, as pessoas entrevistadas mencionam de maneira espontânea que “se tratava de pessoas boas, que ajudavam a população, independente de ter dinheiro ou não”. Dessa forma, asseverando também que prestavam assistência à saúde, alguns mencionaram que estão vivos graças a essas pessoas, outros informaram que eles davam aula à população, confirmando a prestação de atendimento básico. E ainda, afirmam que entre eles, os guerrilheiros, sem citar nomes, havia pessoas muito sabidas, doutores, entre outras denominações e fazem questão de afirmar que não os conheciam como terroristas.

Essa realidade passou a ser vislumbrada de outra forma com a chegada dos militares, a partir de 1969. No princípio, a força policial circulava pela região de maneira disfarçada, inicialmente no sentido de observação, de vigilância, também não manifestando no primeiro momento a finalidade do deslocamento. Contudo, a partir de 1972, o contingente de policiais aumentou e passou a difundir para a população que ali se encontravam com o objetivo de buscar

⁴Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

os denominados terroristas e passaram a exigir que a população prestasse informações, que os apresentassem, que indicassem onde essas pessoas se encontravam.

Essa pressão por parte do exército gerou sentimentos variados nos moradores, porque as pessoas simples da região sequer sabiam o significado de terrorismo. Além disso, mesmo nessa condição passaram a sofrer as graves consequências com detenções arbitrárias, torturas sistemáticas, destruição de bens e de gêneros alimentícios. O cotidiano da população local se alterou, obrigada a se submeter à condição de auxiliares dos representantes do regime militar para obterem o intento de localizar os guerrilheiros, como narram os depoimentos. Até o encerramento da operação militar, em 1974, e mesmo sem a devida compreensão da dimensão da operação, os moradores locais foram diretamente envolvidos e afetados de diferentes maneiras.

Quando se refere às diversas fases dos combates à Guerrilha do Araguaia, Leonêncio Nossa (2012, p. 399-400), indica uma sequência das estratégias empreendidas pelo exército brasileiro, denominadas de “campanhas”, assim delineadas:

Pré-campanha – As investigações de inteligência militar iniciaram-se em 1969. Nesse ano foram deslocadas tropas para Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Pará e Maranhão, locais onde existiam suspeitas de focos guerrilheiros. Na sequência, realizaram-se as operações Carajás, em 1970, e Mesopotâmia, em 1971, no Pará e no Maranhão.

Primeira campanha – Os militares montaram as operações *Axixá*, fevereiro de 1972; *Peixe I*, 27 a 30 de março, *II*, 3 a 12 de abril, *III*, 11 a 29 de abril, *IV*, 5 a 9 de maio e *V*, 9 de maio a data desconhecida. *Cigana*, 11 a 17 de abril; *Couro Dantas*, maio; *Andorinhas*, maio; e a principal delas, a *Manobra ou Manobrão*, abril a julho. *Peixe I*, *II* e *IV*, tiveram por objetivo apenas a busca de dados.

Segunda campanha – Conhecida como *Operação Papagaio*, outubro e novembro de 1972, com o uso de tropas convencionais e equipes de inteligência. Moradores da região se referem à primeira e à segunda campanha como “primeira guerra”. Em São Geraldo ainda incluem nesse período a terceira campanha.

Terceira campanha – A “segunda guerra”, como a terceira campanha ficou conhecida em São Domingos, começou em maio de 1973 e terminou oficialmente em 5 de janeiro de 1975. A primeira operação dessa fase foi a *Sucuri*, ação de inteligência, de maio a agosto de 1973, que levantou informações usadas na *Marajoara*, a ação derradeira, de outubro daquele ano a outubro do ano seguinte.

Naquela ocasião Xambioá era um município com alguns anos de emancipação, mas se constituía em uma pequena cidade do norte goiano. E São Geraldo do Araguaia, no Pará, era um povoado, pouco urbanizado. As pessoas que viviam na zona rural, foram atingidas de maneira mais contundente, considerando que viviam próximo aos locais das Bases onde se encontravam os guerrilheiros.

Assim, esses Postos de Comando, de Base ou de Apoio, anteriormente destacados e indicados no mapa, locais onde se encontravam os guerrilheiros e onde os militares se instalaram também, ao deflagrar o conflito armado, se localizavam na mata cerrada. Essa condição de proximidade é o motivo de enfrentamento e perseguição mais contundente por parte dos militares aos camponeses, moradores locais que ali viviam, considerando a possibilidade de fornecimento de informações por parte dos camponeses, na tentativa de localização dos guerrilheiros do Partido Comunista. Essa abordagem direta envolveu muita violência, mencionada nos depoimentos como uma ‘guerra’.

É importante ressaltar que os guerrilheiros e guerrilheiras quando elegeram aquela região do país para promover a resistência armada, viveram alguns anos naquela localidade buscando não demonstrar evidência da finalidade para a qual se dirigiram, mas certamente, devido ao reduzido contingente desse grupo, não poderiam imaginar o aparato repressivo que viriam a enfrentar. E ainda, outro fator relevante a ser considerado, é a demonstração de que esse grupo de resistentes pode ter contado com a possibilidade de adesão de grande parte das pessoas ali residentes, quando comparamos o verdadeiro massacre que se dera durante as três campanhas dos militares ali empreendidas, vez que o contingente militar somava milhares de combatentes e possuía suporte material e logístico.

Em relação a esse contingente militar e policial nas Campanhas realizadas é difícil apontar o quantitativo, considerando-se os diversos Postos de Comando, de Apoio e das Bases estabelecidas pelo Exército. Esse contingente, tendo como referência as memórias da população entrevistada, varia do indicativo de “muitos” inicialmente, “mais de dois mil, mais de quatro mil e até de vinte mil policiais”, deslocados durante os diversos confrontos. Levando-se em consideração o fato de que a população também vivia em diversas localidades entre esses dois municípios de origem das pessoas que foram ouvidas, havia movimentação, circulação de informações diversas.

Pelas narrativas em Xambioá-TO se localizava uma das Bases do Exército, que se constituía em local de interrogatórios e das prisões, com um grande contingente policial. No estado do Pará se localizavam outras Bases e acampamentos, onde se deram os embates, vez que os guerrilheiros se instalaram no estado do Pará, em localidades diversas na mata amazônica, especialmente na região rural do atual município de São Geraldo do Araguaia-PA, onde também havia um grande contingente do Exército.

Essa constatação se apresenta de maneira mais evidente a partir da pesquisa desenvolvida por Leonêncio Nossa (2012), quando ele indica o organograma dos comandantes

no Araguaia⁵, estabelecendo ali 8 postos de comando, base ou apoio por menos de uma dezena de guerrilheiros resistentes em cada uma destas “bases guerrilheiras”, para demonstrar que o aparato utilizado para a repressão na Guerrilha do Araguaia pelos militares, somente no período 1972-1974, foi de uma dimensão gigantesca se considerado o diminuto grupo de moradores locais e militantes resistentes que se encontravam naquela época nas mesmas condições de perseguição e violência.

Das entrevistas realizadas não foi possível confirmar ação de formação política ou qualquer outro processo de convencimento da população local por parte dos guerrilheiros, com o intuito de transformá-los em aliados e se juntar à luta armada. Em suas narrativas, a população ouvida cita apenas Áurea com uma professora muito boa, que deu aula na região da Bacaba para as crianças da localidade.

1.2 A população local

Foram realizadas 17 entrevistas com pessoas que conheceram os guerrilheiros, vivenciaram a repressão e permanecem na região até os dias atuais. A idade das pessoas ao prestarem depoimento variava entre 62 a 92 anos. Cinco mulheres e 12 homens narraram suas histórias e as dificuldades enfrentadas. Esses sobreviventes trazem suas memórias e analisam suas trajetórias de vida naquele local. As pessoas entrevistadas, quase todas, são migrantes e se dirigiram para aquela região do Araguaia a partir de 1946 até o início da década de 1970, antes da deflagração do conflito. Algumas realizaram uma descrição detalhada, enquanto outras se manifestaram de maneira objetiva.

Das cinco mulheres ouvidas, com exceção de uma, cujo marido decidiu separar-se dela ainda durante o conflito da guerrilha, logo após o seu retorno da prisão a que fora submetida, são viúvas. Essa entrevistada exigiu a utilização do pseudônimo, mas deixou de justificar as motivações. Em relação às demais mulheres que prestaram depoimento todas perderam seus maridos por morte durante o conflito ou em decorrência das torturas a que foram submetidos. O corpo de um deles sequer foi localizado até os dias atuais.

⁵Conforme citado anteriormente, Leonêncio Nossa apresenta o *Organograma dos comandantes do Araguaia*, na p. 410, da obra: *Mata! O Major Curió e as guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

1.2.1 A origem

O senhor João de Deus Nazaro de Abreu foi o primeiro entrevistado porque ele foi a referência de contato para localizar outras pessoas a serem entrevistadas. Pareceu-me que seria o mais adequado registrar suas memórias sem qualquer interferência ou rememoração a partir de possível conversa com outras pessoas na mesma condição, considerando que ele faria os contatos com algumas das pessoas a serem por mim entrevistadas.

Ele é um dos que nos dá uma ideia detalhada de como e porque as pessoas migraram para essa região:

Eu nasci no Piauí, em Santa Filomena e depois minha mãe saiu do Piauí para Pedro Afonso, que é uma cidadezinha, nesse tempo era um Povoado, naquela época, mais ou menos em 1958, eu sou de 1948, de 02/03/48. Eu nasci no Piauí e vim para Pedro Afonso, que era Goiás, que hoje é Tocantins e nós fomos para Gurupi e lá meu pai e minha mãe trabalhavam de lavoura e tinham uma terra, mas era pequena. E ali ele se informou que aqui no Pará tinha muita terra e então ele achou por bem vender o direito que ele tinha lá para vir para o Estado do Pará porque disseram que tinha muita terra devoluta aqui no Pará, ele era trabalhador, era lavrador, camponês e ele queria um lugar que desse melhor para criar os filhos. Nós viemos para cá em 1961 e ficamos em Xambioá em 1961 e em 1962 nós atravessamos para o Pará e nesse tempo tinha São Geraldo, mas era só umas casinhas na beira do rio e não tinha cidade ainda, era município de Conceição do Araguaia nessa época e nós fomos morar na beira de um Igarapé de nome Igarapé dos Perdidos. Dizem que na época que estava desbravando, de lá saíram uns canoieiros para tirar umas varas para tocar um barco. Eles se perderam e não se sabe o que aconteceu e nunca mais acharam (informação verbal)⁶.

Relata o tipo de serviço ofertado na região e os ciclos de exploração dos recursos naturais:

Igarapé dos Perdidos. Nesse tempo tinha uma Companhia de nome *Hintlek* que tirava mogno e exportava mogno para outros países, tirava mogno lá. Nessa época não tinha trator e nem caminhão, nem nada, tudo era feito a troco dos braços dos homens. E ali os homens abriam aquela pista, tipo estrada e derrubavam o mogno, trançavam o mogno, rolava até o Igarapé e esperava a cheia vir no inverno para descer do Igarapé para o rio Araguaia aí que era exportado, com a jangada, com muitas toras de mogno para o lado de Belém e isso era a riqueza. Primeiro era a castanha, que surgiu aqui no Pará que tinha muita castanha, mas hoje em dia já acabou. Além da castanha primeiro teve o pessoal que tirava a borracha, naquela época e depois da borracha teve a castanha que todo mundo exportava, onde trabalhava a maioria do pessoal. Tinha aqueles pontos de castanha que era dos ricos de Marabá. O pessoal que cortava, os cortadores de castanha, no tempo do inverno vinha todo mundo cortar castanhas e enviavam aquelas pessoas que eram dona dos pontos em

⁶Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Marabá, vinham e adiantavam algum dinheiro para o pessoal cortar as castanhas e era o recurso que o pessoal movimentava mais aqui no Pará. Aí foi chegando as pessoas como meu pai, que era lavrador, para plantar roça, de mandioca, banana, todo tipo de mantimento para sustentar a família. Aí foi chegando gente da Bahia, do Maranhão, do Piauí e de todo Estado e foi habitando. Nós fomos os primeiros moradores naquela região e tinha muita terra devoluta. Chegavam diversas pessoas desses Estados e quando chegava, podia ficar. Os camponeses, como meu pai, foram chegando e delimitando dez, vinte alqueires e dizia eu quero esse pedaço daqui até lá, pode fazer a sua roça até lá. E aí foi situando essas áreas devolutas de terra (informação verbal)⁷.

Mas, Leonardo Miranda Silva (informação verbal)⁸, veio bem antes, no final da década de 1930: “eu sou maranhense de primeira, mas cheguei aqui aos 25 anos de idade. Eu não lembro o ano não. Acho que era 35. Eu vou inteirar 78 anos agora no dia 8 de outubro.

O entrevistado Raimundo Gomes de Sousa (informação verbal)⁹ chegou uma década depois: “desde o dia 2 de outubro de 1946, que eu vim para essa região”. Conta que nasceu:

No Piauí. Eu sou do Piauí. Aí do Piauí eu vim aqui para o Pará, ali nas Araras, ali onde fica encostado em São João do Araguaia. Eu vim para uma colocação de castanha do finado Antônio Araújo, nas Araras, tirar castanha e tirar borracha. Naquela época o serviço daqui era esse. Cortar seringueira e tirar castanha (informação verbal)¹⁰.

Já nos anos 1950, veio o senhor Basílio Constâncio Silva (informação verbal)¹¹, de origem maranhense, morador atual de São Geraldo do Araguaia, veio um pouco antes: “eu cheguei para aqui em 1953. A primeira vez eu vim e voltei, mas da derradeira vez que eu vim foi em 1953, que eu vim para cá e fiquei aqui, morando até hoje”.

No mesmo ano, o senhor Antônio Alves de Sousa (informação verbal)¹², conhecido como Antônio Precatão, mas com trajetória diferente:

Eu nasci em São Luís do Maranhão e me criei no interior, em Grajau. E vim para cá no 15 de julho de 1953, que eu vim para o Pará. De lá do Pará eu mudei

⁷Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁸Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁹Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁰Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹Entrevista concedida por SILVA, Basílio Constâncio. Entrevista XII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹²Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

para cá, vim para do lado aí das Abóboras e em 1978 eu atravessei para cá, para Xambioá. No Pará. Eu estava nas Abóboras, no Pará.

O morador Félix Gomes da Silva (informação verbal)¹³, por sua vez, esclarece: “nasci em Xambioá-GO, porque antigamente era Goiás. Sou do dia 23 de março de 1958, mas fui criado aqui no Pará. Meu pai cuidava de um castanhal, que tinha aqui no Pará”. E acrescenta: “Eu nasci em 1958 e quando eu nasci meus pais já me trouxeram aqui para o Pará. Eu fui criado no castanhal na região conhecida como Abóboras. Lá meu pai tinha terra, cuidava do castanhal e eu fui criado lá”.

Sebastião Fernandes de Sousa (informação verbal)¹⁴ veio de Araguaína, hoje Tocantins:

Eu nasci, quer dizer, naquele tempo era Goiás, antigo Goiás. Nasci em Araguaína. Nessa região eu cheguei em 1959. Eu cheguei em 1959 na região eu vivia como posseiro. Eu trabalhava no movimento de castanha, naquela época era castanhal. Eu tinha 32 anos, porque eu sou de 1940.

Também a senhora Maria Madalena de Sousa (informação verbal)¹⁵, que atualmente mora em Xambioá-TO, esclarece: “Eu nasci lá perto de Araguaína. Eu cheguei aqui em 1959. E depois que eu cheguei aqui foi que atravessamos para o outro lado. E aí foi que apresentou essa guerrilha para lá”.

Outros migraram na década de 1960. Como o entrevistado Davi Rodrigues de Souza (informação verbal)¹⁶ que conta:

Sou maranhense, nascido em uma cidade chamada Brejo dos Paraibanos, no Maranhão. Desse Brejo dos Paraibanos no Maranhão eu mudei para Imperatriz, no sul do Maranhão. Morei lá uns anos, dez anos e mudei aqui para o Pará. Solteiro. Cheguei aqui no Pará, aqui em São Geraldo em 1965. Fui morar ali em cima, que eu já tinha um irmão para cá, fui morar ali nos Perdidos. Devido ao nome é um córrego, que chama dos Perdidos. Lá, com cinco anos que eu morava lá, eu me casei. Eu já tinha uma propriedadezinha, depois de casado, eu fui trabalhar.

¹³Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴Entrevista concedida SOUSA, Sebastião Fernandes de. Entrevista IX. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁵Entrevista concedida por SOUSA, Maria Madalena de. Entrevista XVII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁶Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Complementa: “eu tinha 32 anos, parece que era. Eu sou de 1939, em 1970 eu me casei, 1971, 1972, eu tinha uns 32 ou 33 anos, mais ou menos isso, porque eu sou de 1939” (informação verbal)¹⁷.

Outro maranhense é Raimundo Torres da Silva (informação verbal)¹⁸: “eu nasci no Maranhão, mas eu vim para cá há muitos anos. Desde 1966 que eu moro aqui, na cidade de Xambioá.

A senhora Margarida Chaves de Oliveira (junho de 2018)¹⁹ sobre a sua chegada à região do Araguaia comenta: “já está com um bocado de ano. Já tem mais de 50 anos. Eu nasci em Ananás, mas eu fui acabar de criar aqui no Pará. Eu só fiz nascer lá. Nessa época que nós viemos para cá foi antes da guerrilha”.

O senhor Jonas (informação verbal)²⁰, ao ser questionado se nasceu a região, responde: “Não, nasci fora”. E em seguida, esclarece: “Eu sou filho do Ceará mesmo, mas fui registrado no Maranhão”. Afirma estar na região “Desde 1969”.

Na década de 1970, ainda antes do conflito, chegaram dois dos entrevistados. A senhora Diva Lima Botelho (informação verbal)²¹ que diz: “eu nasci no Tocantins, que hoje é Tocantins, naquele tempo era Goiás. Em Tocantinópolis. Eu cheguei aqui em 1970. Em 24 de setembro de 1970 eu entrei aqui nesse Pará”.

E Raimundo Gomes Silva (informação verbal)²² que veio do Maranhão:

Eu me lembro. Foi em 1971. Em 1971 eu vim do Maranhão. Fui morar aqui em São Geraldo. Desde aquela época eu moro aqui. Eu vim parece que foi no mês de maio. Eu cheguei aqui em 1972 eu cheguei e já fui morando aqui. Em 1971 eu cheguei na região e em 1972 eu passei para cá.

¹⁷Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁸Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁹Entrevista concedida OLIVEIRA, Margarida Chaves de. Entrevista XVI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

²⁰Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

²¹Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

²²Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Gomes da. Entrevista VII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Prossegue, para informar a idade quando chegou: “eu não lembro não, mas parece que era 30 anos. Quando eu cheguei aqui, sabe? Eu vim trabalhar aqui, mês de dezembro eu vim para cá, pra São Geraldo, para trabalhar aqui” (informação verbal)²³.

A senhora Rosa (informação verbal)²⁴ diz que chegou na região do Araguaia, ainda criança, sem indicar o ano de sua chegada, mas lembra: “eu nasci no Maranhão e vim para o estado do Pará eu tinha 9 anos de idade. Eu já andei por outros estados, mas ainda moro no Pará”.

A senhora Maria Oneide (informação verbal)²⁵, moradora de São Geraldo do Araguaia, uma das pessoas entrevistadas que nasceu no estado do Pará, explica que: “eu nasci aqui. Na época era município de Conceição do Araguaia e hoje é de Piçarra, nasci na localidade de Itaipavas”. Complementa que: “Morando em Itaipavas. Eu estudava fora e voltava para cá. Eu saía para estudar, casei. Eu e o Gringo casamos e moramos um tempo em Itaipavas e tivemos que sair para São Félix do Araguaia”.

Manoel Florêncio Feitosa (informação verbal)²⁶, é dos poucos que nasceu na região. Conta que mora na região do Araguaia: “Desde quando eu nasci, em 1956. Nasci na Ilha de Campo”. Fica no município de São Geraldo do Araguaia, à margem do rio.

Verifica-se que, das pessoas entrevistadas, 7 nasceram no estado do Maranhão, duas no estado do Piauí, uma no estado do Ceará, 5 no antigo estado de Goiás, atual Tocantins e duas no estado do Pará.

1.2.2 O contato com os guerrilheiros e com as forças do exército e da polícia militar

As entrevistas buscaram dar voz à população local, dar oportunidade para que pudessem expressar livremente suas versões, suas dores, contradições, a complexidade e as tensões vivenciadas, não só pessoalmente, mas também pelos seus familiares.

²³Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Gomes da. Entrevista VII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

²⁴Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

²⁵Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

²⁶Entrevista concedida por FEITOSA, Manoel Florêncio. Entrevista XI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

As transcrições das falas almejam valorizar a verbalização, o manifesto autêntico, preservando a linguagem original, sem as devidas correções ortográficas e gramaticais nos depoimentos.

Nesta seção, será apresentada, do ponto de vista da população local, a maneira como as moradoras e os moradores, de Xambioá, atual estado do Tocantins e de São Geraldo do Araguaia, estado do Pará, viram a presença dos guerrilheiros e guerrilheiras e a chegada das forças militares.

O senhor João de Deus (informação verbal)²⁷ relata que o pessoal da guerrilha chegou “do mesmo jeito que nós chegamos”, isto é, para “tocar roça” e de como eles promoviam assistência à saúde, eram humanos e compreensivos com os migrantes que haviam chegado antes.

Depois que chegou o pessoal, os camponeses, chegou esse pessoal da guerrilha. Eles chegaram como nós, do mesmo jeito, para tocar roça. Eles chegaram do mesmo jeito que nós chegamos, de outros Estados, compravam o direito de alguém e plantava roça, plantando milho, arroz, mandioca, plantavam roça e depois eles gramavam. Tiravam os legumes, para gramar. Eles chegaram para cá em 1968, para o Pará. Eles chegaram do mesmo jeito que todos nós chegamos, botando roça. Só que eles eram formados, eles não diziam que eram formados, mas a gente sabia que eles eram formados, porque eles traziam remédios, medicavam o pessoal que adoecia e que fosse procurar eles, tendo dinheiro ou não, eles atendiam as pessoas doentes, mesmo que não tivesse dinheiro, não eram orgulhosos, eles tinham humanidade com o povo da região, recebiam muito bem e atendiam muito bem, eram muito bons com o pessoal, atendiam muito bem e qualquer doença eles tratavam e o que não tratasse encaminhava para buscar outros recursos, mas o que estava ao alcance deles eles tratavam e não ficavam sem ter medicamento, sem atender. Atendiam todas as pessoas que procuravam. E aí eu era morador e eu trabalhei para o Paulo, nesse tempo eles pagavam diária, e eu trabalhei para o Paulo, o Juca, a Dina, o Daniel, para o Daniel e tinha o Amaro, que era o compadre Amaro, que depois separou deles. O Amaro depois se separou deles porque ele se agradou de uma mulher e teve que sair da luta. Então eles disseram que era para escolher ficar com a mulher ou com a luta. Ele disse que queria ficar com a mulher e eles disseram que iam ajudá-lo, tirar um pedaço de terra e ajudar a situar e ele tinha que sair da luta, porque essa mulher não conhece a luta e disse nós não podemos levar uma pessoa que não sabe sobre o que é a luta que nós viemos fazer e isso ele contou depois da guerrilha, quando passamos a ser compadre e tudo, porque antes da guerrilha não podia contar, mas antes a gente não sabia (informação verbal)²⁸.

²⁷Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

²⁸Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Depois, conta da chegada do pessoal do Exército, para reprimir os terroristas, termo então incompreensível para os posseiros. A postura dos militares era totalmente diferente, com prisões, autoritarismo e prática de tortura:

Pois é. Foi na época que chegou um pessoal do Exército, perguntando sobre os terroristas e nós não tínhamos em mente que eram terroristas. Nós não conhecemos, somos camponeses, desinformados, somos do serviço, a gente não conhece de política, de guerra, não sabe nem o que é guerra e desse regime de ditadura piorou, a gente não entendia nada de guerrilha e pegou a gente de surpresa. Depois foi muita gente presa e foram torturados. Eles mandaram que não podiam sair de casa. Não podia sair, não podia fazer roça, não podia mais trabalhar, nem nada, no nível dos municípios que envolvia essa guerrilha e que não tinha prazer e liberdade na região (informação verbal)²⁹.

E segue, com mais informações, sobre a conduta dos militares, que impuseram proibição de plantar e inclusive arrancar o que já estava plantado:

Porque o pessoal da mata que tinha roça de mandioca e mantimentos e eles podiam arrancar para se manter na mata. Aí o Exército proibiu plantar para evitar que o pessoal da guerrilha pudesse comer. O Exército proibiu de plantar e obrigou os camponeses arrancar o que já tinha plantado, alqueires de mandioca, mandava os camponeses arrancar e jogar em cima da terra para o pessoal não comer, porque o pessoal podia aparecer em uma roça e comer. E todos ficaram sem mantimentos e dependia de ração que eles davam para alguns moradores. Ficava vivendo de ração, quem obedecesse, eles davam um rancho de vez em quando e para aqueles que não obedeciam, eles não mandavam, ficavam com fome (informação verbal)³⁰.

A senhora Rosa descreve a chegada dos guerrilheiros já em 1960 e como se tornaram seus vizinhos:

Nós vamos fazer assim. Eu me casei quando eu tinha 16 anos, em 1968. Foi quando os guerrilheiros chegaram em 1960 e em 1968 eu já tinha comunicação com eles. Eram vizinhos, meio vizinho da gente, pessoal lá dos Perdidos, entre os Perdidos e os Caianos. Tinha 16 anos e já era casada. Casei em 1968, foi quando eu conheci eles (informação verbal)³¹.

E continua o relato, confirmando a boa convivência que teve com eles e agradecendo por terem salvado sua vida, quando do parto de sua primeira filha:

O meu envolvimento na Guerrilha do Araguaia é que eu morava nos Perdidos e o meu marido andava muito com eles lá, porque eles pagavam trabalho, serviço para as pessoas. A gente foi se comunicando com eles, então a gente era vizinho, mas muito longe, mas era vizinho. Nós morávamos nos Caianos

²⁹Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

³⁰Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

³¹Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

e eles nos Perdidos, na beira do rio, um lugarzinho que chamavam Paraguai. A residência vizinha era a Dona Nazaré, mas não existe mais isso lá. Abaixo da beira do rio, porque o Paulo, a Dina e o Juca, moravam lá, o senhor Amaro Lins, que era o marido da Dona Neuza. Aí eles compraram a área nos Caianos. Quando a professora foi lecionar, é o que eu sei, lecionar lá, a Áurea eu não conheci ela pessoalmente, só passando, só a Dina e outros, foi que a gente virou amigos, passavam lá em casa, nos Perdidos, quase toda semana, para ir para a Serra das Andorinhas, Pau Preto, para ir nesses outros lugares, no Cajueiro. Eles passavam lá e descansavam, essa era a nossa amizade. Eram umas pessoas boas, ajudavam as pessoas que é da roça e não tinha informação e eles ajudavam bastante. Quando adoecia uma pessoa eles ajudavam, tanto fazia ter dinheiro ou não, então eles ajudavam. Então essa era a comunicação que a gente tinha. Quando o exército veio eu morava lá, ainda não morava lá, depois em 1972, em 1970, 1971 e 1972 eles chegaram e falaram a gente não vai pegar vocês, só mais tarde, a gente vai junto e vai reparar o que vocês estão aprendendo, eles são terroristas e saíam de mansinho que a gente nem via, quando eles sumiam. Eles passavam algum lá na porta da gente e dava adeus. Inclusive minha primeira filha que eu tive, eu escapei pelo amor de Deus e do Juca e da Dina, porque se não fosse eles eu não estaria aqui para contar a história. E esse é o meu motivo de eu nunca falar que eles eram terror, que eles eram terroristas. Onde eles tiverem eu devo isso a eles. Que Deus dê a recompensa para eles (informação verbal)³².

Jonas, claramente se posicionou a favor dos guerrilheiros e trabalhou com eles:

O meu problema de eu ter investido na guerrilha, apesar de que na época eu era novo, foi um problema que inclusive os companheiros guerrilheiros, a gente conversando, me falaram que era em defesa do Brasil. Então eu, como analfabeto, que não sei de nada eu achei que era importante eu entrar. Aí entrei em 1972, no finalzinho de 1971, entrei no mês de dezembro (informação verbal)³³.

Para Davi (informação verbal)³⁴, “em 1972 a guerrilha chegou na minha casa”. Na verdade, foi a chegada dos militares em sua casa, atrás dos “terroristas” e de como o obrigaram a deixar de plantar e usavam sua casa ao seu bel-prazer:

Aí quando foi no mês de abril, eu não lembro o dia. Quando eu estava colhendo arroz, na beira de uma estradinha que passava na minha porta, eu enxerguei a polícia. Eu já tinha visto, eu sabia, rodando por cima, helicóptero. Eu já sabia da notícia que era pegando os terroristas. Quem eram esses terroristas? Nós conhecia como os paulistas, que moravam lá nos Caianos, mas não como terrorista que não tinha terror, não é? Quando chegou aqueles polícias lá na minha casa, me chamaram de lá da roça, eu vim para casa. Chegaram, foram, me encomendaram que era para eu sair da roça, vir para dentro de casa, não trabalhar mais na roça, que os terroristas iam me matar. Eu fui e disse, não, não conheço aqui, que não tem terror. Mas a gente não tem

³²Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

³³Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

³⁴Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

voz com eles. Hoje até tem, mas na época não tinha, era muito pior e eu tive que ficar em casa. Isso foi em abril de 1972. Aí foi acabando as coisas sem trabalhar. O arroz ficou na roça, milho, olhando para a roça, mas não podia trabalhar. Minha casa nunca foi Base, eles dormiam lá uma noite, passavam uma noite e no outro dia saíam, diziam que voltava dentro de 4 ou 5 dias chegavam e quando era de noite eles já chegavam de novo (informação verbal)³⁵.

E continua o seu relato, sobre esse período sob a constante vigilância dos militares e as proibições impostas:

Os militares vigiando. Não podia colher, não podia nada. Perdendo tudo na roça, como perdeu. Dois anos a gente foi a conta de perder tudo que tinha. Era mandioca, era milho, era arroz, feijão, fava, que a gente produzia e não plantou mais e o que tinha foi acabando (Davi, junho de 2018)³⁶.

Descreve como a população era isolada, controlada e submetida a privações:

Não tinha ajuda de ninguém, porque todos na região sofriam as mesmas coisas. Uns sofriam mais, outros menos. Parece que tinha uns que eles olhavam com maus olhos e outros não. Eu mesmo eles não gostaram e eu não sei porque. Com dois anos, dentro desses dois anos de guerra, eles mandavam eu ir lá na Base, lá nos Caianos, eu ia, levando a mulher, era para levar filho, tudo. Outras vezes chegava lá ficava um dia lá e voltava para trás, não era nadinha. Outras vezes chegava lá ficava um dia, até dois dias, sentado lá no chão, sem comer e sem beber. Era uma espécie de prisão, não podia sair. Só com a ordem deles. Quando chegava em casa já vinha caindo de fome, já ia acabando o que comer. Isso quando foi em 1974 eles aliviaram, foram acalmando, quando a gente não tinha mais nada, eles foram saindo e nós começamos a trabalhar (informação verbal)³⁷.

Para Félix Gomes da Silva a lembrança forte é dos militares que visaram seu pai, que mantinha uma escola na roça:

Aí por volta de 1972 foi quando surgiu a guerrilha e nós morávamos lá. E o pai era muito conhecido na região e ele era Professor. Então lá na roça mesmo ele tinha montado uma escolinha para dar aula para nós. Naquela época, acho que era mobral que existia, não sei, mas sei que tinha uma escola lá, era difícil. Aí quando os militares chegaram começaram a visar ele, achando que ele tinha algum envolvimento com aquele pessoal (informação verbal)³⁸.

³⁵Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

³⁶Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

³⁷Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

³⁸Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

E segue o seu relato, com as informações sobre como, com a chegada dos militares, o pai passou a ser vigiado e foi preso por ter dado comida para o pessoal da guerrilha:

Por ele ser professor, ele dava aula. E naquela época era muito difícil para conseguir essas coisas, porque naquele tempo tinha pouquinhos escolas, aqui em São Geraldo. E daí por diante foram vigiando ele, foram vigiando. E lá em casa era uma estrada que tinha, quem saía aqui de São Geraldo lá era um ponto de parada, tipo um ponto de parada. As vezes a pessoa saía daqui de manhã e chegava lá meio dia, tomava um café, as vezes almoçava, porque naquela época ninguém fazia conta de comida, era à vontade aí, principalmente na roça. Esse pessoal, guerrilheiro, saía daqui dos Caianos, da Boa Vista, Caianos, lá era ponto de descanso, ponto de almoço, ponto de descanso, meio dia, não é? Então por aí quando começou. Aí quanto foi em 1973 já, que eu fui baleado, por que? Porque o exército tinha dado uma ordem para não dar comida para esse pessoal e meu pai foi preso porque desobedeceu as ordens deles (informação verbal)³⁹.

A professora Maria Oneide conta sobre as notícias que circulavam de que os terroristas na mata comiam gente, pegavam criança e roubavam mulher. A vila em que morava foi invadida pelo exército e pela polícia militar duas vezes:

Eu e o Gringo casamos e moramos um tempo em Itaipavas e tivemos que sair para São Félix do Araguaia. Eu tinha 17 ou 18 anos. Não lembro bem. Era bem jovem eu sou de 1951. Eu morava em São Geraldo do Araguaia, na Vila Itaipavas, cerca de 90 Km e a gente só sabia notícias que tinha uns terroristas na mata, que comia gente, que pegava criança, que roubava mulher, então na época a gente morava lá e só sabia dessas notícias e via os quando os helicópteros da polícia, do exército, rondava a região e em Itaipavas nós tivemos por duas vezes a vilazinha sendo invadida pelo exército, pela polícia (informação verbal)⁴⁰.

Assim descreve o impacto da chegada de mais de 30 policiais atrás de seu marido, porque ele sabia ler e se reunia com o povo:

Era mais ou menos uns vinte a trinta policiais, eles iam por terra e de helicópteros, na época o pessoal nem sabia o que era helicóptero, menino corria e escondia embaixo da cama, então de barco também eles chegavam, de barco, por terra e de helicóptero. Eram uns trinta policiais. E a gente não sabia o que eles estavam fazendo e aí depois foi que nós soubemos que eles andavam atrás do meu marido, do Gringo. Porque naquela época pessoas mais instruídas, que sabia ler, que se reunia com o povo, eram tidas como subversivos, que eram contra o governo, então nós soubemos que eles estavam lá atrás do Gringo. Aí meu pai ficou amedrontado e mandou que nós fôssemos para Félix do Araguaia. Na época eu tinha o primeiro filho e na época ficamos lá, passamos dois ou três anos por lá, fomos no final de 1969 e quando

³⁹Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁴⁰Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

voltamos a guerrilha já estava terminando. Nós voltamos em 1972, final de 1972 a 1973 (informação verbal)⁴¹.

Explica que seu marido era fiscal do Banco do Brasil:

Era morador. Ele nasceu em Marabá e foi para a região, ele foi a serviço do Banco do Brasil, na época ele foi como fiscal, para fiscalizar quando o pessoal tomava emprestado dinheiro para comprar gado, essas coisas. Ele estava na região como fiscal do Banco do Brasil. Aí ele resolveu morar lá e nos conhecemos e nos casamos (informação verbal)⁴².

O senhor Raimundo Gomes Silva foi obrigado a trabalhar para a polícia militar. Em suas palavras:

Muito ruim. Quando eu cheguei aqui eles me levaram para trabalhar na guerrilha. A Polícia, me levou, o coronel Bandeira. Eu não queria ir, mas eles me levaram e disseram, se você não quiser ir, você é terrorista. Aí eles me deram logo uns tapas e eu já fiquei muito agoniado. E aí eu disse, eu vou assim mesmo. Pois é, então leva ele lá para fardar e botar a arma na mão dele. Aí me levaram para lá apanhado. Espancado. Eu fui para lá agoniado, espancado, sabe? Aí eu fui para lá para trabalhar na guerrilha. Eu fui. Foi em 1972, 1973 e 1974. Em 1974 eles me despacharam. Mas eu já estava com o olho perdido (informação verbal)⁴³.

Interessante notar que nos relatos a repressão militar acaba sendo confundida como guerrilha. Os militantes do PCdoB foram para a região com a finalidade de estabelecer um foco de guerrilha, que não iniciou. Os combates que travaram com as forças militares foram de reação defensiva.

Essa confusão também se vê no relato de Sebastião Fernandes de Sousa, sobre o ataque da polícia, no local onde morava, na zona rural: “ela (a guerrilha) chegou em 1972. Naquela época eu trabalhava como castanheiro. O nome do castanhal era Fortaleza” (informação verbal)⁴⁴. Explica:

Eu estava como posseiro, trabalhando, fazendo a minha roça, fazendo plantio, que naquela época a gente vivia do que plantava na roça, nessa região. Aí era a mandioca, era o arroz, era o feijão, era essas coisas assim, plantio, de tudo. Aí quando deu em abril de 1972, aí foi que foi que surgiu a guerrilha. Aí veio

⁴¹Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁴²Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁴³Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁴⁴Entrevista concedida SOUSA, Sebastião Fernandes de. Entrevista IX. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

aquele ataque, que nós fomos apanhados de surpresa. Quando demos fé o helicóptero começou a voar por cima e depois o exército por debaixo, o plantão do exército e o helicóptero por cima, aí pronto, aí foram declarando o movimento, qual era o movimento. Porque o pessoal que era os guerrilheiros mesmo, eles viviam como a gente também, como posseiros também, nós não tínhamos esse conhecimento como se fosse outras pessoas estranhas. Eles chegavam compravam uma posse de um vizinho e aí continuava atuando mais a gente, naquela união, aí foi quando chegou esse ataque de vez, que era o exército para pegar esse povo que eles tratavam de terroristas, uns chamavam de terroristas e outros de *papamaia*⁴⁵ (informação verbal)⁴⁶.

A descrição das movimentações e ataques dos militares do exército revela a desproporção entre o número de guerrilheiros e das forças de repressão.

Eram muitos. Aí aqui, acolá entrava uns pelotões na região nossa. Era o helicóptero por cima e o exército por baixo, porque naquele tempo não existi estrada de rodagem, era só a estrada de tropa mesmo. Aí começou o pessoal que era, que eles estavam perseguindo sumir, desaparecer da região, do meio dos outros. Aí pronto eles ficaram por cima, perseguindo, procurando. Aí começaram a atacar os posseiros também, que não tinha nada a ver, que não fazia parte, investigando e era assim. Aí certo, eles chegou à conclusão e primeiro veio um ataque do exército, os da farda verde e eles fizeram aquele ataque e aqueles que eles chamavam de *papamaia*, de terroristas sumiram, desapareceram dentro desse período. Aí o exército suspendeu, desapareceu de novo. Aí ficou. Eles voltaram e eles começaram a voltar na casa da gente e começaram a contar a história, vir na casa da gente, dizer porque aquela perseguição e foi assim. Aí eles ficaram, aqui acolá, na minha casa várias vezes saíram e conversava com a gente, tinha a Dina, o Antônio, o Zé Francisco, o Chicão e em outra parte, em outra região, tinha o Ary, tinha a Áurea. Parece que eu não estou lembrando mais o nome dos outros agora (informação verbal)⁴⁷.

E prossegue, contando das ações militares e da sujeição a que ele e sua família foi submetida. “Sujeição que não tinha direito de mais nada” (informação verbal)⁴⁸.

Pois é, aí continuou. Aí dentro desse primeiro período, que eles saíram o primeiro grupamento que veio, do primeiro ataque eles saíram. Aí realmente eles até eles acamparam na casa de um irmão meu, eles tomaram de conta, fizeram acampamento. E quando foi para sair, porque naquela época eu era vizinho do meu irmão e naquela época era assim na distância de dois quilômetros mais ou menos. Tudo era mata, não é? Aí eles foram até a minha casa e disseram assim que era para eu pegar os animais, porque naquela época

⁴⁵Não consegui localizar o significado de *papamaia*, expressão utilizada pelo exército para difamar os guerrilheiros. Realizei várias pesquisas. Também não significa *papa mike*, porque esta expressão se refere a polícia militar.

⁴⁶Entrevista concedida SOUSA, Sebastião Fernandes de. Entrevista IX. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁴⁷Entrevista concedida SOUSA, Sebastião Fernandes de. Entrevista IX. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁴⁸Entrevista concedida SOUSA, Sebastião Fernandes de. Entrevista IX. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

não tinha carro, que era para levar os trens dele para levar os trens deles para Xambioá. Que era para trazer os trens dele, a bagagem, para Xambioá. Aí eu realmente peguei dois cavalos, botei a bagagem e eu fui à pé, junto com o meu irmão, fomos até lá e depois eles despacharam e nós voltamos. Era em Xambioá. Aí eu levei as coisas deles, a bagagem, para Xambioá mais meu irmão e depois voltei para cá. Voltei com os animais. Eles só não fizeram foi me pagar a viagem, mas eu voltei para cá. Aí eles começaram a ir na casa da gente, na minha casa também foram. Aí eles explicavam o motivo pelo qual eles estavam sendo perseguidos. Eles tratavam de guerrilheiros ou *papamaia*. Hoje é que nós temos como guerrilheiro. Aí depois eles tornaram a baixar de novo. E quando baixaram foi com mais força, não é. E aí o pessoal, esse pessoal que eles chamavam de terroristas tornou a desaparecer de novo. Aí eles começaram a pegar e nós só sabia a notícia. E a gente ficou debaixo de sujeição, dentro dessa época derradeira. Debaixo de sujeição que não tinha direito mais de nada. A minha casa mesmo eles tomaram de conta, fez a rancharia deles mesmos e ali a gente não tinha direito de fugir da presença deles para nada (informação verbal)⁴⁹.

A senhora Diva Lima Botelho conta que as pessoas que o exército chamava de terroristas eram pessoas maravilhosas, que ajudavam todo o povo do lugar, e como foi a chegada da polícia:

Quando nós chegamos aqui para esse lugar, eu vim para cá com o meu marido, para ele trabalhar. Ele trabalhava numa empresa chamada Banacol, ele tirava madeira para essa empresa. Nós fomos lá para um lugar chamado Perdidos, próximo aos Caianos, que era onde eles habitavam. Nós viemos sem saber que eles estavam aqui, mas também eles estavam lá e nós tínhamos eles como pessoas muito maravilhosas, e eles eram bons mesmo. Eles chamavam de terroristas, mas eu não tenho eles como terroristas. Aí nós ficamos sendo vizinhos deles lá, nós trabalhando e eles moravam lá nos Caianos e trabalhavam em um lugar chamando Pau Preto. Sempre passavam pelo nosso barraco, dormia lá, eu conheci bastante deles lá. Desse tempo, demorou um tempo, já foi em 1972, chegou ela mesmo, a Dina que era uma mulher muito boa e ela tratava daquele povo todo que tinha naquele lugar. Ela era uma pessoa maravilhosa. Um dia ela chegou lá em nosso barraco e falou para meu esposo, que chamava Faustino. Ela chegou lá em nosso barraco e disse senhor Faustino tire sua esposa daqui e aqui vai ter assim uma revolução, mas ela não contou o que era, disse tire ela. Eu estava grávida da menina minha, é porque ela não está aqui. Nós estávamos quase no mês de ganhar, já era mês de dezembro e eles chegaram no dia 11 de dezembro, foi que ela avisou para nós e eu saí de lá e vim para Xambioá e nesse tempo eu vim ganhei a menina e tudo e ele ficou trabalhando lá, quando chegou essa turma do exército, com polícia de todo lugar e invadiu aquele lugar para lá. Não, era demais, era barco cheio de polícia, era gente demais, eles saíam com aqueles barcos tudo assim, eles saíam com as armas tudo assim e nesse tempo eles pegaram meu marido (informação verbal)⁵⁰.

⁴⁹Entrevista concedida SOUSA, Sebastião Fernandes de. Entrevista IX. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁵⁰Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

O senhor Manoel Florêncio Feitosa, descreve como a boa condição que sua família tinha acabou com a chegada do exército e da polícia militar, pois as autoridades não autorizavam ninguém sair de casa:

Para mim foi uma tristeza, porque eu perdi tudo que tinha mais meu pai, eu era de menor na época ainda. Eu tinha 14 anos. Nós tínhamos uma boa condição, eu, mais meu pai e minha mãe. Nós tinha um pedaço de terra, tinha gado, tinha bastante mantimento, porco bode, ovelha. E nós de tudo e tudo isso tudo se acabou, porque não podia sair de dentro de casa para cuidar. Porque as autoridades não autorizavam ninguém sair. Era o exército e a polícia militar. Porque eles ficavam medo de nós ir encontrar com esse pessoal que eles andavam à procura (informação verbal)⁵¹.

Explica que os militares estavam à procura de um pessoal que chamavam de terrorista, mas que era muito bom com os moradores locais:

Eles diziam que eram um senhor de terroristas. Mas esse pessoal, que foi reconhecido, nunca fizeram terror com ninguém. Eram pessoas muito boas com a gente. Foram dos melhores doutores que já pisou aqui na região. Foi Doutora Dina, Doutor Antônio e Doutor Paulo. Não tinha outros para ganharem deles. (informação verbal)⁵².

O senhor Basílio Constâncio Silva reclama que perdeu parte da memória, mas que ainda lembra muita coisa e assim fez a sua descrição da guerrilha, ou seja das missões militares:

Esse negócio da guerrilha, isso é tão chafurdado hoje, naquele tempo não, eu contava do começo até o fim. Hoje estou velho demais assim, perdi a memória. Mas eu ainda me lembro de muitas coisas. Isso foi ainda em 1973, foi em 1972, quando veio a primeira missão. Em 1971. Foi em 1971, quando eles vieram aqui e tornaram voltar (informação verbal)⁵³.

Reporta como a polícia federal chegou à região de helicóptero, assombrando as pessoas, e de como o obrigaram a guiar um grupo de militares até uma das casas dos guerrilheiros:

A polícia. A Federal. Quando eles entraram aqui foi no dia 15 de outubro de 1971. Quando veio o helicóptero, pela primeira vez e nós não conhecia o helicóptero. Quando eles passaram e aterrissaram na Esperancinha. Nós ficamos todos assombrados, com medo. Aí fomos embora para casa. Quando foi a boca da noite eles chegaram. Chegou o Pedrão, sargento Marra, o Manoel soldado, o Paulista, o Ribamar. Eu sei que vinha sete. O João Leão, eu sei que esse era forte. Eu morava fora com meu patrão, morava na fazenda, em um sítio, era assim afastado. Aí um menino tinha morrido e eu estava lá. Aí eles chegaram lá para nós ir aplicar uma injeção, lá no senhor José da Fava. E eu

⁵¹Entrevista concedida por FEITOSA, Manoel Florêncio. Entrevista XI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁵²Entrevista concedida por FEITOSA, Manoel Florêncio. Entrevista XI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁵³Entrevista concedida por SILVA, Basílio Constâncio. Entrevista XII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

disse, mas esse bando de gente para aplicar uma injeção? Eles disseram é porque nós, não sabe direito. Eles arrumaram um pretexto assim, para não dizer o que era. E a minha mulher disse logo: ele não vai não, assim, como se ela quisesse manobrar e eu disse eu vou. Eles disseram vai ficar um homem aqui e ela disse, não quero homem aqui não, só ele. Eles me ofereceram um revólver e eu disse que não queria o revólver, porque para ir ali não precisava revólver. Aí nós saímos e quando chegou lá na beira do Igarapé, tivemos que deixar os animais. Tava tudo escuro e eles não queriam que eu focasse a lanterna, não queriam que falasse alto. Eu falei alto e disse que negócio é esse que vocês não querem explicar. Eu já tinha 35 anos. Aí eu falei que por aqui na mata tinha muita pedra, tinha cobra, naquele tempo tinha muita e não podia andar assim no escuro não. E eu disse que o caminho para o Zé da Fava era outra direção. Aí ele disse, não, é para nós ir para o acampamento, para pegar o pessoal da mata. E chegando lá não tinha ninguém no barracão. Não deixa que o Osvaldo, que tinha ido para São Paulo, para a bando de lá e chegou e veio correndo de lá para cá. Ele já sabia que a polícia estava no encalço dele. Ele vinha correndo de lá para cá para mandar mensagem para a Dina, que ela morava em cima da serra. Aí chegamos lá e não tinha mais ninguém, só a casa, uma mala com um resto de remédio. Tinha só uns cachorros e uns animais na quinta. Aí nós voltamos para buscar os animais e já estava chovendo e nós corremos. Isso foi do dia 15 para amanhecer o dia 16. Em 1971. Foi do dia 16 para amanhecer o dia 17 de outubro (informação verbal)⁵⁴.

Ele conta ainda do tiro contra o guerrilheiro, o José Genuíno, que se fez de morto e foi um dos poucos que conseguiu sobreviver:

Aí nós fomos correndo para pegar os animais. E nessa vinda vinha que vinha pegar os animais que o Zé. Aí o Zé, Zé. Ele foi até preso e já foi até deputado lá. Ele foi da guerrilha, o Zé. O Zé Genuíno. Você conhece o Zé Genuíno? Aí vinha o Zé Genuíno e se arranchar na casa de junto do Zé da Fava. Mas ele vinha muito puxado porque era longe de onde ele vinha para cá, para deixar o aviso para a Dina, para dizer que a força já estava atrás deles. Mas ele já vinha muito enfadado e foi dormir logo e não se deu conta de nós. Quando foi de manhã viemos, nós dormimos lá na casa da velha Maria Viúva e voltamos de lá para cá. Aí quando foi negócio de sete horas, nós vimos o homem vindo de lá para cá. Aí eu falei, João lá vem um homem do pessoal. Ele perguntou, como você sabe? Sei por causa da boroca verde, da cor do exército. Ele disse, será? E eu disse é. Aí quando ele chegou o sargento Marra deu voz de prisão. Procurou de onde ele vinha e ele disse que vinha da Esperancinha e perguntou para onde você vai e ele disse que ia para a Gameleira. Aí ele disse está bom e quando ele emparelhou comigo ele disse, nós vamos meter as armas e é para pegar as armas deles. Aí eu recebi as armas dele. Aí prenderam ele, algemaram e saímos com ele. Quando chegou lá na frente perto do cemitério eles deram uma lapada de cipó nele, ele correu e entrou assim por dentro do cemitério e eles deram 5 tiros, mas não pegou nele. Ele caiu, ele se enrolou em um cipó e caiu. Aí o Pedrão foi e falou: matei o homem. Aí o Vicente Marra gritou, é para matar mesmo. Aí foram mexer com ele. Ele caiu, ficou ali quietinho. Aí eles levantaram ele e não tinha ferimento nenhum. Aí quando foi um dia lá em

⁵⁴Entrevista concedida por SILVA, Basílio Constâncio. Entrevista XII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Brasília ele me disse, olha Basílio, naquele dia o tiro passou de raspão. Ainda está o branco da marca (informação verbal)⁵⁵.

O senhor Antônio Alves de Sousa, conhecido como Antônio Precatão, narra como os militares o mantiveram detido em casa com a família durante três ou quatro meses. Depois o expulsou da posse que havia comprado e onde nunca mais pôde trabalhar:

O meu sofrimento através da guerrilha foi o seguinte, eu morava lá nas Abóboras. Eu era trabalhador rural, eu tinha uma posse lá, eu trabalhava lá, trabalhava de roça. Eu comprei um direito de uma terra de um senhor chamado Joaquim Cantuária e fiquei lá trabalhando, foi a época que eu me casei, foi em 1968 que eu me casei, aí foi a época que eu comprei essa terra lá desse Joaquim Cantuária. E quando foi na época da guerrilha, justamente foi em 1971 que começou, no final da era de 1971 para 1972, até 1974, foi quando eu fui despejado de lá. Pelos militares. Eles me botaram para fora de lá, porque eu. Eles suspeitavam, tinham uma coisa comigo, não é? Porque eu comprei aquelas terras fiquei morando por lá, eu não saía de lá. Quando eu dei fé um dia eu fui atacado pelos militares, eu não me lembro o dia, porque a gente não gravou aquele dia do acontecido. Aí eu fiquei já detido dentro daquelas terras, lá dentro daquela casa por uns 3 ou 4 meses. Vigiando nós, direto, noite e dia. Eu e minha família, nós ficamos já presos dentro daquela casa sem direito nem de sair fora, assim fora de hora. Nós tinha que ficar o dia por ali assim lá junto com eles e de noite, fechou as portas, ninguém podia mais sair. No tempo que eles chegaram eu estava fazendo farinha, desmanchando uma roça de mandioca para vender farinha para os castanhais. Porque naquele tempo a gente vivia disso, de vender farinha para os castanhais. Nunca mais eu trabalhei na minha terra. O que aconteceu foi que eles mandaram eu sair fora, aí eu saí. Eles me botaram para fora da minha casa e eu saí, para outra casa mais afastada de um rapaz que já estava sendo preso, já estava com os militares, já preso, já estava em sofrimento e eu vim cá para a casa desse rapaz, uns mil metros distante da minha terra, da minha roça (informação verbal)⁵⁶.

Leonardo Miranda Silva também traz um relato de chegada abrupta dos militares, no momento em que se encontrava trabalhando: “Naquela época, entre 1972 e 1974 eu estava no Pará brocando uma roça. A terra lá era comum. Eu estava tirando uma terra. Pode dizer que tinha, porque eu estava tirando uma terra e já tinha até os aceiros” (informação verbal)⁵⁷.

E o senhor Leonardo continua a narrativa, informando a forma da abordagem por parte dos militares:

Aí eu estava lá brocando uma roça. Eu era chegante lá, eu ainda não conhecia as matas direito. E naquela época eu caçava veado mateiro, paca, essas coisas para comer, porque naquele tempo era o dilema do homem da mata, não é? E

⁵⁵Entrevista concedida por SILVA, Basílio Constâncio. Entrevista XII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁵⁶Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁵⁷Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

eu mandei um companheiro caçar umas esperas pra nós e o companheiro foi. Aí eu falei para ele quando desse de duas para três horas era para ele vir me chamar aqui para nós ir esperar as caças. Aí quando foi três horas assoviaram assim e eu respondi. Para ver quando a coisa é para atentar. Eu ouvi um assobio e respondi, eu respondi com assobio e disse já vou e quando eu dei fé eu já estava rodeado com 16 (dezesesseis) soldados. Eles me arrodaram e me deram ordem de prisão e perguntaram o que é que você está respondendo aí? E eu perguntei, e quem é que vocês estão chamando aí? Eu falei que mandei um companheiro caçar uma espera para nós esperar e ele me dá um aviso, assoviando. Aí falaram, que nada rapaz, você está é avisando os terroristas. Tu é terrorista, olha a cara do safado, tu tá é coligado com eles. Nós aqui não sabíamos o que era terrorista, não sabia não. Aí eu botei a foice aqui no ombro e mandaram eu baixar a foice e aí eu abaixei. Me chamaram assim mais para fora. Aí me levaram para o meu barracão, que estava assim perto e mandaram eu trocar de roupa, porque a minha roupa estava toda rasgada de serviço. Aí eles disseram, eu quero que você vá até as Abóboras, que era lá no acampamento, que o ponto da castanha, do dono do castanhal, mas já estava cheio de soldado e eu não sabia. Naquela época eu já tinha título de eleitor e o registro de nascimento. Aí me lembrei e botei no bolso. Aí eles me levaram. Levaram lá para o ponto. Para a sede. Era a sede das castanhas, dos castanheiros e era sede dos soldados. Tinha uns duzentos e tantos. Aí, logo eu ouvi ele, falando naquele rádio amador, porque tinha uma Base bem ali. E perguntaram quem é? É terrorista? Eles disseram não, é um suspeito que está ajudando terrorista. Com pouco, chamou o avião e chegou o helicóptero e ele mandou eu entrar (informação verbal)⁵⁸.

A entrada de Raimundo Torres da Silva na “guerra” foi um pouco diferentes, recebeu uma intimação do Exército para comparecer à Base de Abóboras:

Provavelmente em 1972 que eu entrei dentro dessa guerra. Esse fato foi um caso que eu não queria ir lá para o Pará, mas meu pai mudou para lá. Aí meu pai vendeu nossas terras aí e foi embora para lá, porque nós morava aqui, nesse tempo chamava vão da serra, o assentamento onde nós morávamos. Aí eu tomei a ideia de casar e ficar aqui, para não ir para lá. Porque eu já conhecia o Pará, lá era meio sofrido, na época do inverno era muita água, não tinha caminho, não tinha transporte. Mas aí veio um parceirão do meu pai, que tinha chegado para lá e pediu para eu ir ajudar meu cunhado derrubar umas capoeiras para fazer uns pastos para uns animais que ele levou. Aí eu vim aqui, peguei a mulher e fui. Aí, já estou ajudando ele derrubar uma roça, que já estava terminando, quando chegamos em casa de tardezinha, aí meu pai falou, olha tem uma intimação do exército. Foi em 1972, mês de junho, não, mês de outubro (informação verbal)⁵⁹.

A intimação era para ajudar as forças militares a andar na mata para acabar com os guerrilheiros. Representantes do INCRA estavam na Base e prometeram dar terra demarcada e documentada para quem ajudasse:

⁵⁸Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁵⁹Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Aí meu pai falou, olha menino tem uma intimação aqui, da Base ali das Abóboras, que a nossa Base chamava Abóboras. Era acampamento de castanha. Naquele tempo tinha aquele movimento de castanha aqui no Pará. Mas o significado ninguém sabia. Mas no outro dia todo mundo foi. Largou o serviço e foi. E chegando lá estava um Comandante do exército, um bocado de cabo, dois superintendentes do INCRA, estavam tudo envolvido. Aí passou a contar para nós, eles disseram nós queremos que vocês ajudem nós a acabar com esse povo, que era os guerrilheiros, era os terroristas chamados, porque com a ajuda de vocês será mais fácil. Porque nós tem medo de andar na mata, nós não conhece a mata e vocês já estão acostumados. Se der de ir com a gente, nós vamos dar a assistência, para quem achar. Sendo que é a lei, nós tinha que ir. Aí o representante do INCRA disse nós damos vinte alqueires de terra, demarcada e documentada para quem ajudar (informação verbal)⁶⁰.

Raimundo se viu obrigado porque “eles mandavam matar, amarrar, bater” (informação verbal)⁶¹. A seguir, a transcrição de uma missão de que participou:

Aí já estava no pé que estava, não tinha outra opção e nós ia com eles todos os dias da semana, ficamos indo e vindo. Porque já estava lá dentro. Eu estava lá, minha família, meu pai, meu irmão, tudo já morava lá e se cismasse e não fosse era pior. Eles mandavam matar, amarrar, bater. O cara ia dormir no chão, mas tinha que ir, a lei é do comandante. Aí ficou, um dia no mês de abril eles me escolheram. Eu não lembro o dia. Mas nesse dia eles juntaram era uns doze. Isso juntavam umas duzentas pessoas, cento e cinquenta, a semana inteira. Dois dias por semana, tinha o dia de sexta-feira tinha um tal de médico lá dentro, médico assim, era só para fazer curativo, de acidente. Aí me escolheram nesse dia para eu ir para a mata e falou para o cara, ajeita aí os homens e passou uma divisa, eles botavam uma fita na testa de cada um. Quando foi para ir para a mata eles me perguntaram, você tem arma? Eu disse não. Eles davam uma vinte com três cartuchos. Era só a armação deles. E comer era só uma sardinha por dia, se comesse duas, passava fome e não era para vir para cá. Pegasse missão de 15 dias não era para vir antes de terminar aquela missão de 15 dias. Só se por acabasse topasse no pessoal e desse um tiroteio de tiro e aí faltasse uma munição, uma coisa. Aí ficavam uns lá e vinham uns. Só para buscar. A ordem dele era essa. Chamava doutor Hélio, esse comissário que comandava essa turma lá (informação verbal)⁶².

A senhora Margarida Chaves de Oliveira conta sobre a chegada dos militares em sua terra, de modo abrupto, a violência contra seu marido e dois cunhados e depois a expulsão:

Eu sempre dei um depoimento assim. Porque eu me casei nova aí fui para a roça com meu marido, na terra dele, nessa época estávamos nós e dois cunhados meu e meu marido. Aqui no Pará, na região ali da Bela Vista, aqui no Pará. Aí nós estávamos lá, nós três e eu sem saber das coisas chegaram as pessoas, um negrão preto e pegou nós três. Isso foi em 1972. Eu sei que vieram, eu conversei com um bocado, pegaram meu marido, meus dois cunhados amarraram, chegaram na mata, amarraram meu marido de cabeça

⁶⁰Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁶¹Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁶²Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

para baixo, meus cunhados também e meteram a taca⁶³. Eu fiquei no barracão sozinha, com medo. Eu fiquei com medo, sozinha sem saber o que fazer. E meu marido disse assim, você fica aí e não saia para canto nenhum, tenha cuidado. Aí eu fiquei sozinha. Ai quando chegaram botaram nós para voar de casa. Nós perdemos a roça de arroz, 8 linhas de arroz, a roça de mandioca, perdemos tudo, criação, tinha galinha, só não tinha porco e gado, mesmo só galinha e a roça. Tinha roça arroz, roça de fava, feijão, tudo. Nós perdemos tudo. Eles falaram ou vocês acham bom sair ou então vão ficar aqui enterrados. Não pudemos colher nada, perdemos tudo, tudo e o que vamos fazer? Aí ficamos em uma casa, desprezados. Ainda bem que umas pessoas enxergaram nós, encontrou nós, os outros amigos dele, chegou e achou nós largados e aí cuidou de nós (informação verbal)⁶⁴.

No caso de Maria Madalena de Sousa a polícia chegou em sua terra e ficou morando ali:

Nós estávamos em nossa terra botando roça, meu marido botado roça, já estava começando a plantar, foi quando esse povo chegou. Sim, esse pessoal da polícia. Foi em 1953 ou 1954, não lembro não. Quando a polícia chegou eles estavam procurando se nós dávamos comida para esse pessoal do mato, para os terroristas. Nós nunca demos, de jeito nenhum. Aí eles ficaram. É, morava lá na nossa terra lá no Pau Preto. É, morava com meu marido, pai dessa menina. Aí ficou. Aí é certo que o Zé, eles levaram ele aqui para guerra, para cá, para Xambioá. (Maria Madalena, junho de 2018)⁶⁵.

As pessoas entrevistadas citam alguns nomes dos guerrilheiros durante suas narrações, embora não fosse questionado a respeito citando, entre os quais: Dina, Áurea, Ari, Lúcia, Amaro, Osvaldo, Antônio, Paulo, José Genuíno, Jorge, Juca, José Francisco, Chicão, Joca, Francisco. As pessoas ouvidas demonstraram em suas narrativas que, efetivamente, não se socializavam com todos os guerrilheiros. Indicam em suas falas que tais contatos ocorriam de maneira eventual, especialmente pelo fato de residirem nas proximidades de suas moradias, embora haja a confirmação em algumas narrativas de moradores que chegaram a prestar serviços para alguns desses guerrilheiros. E, também, o recebimento de tratamento médico e de aulas para as crianças da localidade.

⁶³Taca tem o sentido de chicote, pau, lambada.

⁶⁴Entrevista concedida OLIVEIRA, Margarida Chaves de. Entrevista XVI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁶⁵Entrevista concedida por SOUSA, Maria Madalena de. Entrevista XVII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

1.3 As violências praticadas pelas forças militares

Ainda que grande parte da população local tivesse interrompido o contato com os guerrilheiros, ninguém foi poupado da violência direta praticada pelas autoridades militares ou de seus prepostos. Os posseiros e trabalhadores rurais foram duramente afetados. Não só porque as casas e roças ficavam próximas às bases dos guerrilheiros, mas também porque eram vistos pelos militares como pessoas que poderiam ter conhecimento dos locais onde se encontravam os guerrilheiros e poderiam ofertar alimentos para esse grupo, diretamente ou por meio das plantações que mantinham. Os militares também viam a utilidade dos moradores como mateiros ou guias, recrutados voluntariamente ou não, como viu-se em alguns depoimentos acima transcritos.

O morador João de Deus descreve o grau de controle imposto pelos militares, que implicou o isolamento das pessoas, a restrição do direito de ir e vir e da liberdade de expressão, e em caso de desobediência prisão, tortura e morte:

Durante três anos dentro da guerrilha os camponeses não puderam mais sair, não puderam mais trabalhar, isso envolvia todos os municípios que compreendia a guerrilha. Ficamos em casa. Quando saía uma tropa do exército, chegava outra e a gente era vigiado dia e noite e não podia andar. Estamos vivos por milagre de Deus, porque também não saía de casa e não conversava muito e a gente não podia andar. Não podia conversar muito e não era bom conversar com certas pessoas, porque podia ser prejudicado, porque podia ter alguém que queria nos prejudicar para ganhar dinheiro. Só que diversos apareciam e alguns moradores ajudavam, davam comida, mas quando o exército sabia eles eram presos, torturados, judiados, muitos camponeses morreram na região desse jeito. Eles botavam nome de *papamaia*, chamavam de nomes estranhos para amedrontar o pessoal e assombrar para não aceitar eles. Só que diversos deles apareciam e alguns ajudavam os guerrilheiros, mas se o Exército soubesse eles torturavam e até matavam. Muitos deles até morreram. Muitos camponeses da região morreram (informação verbal)⁶⁶.

Esse morador afirma peremptoriamente:

Sim. Tortura. Das torturas e aqueles que eles notaram que não obedeciam, eles matavam, porque diziam que eram do mesmo grupo dos terroristas. Sim, tem diversos nomes, mas aqui nós conhecemos bem é o Jonas, que mora aqui em São Geraldo. O Jonas foi o camponês que escapou. Ele foi para junto do Acampamento do Osvaldão, na Serra das Andorinhas, ele é um camponês que

⁶⁶Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

escapou. O pai dele foi preso e foi muito torturado para falar onde estava o Jonas, foi morto todo arrebitado (informação verbal)⁶⁷.

Aponta o nome de uma pessoa que viu o resultado das torturas infligidas ao pai de Jonas, um posseiro que aderiu aos guerrilheiros, para que revelasse o local onde estava o filho. A tortura ocorreu na Base militar em Xambioá:

O senhor José Nogueira falou que viu ele com os soldados dos pés cortados, com as unhas arrancadas, choques nas orelhas, de todo jeito. O senhor José Nogueira era morador daqui que também foi preso na época e viu ele preso na Base em Xambioá. Ele chorou quando viu ele. Eles cortaram o soldado do pé e eles ainda mandavam andar na piçarra com os pés cortados. Eles chamam de piçarra essas pedras com terra, esse gorgulho, nós chamamos de piçarra, essas terras misturadas com pedra, que era a Base de Xambioá. A Base era em Xambioá. A Base tinha o lugar de prender e era onde baixava avião grande, onde tinha a pista de avião, para trazer os militares, o pessoal do exército com avião grande. Disseram que foram três Campanhas e a pior delas foi a terceira, que primeiro começou em 72 e depois 73, 74 e essa última foi a pior de todas, que reforçou, a que abalou mesmo o Pará, que trouxeram, eu acredito, mais de vinte mil, do exército, junto com a Marinha e com a Aeronáutica, todo tipo de força que eles traziam. Porque o regime militar, essa ditadura, é um negócio que atinge o governo federal, quando ele quer acabar com o povo, começa lá em cima, mas termina, atinge o governo federal, o estadual e o municipal. Atinge todos, eles compram, ou obedece ou eles tiram do ramo (informação verbal)⁶⁸.

João de Deus conta ainda que foi preso e processado, Seu advogado era Paulo Fonteles, da CPT de Conceição do Araguaia, mas não podia vê-lo porque a “ditadura não aceita advogado”, ainda mais esse, que havia sido preso pela ditadura também:

Depois da prisão nós fomos processados e tínhamos que ficar quietos e não podia falar nada. Aí veio o advogado Paulo Fonteles e nos ajudou, que era pai daquele ali (foto). Tinha outros advogados, mas a gente só sabia o nome do Paulo Fonteles que era advogado da CPT de Conceição do Araguaia. Ele estava lá, mas nós não via ele. A ditadura não aceita advogado e ainda mais ele, Paulo Fonteles, que já tinha sido preso pela ditadura também. Ele era o pai desse Paulinho, que também foi preso e esse menino nasceu na prisão porque a mãe dele estava presa e essa criança nasceu na prisão, a mãe foi cortada na cadeia, sem anestesia e nem nada, na cadeia, cortaram e tiraram a criança na marra, para esse menino nascer. Ela sobreviveu porque Deus é pai e ainda está viva, em Belém, essa companheira. Ela era mãe do Paulinho e esposa do Paulo Fonteles (informação verbal)⁶⁹.

⁶⁷Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese

⁶⁸Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁶⁹Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

O Senhor Jonas Gonçalves, cujo pai foi torturado, explica:

Fui para a Cadeia, eu fui torturado da seguinte forma, porque o meu pai foi quem exatamente foi torturado, porque até as unhas dele os militares arrancaram, isso nunca me apaga e ele apanhou demais e o que nós tínhamos foi tocado fogo, eles ficaram passando fome, não passaram fome porque tinha vizinho perto, então esse foi prejudicado, mais do que eu que estava na mata. Eu tinha 22 ou 23 anos (informação verbal)⁷⁰.

Como dito, ele aderiu aos guerrilheiros. Neste depoimento relata um episódio na mata em que o guerrilheiro Ari foi morto por militares, tendo presenciado que cortaram a cabeça dele e carregaram:

Aí quando eu apareci, porque teve um confronto perto daqui, onde mataram o Ari. Já ouviu falar do Ari? Era um guerrilheiro. Então estávamos em três, nós tínhamos deixado o grupo, estávamos em três, então ele ia na frente, eu atrás e o Raul mais atrás. Mas muito fechado, eu enxerguei o pessoal na frente, mas eu não podia sinalizar para o Ari, porque ele ia na minha frente, meio distante, eu só acenei para o Raul. Quando eu sinalizei para o Raul aqui, eles atiraram no Ari. Ele morreu ali. Atiraram no peito dele. Aí quando ele caiu, aí o vento tinha derrubado uma *pauzeira* assim, eu fiquei embaixo, mas pertinho assim mais ou menos, a base de cinco ou seis metros, eu fiquei debaixo e o Raul correu e tendo a castanheira caído o Raul pegou a castanheira para acompanhar e eles só enxergavam a mochila dele que estava nas costas e o rapaz enxergou e atirou em cima da mochila. Pegou na mochila, mas não acertou nele porque tinha um prato e o chumbo pegou no prato e parou. Aí eles foram lá e tiraram a cabeça do Ari. Ele nem estava morto não estava direito ainda. Só que devido ao Osvaldo já ter pedido para nós não ofender nenhum camponês eu fiquei quieto, eu não fiz nada. Por que que eu não fiz, porque eles não tinham me enxergado. Quer dizer, porque eles não me viram, porque se eles tivessem me enxergado eu tinha que fazer alguma coisa. Aí tiraram a cabeça dele e carregaram (informação verbal)⁷¹.

Conta que se entregou aos militares e foi preso. Quando voltou para casa cuidar de seu pai, já “estava no caso sem jeito”. Perdeu o pai e a posse da terra:

O que nós tínhamos foi perdido tudo, não ficamos com nada, praticamente com nada. Porque não tinha dono de terra na época, terra aqui no Pará era devoluta. Era posse. Então essa posse meu pai perdeu. Aí quando eu saí da prisão eu fui cuidar do meu pai, mas não tinha mais jeito. Eu fui preso aqui em Xambioá mesmo. Eu me entreguei. Não, aí era o seguinte, eu passei um dia andando aí voltei para cá de novo e aí eu fui trabalhar na equipe do rancho, eu tirei o meu tempo quase todo trabalhando, mas só que eu não podia ter contato com o meu pai. Quando eu voltei para casa meu pai já estava no caso sem jeito. Nós sem condição. Não tinha tratamento médico, aqui em São Geraldo mesmo, para começar, não tinha nem um farmacêutico. Farmacêutico daqui era os guerrilheiros e eles estavam na guerrilha e não podiam atender ninguém. Aí eu não tinha como bancar o tratamento dele. Aí eu mudei para

⁷⁰Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁷¹Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Xambioá e fui lutar com meu pai, mas dinheiro de *juquirá* é pouco (informação verbal)⁷².

Outro morador perdeu terras e bens, torturado, sua mulher estuprada, tudo porque os militares queriam que “desse conta” dos guerrilheiros. Raimundo Gomes fala:

Eu fui torturado, eu apanhei muito, levei muitas pesadas, apanhei muito na cara, eu sofri demais, perdi minhas terras, perdi meus bens que tinha. Só não perdi a mulher porque ela achou por bem não separar de mim, mas até a minha própria mulher eles usaram. Eu apanhei demais para executar, porque eu conhecia a região e conhecia o pessoal, os guerrilheiros, não é. Aí nós éramos vizinhos e eu conhecia o pessoal e eles queriam que eu desse conta do pessoal, porque eu conhecia eles. Eles estavam na região e aí eles queriam que a gente desse conta deles. Os guerrilheiros. Os guerrilheiros. O pessoal que me judiava, me maltratava eram os militares. Dar conta dos guerrilheiros, informar (informação verbal)⁷³.

Conta como teve a virilha rompida por um chute de um soldado:

Isso aqui foi coice de pau. Foi. Aqui está quebrado, pode passar a mão. Foi. Foi. É, fiquei. Eu fiquei esquecido demais. Eu passei muito tempo ia conversar uma coisa e saía outra diferente. De certos anos para cá de tratamento eu equilibrei mais um pouco. Mas tem. Tem sim, senhora. Tem uma ruptura aqui no pé da virilha desse tamanho, que eu nunca operei com medo de operar porque é muito grande a ruptura, de coice, de um chute que um soldado me deu quando eu estava amarrado em um pé de coco. É isso (informação verbal)⁷⁴.

Conta ainda da sua prisão com os guerrilheiros na mata e como foi levado, dependurado em um helicóptero, num saco de estopa até a Base de Xambioá:

Não, eu só fui preso com eles. Na mata. Eles me pegaram, no primeiro dia que eles me pegaram, eles amarraram e me puseram dentro de um saco de estopa. Você sabe o que é saco de estopa? Eles me colocaram dentro, amarraram a boca, dependuraram no helicóptero e me trouxeram de lá da mata, da Base aonde eu fui pegado lá, eu fui preso lá, que eu me entreguei lá. Eles me pegaram lá, me amarraram, me penduraram no avião e me trouxeram até a Base, pendurado, aqui para Xambioá. Foi, foi sim senhora. Isso aí todo mundo viu, todo mundo que morou aqui naquela época viu. Viu a tortura que fizeram comigo. Quase todo mundo conta essa história aqui. Quase todas as pessoas que têm processo, conta a história minha, porque a minha história foi difícil (informação verbal)⁷⁵.

⁷²Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁷³Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁷⁴Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁷⁵Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Na Base relata o seu sofrimento, apanhando muito, e sem tratamento médico:

Não, não. Nada. Eles davam, tinha uns farmacêuticos do mesmo grupo, do exército que davam uns remédios para a gente, dentro naquele período. E aí eu fiquei com eles, eles me seguraram. Primeiramente eu passei fora da família, 15 (quinze) dias, fora de casa, sem ver a família, a minha mulher estava com 15 (quinze) dias de resguardo, aí eles me trouxeram. 30 dias, foi 30 (trinta) dias que eu fiquei lá com eles. E ela sozinha, na colocação onde eu morava, lá no centro onde eu morava, na minha terrinha. Aí depois eles me seguraram, preso. Eu fiquei preso com eles, eu vou contar a verdade logo, eu fiquei preso com eles. Depois de preso, apanhando muito, eles vieram e um rapaz conhecido por nome Olímpio, chegou e me viu, aí falou para eles: Olha, vocês estão errados. Vocês têm que soltar esse homem, que vocês precisam dele. É o homem que mais conhece a região aqui é ele aqui e o Pedrão. Pedrão era um que tinha aqui antigamente aí. Esses aí que são as pessoas que mais conhecem a região, daqui para Marabá, de Marabá aqui para São Geraldo, Conceição do Araguaia, ele corta isso aí tudo. Eu fui explorador de castanhal, eu fui tropeiro, eu fui garimpeiro, eu fui borracheiro, seringueiro de borracha. Tudo isso eu fiz aqui dentro dessa mata aqui. Não tinha outros serviços, os serviços eram esses. Eu estava, eu não tenho bem a lembrança, eu cheguei aqui na base de uns 17 ou 18 anos, na região (informação verbal)⁷⁶.

O senhor Félix relata a cilada que armaram para prender seu pai e o tiro que recebeu quando, pensando que iriam matar seu pai, saiu correndo. A data “foi em 1973 já, que eu fui baleado” (informação verbal).

Aí eles foram à noite, por volta de 9 horas prender o pai. Era muito escuro. E chamaram o pai, o pai levantou, eu levantei também, a mãe levantou. Eles falaram assim para ele, que queriam comida. E o pai falou, rapaz a essa hora aqui não tenho comida feita e eu não tenho nada para fazer comida para vocês. Os militares se passando como guerrilheiros. A única coisa que eu pai disse foi, só tenho farinha agora à noite e mais nada. Aí ele disse, pois dá uma farinha para nós e meu pai deu. Aí depois que o pai deu essa farinha, eles disseram assim, vamos embora ali que o Osvaldo quer falar contigo. Aí, que era o Osvaldão. E o meu pai perguntou, por que ele não veio aqui? Não, ele não veio aqui, mas nós vamos lá. Aí meu pai saiu mais eles. E minha mãe disse, vai meu filho, para o seu pai não ir só e eu fui. Naquela época a luz era de lamparina. A mãe pegou a lamparina, ficou iluminado e eu saí em seguida. Quando viajou assim uns duzentos metros, chegou lá e tinha mais três deles lá. Aí eles deram um murro no pai e ele caiu, eles baixaram em cima dele e eu pensei que estavam matando. Aí eu fiquei assustado e eu corri, com medo. Quando eu corri, eles me deram três tiros. Um dos tiros pegou aqui na minha perna (informação verbal)⁷⁷.

⁷⁶Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁷⁷Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Mostra o furo de entrada e de saída e lembra de que foi levado para a Base de Abóboras no dia seguinte, para tratamento:

Fiquei. Aí pegou esse balaço aqui, pode ver o furo da entrada aqui e a saída aqui do outro lado. Olha como ficou. E aí eu fiquei. Aí eles prenderam o pai. Eu tinha 15 anos, estava dentro dos 15 anos. Aí, isso, era umas 9 horas da noite. E eu fiquei lá, baleado, com a minha mãe, lutando comigo até 8 horas da manhã. Quando foi 8 horas da manhã foi que mandaram pegar. Me buscaram, naquela época me botaram lá uma rede e me levaram lá para a Base da Abóbora. Você já ouviu falar nas Abóboras? Aí lá, quando eu cheguei lá, o comandante lá era um senhor de Doutor João, um baixinho, aí ele olhou para mim e disse assim: rapaz foi bem feito, tu devia era ter morrido, para que foi correr. Eles prenderam o meu pai, um padrinho meu e um tio meu. O pai era para sacrificar ele, para matar ele, era para morrer (informação verbal)⁷⁸.

Esclarece que os militares queriam matar seu pai porque dera comida para os guerrilheiros. Como também ajudara os detetives do exército disfarçados de recenseadores, acabou sendo solto. Félix recebeu tratamento, mas foi largado no mundo, sem comunicação com a família:

É, só porque deu comida para o pessoal. Naquela época já tinha muitos detetives do exército, disfarçados, acho que desde 1971 já tinha. E tinha um que, porque detetive, naquela época, eles diziam que eram recenseadores, saíam andando uma semana pela mata, pegando o nome das pessoas, anotando. Tinha um, de nome Lima, que ele costumava passar lá na casa do meu pai, era ponto dele dormir, ele passava lá em casa, passava a noite, às vezes pegava um cavalo do meu pai para viajar, passava uma semana dentro da mata fazendo esse trabalho deles. Quando ele chegou lá ele viu meu pai e perguntou, rapaz esse o terrorista é esse? Não rapaz, pode soltar esse homem. Aí ele perguntou, Manezinho, esse menino que está baleado é seu filho? Ele disse, sim. Aí ele mandou soltar o meu pai e o avião que veio deixar meu pai lá para a Base, me trouxe para cá. É, para fazer o tratamento e eu fiquei aqui 15 dias na Base aqui em Xambioá. De Xambioá eles me levaram para Marabá e no outro dia eles me levaram para Belém e eu fiquei 90 dias em Belém, no hospital. Aí quando foi para eu vir embora, eles me botaram em um ônibus lá em Belém para o Marabá, naquela época de Belém a Marabá era muito difícil. E me deram três pãezinhos em um saco para a viagem. Imagina. Eu não sei, porque nós saímos de lá à noite e fomos chegar no outro dia as seis da tarde. E eles falaram que tinha alguém que ia me esperar em Marabá e não tinha ninguém lá quando eu cheguei. Aí eu fiquei lá em Marabá, sem saber o que fazia, eu tinha uma calça e uma camisa, a roupa que eu estava vestido. Aí um velhinho me viu e perguntou para onde eu ia e eu falei para ele. Aí ele me levou lá em um hotelzinho da senhora Noca Dias. Eu me lembro até hoje o nome dela. Esse nome. Ela disse, deixa ele aqui que eu vou dar dormida e janta. Aí de manhã eles disseram para eu ir para o Seis? Sabe onde fica o Seis ali em Marabá? O Seis é uma rodoviária que tem ali na entrada, mas nessa época não, lá era fazenda. Aí lá tinha uma guarita da Polícia Militar. Aí eu passei cinco dias caminhando, seis quilômetros, para chegar a essa guarita. Até conseguir uma carona para Wanderlândia, um sargento lá conseguiu essa

⁷⁸Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

carona. E de Wanderlândia foi que eu vim aqui para o Xambioá. Não, de Wanderlândia não foi carona, porque quando eu cheguei em Wanderlândia, que o ônibus chegou eu entrava no ônibus e o motorista mandava eu sair, eu entrava, ele me botava para fora, porque eu não tinha dinheiro para pagar a passagem. Aí foi quando um velhinho, já bem de idade, pagou a passagem para mim e eu vim embora. Para ver a crueldade deles, porque eles sabiam que eu não tinha como chegar em casa sem dinheiro, me largaram no mundo aí. Eles queriam matar meu pai, não conseguiram e queriam dar fim em mim (informação verbal)⁷⁹.

O pai do senhor Félix era professor, tinha uma escola e uma área grande de terra. A escola foi-lhe tomada e parte da terra, em favor de um informante que trabalhou para o exército:

Não, meu pai não foi guerrilheiro. Não foi para o mato. Ele só dava alimentação tanto fazia ser para os guerrilheiros, como para qualquer um que chegasse em casa ele dava comida, dava dormida. Lá era um ponto de descanso, porque era na beira da estrada. Não, ele não perdeu a terra, não. Ele continuou, mas aí ele não terminou. Antes mesmo da guerrilha a escola dele foi tomada para a irmã de um ex-informante. Os militares. Então falaram para ele que ele não tinha capacidade de dar aula. Aí tiraram dele e deram para essa irmã de um informante, de um que trabalhou para o exército. E a terra do pai era uma terra muito grande que tinha lá. A terra do meu pai era uma terra muito grande que tinha lá, era oitenta alqueires, mas naquela época não tinha documento da terra e eles tomaram quase tudo e ele ficou só com 14 alqueires (informação verbal)⁸⁰.

Maria Oneide conta que marido foi perseguido porque pensavam que era guerrilheiro. O irmão dela também foi perseguido porque trabalhara como barqueiro para um dos guerrilheiros. Sobre seu marido, o Gringo:

Era morador. Ele nasceu em Marabá e foi para a região, ele foi a serviço do Banco do Brasil, na época ele foi como fiscal, para fiscalizar quando o pessoal tomava emprestado dinheiro para comprar gado, essas coisas. Ele estava na região como fiscal do Banco do Brasil. Aí ele resolveu morar lá e nos conhecemos e nos casamos. Meu marido foi perseguido, eles pensavam que o Gringo era um deles. Então a nossa casa foi invadida por duas vezes. Eles chegavam lá, eles chegavam lá, reviravam tudo, pegavam livros e diziam que não sabiam porque uma pessoa lia aqueles livros, tinha livros assim políticos, eles suspeitavam que o Gringo era um deles, e eles diziam que não sabiam porque liam esses livros. Eles achavam que ele era guerrilheiro e não era, ele era um prático veterinário. E também afetou assim porque meu irmão era barqueiro, ele era piloto de barco e ele trabalhou para o Paulo, um dos Paulos, que era guerrilheiro e ele andava de barco daqui de Conceição para São Geraldo, ele fazia esse trajeto, vendendo remédio, calçado, essas coisas. E meu irmão, na época, ele foi preso e eles trouxeram ele aí para Xambioá, onde eles

⁷⁹Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁸⁰Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

tinham um Acampamento e meu irmão passou uns vinte e cinco a trinta dias lá em Xambioá, preso em um buraco (informação verbal)⁸¹.

A insensibilidade dos militares para os mateiros que os auxiliavam era notável. Raimundo Gomes Silva narra que levou uma pancada no olho, quando se deu a prisão do guerrilheiro Ari na mata, e como a negligência em lhe proporcionar tratamento acarretou a perda de visão:

Mas eu já estava com o olho perdido. Sim, foi lá na guerrilha. Eu ia indo e eles disseram, vamos pegar o homem, vamos pegar o homem. De noite, um tal de Ari. Eu levei uma pancada. Aí eu correndo de noite, chovendo, eu escorreguei, bati num pau e perdi o olho, sabe? Não. Eu disse, tenente eu não posso mais, eu levei uma pancada e estou ruim da vista e ele disse, larga ele para trás e vamos pegar o homem. Aí eles seguiram e pegaram o homem e trouxeram para cá. Aí no outro dia eles me levaram para Belém e quando eles chegaram em Belém, me botaram em um tratamento, com uma dor mais infeliz do mundo. Me botaram um colírio Moura, muito forte e me botaram esse colírio e eu disse, tenente eu não aguento e aí eles me tiraram o colírio e eles me aplicaram uma injeção e eu fiquei melhor, me senti melhor. Eu fiquei ruim da vista e eles não me soltavam por nada, eu continuei trabalhando direto com eles, mas ruim da vista. Enxergava pouco, mas quando passou o tempo eu não enxergava mais nada, fiquei ruim da vista, fiquei ruim da vista e não enxerguei mais nada. Não, desse não enxergo nada. Desse outro eu fui com a mulher lá para Goiânia e operei e enxergo um pouquinho desse olho operado, mas desse outro eu não enxergo nada, perdi mesmo, é tudo branco. Aí quando eu cheguei eu fui para minha roça, de volta, eu não tinha mais nada (informação verbal)⁸².

A senhora Rosa dá um longo depoimento sobre as ameaças da polícia em matar todo mundo, tentativa de estupro, estupro de mulher grávida de gêmeos, estupro de homem:

O fato mais marcante foi quando a gente estava em casa e chegou polícia e o marido meu não estava em casa, tinha saído e eles disseram que iam pegar e matar todo mundo, ia matar até as galinhas em casa, essa é uma coisa que a gente nunca vai esquecer, eu me escondi e fui na casa dos vizinhos todos e não encontrei mais nenhuma pessoa na casa. Aí eu fui para a beira do rio Araguaia, onde morava a minha irmã, na Santa Luiza, nos Perdidos, acima da Marcellinense, aí quando eu cheguei lá eu levei o meu sobrinho, que tinha 04 anos, no cavalo e umas roupas da minha cunhada, porque não tinha nenhum dos homens, estavam todos escondidos no mato. Aí quando eu cheguei na beira do rio, já era umas seis para sete horas da tarde, já era de noite, eu encontrei 53 (cinquenta e três) policiais e eu já estava correndo da polícia, porque na casa da minha sogra atiraram, eu encontrei bala lá, escutei o tiroteio lá, o povo atirando aí quando eu cheguei perto tinha assim uma ladeira eu enxerguei eles levando a minha sogra e uma cunhada. Eu entrei por dentro do mato e fui para minha casa e lá peguei um cavalo do meu irmão e montei e

⁸¹Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁸²Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Gomes da. Entrevista VII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

levei uma cunhada minha e um monte de mulheres iam andando a pé. Aí quando eu cheguei no lago, na Santa Luzia, embaixo de um pé de Sapucaia que tinha lá, na Santa Luzia, deixa eu ver, no Antônio da Helena, na morada do Antônio da Helena, lá estava cercado de polícia e aí eles me derrubam do cavalo e colocou meu sobrinho para dentro do mato e foi onde eles queriam me estuprar, mas rasgaram minha roupa toda e me chamando de terrorista, tomaram meu registro que eu tinha e rasgaram e disse daqui para frente tu é terrorista e tu vai fazer com a gente o que que a gente quiser, nós não vamos te matar hoje não, só se tu não me aceitar. Eu estava de vestido, eles rasgaram minha roupa, fiquei só de calcinha, mas aí eu fiz um medo neles e disse ali vem vindo, aquela zoada que vem ali é só posseiro, não tem nada se eu morrer, se eu morrer vocês vão morrer todos. Aí eu me enrolei naquele pedaço de vestido e cheguei até em casa. Aí eles atrás de mim com a arma para atirar, e eu disse pode matar logo. Cheguei na casa da minha irmã, minha mãe estava lá e desmaiou logo e perguntou o que foi isso que aconteceu e eu disse não aconteceu nada, mas ia acontecer. Aí quando chegou umas 35 mulheres, tudo com meninos e animal, estavam conversando e eles pensaram que eram os posseiros que vinham. Aí me largaram lá. É por isso eu falo, a pessoa conversou muito, eu conversei, porque eu não ficava parada, eu não ficava calada, todo mundo eles mandavam calar a boca e eu não calava. Ele fazia a pergunta e eu falava. Você é terrorista? Eu dizia terrorista é vocês, porque meus conterrâneos aqui não fazem terror. Aqueles que eles pegavam, eles batiam, batiam e batiam e no outro dia amanhecia morto, de inchaço. O filho do Josias, que eu não conhecia bem, só o Josias, mas o rapaz não, morreu depois de três dias, de taca⁸³. Eles estupraram a mulher, vizinha da minha irmã, eu vi, a mulher buchuda, estava grávida de dois meninos. Eles amarram o homem no mourão de amarrar os animais e aí foi fazer o que fazia com mulher, foi fazer com o homem também, o homem amarrado, o senhor Manezinho, eu não sei se ele ainda é vivo, porque se for vivo, ele não via querer falar essa história por isso, mas não fizeram mais nada com ele. Mas entrou outro e a mulher gritava, maldizia, mas não tinha ninguém para acudir, isso eu não vi porque ela estava dentro do quarto e eu na área, era perto da casa da minha irmã e a mulher ficou lá chorando, a Divina. Então eu falava demais porque eu falava para eles, isso não é papel de policial, de polícia, porque se fossem polícia de verdade vocês respeitavam pelo menos a farda do governo que vocês estão vestindo. E até hoje eu tenho minhas dúvidas que ali no meio de 53 policiais entre capitão, coronel que disse que tinha, é cabo, é tenente, aquele coisa toda, eu imagino que não tinha um sequer policial de verdade, eu imagino que eram tudo pistoleiros das fazendas por aí afora, porque uma pessoa do governo não teria coragem de fazer um tipo de coisa daquela. Não fizeram comigo, mas me levaram presa, porque disse que eu ia pagar entre todas as mulheres, eu ia pagar porque eu conversava demais, não ficava calada (informação verbal)⁸⁴.

Porque questionava, retrucava, reclamava, foi mantida presa em vários lugares, sofrendo tortura como a de ficar trancada em um quarto fétido no qual perdeu os sentidos:

Eu fiquei 90 (noventa) dias. Eu fiquei 24 horas em uma cadeia bem aí em São Geraldo e meia noite eles me levaram lá para Marabá, lá para o Comando da Polícia, porque no presídio não tinha vaga e depois eles me levaram para o

⁸³Significa que foi golpeado com cassetete ou um objeto flexível.

⁸⁴Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Km 8. Aí do 8 eu não sei quantos dias eu passei eu só sei que de lá eu fui para Belém. O local que eu fui eu não sei, eu sempre fui com óculos de borracha na cara para não ver e o local que eu fui, quando eu fui chegando era o segundo batalhão de infantaria porque folgou um pouco, eu vi, mas daí eu fui para outro presídio depois, que para mim era embaixo do chão, porque passou tanta porta, aí batia tanta porta, eu não sei se eles fizeram muitas voltas, se era o mesmo local no carro, eles falaram agora você vai mudar. Era. Já estava mais ou menos, eu faço uma base que eu já estava com uns quarenta dias que eu estava presa. Não me deram meu relógio, tomaram tudo, eu não tinha nada. Então lá foi o pior dia da minha vida, porque naquele local eu fiquei com falta de ar até hoje, eu para conversar tem que puxar o ar, eu tomo remédio as vezes. Porque foi em um quarto pequeno, no banheiro, porque tinha um sanitário daqueles que é rente ao chão. Aí eu estava ali dentro e o buraco da chave é pequenininho e eu ouvi quando o Comandante falou assim, coloca ela lá, mas não tranca a porta, deixar semifechada e o homem com maldade trancou e eu fiquei ali naquela catanga, a coisa era forrada e o ar foi faltando. Eu não sei se eu fiquei lá horas ou dias, eu só sei que quando eu acordei eu estava no meio do corredor, acho que ele veio e me puxou para fora e eu acordei, uma pessoa passando a mão, me chamando, acorda, acorda. Eu olhei e para mim era uma pessoa morta, já do outro mundo, toda vestida de branco, aquela pessoa. E ali eu só escutava gemidos, de gente, aquele horror de quarto. Não sei quando era de dia e nem à noite porque a lâmpada era acesa todo tempo. Então eu não sei dizer quantos tempo, quantos dias e quantas horas. Eu esqueci do meu nome também por causa dos choques, se eu olhasse assim eu não sabia que roupa eu estava vestida, nem nada (informação verbal)⁸⁵.

Também recebeu choque para declarar que os terroristas ensinavam a população a como fazer guerra, mas afirma que em vez disso declarava todas as coisas boas que havia aprendido sobre os direitos humanos, como o direito de morar na terra:

Só foi uma vez que me deram choque, atravessando, quando eu saí da cadeia de São Geraldo. Atravessou o rio e eles botaram o saco na minha cabeça e falaram assim nós vamos te jogar na cachoeira de Santa Isabel, que é para tu não contar nada do que aconteceu, que tu viu e nem nada. Quem são essas pessoas, eu estava no meio da polícia, mas não sei se foram eles. Aí eu fui para Xambioá, para o aeroporto, de avião, desativado, porque não tinha mais avião lá. E tinha um poço bem fundo e eles disseram se nós não te jogar na cachoeira, depois que tu der o depoimento, nós vamos te jogar dentro do poço. Eu já sabia que tinha aquele poço lá. Quando eu cheguei lá que eu fui saindo da voadeira, eles deram muitas voltas no rio, eles me deram um empurrão, mas como eu estava algemada, com os braços para trás eu não tive como me segurar e meu joelho até hoje é doente, desmantelou o joelho e fiquei tomando remédio e melhorou. E as costas é doendo, eternamente. Ele me empurrou assim, deu aquele empurrão, assim, com a arma que ele tinha, bateu e eu caí. Eles mandaram eu sentar em uma cadeira e aquela cadeira parece que tem um imã, quando eu fui abaixando já sentei logo e ali eu não levantava nem que eu quisesse. E por cima, não tem esse negócio de ouvir, lá do avião? Que coloca aqui, aqui na orelha, aqui por cima, tipo a tiara, tipo uma volta assim, mas eu nem peguei e nem ouvi. Fala agora que teus irmãos, aquele povo era terrorista, que eles andavam juntos, que eles ensinaram como vocês devem trabalhar

⁸⁵Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

como deve fazer. Eu falei é, os terroristas como vocês falam, eles ensinaram para nós a respeitar as pessoas, os direitos humanos das pessoas, e os direitos que nós tínhamos de morar na terra, aqueles direitos que nós tínhamos de morar na terra, naquele tempo eles falaram é de um ano e um dia e se eles quiserem desapropriar vocês eles vão pagar os direitos, vocês não vão agir, não vão brigar, fazer briga, violência não convém, isso foi o que eles ensinaram para nós, violência não convém, fazer greve, fazer guerra, não. Era a reunião que nós tínhamos com eles e não mau conselho como vocês estão dizendo para eu falar. Uma pessoa tão boa, como é que eu vou falar mal. Aí eles arrojavam aquilo, não sei lá onde, aquele trem doía que estrondava o meu juízo. Era. Mas era só aquele segundinho, um pouquinho. Aí o outro dizia, maneira aí, eles diziam fala e eu não falei. Aí eles diziam, ela é mesmo terrorista porque está resistindo (informação verbal)⁸⁶.

O senhor Sebastião Fernandes da Silva fala da sujeição de não ter direito a nada. Conta como os militares entravam nas casas e tomavam conta de tudo, de como sua mulher que recém tinha dado à luz quebrou o resguardo, endoidou e morreu, assim como a filha, por desnutrição:

Lá na região foram duas. Aí eles começaram a ir na casa da gente, na minha casa também foram. Aí eles explicavam o motivo pelo qual eles estavam sendo perseguidos. Não. Eles tratavam de guerrilheiros ou *papamaia*. Hoje é que nós temos como guerrilheiro. Aí depois eles tornaram a baixar de novo. E quando baixaram foi com mais força, não é. E aí o pessoal, esse pessoal que eles chamavam de terroristas tornou a desaparecer de novo. Aí eles começaram a pegar e nós só sabia a notícia. E a gente ficou debaixo de sujeição, dentro dessa época derradeira. Debaixo de sujeição que não tinha direito mais de nada. A minha casa mesmo eles tomaram de conta, fez a rancharia deles mesmos e ali a gente não tinha direito de fugir da presença deles para nada. Bom. Eles ficavam junto com a gente dentro da casa. Fez ficar junto com a gente. Só que debaixo de sujeição deles, diante das ordens deles e não tinha direito de sair. Não, eu fui preso, assim, mas sob sujeição dentro de casa. Porque aí eles pegaram meu irmão, eu morava vizinho do meu irmão e eles pegavam o meu irmão e levaram para a Base, preso. Eu fiquei. Dizendo que era para poder cuidar da família, minha e do meu irmão. E realmente a mulher do meu irmão quebrou o resguardo, endoidou, coitada. A minha mulher quebrou o resguardo também e eu fui obrigado a levar ela, às pressas, para Xambioá, porque era onde tinha atendimento. Mas minha mulher chegou à conclusão a morrer, porque atacou a mente, a cabeça. Eu perdi a mulher e perdi o menino também. Sim, morreu. Porque eu tive que levar a mulher para Xambioá para tratar e a criança ficou. Ficou desnutrida e morreu. Não teve jeito. Aí ficou nessa condição. Aí eu eles me puseram 15 dias. Porque noticiaram para eles que eu conhecia bem a mata. Eles me mandaram seguir eles na mata. Eu fui assim, porque eles que botavam. Aí eu fui debaixo de ordem deles. Ou ia ou então ia preso para a Base. Aí eles ficaram na minha casa. Só na minha casa eles ficaram uns 30 (trinta) dias, era por baixo de sujeição o tempo todo. Era assim, você não podia ir no comércio comprar nada (informação verbal)⁸⁷.

⁸⁶Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁸⁷Entrevista concedida SOUSA, Sebastião Fernandes de. Entrevista IX. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Diva Lima Botelho fala da tortura aplicada ao seu marido; o “buracão”, um buraco no chão em que as pessoas eram colocadas todas juntas, com uma grade por cima:

Não, era demais, era barco cheio de polícia, era gente demais, eles saíam com aqueles barcos tudo assim, eles saíam com as armas tudo assim e nesse tempo eles pegaram meu marido. Tinha terra, tinha dez alqueires de terra que ele tinha comprado para tirar madeira de lá dentro. Aí ele ficou lá e eles chegaram lá e atacaram e pegaram ele e jogaram em um barco e trouxeram eles para Xambioá. Em Xambioá tinha um buracão assim que eles chamavam, lá eles chamavam de Base e tinha um buracão assim que eles colocavam o pessoal lá dentro para prender com uma grade assim por cima. E aí lá ele ficou uns dias, e quando ele chegou, ele estava muito amarelo e tudo e eu perguntei para ele, porque fazia dia que ele não voltava. Aí ele disse não, a polícia me pegou lá dentro com a minha turma todinha, nós estávamos todos barbudos, porque trabalhando, não é. E trouxeram ele para lá. Inclusive eu já dei uma entrevista para um rapaz e para uma irmã da Dina, que chamava Diva e aí ele me perguntou se bateram nele, eu falei não, eu não sei, porque homem daquele tempo tinha vergonha se contava que apanhava, mas eu sei que sofrer, ele sofreu dentro desse buraco, porque ele chegou muito mal. Assim, machucado não era, mas ele tinha passado muito baixo, porque estava magro, cabeludo, amarelo (informação verbal)⁸⁸.

O senhor Manoel Florêncio Feitosa, que no período da repressão militar tinha apenas 14 anos de idade, não conseguiu esquecer os maus tratos que os militares infligiam a seus pais com o intuito de localizar os guerrilheiros, que sequer conheciam. Ousou reclamar e o soldado o machucou com o cano do fuzil:

O mais marcante que eu achei foi eles maltratar meus pais sem merecer e me maltratar eu sendo, podia dizer que eu era uma criança ainda. Eles estavam maltratando meu pai, dando pesadas nele, para ele dizer que estava sustentando o pessoal das matas, que eles estavam à procura, sem a gente nem conhecer. Ele e meu tio, que é o Bom de Papo. Aí, eu fui falar para eles não fazerem isso e eles, que eles não mereciam e o soldado arriou o cano do fuzil na minha cabeça que ficou um corte aqui, que tem esse buraco aqui, pode olhar. Nada disso, nem fez conta. Foram as maiores barbaridades que eles fizeram com os moradores daqui da região (informação verbal)⁸⁹.

Confirma o que todas as pessoas entrevistadas relatam sobre restrição à liberdade de ir e vir, de trabalhar na roça, vigilância constante:

Da primeira vez que eles andaram lá onde nós morava, eles não mexeram comigo e nem com o meu pai. Da segunda vez foi que eles já vieram acabando com tudo. Não deixava ninguém sair de casa e se saísse eles matavam. Até para ir tomar banho no rio tinha que ir acompanhado com eles, era um policial na frente e outro atrás, tudo de arma na mão, como se a gente devesse, como se tivesse alguma coisa errada. Eles pegaram meu pai e levaram, mas depois

⁸⁸Entrevista concedida por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁸⁹Entrevista concedida por FEITOSA, Manoel Florêncio. Entrevista XI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

trouxeram e não levaram para a cadeia, não. Sim, não tivemos mais condições de trabalhar. Acabou com tudo (informação verbal)⁹⁰.

O morador Antônio Alves de Sousa, conhecido como Antônio Precatão, em seu depoimento, ressalta a expulsão de sua casa, que era vizinha da casa da guerrilheira Dina, a impossibilidade de trabalhar na roça e as agressões que sofreu quando tentou tirar a mandioca para fazer farinha, alimento para sua esposa que estava em resguardo:

Nunca mais eu trabalhei na minha terra. O que aconteceu foi que eles mandaram eu sair fora, aí eu saí. Eles me botaram para fora da minha casa e eu saí, para outra casa mais afastada de um rapaz que já estava sendo preso, já estava com os militares, já preso, já estava em sofrimento e eu vim cá para a casa desse rapaz, uns mil metros distante da minha terra, da minha roça. Aí quando a minha mulher estava gestante, quando eles me botaram para lá, para fora, minha mulher estava gestante. Eu estava fazendo farinha primeiramente, eu tinha muita farinha feita, aí eles me botaram para fora. Aí foi época que chegou o dia de ganhar, aí eu fui pedir uma permissão para fazer uma farinha, tirar a mandioca e fazer uma farinha. Eu fui pedir a permissão lá na Base, nas Abóboras. Aí o chefe me deu a permissão, mas eu não peguei a autorização assinada por eles. Ele perguntou vai arrancar hoje, eu disse não, só é amanhã. A minha mulher estava com seis dias de resguardo. Aí quando eu fui arrancar a mandioca eles me pegaram. A polícia. Antes eles já tinham me botado para fora, porque eles suspeitaram que eu era vizinho da Dina. A Dina era minha vizinha, eles suspeitavam que eu era compartilhado com ela, mas só que eu não tinha palestra com ela de jeito nenhum, a não ser só bom dia ou boa tarde, porque ela passava na porta da minha casa. E por aquilo, por eles suspeitarem isso, eles me mandaram eu sair da minha casa e eu saí. Aí foi o tempo que a minha mulher ganhou neném e eu pedi a permissão para arrancar a mandioca e eles mandaram que eu fosse. E no dia, por volta de umas oito horas ou oito e meia e eu até pedir um menino chamado Jorge para ir comigo. Aí quando eu fui arrancar a mandioca, eles já estavam lá na roça me esperando. Quando eu fui chegando o jumento se espantou, que eu levei o animal para trazer a mandioca e aí eu olhei e eles já estavam com as armas apontadas para mim, aí eles já vieram com as garras em mim e me prenderam logo. Eles perguntaram para onde eu ia e eu disse que a arrancar a mandioca que a mulher estava de resguardo e disse que eu tinha permissão ao chefe lá na Base para arrancar a mandioca e ele me deu. Aí eles disseram que nada, vagabundo, tu vai arrancar a mandioca é para fazer farinha para a Dina, aí eles meteram a mão em mim. Eles tiraram o cordão que eu tinha amarrado na cintura para pendurar o facão e amarraram as minhas mãos para trás com esse cordão. Aí eles me tocaram e me deram logo uns murros, umas pesadas, me derrubaram. Aí foram me identificar para eu contar a história, mas eu contava a história e nada, eles não acreditavam. Quando eu cheguei na estradinha que ia para a minha casa eles me deram um tapa assim de novo e eu fui parar do outro lado da estrada. E seguiram comigo. E o menino, que ia comigo, eles mandaram embora. Mandaram ele ir e disseram, você vai e não é para abrir a boca para ninguém. Ele foi, levou o animal, foi para a casa do pai dele (informação verbal)⁹¹.

⁹⁰Entrevista concedida por FEITOSA, Manoel Florêncio. Entrevista XI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁹¹Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Conta também da prisão e das torturas que sofreu em Xambioá, como amarrá-lo num pé de coco onde havia formigas de fogo, exposto ao sol durante 7 horas, sentá-lo numa bola de arame farpado e submissão a choques nos, lábios e nas orelhas:

E de lá mesmo eu voltei para casa e a minha mulher estava com seis dias de resguardo e uma menina de um ano e meio foi quem ficou com ela, olhando. E eu lá, quando ela ganhou, eu era quem cuida. Não tinha nada em casa. Eu tinha muito na roça, tinha de tudo, mas não deixaram mais tirar nada. Aí eu arrumava, às vezes, assim aquelas coisinhas, quando tinha e eu era quem fazia o de comer, lavava a roupa, porque os vizinhos não vinham ajudar porque todo mundo estava preso em casa e não tinham licença para ir na casa de ninguém. Aí foi quando eles vieram e me pegaram. E minha mulher ficou lá sozinha, sofrendo, por três dias, aí foi que avisaram para os pais dela e aí levaram ela lá para o centro e passaram a cuidar dela e a casa ficou lá abandonada. Eles me levaram para Xambioá. Eles me pegaram lá dentro da mata, me tocaram para a Base das Abóboras e de lá da Base das Abóboras, no outro dia ele me levaram para Xambioá. Dentro do helicóptero. Me trouxeram para cá. Chegaram aqui eles me jogaram lá no chão e me pegaram lá e passaram uma corda assim no meu pelo pescoço, passaram uma corda pelo meu pescoço. Aí me levaram lá para um pé de coco, sem folha, nada, tudo exposto assim no sol. Aí naquele pé de coco o que tinha era formiga de fogo, aquele monte de formiga de fogo. Eles pegaram, me amarraram no pé de coco com os braços para trás, passaram uma corda aqui nos pés, com as costas no pé de coco. Aí eles assanhavam aquelas formigas e elas tomaram conta do meu corpo. Eu estava só de short, porque quando eles me pegaram eu estava trabalhando na roça. Aí eles, de vez em quando, eles iam lá e assanhavam aquelas formigas de fogo, era muita formiga. Assanhavam as formigas e me batiam. Davam tapa na cara. Batiam com o meu facão assim no peito e da barriga. Era de hora em hora eles iam lá. Eu fiquei nessa situação das dez horas da manhã até as cinco horas da tarde. Com cinco horas da tarde eles me tiraram de lá e me levaram para a barraca do torturamento e foram me identificar. Eles mandaram eu sentar em uma bola de arame farpado. E eu sentei porque eles estavam assim, um de um lado e o outro do outro, com as armas apontadas para minhas costelas assim, com os dedos no gatilho. Eles diziam, fala o que tu fez para a Dina? Eu dizia que não tinha nada para falar porque eu não tinha nada com ela, ela nunca me pediu nada, nunca vendi nada para ela, nunca trabalhei com ela. Ela fazia o trabalho dela para lá e eu fazia o meu e só via quando ela passava na frente de casa ou eu passava na frente da casa dela e a única palestra que eu tinha com ela era só bom dia, boa noite. Mas eu falava e eles não acreditavam naquela. Aí me mandaram sentar naquela bola de arame e eu sentei. Aí eles pegaram aquela máquina lá, aquele trem de choque e botaram aquele negócio no meu beijo e na minha orelha. E dava aqueles choques assim, dava aqueles choques, aqueles choques e eu não sei nem como eu fiquei. Aí quando terminavam aqueles choques, perguntavam de novo a mesma coisa e eu falava a também a mesma coisa e eles não acreditavam e ficou assim até que eles me tiraram e me levaram para um curral de arame (informação verbal)⁹².

⁹²Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Descreve o curral de arame onde uns 20 homens estavam confinados, quebrados, ensanguentados e relata novas agressões, choques e um instrumento que esquentava a cabeça e dava a sensação de que a esticava:

Era uma prisão no meio do sol quente assim. Aberto, não tinha nada, só cerca de arame, uns doze fios de arame passado assim. Uns vinte homens já estavam lá dentro. Aí quando eu cheguei lá naquela barraca estavam o José Novato todo quebrado, tava o Beca, e tava o Darci Alves Taveira, lá naquela barraca, o Beca e o José Novato. O José Novato estava deitado lá no pé da barraca do torturamento, todo quebrado, todo ensanguentado e o Beca tava lá dentro do chiqueiro lá. Porque era um chiqueiro mesmo. E o Darci estava sentando assim, também todo quebrado. Aí me pegaram e me levaram lá para aquele chiqueiro. E aí botaram o Beca e o José Novato também levaram para essa prisão e nós ficamos presos lá. E quando foi no outro dia eles me tiraram novamente e mandaram eu contar a história e eu tornei a contar a história do mesmo jeito que já tinha contado primeiro, porque não tinha outra conversa, era só aquela mesmo, eu só contava o que tinha acontecido. Era o que eu podia contar. Mas eles não acreditavam, tornaram a me dar choque, me bateram muito. De maneira que foram cinco dias nesse sofrimento. É, de tortura, cinco dias. A última coisa que eles fizeram comigo, foi um senhor de Romeu, um cara lá que eles chamavam de Doutor. Porque naquela época todo mundo era doutor, podia ser um bode, mas eles chamavam de doutor. Aí eles mandaram pegar um negócio lá e o Romeu foi lá e pegou um troço e botaram na minha cabeça assim por trás e começou a acochar a minha cabeça assim, para mim a minha cabeça ia esticando assim. Aí me identificavam e eu olha, vocês podem me matar, podem fazer o que quiser comigo, eu não tenho outra história para contar. Eu falei para eles, primeiramente eu estou na mão de deus e depois na mão de vocês e eu só conto o que aconteceu. Eu nunca comprei nada na mão deles. Eles nunca compraram nada na minha mão, eu tinha o meu trabalho e eles tinham a vida deles para lá e eu tinha a minha. Eu falava e eles não acreditavam e continuava aquela tortura. Aí teve um momento que eu senti aquela queimadura na cabeça, via faísca de fogo, assim e pensei que tinha estourado a minha cabeça, aí passei a mão pensando que era sangue, mas não era não, graças a deus não tinha estourado a minha cabeça. Chegou um e mandou eles parar, eles pararam. Aí foi a última coisa que eles fizeram comigo. Aí me botaram lá no curral. Aí ficou eu, ficou o Beca, ficou o Zé Novato, Darci, o Doutorzinho, Raimundo Preto, o Hermógenes, o Zé da Graça. Esses eu falo por nome porque eu conhecia e o outros eu não sabia os nomes e não podia perguntar para eles (informação verbal)⁹³.

A sua narrativa confirma a existência do buraco no chão coberto como uma grade, fala das fugas, das execuções, das péssimas condições de higiene, das ameaças constantes:

Quando estava com uns nove, doze dias mais ou menos, aí fugiu um companheiro, chamava José Madaleno, ele estava dentro do buraco, perto de nós. Aí naquele dia foi um dia sofrimento para nós, já era seis hora da tarde até que pegaram aquele homem e trouxeram ele de volta para trás. Aí com três dias, pegaram ele lá, levaram lá para o barraco de torturamento e bateram nele, bateram e de cá nós não via nada porque tinha umas palhas de coco, mas ouvia, sabia o que estava acontecendo. Aí quando um guarda estava chegando, para

⁹³Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

a troca de guarda, aí deram um tiro para lá e o guarda falou aquele já era. E aqui tem um de você que está no mesmo caminho. Amanhã será um de vocês. Aí ficou eu, o Zé Novato e o Beca e nós ficamos pensando, não sabíamos quem era de nós que ia. Porque eles condenavam nós três, mais do que outros. Eu porque era vizinho da Dina, o Beca porque era comerciante e vendia aquelas mercadorias para eles e o Zé Novato porque era Tropeiro, naquele tempo não tinha carro e ele fazia o transporte de mercadorias. Aí eles condenavam nós três. Aí ficamos pensando, só nós três ali juntos. Eu dizia, estamos na mão de deus, vamos confiar em deus. Aí quando foi no outro dia cedo, eles mandaram chamar o Beca e disse para pegar três companheiros para ir tirar umas palhas de coco. Tiramos umas duzentas palhas de coco. E aí quando nós íamos saindo perguntamos: doutor quem vai nos acompanhar? Ele disse só vocês quatro e se fugir vocês é quem sabe se querem fugir daí. Aí, na volta, nós perguntamos de novo quem ia levar nós para tomar banho e eles disseram, vocês sozinhos. Aí fomos e tomamos banho e foi o dia que nós bebemos água boa, foi nesse dia que pegamos água do Araguaia e trouxemos. Porque a água que eles davam para beber na prisão ficava em um tambor com lodo, exposta ao sol, abanava com o litro e pegava a água e dava para nós beber lá na prisão, essa água era quente e não era água boa. Bebia porque era obrigado a beber. Aí pronto, foi melhorando mais a coisa para nós. Naquela hora que nós fomos para tirar as palhas de coco, nós passamos assim perto do barraco e olhamos assim e vimos aquele lago de sangue. Era o sangue daqueles que fugiu, o José Madaleno e que eles tinham matado. O que estava no buraco. Eu não sei. É um buraco cercado por cima. Aí depois daquele dia melhorou a situação para nós, foi melhorando a situação para nós. Aí quando foi com 22 (vinte e dois) dias que eu estava preso, aí chegou um lá e disse assim: hoje o seu Beca, José Novato, o Doutorzinho e o senhor Antônio Precatão, estão de parabéns, porque hoje nós vamos botar eles lá onde nós achamos. Aí depois falaram, ah lembrei, hoje não vai dá não, porque o avião não pode vir. Aí nós comentamos que se eles liberassem hoje nós íamos por conta própria. Aí o Beca comentou com o guarda que estava lá e disse doutor se liberasse hoje nós íamos embora. Aí pegaram nós e botaram em uma voadeira e nos levaram para São Geraldo e chegando lá fizeram uma reunião conosco e disseram que tudo que nós ouvimos e vimos lá na Base era para ficar de boca fechada, porque tinha passado só o pente fino e se falasse algo seria passado o pente grosso e não ia sobrar para ninguém porque e iam pegar a família toda, vai arrastar, pai, vai arrastar mãe, vai todo mundo. E ficamos na obrigação de ir na Base em Xambioá, de 15 dias em 15 dias. Tinha que andar a distância de 22 (vinte e dois) Km para se apresentar lá na base e eles perguntavam se nós tinha visto o pessoal e nós dizia, não vimos não. Vinha só para dizer isso. E nós voltava. Foram cinco meses. Aí com cinco meses liberaram nós (informação verbal)⁹⁴.

Os posseiros eram levados presos para a Base de Xambioá, de helicóptero, encapuzados ou num saco de estopa como Raimundo Gomes. Em seu depoimento conta como o ameaçaram jogar do alto e ao chegar o empurraram, fazendo-o cair no chão pedregoso:

É no helicóptero, que foi buscar nós lá. Aí eu falei, vocês estão procurando é outro, não é eu não, eu não tenho caso de estar aqui arrodado de polícia não. Falaram tu tá conversando, tá conversando. É tu mesmo, olha a cara do sem vergonha. Aí botaram no avião e quando voaram, lá adiante eles tiraram o

⁹⁴Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

capuz e mandou eu olhar para baixo, porque tinha um capuz na cabeça. Um deles me empurrou como se fosse derrubar, mas era para fazer medo. Mas não tinha caso para eles mexerem comigo. Aí quando chegou lá mais adiante eu tornei lembrar, gente vocês estão errados, o homem que vocês estão caçando não sou eu não. Que não é tu rapaz, tu tá é com sem vergonhice, tu é um sem vergonha mesmo, está ajudando os terroristas. É bem aí na beira do rio. Era a Base. Tinha era muito soldado aí. Aí quando eles chegaram para me botar no chão, porque aquilo é alto do chão para descer, eles me empurraram. Quando me empurraram eles me derrubaram na piçarra. Tem gente que não sabe o que é piçarra. Piçarra é aquele lugar onde só tem pedrinha pequena. Aí me empurraram lá que eu caí e me ralei, ralei o joelho quando eu caí lá no chão e minha mão ia amarrada aqui. Empurraram e falaram, levanta e eu fui levantar e botaram eu para correr. Como é que corre? Eles largavam o pé na bunda, com perdão da palavra. Até que me levaram lá numa casinha onde penduravam a gente (informação verbal)⁹⁵.

Depois, veio a tortura no “pau de arara” com choque e revólver na boca, que Leonardo calcula ter durado cerca de 6 horas:

Penduram no pau de arara, mulher. Pois é, aí me levaram, me bateram, davam pesada quando eu caía. Até que eu cheguei lá na casinha e eles pegaram assim como se fosse uma sola, um pedaço de sola com uma fivela. Pegaram uma mão minha e essa perna aqui e a outra também do mesmo jeito, ficaram amarrada uma na outra e eles meteram um pau no aqui entre um e outro. Lá debaixo da casinha tinha uma travessa e eles me pegaram de um lado e outro de outro e me botaram lá dependurado, de cabeça para baixo. Pau de Arara, é. É a coisa mais ruim que tem no mundo, mais antes o sujeito morto. Eu pedi muitas vezes para morrer. Mas a gente não morre antes da hora não, é o jeito. E lá o que eles faziam lá comigo? Um acolá na máquina com macaquinhos na orelha para dar choque, chega arreganhava os dentes. Dava choque, chega aluía a gente. E eu dizia eu vou morrer aqui. E eu só dizia, assim, de vez em quando, não é eu não. E eles, que não é tu não, sem vergonha. Quem disse que não é tu? É tu mesmo. Tu vai até morrer. E eu disse, mas como não matam logo, pô. Porque tem hora que a gente zanga. E aí, como é que não matam logo? E aí o choque aqui e o revólver aqui no ouvido e diziam, tu vai descobrir quem é que tu tava assoviando, quem é que tu tava respondendo. Mas lá foi que me judiaram. Lá foi que me judiaram demais e nesse judío, eu não sei nem que hora era, quem está pendurado não está vendo, nada. Mas eu faço base que eles me botaram no chão de vez, eu faço base, não é vaidade não, mas eu acho que me judiaram assim até umas nove horas da noite. De vez em quando, que já tava para acabar de morrer, eles baixavam assim por uns três minutos, quando chegava assim soltava a gente, chega ficava com a cabeça torta. Se pegasse pela croa da cabeça, morria, porque deixava cair no chão de uma vez. Não. Não era de manhã não, era de tarde, eles me pegaram lá foi o negócio de umas três horas da tarde (informação verbal)⁹⁶.

⁹⁵Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁹⁶Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Depois que o chefe doutor César avaliou que devia ser solto, tal como Antônio Precatão, foi para o curral de arame farpado, onde havia muitos presos, e era cercado de policiais. Passou por mais duas cadeias, uma em Xambioá e outra em Araguaína, muito maltratado. Quando finalmente foi solto, tinha obrigação de comparecer de tempos em tempos à Base:

Aí que chegou lá o chefe, que chamava doutor César, um velhão e disse: pode soltar esse homem, porque ele não deve nada não, porque se homem devesse, que está numa situação dessa, já tinha falado. Aí eles me pegaram, me soltaram e me botaram dentro de um curral de arame. Lá já tinha um bocado de presos, não sei nem quantos. E a polícia era ao redor, para não escapulir. Mas lá não saía, era arame farpado, topado um no outro, não tinha como sair. Lá, nesse clamor eu passei, mas judiar, eles só judiaram esse dia, mas também eu não prestei mais para nada, no outro dia eu amanheci me arrastando, não podia ir para lugar nenhum, era a coisa mais ruim do mundo. Lá eu passei oito dias, lá na Base, preso nesse curral. Com oito dias eles me tiraram e botaram em outra cadeia, a amarelinha, que é uma cadeia que tem aqui em Xambioá, que tinha aí, hoje já é outra coisa. Passei outros oito dias, aí já ia fazer 16 dias, que eu tava preso. Lá eles não me bateram mais também não, de porrada, de pau, só me humilharam muito, como eu já contei, pendurado, choque, revólver na boca. Aí quando deu fé chegou uma caminhoneta e levou nós para Araguaína, oito. Lá em Araguaína eu passei 24 dias na prisão. Na cadeia, dormindo no chão, sem mudar a roupa, fome não, mas a gente não come mesmo com raiva mas, mal cuidado, mal zelado, não tinha sabão, uma vida de cachorro. Um sofrimento daquele, morrer é melhor. Quando inteirou 40 dias que eles soltaram nós. Soltaram, não, o chefe mandou reunir nós daqui de Xambioá e falou assim, vocês agora de manhã vão dar um voo. E um dizia assim, é para Goiânia e se levarem nós para Goiânia, estamos mortos. Mas não era para Goiânia não, era aí para a Base e aí na Base eu passei ainda dois dias e aí eles mandaram eu atravessar, porque meu povo morava tudo do outro lado, só quem tava dentro da mata era eu, porque eu trabalhava na roça. Eles me botaram do outro lado, eu fiquei um bocado de dia de recesso e era obrigado vir aqui onde eles, de vez em quando, até quando eles largaram de mão. Foram 40 dias. 16 dias aqui e 24 dias em Araguaína. Passando fome, passando raiva, dormindo pelo chão, não é bom nem a gente nem contar (informação verbal)⁹⁷.

Raimundo Torres da Silva, que atuou na condição de mateiro para os militares, relata como um homem, que era da “companhia dos terroristas”, levou um tiro que lhe quebrou o braço, e foi amarrado num burro e levado arrastado:

Aí nós baixamos lá. Eu fiquei oito meses sem ver minha filha. Graças a deus eu vi eles fazerem umas coisas, mas que eu não fiz parte. Quer dizer, eu fiz parte assim, porque eu estava no grupo. É. E não foi matado também, provavelmente. Foi pegado um cara, que andamos um dia e meio no rastro dele aí conseguimos, através de outro mateiro. Nós achamos ele, dentro de uma gruta, cozinhando uma mandioca, uma marmitinha de mandioca, já era a base de uma meia, uma hora da tarde. Nós fomos assim, chegamos assim devagar, nem conversar, não conversava. Nós apontamos a vinte para ele e aí o cara no chão apertou o gatilho. Aí eles atiraram nele. Eles disse que atirou

⁹⁷Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

no braço dele, mas é mentira, atirou nos peitos dele e pegou assim no braço, quebrou o braço dele. Aí botou em cima do cavalo e o cavalo não aguentou não. Um homem magro, magro, tinha assim uma coisa no pé chega tava assim fora o osso. Aí eles mandaram buscar um burro, amarraram ele e saíram arrastando no chão. Amarraram pé e mão nas cordas e saíram arrastando. Estava não, ele estava vivo. Vivo. Chamavam ele de Francisco. Eu não sei o sobrenome. Não, ele era povo da companhia dos terroristas aí. Que largou o que tinha. Eles moravam um bocado nos Caianos e largaram as casas, tudo e correram quando o exército atacou (informação verbal)⁹⁸.

Esse prisioneiro foi submetido durante o dia inteiro a torturas como sentar em brasa quente, afogar no rio, até a noite quando finalmente o mataram:

Eles pegaram ele e fizeram essa judiação. Aí eles faziam fogo de pau e quando acabaram de queimar o pau eles arredavam assim aquela grade e sentava ele em cima da brasa. Para ele dizer, dar notícia dos outros, mas ele estava só, dizia eu não sei de ninguém não. Vocês são covardes, ele só o que ele dizia era isso. Aí ficamos o dia todinho envolvido lá, em volta desse esse homem lá. Aí eles levavam ele lá para o rio, para o córrego das Abóboras, eles afogavam ele no rio e quanto tava para morrer eles tiravam e assim. Aí quando foi de tardinha o comandante despachou nós e eles ficaram com ele lá. E disse que a noite eles deram um fim nele. Tinha um rapaz, um primo meu que trabalhava lá e me disse que aquele rapaz eles mataram. Aí nisso, foi em 1972, 1973, aí mês de agosto, a polícia foi se afastando. Mas para nós aqui em 1973, terminou. Porque era município nesse tempo era Conceição do Araguaia, hoje é São Geraldo. Aí eles foram embora tudo (informação verbal)⁹⁹.

O marido de Margarida Chaves de Oliveira morreu da sequela das agressões que sofreu dos militares quando invadiram a sua casa:

Depois disso nós fomos para uma terra de um cunhado meu, do irmão dele. Fazer outro serviço de novo. Aí ele morreu com 60 anos. Ele vomitava sangue, tinha dia que ele amanhecia doente, eu cuidava das coisas para ele. Ele dizia, mulher eu vou morrer. Eu acho que foi porque arrebentou os rins. Eu acho que foi. Acho que foi esse povo mesmo que marcou nós. Nós tínhamos que sair mesmo ou então eles matavam. Eles mesmo que marcaram nós. Foi. Não, nós fomos afetadas em duas e na última nós já estávamos longe, porque meu marido correu porque não aguentou não, se ele ficasse ele morria. Quem avisou foi até os próprios irmãos dele, que correram também, porque se nós ficássemos nós morríamos. Morreram muitos, morreram muito, muito, muito mesmo. Ele não matou ninguém não. Não matou não. Ele servia de mateiro. Porque ele foi obrigado. Obrigado. Foi obrigado. Ah mulher, eu sofri demais. Eu sei que o sofrimento meu, eu sofri demais, tinha dia que eu chorava, tinha dia que eu não podia nem sair, não podia ir arrumar coisa para comer, as vezes eu saía para a casa dos amigos longe, mas com medo, chorando, com fome. Ainda bem que Deus me ajudou que eu não tive nenhum filho nesse tempo, se

⁹⁸Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

⁹⁹Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

não estaria pior. E quando tudo acabou eu pude produzir filho, mas logo meu marido morreu também. Sim. Foi isso (informação verbal)¹⁰⁰.

A senhora Margarida lembra ainda de violências perpetradas contra familiares e vizinhos:

De outros moradores, meus parentes não estavam no meio, mas dos parentes do meu marido estavam os dois cunhados meu, a minha cunhada, uma conhecida minha foi do mesmo jeito, uma amiga minha perdeu. Os outros, uma era a Petronília, era uma vizinha assim longe, distante um quilômetro ou dois quilômetros. Aí os outros era uma cunhada minha, tinha a comadre Laíde e a comadre Joana e os outros era o Gonçalo, o Ambrósio, esses outros estavam tudo longe. Nessa época eu estava sozinha, no barracão, eu não podia sair (informação verbal)¹⁰¹.

Não tocaram nela, só no marido e nos dois cunhados que ficaram arrebetados e com sequelas, mas se sentia mal, doente:

Sim, do mesmo tanto. Tem deles que os caras arrebetaram e quase não ficam bons. Ficar bom não, melhorar, melhorou, mas quase não melhoravam. Não sei não, mulher. Eu sei que eu fiquei ruim. Foi a minha saúde. Ainda bem que não tocaram a mão em mim, não me deram empurrão, não me deram nada. Eles disseram assim, você fica na tua, ninguém vai mexer contigo não, nós queremos é esses dois morenos aqui, esses três morenos aqui. Com você eu não quero nada. Era. Os meus dois cunhados. Aí eu fiquei sem saber para onde é que vai, na roça não podia ir. Eu passei muita coisa assim de aperreio. O que eu mais lembro é isso, não peguei tudo, a cabeça da gente (informação verbal)¹⁰².

O marido de Madalena de Sousa foi levado para Xambioá, para o buraco e nunca mais apareceu. Ela fala de Xambioá como lugar da guerra:

Aí é certo que o Zé, eles levaram ele aqui para guerra, para cá, para Xambioá. Eles trouxeram para cá e botaram ele em um buraco e foi um barulho danado. Não sei contar. É mais ou menos, porque ele desapareceu. Eu não sei o que aconteceu, porque ele nunca mais apareceu. Não apareceu mais não. Nada, nada, nada. Depois disso eu botei os cacarecos na cabeça e me assombrei logo e vim embora. Eu peguei os meninos e vim embora para cá. É. Vim embora para cá, porque nós morávamos aqui e atravessamos para lá. Aí aconteceu essa guerra e eu vim para Xambioá. Eu saí de lá por conta dessa guerra. Por conta da guerra. Aí eu não podia ficar lá, meu marido aí preso, sem eu saber o que é o significado dele, tinha que sair. Ele nunca mais apareceu de jeito nenhum. Ora, com tantos anos que tá, tá doido. Não apreço não. Alguma coisa a Dora

¹⁰⁰Entrevista concedida OLIVEIRA, Margarida Chaves de. Entrevista XVI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁰¹Entrevista concedida OLIVEIRA, Margarida Chaves de. Entrevista XVI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁰²Entrevista concedida OLIVEIRA, Margarida Chaves de. Entrevista XVI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

sabe contar. Se teve alguma coisa? Teve porque meus filhos morreram. Tinha um, o meu menino, que é o Deusdete, pegaram ele e botaram ele na Base também, o bichinho sofreu muito aí Base. Ele era de menor ainda. Podia ter uns catorze anos, uns catorze anos que ele tinha (informação verbal)¹⁰³.

1.3.1 A violência de gênero

Uma das armas recorrentes de guerra é a violência sexual contra as mulheres e meninas como forma de demonstrar o poder diante do grupo perseguido e especialmente diante dos homens.

Na repressão aos guerrilheiros essa estratégia¹⁰⁴ também foi utilizada, potencializando a violência a mulheres e homens de uma população que não contribuiu para o projeto da guerrilha e para a sua repressão. As mulheres que viviam na região foram atingidas direta e indiretamente por várias formas de violência inclusive sexual. Viram a violência contra seus filhos, contra outros familiares e contra seus companheiros. Perderam crianças recém-nascidas, sofreram abortos, condições de subsistência, bens materiais, adoeceram, enloqueceram.

Esta seção é dedicada às violências perpetradas especificamente contra as mulheres. São as cinco mulheres entrevistadas a quem dou voz para que nos contem os fatos da violência que sofreram ou presenciaram.

Assim foi a tentativa de estupro coletivo de Rosa:

Aí quando eu cheguei no lago, na Santa Luzia, embaixo de um pé de Sapucaia que tinha lá, na Santa Luzia, deixa eu ver, no Antônio da Helena, na morada do Antônio da Helena, lá estava cercado de polícia e aí eles me derrubam do cavalo e colocou meu sobrinho para dentro do mato e foi onde eles queriam me estuprar, mas rasgaram minha roupa toda e me chamando de terrorista, tomaram meu registro que eu tinha e rasgaram e disse daqui para frente tu é terrorista e tu vai fazer com a gente o que que a gente quiser, nós não vamos

¹⁰³Entrevista concedida OLIVEIRA, Margarida Chaves de. Entrevista XVI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁰⁴Essas constatações de violência sexual e de gênero na Guerrilha do Araguaia destacadas nesse capítulo, se assemelham ao que se constatou em uma publicação com essa temática, especificamente no *capítulo 5: Ditadura Militar no Brasil e a Violência de Gênero*, cujas afirmações, entre outras, destacamos que: “Durante o regime de exceção no Brasil, alguns segmentos sociais foram mais afetados que outros, sobretudo direcionados para aqueles com histórico de militância política resistentes ao regime militar, mas é fato também que, de maneira seletiva, grupos sociais específicos sofreram violência extremada em razão da sua condição e as mulheres foram vítimas dessas violações, considerando que o abuso sexual foi cometido por parte dos torturadores de maneira sistêmica contra as mulheres, em razão da condição de gênero, algo que nem sempre foi tratado com tal particularidade, mas os fatos históricos demonstram essa singularidade, o que fere frontalmente os direitos humanos das mulheres e viola instrumentos internacionais, como estabelecido na Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), de 1994” (COSTA, 2017, p. 123). Disponível em: Justiça de Transição no Brasil – apontamentos. ALMEIDA, Eneá Stutz e (Org.), Curitiba, CRV, 2017. Essa é uma das formas dupla de tortura. É tortura pela prática de abuso sexual em situações de conflitos dessa natureza e se constitui outro tipo de tortura contra os companheiros das mulheres submetidas a esse tipo de violação.

te matar hoje não, só se tu não me aceitar. Eu estava de vestido, eles rasgaram minha roupa, fiquei só de calcinha (informação verbal)¹⁰⁵.

A abordagem por parte dos militares, na zona rural, envolveu a sua família, alguns dos seus parentes e outras moradoras e moradores da vizinhança, no momento em que os homens não se encontravam em casa:

Aí eu fui para a beira do rio Araguaia, onde morava a minha irmã, na Santa Luiza, nos Perdidos, acima na Marcelinense, aí quando eu cheguei lá eu levei o meu sobrinho, que tinha 04 anos, no cavalo e umas roupas da minha cunhada, porque não tinha nenhum dos homens, estavam todos escondidos no mato. Aí quando eu cheguei na beira do rio, já era umas seis para sete horas da tarde, já era de noite, eu encontrei 53 (cinquenta e três) policiais e eu já estava correndo da polícia, porque na casa da minha sogra atiraram, eu encontrei bala lá, escutei o tiroteio lá, o povo atirando aí quando eu cheguei perto tinha assim uma ladeira eu enxerguei eles levando a minha sogra e uma cunhada. Eu entrei por dentro do mato e fui para minha casa e lá peguei um cavalo do meu irmão e montei e levei uma cunhada minha e um monte de mulheres iam andando a pé (informação verbal)¹⁰⁶.

Rosa conseguiu chegar em casa e se desvencilhar de seus perseguidores, quando estes viram um grande grupo de mulheres:

Aí eu me enrolei naquele pedaço de vestido e cheguei até em casa. Aí eles atrás de mim com a arma para atirar, e eu disse pode matar logo. Cheguei na casa da minha irmã, minha mãe estava lá e desmaiou logo e perguntou o que foi isso que aconteceu e eu disse não aconteceu nada, mas ia acontecer. Aí quando chegou umas 35 mulheres, tudo com meninos e animal, estavam conversando e eles pensaram que eram os posseiros que vinham. Aí me largaram lá (informação verbal)¹⁰⁷.

Ela não foi estuprada, mas outra mulher foi, inclusive grávida de gêmeos. O marido foi amarrado e também submetido à relação sexual forçada:

Eles estupraram a mulher, vizinha da minha irmã, eu vi, a mulher buchuda, estava grávida de dois meninos. Eles amarram o homem no mourão de amarrar os animais e aí foi fazer o que fazia com mulher, foi fazer com o homem também, o homem amarrado, o senhor Manezinho, eu não sei se ele ainda é vivo, porque se for vivo, ele não ia querer falar essa história por isso, mas não fizeram mais nada com ele. Mas entrou outro e a mulher gritava, maldizia, mas não tinha ninguém para acudir. Isso eu não vi porque ela estava dentro do quarto e eu na área, era perto da casa da minha irmã e a mulher ficou lá chorando, a Divina. Ali não fizeram comigo, mas me levaram presa, porque disse que eu ia pagar entre todas as mulheres. Eu ia pagar porque eu

¹⁰⁵Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁰⁶Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁰⁷Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

conversava demais, não ficava calada. Eu fiquei 90 (noventa) dias presa (informação verbal)¹⁰⁸.

A senhora Rosa registra muitas memórias de violências praticadas pelo militares, como o fato de ter ficado cega temporariamente. Menciona também o abandono pelo marido, deixando-a sozinha com os filhos do casal para criar. Coube a ela o desafio de suportar a sobrevivência pós-traumática e a rejeição de seu ex-companheiro que também foi violentado e teve que reconstruir sua vida afetiva. Até os dias atuais não consegue narrar todas as violências suportadas e utilizar a sua verdadeira identidade, porque a pecha da discriminação e a forte carga da “culpa” pela violência a que fora submetida que, nesse paradoxo, a faz reviver todo dia a injustiça.

Alguns entrevistados, relataram as violências sexuais praticadas contra as mulheres. O senhor João de Deus (junho de 2018) descreve a prática costumeira na chegada dos militares em suas moradias: “Onde eles chegavam eles espancavam todas as pessoas, mesmo sem ter nada com terra, eles invadiam, usavam de violência, forçavam as mulheres. A humilhação pior do mundo. Eles faziam estupro contra diversas mulheres que encontravam”.

Esse morador narra outro fato de violência contra a esposa do advogado da CPT, durante o parto, na prisão:

A ditadura não aceita advogado e ainda mais ele, Paulo Fonteles, que já tinha sido preso pela ditadura também. Ele era o pai desse Paulinho, que também foi preso e esse menino nasceu na prisão porque a mãe dele estava presa e essa criança nasceu na prisão, a mãe foi cortada na cadeia, sem anestesia e nem nada, na cadeia, cortaram e tiraram a criança na marra, para esse menino nascer. Ela sobreviveu porque Deus é pai e ainda está viva, em Belém, essa companheira. Ela era mãe do Paulinho e esposa do Paulo Fonteles (informação verbal)¹⁰⁹.

O senhor Raimundo Gomes de Souza reporta a violência sexual sistemática que sua esposa sofreu:

Só não perdi a mulher porque ela achou por bem não separar de mim, mas até a minha própria mulher eles usaram. O que mais me marcou foi que eles me prenderam naquela época e ficaram disse que fiscalizando a minha família e fizeram foi ficar usando ela como mulher para eles. E quando eu cheguei ela me contou. É isso. E aí quando eu cheguei ela me contou. E aí o que que eu ia fazer, não tinha o que resolver. Tenho sete filhos. Tem, tem um que é o

¹⁰⁸Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁰⁹Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

mesmo, que fui eu e a mulher, fui torturado e ele era ainda molinho nessa época (informação verbal)¹¹⁰.

O entrevistado Davi descreve uma situação semelhante em relação a um vizinho seu, senhor Deusdete, que esteve em sua casa para contar, entre outras, as violências praticadas pelos policiais contra as mulheres de sua casa, uma idosa e duas meninas, relatando que:

Aí chegou na minha casa um dia de tardezinha um homem chamado Dete, Deusdete, conhecido como Dete Baiano, chorando, de pé no chão, nu da cintura pra cima, dizendo que eles tinham chegado na casa dele. Ele tinha uns filhos que tocava sanfona, batia violão, chegaram a cortaram a sanfona do filho dele, quebraram o violão, amarraram todo mundo. Eu não sei se ele estava mentindo, mas ele estava chorando e disse que estupraram a velha dele, com 63 anos e duas filhas dele, uma com 12 anos e outra dentro de 15 anos. E ele chorando sem saber o que fazer (informação verbal)¹¹¹.

As mulheres viviam com medo. É o que revela a professora Maria Oneide: “aqui na região, quando mudamos para São Geraldo, depois da morte do meu marido, nós mudamos para cá, eu e meus filhos, e o que a gente via aqui em São Geraldo era o medo das pessoas” (informação verbal)¹¹². Medo dos guerrilheiros incutido pelos militares, medo dos militares pelas arbitrariedades que cometiam:

E as pessoas falavam assim olha hoje eu me arrependo de não ter ajudado, “a Dina era minha comadre, a Dina salvou a minha mulher, a Dina salvou meu filho. E um dia na missa um rapaz lá, um senhor que eu esqueço o nome dele, ele relatou que, quando eles prenderam uma das mulheres da guerrilha, não sei se foi a Lúcia, não sei se foi a Dina, disse que ele falou para ela, porque ele conseguiu chamar ela, porque ele armou uma emboscada, assim chamou ela e quando estavam lá ela foi presa. Ele disse que a Dina falou “um dia você vai saber que o que estou fazendo hoje é pelos seus filhos”. Aí ele disse que nunca tinha entendido aquela palavra e hoje, na época que nós estávamos lá em 1980, 1981, antes do padre ser preso, que agora ele entendia o significado daquilo, porque ele só tinha informação do Exército que dizia que eles estavam lá para comer criança, para arrombar, eram assaltante de São Paulo, do Rio, então a gente ouvia eles falando sobre isso. E a consequência de tudo isso era o medo das pessoas, tem gente que é doente. Tem muita gente como o senhor Pedro que hoje é doente, ele não pode nem falar, e na época ele não era nem guerrilheiro, ele era mateiro, na época de acompanhar os policiais (informação verbal)¹¹³.

¹¹⁰Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹¹Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹²Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹³Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

As mulheres viam as coisas acontecer, foram testemunhas presenciais das violências praticados com os outros quando não eram com elas mesmo. A cena descrita por Diva é representativa do sofrimento e da perda experimentada por elas:

Mas o sofrimento foi grande, porque foi grande para nós, o tanto que a gente sofria que chegava aqueles barcos cheio de gente porque eu fiquei morando lá em Xambioá esse tempo, porque eu ganhei a menina e fiquei lá. Para eu ver alguma coisa eu subia assim numa escada no muro assim e olhava lá para o rio e eu via aquelas mulheres lavando roupa no rio e aquelas jangadas de madeira balançava assim e derrubava os bancos delas, carregava as roupas, porque os helicópteros baixavam era em cima, aqueles aviões, fazia aquele banheiro assim e carregava tudo, o sofrimento foi grande demais, grande, grande mesmo e ele não foi mais lá não, desse tempo não foi mais, nós perdemos essa terra com tudo que tinha dentro e acabou (informação verbal)¹¹⁴.

Para as mulheres, como ainda hoje, o cuidado com os doentes, com os filhos é com elas:

É. Foi o meu marido. Aí meu marido ficou doente, nunca mais teve saúde. Ficou, ficou com pressão alta, com muita coisa e terminou morrendo. Aqui, não, só os que eles pegavam e levaram para o mato e obrigava eles mostrar, caminhar para mostrar tudo. Como tem o senhor Zezinho do Araguaia, que ele foi quem começou conosco aqui, ele fugiu, ele tirou uma mulher por dentro da água, tirou ela, a mulher até grávida estava, quando ele tirou. Conhecer mesmo eu conhecia só eles, que nós conhecia mesmo. Nós sabíamos da guerra, mas não ficava sabendo como tinha sido, quer dizer, eu não. Eu mudei para Xambioá e fiquei cuidando com meus filhos lá e naquele medo. Naquele tempo lá ninguém tinha documento, não tinha nada. Eles foram fazer, trouxeram banca para fazer documento, meus documentos mesmo foram feitos nesse tempo. E não tinha documento e nem entrava e nem saía ninguém, porque eles não deixavam mais, quem estava morando lá não saía mais. É controlava. Não, porque sem, eu avalio assim, porque eu fiquei com os filhos tudinho para criar, sabe como é trabalhoso uma pessoa ficar sozinha para cuidar dos filhos, mas graças a deus eu criei meus filhos tudinho e não houve mais envolvimento com nada não (informação verbal)¹¹⁵.

Margarida Maria Alves fala também da fome, do medo inclusive de ter filho para não perdê-lo como outras perderam:

Eu sei que o sofrimento meu, eu sofri demais, tinha dia que eu chorava, tinha dia que eu não podia nem sair, não podia ir arrumar coisa para comer, as vezes eu saía para a casa dos amigos longe, mas com medo, chorando, com fome. Ainda bem que Deus me ajudou que eu não tive nenhum filho nesse tempo, se não estaria pior. E quando tudo acabou eu pude produzir filho, mas logo meu marido morreu também. A minha cunhada, uma conhecida minha foi do

¹¹⁴Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹⁵Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

mesmo jeito, uma amiga minha perdeu (abortou). Ela perdeu um menino, nessa hora dessa briga, ela perdeu um menino com seis meses, eu não perdi (filho) não porque não estava grávida, mas eu sofri muito (informação verbal)¹¹⁶.

A senhora Maria Madalena, que teve o marido assassinado pelos militares, registra episódios muito difíceis e que ainda a fazem sofrer, pois um dos seus filhos, também preso e torturado, à época com 14 anos, veio a falecer. Refere que: “ele ficou desorientado. Eu saí de lá por conta dessa guerra. Por conta da guerra. Aí eu não podia ficar lá, meu marido aí preso, sem eu saber o que é o significado dele, tinha que sair” (informação verbal)¹¹⁷.

Se teve alguma coisa? Teve, porque meus filhos morreram. Tinha um, o meu menino, que é o Deusdete, pegaram ele e botaram ele na Base também, o bichinho sofreu muito aí Base. Ele era de menor ainda. Podia ter uns catorze anos, uns catorze anos que ele tinha. É, por causa do sofrimento aí dentro da Base. Ele ficou desorientado (informação verbal)¹¹⁸.

Essa moradora, em razão da perda do marido, para garantir o sustento próprio e dos filhos pequenos, teve que recorrer aos militares para pedir alimentação algumas vezes como descreve:

É, minha irmã, naquela época eu vou te dizer. Quando eu cheguei aqui em Xambioá, meus meninos pequenos, aí que o povo chegava da polícia, na Base aí em Xambioá, porque teve a Base aí, e eu ia lá e dizia, eu vim aqui para vocês me arrumar rancho, arrumar coisa para eu comer, porque quem podia me dá comida era meu marido, carregaram, ele não está. Eu quero que você me dê comida, me dê rancho para eu comer com os meus filhos. Aí eles arrumavam uma caixinha, botava arroz, feijão, farinha, carne, sardinha, essas coisas e eu vinha embora. A minha menina, essa que morreu, que era desse tamaninho, era minha companheira. Ai quando acabava aquele rancho e chegava outra turma eu ia lá novamente pedir rancho. Eu chegava lá e falava, eu não tenho marido, meu marido carregaram ele daqui, porque se ele tivesse em casa, passando bom ou mal eu estava passando, mas carregaram ele daqui e ele não voltou mais. Aí eles faziam aquela caixinha e me davam. E depois eu fui umas duas vezes ainda. E depois eu não fui mais não. Eu fiquei trabalhando, lavando roupa para os outros, assim para poder viver, não é? (informação verbal)¹¹⁹.

¹¹⁶Entrevista concedida OLIVEIRA, Margarida Chaves de. Entrevista XVI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹⁷Entrevista concedida por SOUSA, Maria Madalena de. Entrevista XVII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹⁸Entrevista concedida por SOUSA, Maria Madalena de. Entrevista XVII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹¹⁹Entrevista concedida por SOUSA, Maria Madalena de. Entrevista XVII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

E, ainda, o morador Davi Rodrigues conta que sua filha prestes a completar um ano de idade, faleceu, por ter sido impedido de levá-la para tratamento:

Quase no fim da guerrilha, minha mulher tinha uma meninazinha, ela estava faltando 3 dias para completar um ano e nunca tinha adoecido, ela adoeceu. De manhã ela amanheceu doente e eles estavam lá em casa. Os militares, estavam lá em casa, não sei se eram 22 ou era mais. Aí eu procurei o chefe e pedi ele para eu ir comprar um remédio, para aquela criança, que estava doente, fraquinha. Ela era bem fortinha, nunca tinha adoecido e amanheceu com febre e fraca, ela não mamou. Mas ele disse, não vai não. Mas chefe essa menina está doente, o senhor está vendo. Ele disse eu vou pegar uns comprimidos para dar para ela. Aí quando foi umas cinco horas, seis horas a menina morreu, no mesmo dia. Isso foi demais, que a gente não esquece nunca, porque era a minha segunda filha, adoeceu e morreu no mesmo dia. Se eu tivesse saído eu teria ido à farmácia, em Araguaianã ou em Araguaína, mas eles não deixaram e o remédio que eles deram não serviu para nada (informação verbal)¹²⁰.

Essa narrativa do morador Davi demonstra que a violência contra as mulheres idosas, adultas, jovens, meninas e até em relação a sua bebê doente que faleceu por falta de acesso a tratamento de saúde, humilhava os homens, naquela época ainda muito imbuídos de seu papel de provedores da família e donos dos corpos de suas mulheres.

Por fim, a violência contra as guerrilheiras, mulheres que desafiaram os padrões do seu tempo. Diva presenciou a guerrilheira Lúcia, que foi capturada com o auxílio de um mateiro, ser exibida na cidade de Xambioá como troféu de guerra, toda ferida. Diva chorou, como muita gente, porque os “paulistas” eram muito bons, eram amigos:

Tem uma que chamava Lúcia e eles pegaram ela viva e saíram mostrando na rua, toda ferida, machucada, do mato que ela se escondeu. E quem pegou ela e escondeu ela foi um que chamava, eu não estou bem lembrando mais como foi, não sei se o senhor João lembra, Raimundo Borges, Raimundo Borges, pegou ela e entregou ela para a polícia, alimentou ela no mato para amansar e pegou e entregou para a polícia e eles pegaram e levaram e passava no meio da rua mostrando, olha aqui a terrorista e passavam mostrando ela na rua, vestiram uma roupa velha nela e mostrava na rua e tinha gente que chorava mesmo, eu mesmo fui uma que sofri muito chorando por esse povo, porque eram amigos nosso e nós confiávamos muito neles, achava que era, ninguém sabia como eu estou falando, quem era, nós chamava de Paulistas, lá nos Paulistas, eles eram muito bons. Essa eu sei também contar, mas também não sei da finalidade dela, o que foi, que aconteceu, se mataram, se levaram se fizeram qualquer coisa (informação verbal)¹²¹.

¹²⁰Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹²¹Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

1.4 As violências pós-conflito

Segundo o Padre Ricardo Rezende Figueira (1986, p. 31), “até 1972 a presença do aparelho governamental serviu ou para recolher impostos ou para reprimir”. Neste momento os órgãos de segurança perceberam que o caos fundiário era enorme, que as injustiças e violências haviam chegado a níveis insuportáveis e que a região do Bico do Papagaio era um barril de pólvora.

Nesta seção destaco das falas dos entrevistados e entrevistadas sobre o que aconteceu após a aniquilação do grupo de guerrilheiros.

Lembre-se que esta região era constituída de terras devolutas, o que impulsionou a migração dessa população, como atestam os depoimentos sobre o local de origem das pessoas. Elas vieram do Piauí, Maranhão, Ceará e de outras partes do Pará desde a década de 1940. Vinham para estabelecer posses que lhes permitiria um título expedido por órgãos fundiários federal e estaduais. Estabeleceram, mas essa garantia da subsistência da população rural foi perdida.

Os depoimentos sobre as violências evidenciam que as forças militares expulsavam os posseiros de suas terras, destruíam as plantações, impediam o plantio e a criação de animais e se apropriavam das terras.

Grande parte da população rural esperava poder retomar as terras de que o exército havia se apropriado. Contudo, isso não aconteceu, desencadeando outro conflito, como relatam as pessoas entrevistadas.

O senhor Félix Gomes da Silva resume:

[...] quando eu voltei já era quase 1974, porque eu era novo e a guerrilha já foi terminando. Só que a perseguição ficou, sempre. A perseguição ficou sempre, permaneceu. Até certo tempo tinha ainda. Aqui mesmo tem uma casa aqui perto, que era de informante, que era lugar onde o Curió costumava vir. Só que ultimamente ele não está vindo mais não (informação verbal)¹²².

A senhora Maria Oneide nos fornece uma chave para a interpretação sobre as razões da perseguição:

É foi depois da guerrilha. Ainda estava, mas foi por causa dos conflitos de terra. Era na época da ditadura. Eles tinham o Gringo como um líder, diziam que o que o Gringo falasse, as pessoas faziam, achavam que o Gringo era quem mandava as pessoas fazer emboscada, que ele conscientizava as pessoas. Ele fazia mesmo através de reunião da igreja ele conscientizava o povo dos

¹²²Entrevista concedida por SILVA, Félix Gomes da. Entrevista V. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

direitos, que as terras era de quem trabalhava, que o direito era de quem trabalhava, que o direito estava ali e que eram terras devolutas e era mesmo na região que nós trabalhávamos, na região de Itaipavas. Os fazendeiros queriam tomar as terras. Ele dizia que as terras não tinham título, eram devolutas, que não tinham documento e que as pessoas deviam ficar firmes nas suas terras e por isso ele foi assassinado. E na época ele estava concorrendo na chapa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (informação verbal)¹²³.

Em Ricardo Figueira (1986, p. 32) encontra-se a seguinte passagem: “o ano de 1976 foi tumultuado. Em abril, por causa do conflito no Lote 7, no Baixo Araguaia, soldados da Polícia Militar se deslocaram para Itaipavas e tentaram prender o lavrador Raimundo Ferreira Lima, conhecido por Gringo. Ele resistiu e se escondeu”.

Maria Madalena pontua a centralidade da posse da terra após o fim do confronto dos militares com os guerrilheiros:

É. Vim embora para cá, porque nós morávamos aqui e atravessamos para lá. Aí aconteceu essa guerra e eu vim para Xambioá. Perdi a terra porque os outros tomaram de conta, venderam para lá e eu não recebi nada. Ficou tudo lá largado, e eu não tomei conta de nada. Perdi a terra e perdi tudo (informação verbal)¹²⁴.

O ano de 1974 é uma referência. Raimundo Gomes Silva reporta que durante o confronto tinha perdido tudo e depois não conseguiu mais reaver a sua terra, mesmo tendo servido de mateiro para os militares:

É, depois de 1974. Perdi tudo que tinha na roça. Perdi arroz, perdi milho, tudo, tudo. Perdi gado. Eu tinha perdido tudo, eu tinha gado, era até um tanto bom, eu tinha 30 gados e seis bezerras e lá não tinha mais nada. Perdi, tudo, tudo, tudo. Foi, eu estava servindo de mateiro e não pude mais voltar para trabalhar na roça porque não deixaram mais voltar. E aí tinha o Doutor, como é o nome do Doutor? Eu não estou lembrando mais. Ah o Doutor Carlos, que tomou conta do meu gado e ficou com tudo. Não, ele era do INCRA. O Doutor Carlos, ele era do INCRA. E tomou tudo, sabe? Ele carregou o gado, carregou os animais, carregou tudo e eu fiquei sem nada. Aí o João me levou lá, a mulher tomou nota, mas eu fiquei sem nada. Não, ele tomou tudo e eu não fiquei com nada. A terrinha era pequena, era dez alqueires, mas o Doutor Carlos ficou com tudo (informação verbal)¹²⁵.

¹²³Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹²⁴Entrevista concedida por SOUSA, Maria Madalena de. Entrevista XVII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹²⁵Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Raimundo Gomes de Souza aponta quem foram os beneficiados pelo governo, além de funcionários públicos:

Quando eu cheguei, já tinha entrado, já tinham liberado para outras pessoas, não é. Aí ficou só as pessoas que eram presas pelo exército que não vieram tomar de conta de suas posses porque estavam no domínio do exército e quando eles liberaram os baianos os mineiros já tinham entrado as terras aqui, já tinha cortado as terra, tudo, e eu fiquei sem nada (informação verbal)¹²⁶.

Ele ficou sem terra e precisou trabalhar na roça em outras condições:

Eu fui trabalhar de roça nas terras dos outros. Tinha. É tinha. Minha terra ficava bem aqui na Piçarra. Hoje é Piçarra. Aonde era as minhas terras, hoje é a Prefeitura da Piçarra. Antigamente não era Piçarra. Lá era sobra de terras. Eles fizeram uma piçarreira para o caminhão carregar piçarra para botar na estrada e aí botaram o nome de Piçarra. É. Não fui mais para lá não, fui trabalhar para os outros. É, vem vindo de lá para cá, rolando (informação verbal)¹²⁷.

Raimundo Torres da Silva também tinha servido de mateiro para os militares sob a promessa de receber um lote demarcado do INCRA, mas os funcionários da autarquia despejaram-no quando voltou a roçar na terra:

Outra coisa importante que eu gosto de lembrar, e já estava deixando para trás, é por causa do engano, que o INCRA, junto com os militares fizeram com a gente. Eles disseram que davam aquela terra, aqueles vinte alqueires de terra demarcado, documentado, dado pelo estado e até hoje nunca saiu do papel, nunca recebemos. Lá eu ainda confiado que ia ter essa terra eu até botei uma roça lá e o INCRA me desertou, foi quem me tirou de lá. Não teve nem para mim e nem para os outros (informação verbal)¹²⁸.

Para o senhor João de Deus Nazaro de Abreu:

O mais marcante foi que nós camponeses, depois disso, chegou o pessoal, o latifúndio de terra, para mandar nós embora da terra. Não tinha nem acabado os resquícios da guerrilha e eles queriam mandar nós embora. Nós camponeses, tinha visto, por exemplo, chegou o pessoal que eles chamavam de guerrilheiros, mas para nós não, porque nós os conhecíamos como pessoas de bem. Eles chamavam de terroristas, mas para nós não era isso. O pessoal do Exército chamava eles de *papamaia*, de guerrilheiros, terroristas, mas não tinha prova para nós. E depois chegaram os latifundiários para tomar nossas terras, e nós caçava justiça, para ter direito e aqui em São Geraldo não tinha apoio, mas ninguém sabia, não dava apoio e nós procuramos o INCRA em

¹²⁶Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹²⁷Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹²⁸Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

São Geraldo e eles disseram que a terra tinha dono e não ia indenizar ninguém e aqui não tivemos apoio (informação verbal)¹²⁹.

Os posseiros procuraram a via administrativa do INCRA e, não sendo atendidos resistiram fisicamente ao piqueteamento dos lotes destinados aos latifundiários:

E depois fizemos uma vaquinha e fomos a Conceição do Araguaia e depois fomos a Belém e não tivemos apoio de ninguém e o que nós achamos por bem foi partir para a ignorância, porque eles queriam tirar os piques das terras para separar as terras para os latifundiários, era mais de cinquenta quilômetros de terras e nós paramos e fizemos reunião, paramos o pique umas três vezes. Nós não tínhamos apoio de ninguém. Fomos procurar direito e não achamos. Eu não lembro o nome do governo na época, tem um jornal aí que tem o nome do governo, que mandou enfrentar nós, mandou polícia com caixa de bala para nos enfrentar. Depois o executor do INCRA disse que ia dar um jeito. O governo mandou a polícia e disseram que era para nos enfrentar e marcar o pique, passaram lá na nossa região, com caixa de bala e disseram que iam enfrentar. E nós resistimos, mais de cento e cinquenta pessoas. E teve uma grande revolução entre nós e a polícia. Foi preciso partir para a ignorância, porque procuramos justiça e não teve (informação verbal)¹³⁰.

Houve repressão policial, mais de 500 prisões e a mesma violência de sempre, espancamentos, invasões de domicílios, estupros:

É. Teve tiroteio e disseram que teve polícia baleada, tivemos que fazer trincheira, no Igarapé dos Perdidos e depois eles trouxeram reforço e fomos presos. Muitos de nós fomos presos em Marabá e depois ficamos no presídio em Belém, toda a família, eu, minha mulher, meu cunhado, minha mãe, todos os camponeses, foram presos, mais de 500 pessoas foram presas. Eles foram para a beira do rio onde tinha muitos pescadores que não tinham nada com terra e eles foram agredidos e onde eles chegavam eles espancavam todas as pessoas, mesmo sem ter nada com terra, eles invadiam, usavam de violência, forçavam as mulheres (informação verbal)¹³¹.

Foram chamados de terroristas, os conflitos se sucederam, o sistema de justiça foi acionado pelo governo:

Todos nós fomos presos. Entregaram para a PM e eu voltei para cá junto com os outros presos para lá. Primeiro em Marabá e depois em Belém, todos nós ficamos presos muito tempo em Belém. Depois da prisão, eles caíram na realidade. Antes eles nos chamavam de terroristas, disseram que tinham derrubado alguns e que tinham levantado outros terroristas e depois eles foram verificar e perceberam que não acharam, isso já era em 1976, mas ainda estava

¹²⁹Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹³⁰Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹³¹Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

o resquício da ditadura e já era a época do governo Figueiredo, que queria tirar onda de bom, mas era outro ditador, porque ainda tinha os resquícios da ditadura. Eles fizeram uma comparação, mas não existia isso. Depois desse conflito dos Perdidos surgiram diversos conflitos nos castanhais. Para ganhar as terras. Os castanhais era de muita terra e houve invasão e muitas pessoas morreram. Tinha pistoleiros e tudo. Depois da prisão nós fomos processados e tínhamos que ficar quietos e não podia falar nada. Aí veio o advogado Paulo Fonteles e nos ajudou, que era pai daquele ali (foto). Tinha outros advogados, mas a gente só sabia o nome do Paulo Fonteles que era advogado da CPT de Conceição do Araguaia. Ele estava lá, mas nós não via ele (informação verbal)¹³².

A narrativa do senhor Davi Rodrigues de Souza sobre a atuação do INCRA, em 1976, é minuciosa:

Quando já foi em 1976, que eles tinham terminado em 1974, em 1975 eles ainda estavam lá, aí saíram e ficou só aqueles vigias por lá. Aí em 1976 apareceu o pessoal do INCRA fazendo umas picadas, na beira do Araguaia para a outra beira do Araguaia, fazendo assim uma lua, para cá para tirar todo o povo que tinha em cima para botar todo aquele pessoal na beira do rio. Só que aquela área já era ocupada, já era cheia de gente, o pessoal que tinha para trás se fosse se fosse fazer uma cidade, não cabia, porque tinha muita terra alagada para lá. Mandaram fazer as picadas sem falar com ninguém, mas nós soubemos e eu fui lá, mais um bocado de homem. Na época eu era sindicalista, eu representava. Aí fui para lá com esses homens, cheguei lá tinha dois policiais e uns agrimensores e um pessoal para fazer a topografia. Nós conversamos com eles, disseram que eram mandados, que estavam fazendo aquela picada e iam tirar todo o povo para baixo. Eu fui e disse para eles, vocês não conseguem, eu não aceito isso aqui, isso aqui não está passando, isso aqui é nosso. Aí eles vieram embora. Depois voltaram, de novo (informação verbal)¹³³.

A ordem do governo era impedir o retorno dos posseiros, manter as terras desocupadas:

O mesmo grupo, aí já voltou mais. Na época que chegamos lá era só dois policiais e o pessoal do INCRA. Depois já foi quatro policiais. Antes de nós chegarmos lá um bocado correu, mas ainda ficou outros. Aí nós começamos a tomar as providências. Primeiro lugar que vinha era no INCRA. Chegava aí o chefe do INCRA na época chamava Doutor Carlos Paulo disse para mim, vou tirar todo mundo, a ordem é do governo e eu vou tirar todo. E não entrem na frente, que a ordem é para tirar e se entrar na frente é para roçar, não fica ninguém. Só que a área ficou desocupada (informação verbal)¹³⁴.

¹³²Entrevista concedida por ABREU, João de Deus Nazaro. Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹³³Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹³⁴Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

A ordem incluía matar, tal como fôra contra os guerrilheiros:

Matar. Matar todo mundo. Aí a gente foi. Um irmão meu, arrumamos um dinheiro e ele foi à Conceição do Araguaia falar com o Juiz. Por que? Porque a comarca aqui era Conceição do Araguaia. Chegando lá o juiz disse que não tinha nada a ver, não pertencia a ele, não pertencia a ele, não podia entrar naquilo, isso era coisa do governo federal, era do INCRA, que é Federal e ele era juiz de uma comarca. O caso dele era outro. Voltou. Chegou aqui outro irmão meu veio aí e ele disse que soube que ele ia mandar um povo. Aí ele mandou 25 policiais e 8 pistoleiros. A ordem era para matar, não era para atravessar na frente. Aí um irmão meu foi a Belém e chegou lá em Belém e não achou com quem tratar, voltou foi a Brasília. E eles vieram fazendo pique. Quando eles estão se aproximando lá dos Perdidos, já tinham passado nos Caianos, estavam se aproximando lá dos Perdidos, eles passavam na frente o dia, iam nas casas, fazendo coisa errada demais, matando bicho nas casas, humilhando o povo. Aí chegou na minha casa um dia de tardezinha um homem chamado Dete, Deusdete, conhecido como Dete Baiano, chorando, de pé no chão, nu da cintura pra cima, dizendo que eles tinham chegado na casa dele. Ele tinha uns filhos que tocava sanfona, batia violão, chegaram a cortaram a sanfona do filho dele, quebraram o violão, amarraram todo mundo. [...] Aí eu disse para ele, Dete aqui comigo não acontece. Ele disse, acontece. Eu disse acontece como aconteceu contigo, agora eu estou sabendo não acontece, porque se eles se apresentarem bem acolá, comem chumbo. Faz em cima de mim morto, eu vivo eu não aceito mais, eu já estou sabendo que eles vão fazer isso eu não aceito mais. Mas aí no outro dia eu resolvi fazer uma reunião com o pessoal. Aí, fui para a casa do senhor Sebastião da Serra, do outro lado do córrego Perdido. Tinha a terra do João de Deus do lado de cá do Perdido e do outro lado era a desse Sebastião da Serra. Fiz o convite e juntou 173 homens e eu disse vamos parar o pique, enquanto o Joel chega de Brasília, que o Joel estava para Brasília. Vamos, pois é, amanhã de tardezinha vamos todo mundo na casa do Daniel, porque nós vamos lá parar esse pique enquanto o Joel chega. O Joel foi para Brasília ver o que conseguia com o Ministério da Justiça. Nós fomos, mas quando chegou a boca da noite, dois posseiros foi lá avisar para o comandante daquele batalhão que tinha 150 homens na cabeça do pique. Dois posseiros onde inclusive tinha um irmão dele lá e dois filhos (informação verbal)¹³⁵.

O conflito se acirrou, com estratégias de lado a lado, dos camponeses e dos policiais e pistoleiros:

É que participaram da reunião. Aí o comandante disse não, que ele brigava sozinho com 200 e quanto mais com 150. Mas lá não tinha esse tanto de homem porque dos 173 homens na hora de ir para lá só veio 36. Os outros correram foi para o mato e deixou a mulher em casa e lá só ficou 36. Quando não estávamos lá a boca da noite, esse mesmo que foi avisar a polícia passou lá e falou que tinha avisa. Aí todo mundo saiu dali, porque ali era só esperar pela morte, não é? Aí fomos para outra casa, para beira do córrego, ficamos lá a noite e de manhã, combinamos, vamos lá. Mas dos 36 não tinha mais 36 porque alguns ficaram com medo, tinham ido embora. Aí dividimos aqueles homens que tinha 22 ou era 23 para duas localidades. E em uma localidade que tinha 12 homens, andando assim em uma picada, dentro da mata,

¹³⁵Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

chegando em uma gruta para se esconder, fazer a trincheira, quando vai chegando na gruta a polícia apareceu. Nessa hora vinha só 14 policiais e os outros tinham ficado lá na cabeça do pique. Vinha 14 policiais e parece que 5 pistoleiros. E naquela hora não teve aviso, foi puxar no gatilho. Aí foram os tiros, aí eles correram e quando chegaram dentro da gruta deram mais alguns tiros. Mas desse grupo ficou só um lá. Um militar. Dentro da gruta ficou um pistoleiro, lá mais à frente outros. E aí eles se afastaram, nós posseiros também nos afastamos. Tratamos o local de se encontrar, porque isso foi 8 para 9 horas da manhã. E quando foi à tarde não apareceu mais ninguém. Fiquei sozinho. Aí foi preciso tirar a mulher para longe de casa, ela não podia nem dizer que era mulher minha. Mas ela para lá ficou, com duas irmãs minhas. Ficou 4 dias quieto. Com quatro dias voltou as polícias. Voltou muita polícia, dizem que as eram 160 polícias (informação verbal)¹³⁶.

O senhor Davi ainda conta sobre como evitou ser morto pela polícia militar e pela polícia civil, e de sua decisão de se entregar à polícia federal:

Eu estava dentro da mata, eles não podiam me ver. Eles foram com a ordem que se enxergasse o Davi dos Perdidos era para matar. Eles foram lá para matar. Mas quando estava com três dia eu apareci e encontrei umas pessoas que me contaram a história. Eles foram lá para me matar e os outros era para prender. E sofreu muita gente que não participou da guerra, não tinha nada a ver. Outros eles pegaram na estrada, prenderam. Um mês e pouco aí veio a Polícia Federal. Eu estava em casa sozinho e quando chegou um morador vizinho meu que estava em Araguaia na época e a polícia federal chegou lá e mandou um recado para mim e disse que queria me ver lá na Marcelinense, naquele dia as 5 horas da tarde. Mas quando ele chegou lá me chamando, que eu estava escondido perto de casa, já era 5 horas da tarde e eu não podia ir lá mais naquele dia porque era 15 km para chegar lá na Marcelinense e não tinha como eu ir. Mas no outro dia eu vim e cheguei na Marcelinense e eles deixaram o recado para eu ir em Xambioá. Como eu não podia permanecer no mato, eu vim e quando eu cheguei aí eu me identifiquei para eles. Ele disse que era da polícia federal, um Doutor Ubirajara, dizendo ele que veio do Rio de Janeiro, Doutor Oscar disse que veio de Belém, aí tinha Doutor João, tudo era Doutor e disseram que tinham vindo para me prender. Eu disse, tudo bem, pois agora estou aqui. Para a PM eu não me entrego, para a PM eu morro, para a polícia civil eu morro, mas não me entrego não, porque a ordem era para me matar e eu não vou morrer de graça. Mas eles lá no mato eu contava eles todo dia, lá na beira da estrada, eu no mato, enxergava eles todo dia, andando aos magotes, eu enxergava e contava, vinte, trinta. Eu sozinho. No dia 02 ou foi 03 de dezembro, porque eu tinha ido lá antes no dia 26 ou 27 de outubro, eu não me lembro bem, 28 de outubro, eu fiquei sem meio escora lá no local, e eu não encontrei ninguém. Só o Zé do Ouro que foi lá me dá uma assistência um dia, que tinha umas vacas morrendo de fome lá no curral e ele ficou no lugar e eu soltei as vacas, mas eu não via mais ninguém. Aí eles me levaram para Belém. Preso. Eles levaram parece que 26 pessoas para Belém, de avião. Levava, ficavam por lá e eles voltavam de avião. Eu, eles me levaram de carro, eu e um irmão meu. Esse irmão meu não tinha nenhuma participação. Só quando foi a primeira guerra, quando não foi a dos Perdidos, que ele foi preso, bateram nele, judiaram com ele, furaram a cabeça dele, sem ele dever nada,

¹³⁶Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

era só judiação mesmo e ele perdeu o que ele tinha também. Levaram ele para Belém também. Quando chegou, quando eles ali em Xambioá disseram para mim, esse Doutor Ubirajara. Disse olha hoje é sábado, não, era dia sexta feira, nós vamos para Belém amanhã chega lá, sábado, domingo. Segunda-feira é feriado e terça-feira você será ouvido e aí quarta-feira, tu vem embora. Eu disse, tudo bem. Só que foi diferente, quando chegou lá que ele me levou lá para um local, me deixaram lá e esse Doutor Ubirajara sumiu. Depois chegou e me levaram lá para uma companhia, lá em Belém, para a polícia federal, ali para baixo da Rodoviária para baixo, saindo para o rumo de Castanhal e me deixaram lá e saíram. Só homem lá (informação verbal)¹³⁷.

Detalha os eventos na prisão e os sucessivos interrogatórios:

Com 17 dias foi que veio um falar comigo, dizendo que era para mim ser ouvido naquele dia. Só que quem estava me ouvindo não era um cristão, era um satanás. Aquele homem me disse tanta coisa, eu aguentei coisa demais. O dia todinho sem comer e sem beber. Quando foi a boca da noite eu perdi a cabeça, não sabia se eu existia mais. Um bocado. Mas aí, eu levantei para dizer que ele estava mentindo, ele zangou, mas aí tinha um escrivão que não deixou. Porque eu estava pensando em jogar ele por uma janela que era um pouco alta, era só 22 ou 23 metros. Mas eu estava em condições de jogar ele pela janela, lá para fora, mas não consegui. Aí voltei para trás, me levaram para trás e quando chegaram lá me trancaram lá em um lugar. No outro dia levaram um irmão meu, que tinha ido mais eu e outro homem que estava lá o Pedro Onça, que já morreu. Lá eles depuseram lá e quando vieram de lá já vieram liberados. Mandaram eles irem embora e não me disseram. Uns três dias foi que eu pude procurar pelo meu irmão. E o tenente Souza disse, não Davi, eles já foram embora. E eu disse, por que não me disseram? Porque eu mandava ao menos um recado para casa. Ele disse, não foi com medo de tu ficar chorando. Eu disse, não sou homem de ficar chorando não, isso não é caso de choro. Mas tudo bem eu fiquei por lá e fui ouvido por outro, um senhor de coronel Ernane. Por esse coronel Ernane eu fui ouvido doze vezes. Foram três meses e quinze dias que eu fiquei lá. Com três meses e doze dias o tenente lá chefe da companhia, o tenente Alfredo, foi e disse Davi pega os seus bagulhos que hoje você vai mudar de residência. Procurar, eu não tinha o que procurar, tinha que ir. Me levaram lá para esse quartel, chama quartel geral - QG. Quando eu cheguei lá eu fui recebido por esse coronel, ele era uma pessoa muito boa para conversar, para ouvir, para dizer. Isso foi cedo, seis hora da manhã eu já estava lá. Aí ele me levou lá num corredor, lá para um lugar, quando passou assim numa porta, assim uma grade de ferro mandou eu parar, aí chamou um homem que estava lá deitado e aquele homem respondeu e eu conheci a fala, e disse é meu irmão. Eu tinha visto ele, não me lembro o dia, no mês outubro, em 1976 e já era em março de 1977 (informação verbal)¹³⁸.

E encerra a narrativa, de maneira pormenorizada, do que vivenciou e a situação enfrentada por outros companheiros seus:

¹³⁷Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹³⁸Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Porque no dia que eu fui para Brasília, lá dos Perdidos, eu atravesssei numa canoa para Araguaia, meia noite. Lá, eu deixei ele lá e voltei para casa. Quando ele veio de lá ele não podia mais entrar, foi lá para o 8 (oito). Lá no Ministério da Justiça fizeram uma carta, botaram em um envelope e lacraram. Falaram, Joel está aqui. A primeira polícia que você chegar lá que você encontrar você entrega para ele. Quando ele chegou em Carmolândia, em Araguaia e não pode entregar ele foi bater lá no 8. Aí quando ele chegou lá, que procurou o comandante, eles falaram, você não deu trabalho não. Essa carta é uma ordem de prisão para você. Aí você vê a falsidade. Aí lá prenderam ele, eu não sabia de nada. Estava esperando ele chegar, nunca chegou, eu não sabia se ele estava vivo ou morto. Aí, nesse dia, eu vi ele lá, era 12 de março de 1977. Na mesma hora saíram para ir depor lá para ele, conversamos lá um dia, no dia 14. No dia 15, meio dia ele disse, vocês hoje era para ir embora, até aquele momento eu não sabia, mas já está muito meio dia, espera para almoçar e deixa para ir amanhã. Aí eu disse, coronel, para ir para casa eu fico até três dias sem comer e sem beber. Aí ele chamou outro homem fardado e disse, pega esses homens, vai deixar na rodoviária, entrega para o motorista até Araguaia e se eles fugirem do carro, o motorista vai pagar. Quando saímos de Belém chegou em Castanhal o motorista veio me procurar, pedir para nós não fugir. Eu disse, amigo eu estou é saindo da cadeia, indo para casa, como é que eu vou fugir? Se eu tivesse indo para a cadeia era outra coisa. Se você fosse voando, eu ainda achava melhor. Dia 16 de março de 1977 eu cheguei em casa. De Tardezinha, eu cheguei em casa. Desse dia acabou a guerra, mas ainda tinha muitos processos para responder em Conceição do Araguaia, mas aí já foi outra coisa (informação verbal)¹³⁹.

A senhora Diva também recorda da “guerra de posseiros”, isto é, do governo contra os posseiros:

Eu não saí mais de Xambioá, mas nós ficávamos lá em Xambioá e eu atravesssei, eu não me lembro mais qual foi delas, eu não me lembro se foi já na segunda que eles fizeram guerra de posseiros, aí já era tomando terra de uns dos outros entregando para outros e aí matavam tanta gente, que tinha uma igreja, ainda hoje tem lá ali na beira do rio e eles traziam aquele povo e colocava lá dentro. Morreu soldado, morreu posseiro (informação verbal)¹⁴⁰.

Como perdera tudo foi trabalhar na prefeitura:

Tudo, tudo, tudo. O que tinha lá dentro nós perdemos tudo. É, mas eu já falei muito isso tudo, tenho o meu processo lá. Não, eu fui trabalhar de outra coisa, eu tenho uma terrinha, mas já depois que o meu marido morreu que eu comprei. Eu trabalhei na Prefeitura aí eu comprei um pedacinho de terra, eu tenho uma chacinha (informação verbal)¹⁴¹.

¹³⁹Entrevista concedida SOUZA, Davi Rodrigues de. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴⁰Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴¹Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

A senhora Rosa igualmente refere a inviabilidade do retorno à atividade anterior, pois a terra foi apropriada por outro e a casa incendiada:

A gente já quase não tinha nada, o trabalho, nós tínhamos uma terra boa para trabalhar, 40 alqueires de terra, pagando imposto e tudo o mais, mas em vista de ter saído, o marido meu foi preso também e a gente ficou sem nada, o que tinha pouco era um rádio, uma radiola, umas galinhas, uns porco e só umas coisinhas de casa mesmo, o básico. Quando a gente chegou não tinha mais nada, tocaram fogo na casa e acabou tudo e quando voltamos ficamos lá na Santa Luzia, na casa da minha irmã porque lá não tinha mais nada. A terra o homem vendeu, porque disse que nós não podíamos mais morar lá mais não. Não. É, ele vendeu, deixou lá de qualquer jeito, porque a gente ficou com medo de não ficar lá, continuar morando lá (informação verbal)¹⁴².

Para Manoel Florêncio Feitosa:

Foi o jeito vir para a rua e viver só da pescaria. A última vez foi hoje que eu cheguei do rio. Eu acho que se nós tivéssemos ficado lá com a nossa terrinha e com o que nós já tinha, hoje nós tinha para mais de uns dois milhões de condições. E hoje o que eu só tenho só é essa casinha, que é de herança. Porque meu pai deus tirou, minha mãe, deus tirou. Minha mãe ficou com problema desde essa época lá, de 1972. Com problema de saúde até o dia que morreu, adoeceu e ficou o resto da vida adoentada. O velho meu pai também ficou adoentado. Um dia tava bom, outro dia tava doente, até o dia que morreu também. Eu culpo tudo eles (informação verbal)¹⁴³.

O morador Antônio Alves de Sousa fala sobre as terras que possuía, lamenta as consequências da repressão e a perda dos meios de sobrevivência: “por ter perdido tudo que eu tinha. Tudo, tudo. Nunca mais tive o direito de ir lá dentro e não pude tirar nada de lá de dentro” (informação verbal)¹⁴⁴.

Leonardo Miranda Silva reforça: “Eles não deixaram eu continuar meu serviço. Eu perdi a terrona e quem ficou lá, hoje tá rico” (informação verbal)¹⁴⁵.

¹⁴²Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴³Entrevista concedida por FEITOSA, Manoel Florêncio. Entrevista XI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴⁴Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴⁵Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

1.5 As expectativas de reparação

As reparações pelos violências e pelos prejuízo causados não faziam parte do objeto da pesquisa, mas elas foram mencionadas espontaneamente por diversas pessoas entrevistadas, de forma que faço um destaque sobre o tema, tendo em vista o meu objetivo de dar voz à população que sofreu diretamente o impacto das ações da repressão militar¹⁴⁶.

A senhora Diva Lima Botelho reclama das dificuldades de receber alguma reparação e das despesas necessárias para que o trâmite do processo:

Um tempo desse, é por isso que eu disse assim, senhor João vamos desistir do negócio de nós receber guerrilha, porque nós não recebe indenização não. Porque do tempo de novo para cá que nós vem lutando, desde 2002, que nós vem lutando por isso. Quando o senhor Zezinho do Araguaia chegou para fazer as perguntas para nós, para fazer um processo, dizendo que era um processo e tudo, eu achava até que eles estavam fazendo isso para vir outra de novo para acabar o resto que tinha deixado, mas não foi não. Aí o senhor João tem lutado todo tempo e nós com ele, fazendo as coisas tudo, mas nunca teve oportunidade de saí nada para a gente, só gasto (informação verbal)¹⁴⁷.

Raimundo Torres da Silva também reclama da demora: “agora há pouco tempo tem esse negócio dessa indenização, tem um bocado de gente que recebeu, mas é demorada demais. Eu até botei, mas está demorando demais” (informação verbal)¹⁴⁸.

Na avaliação de Manoel Florêncio Feitosa: “o que eu acho importante é que eles entendessem e que recuperasse com a gente um pouco do que a gente perdeu. Porque até hoje a gente está nessa situação e que não tem condições de nada” (informação verbal)¹⁴⁹.

O morador Jonas, que aderiu muito concretamente aos guerrilheiros, questiona as reparações concedidas pela Comissão de Anistia:

O apoio é o que até agora nós não temos, aqui no Pará, não. No sul do Pará, não. Porque a gente viaja muito e os apoios são poucos. Aliás, aquele negócio que eu falei lá atrás, quem não estava aqui, tem a história mais bonita, recebe mais fácil. Exatamente, de anistia. Então até porque quem não passou por lá, não tem história fatal para contar, só conta sofrimento, até porque não tinha como contar alguma coisa melhor, era só sofrer mesmo. Agora uma coisa que

¹⁴⁶Esclareço que o acesso aos requerimentos feitos à Comissão de Anistia poderia ampliar o objetivo de dar voz a um segmento pouco estudado sobre a justiça de transição no Brasil. Todavia, diante dos prazos para conclusão da tese e as dificuldades no acesso a partir de 2018, no governo Temer, pioradas no governo Bolsonaro, não fiz qualquer tentativa nesse sentido.

¹⁴⁷Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴⁸Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Torres da. Entrevista XV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁴⁹Entrevista concedida por FEITOSA, Manoel Florêncio. Entrevista XI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

eu já conversei com vários companheiros, eu achei incrível, no meu caso assim, eu não lutava junto, eu não misturava a guerrilha com nada. Eu me refiro a outras questões. A guerrilha foi sozinha. A guerrilha veio para cá no sul do Pará, sozinha, a guerrilha veio para cá no sul do Pará como a número um. Só vi ela. Então como assim, que depois. Só veio ela. Depois dela já aparece grito de terra, é invasão de parte de minério e tudo joga junto com a guerrilha (informação verbal)¹⁵⁰.

Jonas passou bastante tempo afastado da região depois da guerrilha, porque era constantemente procurado e, por segurança, passou a residir em outro município do estado do Pará, até se sentir seguro para voltar a residir em São Geraldo do Araguaia, segue com a sua análise sobre esse período pós-conflito:

Eu saí daqui em 1977, parece. Foi em 1977 que eu saí. Aí quando foi agora em 2004. O pessoal me procurava direto, porque eles procuravam esse tal de Jonas. Jonas é nome de luta. Aí eles não me achavam. Aí eu fiquei sabendo e aí eu vim. Eu cheguei aqui em 2004. Permaneço aqui, quando tem escavação o pessoal vai e eu fico, outras vezes vou mais eles. Aí agora eu comprei um barraquinho, comprei um barraquinho e fico aqui. Quando eles querem conversar comigo, saber alguma história. Eles vem e eu estou pronto para dar entrevista, a minha história eu não engulo ela. Qualquer chamado que tiver, até onde eu puder ajudar, se chamar eu vou. Mas minha vida é aqui direto. E qualquer chamado que tiver, a minha condição não permite, mas se me ajudar eu vou (informação verbal)¹⁵¹.

Sobre a política governamental de reparação por parte do governo brasileiro:

Eu queria mais atividade, não é? Porque alguns que passou por lá, pela guerrilha, que ainda tem poucos, mas tem, já estão velhinhos. Muitos deles não tem nem como sobreviver. Inclusive tem um grande amigo meu aqui, que foi baleado na época no joelho e eu tenho lutado para encaminhar os papéis dele, está lá em Brasília. Mas não foi apreciado e ele precisa demais da conta. Não só ele, eu falo assim o mais necessário. Então se a minha história valesse eu queria que isso fosse mais, mais atividade. Porque muitos já foram e não receberam nada, até poderia sobreviver mais. Eu já recebi um pouquinho e dizem que tem outro para receber e se tiver será bem-vindo, mas se não vier eu já recebi meu pouquinho e estou satisfeito com esse. Agora dizer que o prejuízo que eu peguei daquele época, dizer que recompensa, recompensa porque todo tanto é bem-vindo. Mas talvez se eu não tivesse tomado aquele prejuízo, eu teria outra condição de vida. Mas nem por isso eu me arrependo. Não me arrependo não. A gente foi porque quis. Graças a Deus lutei, passei, sobrevivi, estou aqui para contar a história. Na região aqui, eu me sinto feliz por isso, porque na região deus me conservou e ficou só eu aqui mesmo (informação verbal)¹⁵².

¹⁵⁰Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁵¹Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁵²Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

A seu ver as ossadas têm que ser localizadas e menciona expressamente o crânio do guerrilheiro Osvaldão:

Todos morreram em combate. Uma coisa que eu achei. Os militares, de qualquer maneira a luta deles eu acho errado. Mas a pessoa depois de já está pega, já capturado e ser torturado, eu acho isso incrível. Torturar até a morte. Porque, aí. Aqui tem até, tem o caso da Áurea, do Simão, do Josias, que era outro. Esses foram torturados e não apareceram até agora. É. Localizar. Porque no cemitério daí, nós não achamos nada, quase, do que procurava. Agora ficou na pista. Na pista eu sei que tem, porque na pista eu enterrei um. O Osvaldo quem enterrou fui eu. Ficou lá. Não, eu corri logo. Com os camponeses saírem e eu saí também. Era. Só a cabeça. Eu não sei se enterraram. A cabeça vinha para cá, para Xambioá. É o Osvaldão. Na pista do aeroporto de Xambioá. Está feito, mas ainda não localizei. Já localizei muitos pontos, mas falta trabalho para nós poder localizar o dele. Porque de qualquer maneira, vieram buscar, o pessoal militar, vieram buscar as ossadas. Mas de qualquer maneira tem o quadro do solo lá, onde foi cavado e esse quadro nós não estamos achando. E ele está lá. Então falta o que, falta trabalho. Falta pesquisa (informação verbal)¹⁵³.

Raimundo Gomes é um dos que recebem uma pensão mensal e a relacionam com o trabalho forçado que prestou aos militares:

Agora eu estou melhor, porque eu consegui uma pensãozinha para receber todo mês. Não, eu entrei com um processo lá depois da guerrilha e recebo uma pensãozinha assim, todo mês. Eu não sei. Eu entrei com um processo, não é? Mas eu não sei onde é. Eu fui trabalhar com eles obrigado. Eu não tinha para onde correr não, eu fui obrigado a ir. Eu não sei avaliar não. Eles me deram parece que é dois coisa por mês. Não, as outras coisas, ficou tudo para lá. Eu não avalio nada não, porque eu fiquei sem nada. Fiquei sem saúde e ainda estou sofrendo (informação verbal)¹⁵⁴.

Outro que recebeu uma reparação é Antônio Alves de Sousa: “Aí o que aconteceu é que do aproveitamento dessa situação foi só uma indenização que eles me pagaram depois” (informação verbal)¹⁵⁵.

Essas pessoas que ainda estão vivas necessitam muito dessa reparação econômica, ainda que seja parcial, porque estão idosas e doentes. Sabem que não serão compensados por tudo que perderam e que o sofrimento pelo qual passaram é irreparável.

Consoante informação verbal prestada pela Advogada Sueli Bellato, ex-vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, esse órgão, em 2015, examinou um grande

¹⁵³Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁵⁴Entrevista concedida por SILVA, Raimundo Gomes da. Entrevista VII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁵⁵Entrevista concedida SOUSA, Antônio Alves de. Entrevista XIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

número de requerimentos de camponeses da região do Araguaia. Os Conselheiros e Conselheiras reconheceram estar presente nos respectivos processos a demonstração da perseguição política, requisito fundamental para a declaração de perseguição e opinamento favorável pela reparação econômica.

Verificou-se que, grande parte da população do Araguaia, procedente de outros lugares do Brasil, especialmente do nordeste do país, eram agricultores que migraram para região, em busca de terras destinadas pelo INCRA para Reforma Agrária e, com a promessa de serem assentados, trabalharam cultivando e produzindo alimentos.

As operações militares à época da ditadura militar contra os opositores do regime denominados guerrilheiros do Araguaia, atingiram de forma brutal centenas de famílias que sofreram prisões, torturas e tiveram suas lavouras queimadas e criações, de pequeno porte, mortas.

A destruição das lavouras objetivava impossibilitar repasse de alimentos aos guerrilheiros. E as prisões e torturas tencionavam a delação da localização dos guerrilheiros na mata.

A Comissão conheceu as atrocidades praticadas pelos militares contra os agricultores e suas famílias e os prejuízos de toda ordem, mas especialmente os traumas que as famílias carregam até hoje.

Aos requerentes que comprovaram a perda de suas posses, o impedimento de seguir sobrevivendo das atividades profissionais, no caso agrícolas, em razão da ação dos militares que combateram no Araguaia e que atingiu a população civil, foi concedida a reparação moral com a declaração de anistiado político e reparação econômica em prestação mensal permanente continuada no valor de dois salários mínimos.

Também ocorreram reparações às pessoas que foram presas e/ou torturadas que sofreram interrupções, mas não perdas permanentes, de suas atividades laborais. A estes a Comissão concedeu a reparação moral e a reparação em prestação única com base no tempo de prejuízo sofrido em razão da perseguição política.

1.6 O legado da guerra

A pergunta sobre o legado ou herança almejava saber o que as pessoas entrevistadas entendiam ter ficado para elas e para a sociedade sobre a Guerrilha do Araguaia, que para

elas, como se viu, foi uma guerra entre um número enorme de militares/policiais contra um grupo de jovens denominado de terroristas.

As pessoas entrevistadas continuam pobres, mesmo aquelas que receberam reparação econômica. Continuam morando na periferia das cidades de Xambioá-TO e de São Geraldo do Araguaia-PA, em casas extremamente simples, edificadas precariamente, grande parte sem reboco e pintura, sem conforto, algumas sem sanitários na parte interna da residência, sem piso cerâmico, em ruas ou vielas sem calçamento, carentes de saneamento básico.

Além das visíveis condições precárias de habitação, foi mencionada reiteradamente a dificuldade de acesso à saúde, fragilizada em razão das violências e carências de alimentação descritas no capítulo 1. E quase cinco décadas após, essa população continua vivendo sem acesso a direitos fundamentais. Para os poucos entrevistados que declararam ter recebido algum tipo de reparação econômica, ela não assegurou mudança substancial das condições de vida.

A senhora Maria Oneide nos deixa entender que a compreensão sobre o que os jovens “paulistas” pretendiam veio tempos depois, mas era tarde demais, as pessoas tiveram medo e o medo fez pessoas adoecerem:

Aí ele disse que nunca tinha entendido aquela palavra e hoje, na época que nós estávamos lá em 1980, 1981, antes do padre ser preso, que agora ele entendia o significado daquilo, porque ele só tinha informação do Exército que dizia que eles estavam lá para comer criança, para arrombar, eram assaltante de São Paulo, do Rio, então a gente ouvia eles falando sobre isso. E a consequência de tudo isso era o medo das pessoas, tem gente que é doente. Tem muita gente como o senhor Pedro que hoje é doente, ele não pode nem falar, e na época ele não era nem guerrilheiro, ele era mateiro, na época de acompanhar os policiais. É em razão dessa época, dele ver as pessoas sendo torturadas (informação verbal)¹⁵⁶.

A senhora Rosa avalia que os chamados guerrilheiros deram bom conselho para as pessoas e para ela é incompreensível o que os militares fizeram com os posseiros e trabalhadores rurais e com os guerrilheiros:

Importante, eu acho que a única coisa que eu acho que fosse importante ou que seja, era que não viesse mais outra vez as pessoas torturar o resto das pessoas que ficam sobrevivendo e os filhos e netos daquelas pessoas, que não entendem e que nunca entenderam de guerrilha e eu também não entendo até hoje por qual foi o motivo que eles foram fazer isso com a gente. Só porque aquelas pessoas estavam lá que achavam que eram guerrilheiros, que tinham feito greve e tudo, mas era todo mundo estudante, assim como outras pessoas estudam e apenas deram bom conselho para as pessoas. Então eu queria, eu quero, queria não que é no passado, eu quero que aconteça é que nunca mais aconteça essa história de vir gente matar os outros que está ajudando os mais

¹⁵⁶Entrevista concedida por LIMA, Maria Oneide Costa. Entrevista VI. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

fracos. Porque a pessoa que nasce e se cria na fazenda, numa zona rural e as vezes nunca nem estudou e chega um e dá um bom conselho ele tem que segurar, porque o ruim conselho a gente sabe quando é ruim e eles nunca deram mal conselho para ninguém. Eu torço pelo governo, o presidente que entrar que amenize essa guerra aqui no Estado do Pará e no Brasil inteiro. Eu estou torcendo para isso. Que Deus dê força para eles governarem bem (informação verbal)¹⁵⁷.

Na avaliação de Diva Lima Botelho:

[...] eu fiquei com os filhos tudinho para criar, sabe como é trabalhoso uma pessoa ficar sozinha para cuidar dos filhos. Mas graças a deus eu criei meus filhos tudinho e não houve mais envolvimento com nada não (informação verbal)¹⁵⁸.

Para Jonas, as torturas precisariam ser reveladas e o lugar onde os corpos de guerrilheiros e guerrilheiras foram enterrados. Mas não interessa a eles, os militares. Então, admite que não tem como apurar, “é levantar a cabeça do jeito que está e seguir para frente”:

Porque, eu não sei se foi a Diva, parece que foi a Diva que falou que nós tinha que fazer um trabalho nessa Casa Azul, daí de Marabá. Era, de tortura. Então pelos dias que já está eu falei para ela, Míriam eu acho que lá não acusa nada, porque nem o eco não tem mais lá dentro. É. A Casa está lá, mas eu acho que não é necessário fazer trabalho lá. Porque, até porque quem era necessário estar junto nesse trabalho lá era o Curió e o João (militares). Esses dois homens deviam estar com o pé no trabalho, até porque eles sabem. Eu mandei pedir para o João, uma época aí, acho que tem uns cinco anos, uns quatro ou cinco anos mais ou menos, tem cinco anos mais ou menos, que se ele não quisesse dar uma entrevista, conversar, que ele ao menos mandasse pelo menos as fotos que ele pegou do pessoal da guerrilha daqui da Guerrilha do Araguaia, que eles tiraram. Mas acho que ele não passou, não porque até agora ele não passou solução nenhuma. E o Curió está caducando, já. Dizem que não presta mais para nada. Não. Jamais. Jamais. Ele e o João não querem isso aí de jeito nenhum. Até porque prejudica eles. Prejudica eles demais da conta. E o Brasil está assim de pé pela cabeça. Não tem nem como apurar esse tipo de coisa. Porque se o Brasil não tivesse de pé pela cabeça, tinha como. Agora do jeito que está não tem como, é deixar os homens quietos. E levantar a cabeça do jeito que está e seguir para frente. E pedir um Brasil melhor para nós. Para a gente conversar sobre a guerrilha, isso vai é dias, o tempo é pouco (informação verbal)¹⁵⁹.

Mas as pessoas ainda não se sentem totalmente livres, guardam um certo receio de vigilância, mesmo afirmando que atualmente não encontram mais com os “informantes”, que

¹⁵⁷Entrevista concedida por Rosa. Entrevista VIII. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁵⁸Entrevista concedida Por BOTELHO, Diva Lima. Entrevista X. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁵⁹Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

costumeiramente os vigiavam, até recentemente. Ainda que não haja a vigilância de suas ações, mas esse longo período e todo o contexto de violência vivenciado, durante e após o conflito, naturalmente os coloca em uma situação de reserva. É o legado da violência.

Atribuem a redução da vigilância devido à idade do Major Sebastião Curió, pois “Curió está caducando, já. Dizem que não presta mais para nada”, atestando a relevância dessa figura como símbolo da repressão na década de 1970, que permanece vivo no nome do município de Curionópolis, cerca de 150 Km de Geraldo do Araguaia.

Raimundo Gomes Silva ao ser questionado sobre o legado da guerrilha em sua vida e da sua família responde que não sabe avaliar. Nas suas frases sobra o sofrimento e a perda de tudo, um vazio:

Eu não sei avaliar não. Eles me deram parece que é dois coisa por mês. Não, as outras coisas, ficou tudo para lá. Eu não avalio nada não, porque eu fiquei sem nada. Fiquei sem saúde e ainda estou sofrendo. Dos companheiros eu não tenho mais nada para contar nada não. E da minha vida eu tenho, porque eu estou passando porque eles me deram essas coisinhas e eu não tenho como arrumar mais nada, não. Tenho sofrido demais, é coisa ruim. Eu fiz 80 anos agora no dia 16 de maio desse ano. Venho lutando toda a vida, trabalhando todo tempo, para ver se arrumando alguma coisa, para sustentar minha família. Eu estou comendo porque eles me deram essa aposentadoria de todo mês. São dois salários. É um salário e pouco, quase dois salários. Não tem mais nada porque já faz muito tempo e eu não estou podendo trabalhar e não estou lembrando mais outras coisas não. Sim. Eu sofri demais. Eles fizeram de tudo, eu sofri demais. Perdi a mulher, perdi tudo, perdi tudo, tudo, tudo. Graças a deus me deu essa aposentadoria e tem essa mulher que está mais eu e se não fosse ela eu já teria até morrido. Eu acho muito bom você ter vindo falar comigo, as coisas, tudinho e só que já passou muito tempo e eu não posso falar mais nada. Eu não lembro mais de tudo, porque me atacou a labirintite, aquela que ataca a cabeça (informação verbal)¹⁶⁰.

Ele se emociona e nos emociona quando diz:

Eu já sou velho e já sofri demais. Os filhos, quando eu saí da guerrilha eles queriam era me matar. Só se visse o sofrimento para tomar minha casinha. Eu conversava tudo que passou comigo. Eu não gosto nem de conversar porque eu me lembro e começo a chorar. Eu não posso contar mais, porque não consigo lembrar (informação verbal)¹⁶¹.

Desejar que algo semelhante nunca mais aconteça com ele e mais ninguém, é o que fica para Leonardo Miranda Silva:

¹⁶⁰Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁶¹Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Gomes de. Entrevista III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Não, eu não acho importante não, meu juízo já é borrifado e varia e eu posso ficar conversado besteira. Eu sofri muito e pedi a deus que nunca mais acontecesse um caso daquele comigo e com ninguém, o que aconteceu comigo. Eu tinha umas menininhas pequeninhas que ficaram lá e essas meninas nem mãe tinham mais, quando eu deixei elas lá na mata, porque minha mulher já tinha morrido e eu já tinha outra mulher com quem eu já tinha me juntado, que tinha três filhos e eu tinha dois e ficaram tudo lá dentro da mata, sofrendo e passando fome nesses 40 dias. 40 dias e foi muitos anos, porque o lavrador se ele perder uma roça são dois anos de fome. Não. Eles não deixaram eu continuar meu serviço. Eu perdi a terrona e quem ficou lá hoje tá rico. Mas é a idade que eu já tenho também e a gente varia. Eu também quero pedir desculpas a você, porque eu estou dando essa entrevista porque eu tenho boa vontade, mas não é que eu lembre de tudo. Eu teria prazer em lembrar de toda a história (informação verbal)¹⁶².

Das narrativas das 17 pessoas entrevistadas, diante da forte repressão militar que incidiu nos guerrilheiros e na população que vivia na região do Araguaia e que não contribuiu para a existência do conflito, o legado é de um sofrimento sem fim, obrigando-as a encontrar outros meios de sobrevivência e a conviver com a lembrança das violências. É um legado de resistência.

¹⁶²Entrevista concedida por SILVA, Leonardo Miranda. Entrevista XIV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. Xambioá – TO, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

CAPÍTULO II - DIREITO DE RESISTÊNCIA

São diversos os processos de resistência no curso da história, mas para esta tese não tenho a pretensão de aprofundá-los. O propósito neste capítulo é trazer alguns apontamentos, com o intuito de compreender se cabe falar em resistência exercida pela população local atingida diretamente pela chamada Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, é importante delinear o conceito de direito de resistência, no sentido tradicional e buscar traçar uma breve trajetória dele, ao longo de alguns marcos históricos, principalmente, nos períodos moderno e contemporâneo. Além disso, trazer também alguns indicativos de consenso na literatura jurídica e buscar demonstrar como a população local da região do Araguaia exercitou o direito de resistência.

2.1 Direito de resistência

O Direito de resistência é registrado desde a Antiguidade como o direito de resistir à tirania do monarca ou outra forma de governante instituída.

Thomas Hobbes, que rompe com a tradição do direito divino, manifesta o pensamento da filosofia moderna, no sentido de assegurar a liberdade, a paz aos cidadãos, devendo eles resistir contra quem atentar contra sua vida ou integridade. Nas suas palavras, nenhum homem “é obrigado por qualquer contrato, a não resistir a quem lhe oferecer a morte, ou vier ferir ou causar lesão ao seu corpo de qualquer outro modo; pois, todo homem conserva um alto grau de medo, pelo qual ele teme o mal que a ele feito é o maior de todos” (HOBBS, 2006, p. 31). Assim, o direito de resistência é da natureza humana.

John Locke parte da visão de povo. Esse filósofo político pressupõe que as leis são feitas para o bem do povo, portanto somente o povo pode julgar a legitimidade do governo. Por conseguinte, a natureza e os fins da sociedade política têm que ser defendidos, para isso é que o povo pode lutar contra um governante ante o poder absoluto e arbitrário. Locke, ao legitimar o direito de resistência, configura sua assertiva especialmente na finalidade da sociedade civil, qual seja, a de preservar a propriedade de cada indivíduo, pois o indivíduo constitui o valor último da vida social, em uma visão legalista e fundada no direito de propriedade. Ele afirma: “Onde termina a lei, começa a tirania” (LOCKE, 2005, p. 18). Essa conexão nos remete às Revoluções Americana (1779) e Francesa (1789), fundadas na liberdade, nos direitos civis e na

defesa da propriedade, embora restrita e seletiva, muito aquém dos direitos fundamentais, reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e Pactos complementares.

Na perspectiva lockeana, o direito de resistência se configura como uma maneira de reivindicar o restabelecimento de direito em face do poder constituído que teria sido delegado pelo povo, frente ao desvio de finalidade do governo, ao violar direitos fundamentais, perdendo assim a legitimidade delegada, como mecanismo de oposição à tirania, cujo pressuposto se insere no princípio de que a autoridade ao soberano é concedida pelo povo. Nesse âmbito a resistência é legítima e se concebe como necessária em confronto às atitudes arbitrárias do governante.

Roberto Gargarella, ao interpretar a visão lockeana, analisa que o direito de resistência à autoridade, surge como uma das quatro ideias, que demonstrariam o constitucionalismo:

Das mãos de John Locke, a resistência à autoridade apareceu como uma das quatro ideias que, eu diria, distinguiram o constitucionalismo em suas origens. Assim, a ideia de resistência tendia a aparecer junto com a que se referia à natureza inalienável de certos direitos básicos; a ideia de que a autoridade era legítima na medida em que repousava no consenso dos governados; e o que dizia que o primeiro dever de todo governo era proteger os direitos inalienáveis das pessoas. Nesse contexto - foi alegado - o povo poderia legitimamente resistir e finalmente derrubar o governo em exercício se este não fosse consistente com o respeito a esses direitos básicos (GARGARELLA, 2007, p. 5, Tradução livre)¹⁶³.

Esses quatro princípios constitucionais são fundados na ideia de igualdade quanto ao valor e a capacidade das pessoas, que foram transportados às duas grandes revoluções do século XVIII, a norte-americana e a francesa. Nessa constatação parte-se do pressuposto de que todas as pessoas nascem iguais e são dotadas de direitos inalienáveis, entre os quais o direito à vida e a liberdade, como fundamento.

No Estado contemporâneo, a ausência de legitimidade por parte dos governantes justifica o exercício do direito de resistência por parte das cidadãs e cidadãos, porque independente dos subterfúgios utilizados por quem se encontra instituído no poder e o aparente funcionamento regular das instituições, não assegura o Estado de direito. Em razão disso se configura legítimo insurgir-se contra o estado de exceção, como uma possibilidade de solução, ainda que extrema, contra o abuso de poder, pois este é mais deletério para a população do que

¹⁶³*De la mano de John Locke, la resistencia a la autoridad apareció como una de las cuatro ideas que, me atrevería a decir, distinguieron al constitucionalismo en sus orígenes. Así, la idea de resistencia tendió a aparecer junto con la referida al carácter inalienable de ciertos derechos básicos; la idea de que la autoridad era legítima en la medida en que descansaba sobre el consenso de los gobernados; y aquella que decía que el primer deber de todo gobierno era el de proteger los derechos inalienables de las personas. En dicho contexto –se afirmaba– el pueblo podía legitimamente resistir y finalmente derrocar al gobierno de turno en caso de que el último no fuera consecuente con el respeto de aquellos derechos básicos (GARGARELLA, 2007, p. 5).*

qualquer ato de insurgência. Roberto Gargarella desenvolve a categoria do direito de resistência constitucional, considerando que o Estado se encontra consolidado e com as instituições em funcionamento. Essa conformação, porém, não impede a opressão estatal, não havendo mecanismos seguros que possam impedir graves violações e injustiças e, precisamente, de forma mais grave, a instauração de regimes ditatoriais, a exemplo da ditadura militar instituída no Brasil em 1964.

Esse autor, considerando o axioma do direito de resistência, aduz que este se faz necessário para por termo a um quadro de graves violações, e reconhece que “a ideia de resistência à autoridade nos coloca, sem dúvida, nos limites do constitucionalismo”¹⁶⁴ (GARGARELLA, 2005, p. 225, tradução livre).

Roberto Gargarella (2005, p. 225, tradução livre) explica que “a seriedade dessa situação é reconhecida, por exemplo, quando admitimos que a própria comunidade aparece como o último juiz em relação à necessidade e validade da resistência ao poder”¹⁶⁵.

Essa é uma medida legítima, por exemplo, frente a um Estado de exceção, se não se vislumbrar outro meio de enfrentamento mais adequado contra o uso da força e as graves violações praticadas pelo poder constituído.

Cesar Douglas Lucas, em sua análise sobre o legítimo exercício do direito de resistência, que se configura pelo controle da sociedade, atesta que “a preocupação em torno da resistência à opressão perpassa os séculos mantendo sempre uma mesma característica: manter viva a busca de justificações para promover esta resistência” (LUCAS, 2013, p. 50), demonstrando o entendimento de que este direito sempre estará presente diante da opressão e, na sequência, afirma que “o direito de resistência e todas as suas variantes, refere-se ao papel desempenhado na reconstrução do poder opressor” (LUCAS, 2013, p. 50). Assim, o exercício do direito de resistência será sempre legítimo contra a tirania do poder, para o restabelecimento do comando das instituições diante de situações extremadas.

Ricardo Silveira Castro (2017, p. 21) afirma que “a ascensão das perspectivas contratualistas a partir do século XVII redefine o papel do indivíduo na resistência contra os abusos de autoridades legitimamente constituídas”. Esclarece que:

Nesse sentido, a tese do contrato social – inspirado pelo pensamento liberal clássico – atrai para o núcleo da estruturação do sistema político a noção de que o indivíduo (inclusive aquele que não desempenha funções dentro da

¹⁶⁴*La idea de resistencia frente a la autoridad nos coloca, sin dudas, en los límites mismos del constitucionalismo* (GARGARELLA, 2005, p. 225).

¹⁶⁵*La gravedad de esta situación se reconoce, por caso, cuando admitimos que la propia comunidad aparece como el último juez en lo relativo a la necesidad y validez de la resistencia al poder* (GARGARELLA, 2005, p. 225).

institucionalidade estatal) está legitimado a agir (resistir) contra abusos que ameacem os seus direitos individuais indisponíveis, tais como a vida, a segurança e a propriedade (CASTRO, 2017, p. 21).

Logo, nesse contexto de afirmação da noção moderna de Estado como fonte de todo direito legítimo, vinculada à concepção de soberania e de monopólio da violência, o fenômeno do constitucionalismo surge entre os séculos XVI e XVIII como “uma técnica da liberdade contra o poder arbitrário” (CASTRO, 2017, p. 21). Dessa forma, na visão soberana, o que se impõe é que governante e governados estão submetidos às leis e quando ocorre processos repressivos, é lícito se valer da resistência, utilizando-se dos meios necessários para combater as violações praticadas pelo Estado, com vistas à proteção à vida e os direitos fundamentais. Seguindo essa relevante trajetória, Ricardo Silveira de Castro (2017, p. 22) assevera que “o direito de resistência figura como elemento central no nascimento do constitucionalismo, fenômeno fortemente inspirado pela tradição liberal clássica”.

A obrigação do governo é a proteção dos direitos fundamentais, o que nos remete à perspectiva de que o direito de resistência se configura na proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana. Assim, reitera Ricardo Silveira Castro a importância do reconhecimento desse direito contra a opressão, na condição de direito natural e imprescindível da pessoa humana:

A importância do direito de resistência como pilar de sustentação de governos que preservem o valor e as capacidades de cada indivíduo foi reconhecida pelas duas grandes revoluções do século XVIII: na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776) ficou consignado que o povo teria o direito de alterar ou abolir o governo para instituir um novo, fundando seus princípios e organizando seus poderes de tal forma que atenda melhor a sua segurança e felicidade; enquanto que a Declaração dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Nacional francesa em 1789, reconheceu o direito contra a opressão como um dos direitos naturais e imprescritíveis do homem (CASTRO, 2017, p. 22).

O direito de resistência evolui e se insere no contexto do constitucionalismo conformando o Estado moderno, que passou a concentrar todos os poderes, mediante a legalidade instituída, como uma maneira de assegurar direitos fundamentais e da comunidade assumir uma posição diante de situações de graves violações de direitos humanos.

No diagnóstico de Douglas César Lucas, o direito de resistência se insere na condição do enfrentamento de crises que o Estado não consegue dirimir, havendo o legítimo direito de suplantar a legislação e se insurgir quanto à falta de legitimidade do governante. Consequentemente ele afirma que: “quando a falta de legitimidade, para não dizer opressão, atinge o grau a colocar em risco as razões pela qual o Estado se firmou, que é a defesa dos

direitos, resistir a esta opressão é garantir a volta do poder ao povo, é reconstruir a legitimidade perdida” (LUCAS, 2005, p. 25). Essa assertiva remete à compreensão de que o poder nasce do povo, mesmo considerando o formato que vivenciamos da democracia representativa e seus contornos, não havendo, em situações de opressão e graves violações, outra maneira de enfrentamento.

Esse mesmo autor, seguindo na argumentação, aduz que a “resistência aparece, assim, como uma reserva que o povo mantém quando não exerce o poder de forma direta. Desta maneira, compreender o fenômeno do poder, sua origem e manifestações, é o primeiro passo para entender o problema da resistência à opressão” (LUCAS, 2005, p. 25). Destarte, em situações extremas, sustentada pela crise estatal e de legalidade, o direito de resistência assume fundamental importância para combater as atrocidades perpetradas pelo poder constituído. Dessa maneira, depreende-se que a instituição do poder depende da necessária participação de todas e todos no espaço público, no sentido republicano do exercício da cidadania, o que justifica em situações extremadas, como no caso do estado de exceção, a resistência.

Juan Ignacio Ugartemendia Eceizabarrena concebe a estratégia histórica sob o denominador comum do enfrentamento ao poder, não só de fato, no aspecto político, mas também jurídico, conceituado esse exercício como o direito do particular ou de grupos organizados de se opor ao governo, inclusive utilizando a força, diante do poder ilegítimo. Assevera que:

Tomando al derecho de resistencia como género, esto es, derecho de resistencia lato sensu, nos referiremos a la formulación histórica general que englobaría a una serie de conductas cuyo denominador común es el de implicar todas ellas un enfrentamiento con el poder «no sólo como enfrentamiento fáctico, sino también jurídico, como desconocimiento o negación de la pretensión de legitimidad del poder o de la justicia de su actuación» (3). Enfrentamiento (resistencia, desobediencia) que a la postre se torna en una limitación del poder de la autoridad pública. En este sentido, cabría conceptualizar el derecho de resistencia como el derecho del particular, o de grupos organizados, o de órganos del Estado, o de todo el pueblo, de oponerse con cualquier medio, incluso con la fuerza, a un poder ilegítimo o al ejercicio arbitrario y violento, no conforme al derecho, del poder estatal (ECEIZABARRENA, 200, p. 214).

Assim, é certo que na construção do Estado moderno, o fundamento é o regular funcionamento dos poderes constituídos e o respeito à legislação, no sentido de refrear o abuso de poder por parte do governante, baseado na reciprocidade entre governante e governados, cujos limites se inserem no regular funcionamento das instituições. Havendo ruptura nesse sentido, o povo está legitimado a utilizar o direito de resistência contra a opressão, contra atos de exceção, para fazer cessar esse tipo de abuso. Por conseguinte, essa forma de resistência é

legítima e se configura em um direito fundamental, devendo ser invocado contra ato do poder público, como nos casos de ditadura, a exemplo do regime ditatorial imposto em 1964 no Brasil e na mesma época em diversos países da América do Sul. Daí a importância do reconhecimento desse direito como inalienável, em face da insegurança diante de golpes de Estado a que, infelizmente estamos expostos, não havendo proteção legal que possa impedir a imposição do estado de exceção.

A definição formal do Estado Democrático de Direito na constituição de um país não assegura efetivamente a liberdade e os direitos fundamentais, pois as instituições, embora aparentemente consolidadas, permanecem à mercê do poder dos governantes e seus representantes. Essa condição autoriza as pessoas a se insurgirem contra a opressão pelos poderes constituídos, para restabelecer a democracia no caso de estado de exceção.

Anthony Pereira, ao analisar a justiça de transição no Brasil, quando se refere ao período pós-ditadura militar de 1964, constata que “houve grande continuidade jurídica na passagem da democracia para o autoritarismo, as transições ocorridas na década de 1980 não desmontaram por completo o aparato judicial repressivo construído sob o regime militar” (PEREIRA, 2010, p. 39). Consequentemente, pode-se afirmar que as instituições ainda não estão funcionando devidamente, o que justifica dimensões diferenciadas de resistência ao poder público.

Ricardo Silveira Castro (2017, p.23) considera existir “a atomização do poder, a fragmentação social e a emergência dos novos desenhos institucionais na contemporaneidade” que levam a identificar uma outra semântica para a resistência:

É evidente que pensar o direito de resistência no início do século XXI na América Latina pressupõe o reconhecimento de uma realidade histórica, cultural e sociopolítica muito diversa daquela em que os primeiros teóricos liberais do direito de resistência vivenciaram no contexto da emergência da modernidade, e que tal mudança de cenário implica na identificação de outra semântica para a resistência. Nesse sentido, a opressão contra a qual se insurgiam os liberais clássicos já não se concretiza de modo explícito como no período da formação dos Estados modernos, pois o processo de atomização do poder político desencadeado pela burocratização das estruturas estatais tem reflexo direto na elevação do grau de despersonalização das instâncias responsáveis pelas decisões políticas de impacto na vida social (CASTRO, 2017, p. 26).

Assim, o direito de resistência no mundo contemporâneo pressupõe os mais diferenciados mecanismos e protagonistas em diversos campos e dimensões e as ações por parte das pessoas, adaptadas e incorporadas nas diversas realidades enfrentadas.

Para José Carlos Buzanello (2005, p. 12): “o direito de resistência, entendido como garantia individual ou coletiva regida pelo direito constitucional, está a serviço da proteção da

liberdade, da democracia e também das transformações sociais”, assinalando, assim, indicativos centrados na dignidade da pessoa humana e normas já positivadas no direito. Pode-se acrescentar que se encontra sustentado também pelo direito internacional nos diversos tratados dos quais o Brasil é signatário e incorporou ao direito interno.

Para Norberto Bobbio o direito de resistência configura um marco de ruptura com a ordem jurídica que esteja em vigor, demonstrando a maneira como as pessoas enfrentam o governo constituído, em face das violações perpetradas. Apesar das diferenças dos contextos, o autor avalia que “as situações nas quais nasce o direito de resistência não são diversas hoje das que eram imaginadas pelos velhos escritores dos séculos XVI e XVII — ou seja, conquista, usurpação, exercício abusivo do poder” (BOBBIO, 2005, p. 65). Nessa linha de pensamento esse direito se fundamenta na ruptura democrática, como ocorreu no passado e na dimensão mais recente, se aplicando no caso da resistência ao regime de exceção, no que se refere ao exercício abusivo do poder, no caso do golpe militar de 1964.

Celso Lafer, ao falar da reconstrução dos direitos humanos e debater o direito de resistência à opressão, menciona entre as razões institucionais:

[...] a positivação, pelo Direito Constitucional, de importantes instrumentos de controles destreinados a evitar os abusos de poder prevaletentes no Estado absolutista. Entre eles destacam-se: as Declarações de direito e a separação dos poderes; a desconcentração espacial do poder por meios das técnicas do federalismo; a legitimação constitucional das oposições; a crescente investidura popular dos governantes através da extensão do sufrágio e o controle dos atos administrativos pelo judiciário (LAFER, 1988, p. 191-192).

Questiona, na perspectiva marxista, o dever de obediência à lei frente ao dever revolucionário:

[...] o questionamento substantivo do dever de obediência à lei e o entendimento de que o acatamento às normas do ordenamento jurídico, pela sociedade, há de ser visto, numa perspectiva marxista, como puramente tática e avaliada em função de sua utilidade no processo pelo qual o proletariado afirmaria a sua legitimidade de dominação. É por essa razão que, na tradição marxista, não revisionista, o dever de obediência à lei vê-se substituído pelo dever revolucionário, vale dizer, pela expectativa de superar a opressão por meio de uma revolução, que através da violência derrubadas autoridades políticas existentes, substituindo-as com o fim de provocar mudanças substantivas nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica (LAFER, 1988, p. 193).

Dessa forma, em sua reflexão, o Estado e o direito se inserem na correlação de forças frente à teoria revolucionária, ou resistente, de parte da sociedade frente ao poder constituído e convém observar que no estado de exceção, ainda que vigore uma legislação que poderia

garantir os direitos fundamentais, não existe a possibilidade do acesso à justiça de maneira efetiva.

Marilena Chauí, diante do padrão segregacionista, discriminatório e autoritário da sociedade brasileira, afirma que o Brasil é uma sociedade autoritária na medida em que “não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos dos três séculos), do liberalismo e do republicanismo [...] repressão às formas de luta e organizações sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe” (CHAUÍ, 2004, p. 47). Segue analisando que esses traços autoritários se reforçaram com a ditadura militar instaurada em nosso país em 1964, tanto que os ditadores denominaram esse episódio de “revolução”, o que é um contrassenso. Mais adiante, após duras críticas ao golpe de 1964 e à ruptura democrática, diz que na reconstrução da democracia não vislumbra a valorização da resistência e a memorialização daqueles tempos sombrios.

Marilena Chauí avalia que “a memória que privilegia as ações que vem do Alto e minimiza as práticas de contestação e de resistência social e popular é, ela própria, uma memória autoritária” (CHAUÍ, 2004, p. 51). Nessa perspectiva é o enaltecimento apenas da versão governamental, em direção ao esquecimento. Na reconstrução da democracia não se leva em conta a realidade do nosso país e nenhuma valorização ou respeito às lutas históricas, o que leva a crer que tal reconstrução se caracteriza como uma simples concessão os direitos duramente conquistados após esse período ditatorial.

Assim, é importante considerar a voz e a memória dos moradores e moradoras da região do Araguaia sobre o período da ditadura militar.

Ao lado do direito da resistência fala-se em desobediência civil. São conceitos diferentes. A desobediência civil ocorre em momentos de razoável funcionamento da democracia ou com o regular funcionamento das instituições. Exercida em períodos democráticos, pode ser exemplificada como as ações de diversos movimentos sociais, para o acesso à terra, à moradia, território, em confronto com o direito de propriedade em diversos empreendimentos públicos ou privados, violações ao meio ambiente ou ações praticadas pelas forças de segurança pública. Essa concepção, porém, não serve à análise proposta porque até 1986 vigia uma ditadura militar em nosso país.

O direito de resistência aqui estudado se reporta a um segmento social específico, qual seja, a população local da região onde se desenvolveu a Guerrilha do Araguaia, que não constituía um grupo organizado ou intencional de resistência, mas que fora submetido a atrocidades pelo fato de viverem naquela localidade e supostamente ajudaram ou poderiam

ajudar os militantes comunistas, conhecidos como guerrilheiros e guerrilheiras ou terroristas, que haviam se instalado na região com o propósito de oposição direta ao regime militar.

Essa categoria de resistência, teve diversos níveis, podendo ser considerada desde a colaboração voluntária ou forçada às forças militares, na condição de mateiros, informantes e colaboradores, no intuito de localizar os designados guerrilheiros, com a finalidade de dizimá-los, até os protagonistas que agiram por convicção ideológica, política ou de outra natureza para ajudar os guerrilheiros resistentes à ditadura militar.

2.2 A resistência da população local na região da Guerrilha do Araguaia

A região no Araguaia, eleita pelo PCdoB para desenvolver um foco de resistência armada contra a ditadura, era habitada por pessoas pobres, de hábitos interioranos, que haviam migrado de outras regiões do país especialmente para a exploração de recursos naturais nas terras devolutas, agricultura e criação de animais. A população vivia em pequenos povoados, em condições precárias e desprovida de qualquer política pública. Era uma região de difícil acesso em todos os sentidos inclusive de comunicação, incompreensível para os jovens que já nasceram com acesso digital.

Os militantes, por sua vez eram jovens da classe média urbana, médicos, engenheiros, estudantes, que queriam promover mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Os militantes que se deslocaram para aquela região, a partir de 1966, viveram alguns anos ali em condições semelhantes às da população local, adquirindo pequenas porções de terras e praticando a agricultura, buscando não despertar qualquer evidência da finalidade que os orientava. Eram pessoas com conhecimento na área de saúde e educação, áreas em que passaram a auxiliar a população, ações muito bem recepcionadas por essa comunidade, porque significou, em muitos casos, salvar vidas e reconhecer dignidade a essa população.

Certamente, devido ao reduzido contingente desse grupo, não imaginavam o aparato repressivo que viriam a enfrentar, mas podem ter contado com a possibilidade de adesão dos posseiros e trabalhadores rurais.

Com a chegada dos militares, especialmente a partir de 1970, estes passaram a difundir para a população que os “paulistas” eram terroristas e constrangiam a população que os apresentassem, que indicasse onde essas pessoas se encontravam. Isso gerou sentimentos variados aos moradores, porque essas pessoas simples sequer sabiam o significado de terrorismo e o que acontecera nas grandes cidades. Mesmo nessa condição passaram a sofrer

graves consequências, que modificaram de maneira extremada o seu cotidiano da população local e elas se viram obrigadas a se posicionar em face do grave confronto, cujo momento mais conflituoso e difícil, ocorreu de 1972 a 1974. Mesmo sem a devida compreensão da dimensão dos fatos, foram diretamente envolvidas de diferentes formas.

Sofreram de forma mais contundente as pessoas que viviam na zona rural, considerando a proximidade dos postos de comandos dos guerrilheiros e guerrilheiras na então mata cerrada. Na tentativa de localização dos resistentes do partido comunista, a abordagem dos militares e da polícia envolveu muita violência, ao que população chama de “guerra”.

Conforme se depreende dos depoimentos transcritos no capítulo anterior, a população local enfrentou a violência de diversas formas e em diferentes graus, que podem ser qualificados de resistência. Houve moradores que empreenderam a resistência armada direta em auxílio aos guerrilheiro, após a realização da primeira missão militar. Entre eles, das pessoas entrevistadas, aponta-se Jonas, que vivenciou essa experiência por escolha voluntária e a mantém ainda hoje. Importante compreender que além do desconhecimento sobre o porquê da migração dos “jovens doutores” a população foi surpreendida de maneira abrupta e violenta como tratamento dispensado pelo exército e pela polícia, que alterou totalmente o modo de vida da população. Houve tentativa de se distanciar dos dois lados do conflito, como também a prestação de serviços aparentemente voluntária ou explicitamente forçada aos militares. Diante das abomináveis constrangimentos e torturas a que foi submetida a população, o fato de não aderir explicitamente ao lado que resistia aos governantes pode ser qualificada de resistência?

Um dos moradores locais aqui apresentado com o pseudônimo de Jonas¹⁶⁶, para evitar possível identificação, que felizmente sobreviveu, esclareceu as motivações e consequências de sua opção em favor dos guerrilheiros. O relato das suas memórias, de acordo com seu discernimento e análise, algumas décadas depois, nos proporciona conhecer nuances dessa “guerra”, única no país. Outros moradores locais que atuaram da mesma forma, não sobreviveram para relatar suas ações, mas de alguma maneira há algum registro.

O Senhor Jonas foi muito receptivo e no seu relato demonstrou, com muita convicção, a sua atuação como resistente à ditadura militar, bem como registrou as preocupações que o cercam até os dias atuais, em relação a sua adesão à luta armada com o grupo guerrilheiro, da qual tinha clareza no momento em que o fez e da qual não se arrepende, devido ao prejuízo

¹⁶⁶O pseudônimo escolhido por este entrevistado foi Jonas. Este camponês entrevistado era e continua sendo morador local da região da guerrilha e não se confunde com uma liderança do PCdoB, que também era conhecido pelo mesmo pseudônimo de Jonas, cujo nome é Virgílio Gomes da Silva.

causado a seus familiares. Por isso, prefere exercer o direito ao anonimato e, também, por não implicar alteração a sua narrativa fática.

Suas memórias, a partir da sua percepção de vida e das consequências em sua vida pessoal e familiar de acordo com seu discernimento e análise, algumas décadas depois, proporcionam uma leitura singular do confronto armado.

Ele nasceu no estado do Ceará, migrou para a região do Araguaia em 1969 e em dezembro de 1971¹⁶⁷, aos 22 ou 23 anos, se juntou aos guerrilheiros que ali se instalaram. Assim explica sua motivação para se envolver diretamente na luta armada:

O problema de eu ter investido na Guerrilha, apesar que na época eu era novo, foi um problema que inclusive os companheiros guerrilheiros me falaram que era em defesa do Brasil. Então eu como analfabeto, que não sei de nada eu achei que era importante eu entrar. Eu entrei em 1972, no finalzinho de 1971, no mês de dezembro. Aí eu lutei até o final e graças a deus resisti, sobrevivi e na equipe lá a gente sempre conversava e aí um dia o Osvaldo falou para mim: Jonas, há de sobrar ao menos um de nós aqui, para ser raiz, vai vir gente atrás de nós aqui, vai ter alguém para comprovar o que nós estamos passando aqui. Nessa parte aí escolheram eu para ficar por aqui, porque escapei. Fui para a cadeia, passei pela cadeia (informação verbal)¹⁶⁸.

Jonas é analfabeto e se define como ‘camponês e guerrilheiro’, afirmando que: “sim, eu sou camponês. Aliás, eu sou os dois: camponês e guerrilheiro. Sou os dois”. E esclarece que: “quando eu entrei para a guerrilha já tinha passado uma parte. Eu entrei na segunda campanha” e complementa: “nós guerrilheiros éramos poucos. Nós era pouco” (informação verbal)¹⁶⁹.

Considerando o cronograma das campanhas realizadas pelo exército, o momento do ingresso de Jonas se deu após o primeiro ataque dos militares. Foi quando a população local teve conhecimento da razão pela qual aqueles jovens estavam na região. E, assim, se seguiram as informações de ambos os lados do conflito, algo que modificou para sempre os projetos de vida das pessoas.

Os guerrilheiros viviam nas proximidades dos denominados ‘Postos de Comando de Base’ do exército. No entanto, a interação dos guerrilheiros com a população foi mantida em alguma medida, considerando o convívio regular, que vinha ocorrendo anteriormente, a qual foi abruptamente rompida em face das ações militares.

¹⁶⁷Certamente ele se refere ao ano de 1972, considerando que atesta ter ingressado após a primeira Campanha do Exército, que ocorreu, de fato em 1972.

¹⁶⁸Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁶⁹Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Após a realização da primeira missão do exército contra os denominava de “terroristas”, – expressão desconhecida à população até então e que não fazia jus à percepção que ela tinha a respeito deles – foi revelado o contexto de guerrilha, o que provocou diferentes reações das moradoras e moradores daquela região do Araguaia.

Nessas circunstâncias, a população local permaneceu inerte quando possível ou, de maneira voluntária ou não, se envolveu em diferentes maneiras de atuação, desde a tentativa de buscar se distanciar dos dois lados do conflito, de colaborar com os militares ou de aderir à guerrilha.

O senhor Jonas demonstrou, com muita convicção, a sua escolha de atuação como resistente no momento da Guerrilha do Araguaia, assim se manifestando:

Eu enfrentei isso aí. Eu não fui contando com dinheiro. Porque isso aí, eu podia até ter morrido lá e minha história não saiu. É para ajudar o Brasil. Porque se a gente é brasileiro tem um ladinho para a gente poder ajudar, a gente ajuda do jeito que a gente pode lutar. Foi onde eu achei que podia ajudar, foi aí. Entrei graças a deus, sobrevivi e estou aqui para contar a minha história e de alguns companheiros, que eu sei. Agora dos que eu não sei, eu não posso contar porque só ouvi dizer, não há prova (informação verbal)¹⁷⁰.

Segundo ele, não foi o único camponês a participar, mas disse que só pode falar de suas ações, pois não quer mencionar outros companheiros seus, pois pode ser exigida prova e não tem como provar. Aduz que muitos moradores da região participaram de outras maneiras, com adesões para ambos os lados do confronto, uns por convicção, outros por dinheiro ou promessas que nunca foram cumpridas.

Ao falar dos moradores que atuavam na condição de mateiros, se insurge quanto à possibilidade dessas pessoas, nessa condição, receberem reparação econômica:

A maior parte dos camponeses, tem um bocado vivo ainda e esses não deram entrevista, até porque eles eram pagos para fazer aquilo. Eles ganhavam dez cruzeiros por semana. Era semanal aquele dinheiro. Então tem deles que entrou com processo, mas tem deles que não entrou, porque já receberam. Isso eu acho importante, porque acho que essa indenização é para aquelas pessoas que perdeu a sobrevivência, perdeu até o direito de morar naquele local, perdeu alguém da família pelos militares. Então isso aí é que eu acho importante que seja aprovado (informação verbal)¹⁷¹.

Afirma ter sido preso e torturado e que presenciou muitas atrocidades. Pontua que seu pai teve as unhas arrancadas e que, apesar de ter saído vivo da prisão, morreu em razão das

¹⁷⁰Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁷¹Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

sequelas das torturas praticadas pelos militares. Toda a sua família sofreu consequências, perderam a terra e os meios de sobrevivência. Nas suas palavras:

Fui para a Cadeia, eu fui torturado da seguinte forma, porque o meu pai foi quem exatamente foi torturado, porque até as unhas dele os militares arrancaram, isso nunca me apaga e ele apanhou demais e o que nós tínhamos foi tocado fogo, eles ficaram passando fome, não passaram fome porque tinha vizinho perto, então esse foi prejudicado, mais do que eu que estava na mata (informação verbal)¹⁷².

Ao sair da prisão, teve dificuldade para tratar da saúde do seu pai:

Não tinha tratamento médico, aqui em São Geraldo mesmo, para começar, não tinha nem um farmacêutico. Farmacêutico daqui era os guerrilheiros e eles estavam na guerrilha e não podiam atender ninguém. Aí eu não tinha como bancar o tratamento dele. Aí eu mudei para Xambioá e fui lutar com meu pai, mas dinheiro de *juqira*¹⁷³ é pouco (informação verbal)¹⁷⁴.

Tal como aconteceu com todos os entrevistados, o relato se assemelha:

O que nós tínhamos foi perdido tudo, não ficamos com nada, praticamente com nada. Porque não tinha dono de terra na época, terra aqui no Pará era devoluta. Era posse. Então essa posse meu pai perdeu (informação verbal)¹⁷⁵.

Percebe-se o sentimento de culpa, pois as torturas aplicadas ao pai tencionavam obter a localização dele, Jonas:

Aí quando eu saí da prisão eu fui cuidar do meu pai, mas não tinha mais jeito. [...]
Então acontece que eu não pude concorrer com a assistência do meu pai. Até hoje eu sinto que ele morreu mais pela minha causa (informação verbal)¹⁷⁶.

O pai não podia informar aos militares onde ele se encontrava, porque havia ocultado do pai a sua adesão à guerrilha:

[...] porque no ato que se eu tivesse dito a ele, não pai, eu vou para a guerrilha, ele não ia aceitar. Aí eu menti para o meu pai. E eu falei que ia para a mata ia mexer com castanha, que era o movimento na época, ia mexer com tropa. Então aí é onde eu acho que eu enganei a consciência do meu pai. Porque se

¹⁷²Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁷³*Juqira* é o significado de trabalhar para receber uma diária em serviços precários, geralmente nas lides do campo ou outros trabalhos sazonais, não especializado.

¹⁷⁴Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁷⁵Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁷⁶Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

eu dissesse para ele claramente que vou para a guerrilha, ele não combinava (informação verbal)¹⁷⁷.

Relata um dos confrontos na mata com os militares, os quais agiam acompanhados também por camponeses mateiros, no qual foi morto um dos guerrilheiros conhecido como Ary, descrevendo a atuação de ambos os lados, tanto no ataque e tratamento à vítima, quanto forma com que conseguiu empreender fuga com outro companheiro:

Então estávamos em três, nós tínhamos deixado o grupo, estávamos em três, então ele ia na frente, eu atrás e o Raul mais atrás. Mas muito fechado, eu enxerguei o pessoal na frente, mas eu não podia sinalizar para o Ari, porque ele ia na minha frente, meio distante, eu só acenei para o Raul. Quando eu sinalizei para o Raul, eles atiraram no Ary (informação verbal)¹⁷⁸.

E continua o relato:

Ele morreu ali. Atiraram no peito dele. Ai quando ele caiu, aí o vento tinha derrubado uma pauzeira assim, mas pertinho assim, a base de cinco ou seis metros, eu fiquei debaixo e o Raul correu e tendo a castanheira caída o Raul pegou a castanheira para acompanhar, e eles só enxergavam a mochila que estava nas costa e o rapaz enxergou e atirou em cima da mochila. Pegou na mochila, mas não acertou nele porque tinha um prato e o chumbo pegou no prato e parou. Aí eles foram lá e tiraram a cabeça do Ari. Ele nem estava morto direito ainda. Só que devido ao fato de o Osvaldo já ter pedido para nós não ofender nenhum camponês eu fiquei quieto, não fiz nada. Quer dizer, porque eles não me viram, porque se eles tivessem me enxergado eu tinha que fazer alguma coisa (informação verbal)¹⁷⁹.

Esse é um exemplo de confronto que ocorria dentro da mata amazônica, nas proximidades dos postos de comandos, mostrando as dificuldades de circulação mas também as vantagens propiciadas pela vegetação. Revela também a maneira como os militares tratavam as vítimas, realizando a decapitação para que fosse comprovada a morte. De outra parte, o cuidado dos guerrilheiros para não atingir camponeses que estivessem guiando os militares ou a polícia.

Jonas registra preocupações que ainda o cercam até os dias atuais. Menciona as consequências da Guerrilha do Araguaia na vida da população atingida pelas torturas e avalia as reparações negadas:

A afetação mais é porque a tortura começava dentro de casa, porque era pela seguinte forma. O marido ia para a taca em Xambioá e a esposa ficava em casa e não podia sair nem para pegar água. Então eu considero a tortura para os dois, porque um morreu e ficou o outro. Acho que esse direito os que moravam

¹⁷⁷Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁷⁸Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁷⁹Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

aqui tinha. Tinha não, tem. Até porque tem aquela história que a mulher não era responsável pelo marido e naquele tempo tinha que ser. No meu caso aqui, tem um rapaz muito amigo meu, o Beca, que sofreu demais. Tem uns dois anos que ele faleceu e nada foi provado a história dele. E não foi por conta de nós lutar, porque nós lutávamos. Ele morreu sem receber. Talvez se eu tivesse recebido, que não é muita coisa, mas dava para cuidar da saúde dele, ele teria recebido também. Ele foi muito torturado. Foi igual ao meu pai (informação verbal)¹⁸⁰.

E segue avaliando a dificuldade de acesso às reparações econômicas e de anistia política, de acordo com seu entendimento, por falta de apoio:

Importantes são muitas coisas, só que é o seguinte. O apoio é o que até agora nós não temos, aqui no Pará, não. No sul do Pará, não. Porque a gente viaja muito e os apoios são poucos. Aliás, aquele negócio que eu falei lá atrás, quem não estava aqui, tem a história mais bonita, recebe mais fácil.

[...]

Exatamente, de anistia. Então até porque quem não passou por lá, não tem história fatal para contar, só conta sofrimento, até porque não tinha como contar alguma coisa melhor, era só sofrer mesmo. Agora uma coisa que eu já conversei com vários companheiros, eu achei incrível, no meu caso assim, eu não lutava junto, eu não misturava a guerrilha com nada. Eu me refiro a outras questões. A guerrilha foi sozinha. A guerrilha veio para cá no sul do Pará, sozinha, a guerrilha veio para cá no sul do Pará como a número um. Só vi ela (informação verbal)¹⁸¹.

Sobre fazer parte da luta armada com o grupo guerrilheiro, afirma que tinha clareza da sua opção e que não se arrepende de seus atos e motivações. Apenas se questiona se sua atitude poderá ter prejudicado de alguma maneira seus familiares, especialmente a culpa em relação a seu pai que faleceu em razão das torturas sofridas. E assevera que está sempre pronto para auxiliar nas buscas de desaparecidos políticos do local e sempre à disposição para conceder entrevista:

Permaneço aqui, quando tem escavação o pessoal vai e eu fico, outras vezes eu vou mais eles. Aí agora eu comprei um barraquinho, comprei um barraquinho e fico aqui. Quando eles querem conversar comigo, saber alguma história, eles vem, eu estou pronto para dar entrevista, a minha história eu não engulo ela. Qualquer chamado que tiver, até onde eu puder ajudar, se chamar eu vou. Mas minha vida é aqui direto. E qualquer chamado que tiver, a minha condição não permite, mas se me ajudar eu vou.

[...]

Porque alguns que passou por lá, pela guerrilha, que ainda tem poucos, mas tem, já estão velhinhos. Muitos deles não tem nem como sobreviver. Inclusive tem um grande amigo meu aqui, que foi baleado na época no joelho e eu tenho lutado para encaminhar os papéis dele, está lá em Brasília.

¹⁸⁰Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁸¹Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Mas não foi apreciado e ele precisa demais da conta. Não só ele, eu falo assim o mais necessário. Então se a minha história valesse eu queria que isso fosse mais, mais atividade. Porque muitos já foram e não receberam nada, até poderia sobreviver mais. Eu já recebi um pouquinho e dizem que tem outro para receber e se tiver será bem-vindo, mas se não vier eu já recebi meu pouquinho e estou satisfeito com esse. Agora dizer que o prejuízo que eu peguei daquele época, dizer que recompensa, recompensa porque todo tanto é bem-vindo. Mas talvez se eu não tivesse tomado aquele prejuízo, eu teria outra condição de vida. Mas nem por isso eu me arrependo (informação verbal)¹⁸².

Dessa maneira, ele prefere seguir se identificando em situações como esta com o seu nome de guerrilheiro, desejando fazer jus ao direito ao anonimato em sua condição e, também, por não se configurar em nenhum prejuízo à sua narrativa histórica, como assegurado e concluiu seu testemunho, afirmado que:

E o Brasil está assim de pé pela cabeça. Não tem nem como apurar esse tipo de coisa. Porque se o Brasil não tivesse de pé pela cabeça, tinha como. Agora do jeito que está não tem como é deixar os homens quietos. E levantar a cabeça do jeito que está e seguir para frente. E pedir um Brasil melhor para nós (informação verbal)¹⁸³.

As adesões por parte da população local já foram registradas na literatura por outros que pesquisaram esse conflito armado, entre os quais menciono Leonêncio Nossa e Romualdo Pessoa Campos Filho. Quase todos foram executados.

Acerca do tratamento dispensado por parte dos guerrilheiros em relação à adesão de moradores locais da região da guerrilha à luta armada, Leonêncio Nossa avalia que estas pessoas foram ignoradas e não mereceram menção devida por parte do PCdoB nos estudos desse enfrentamento:

Os dirigentes da guerrilha chamavam os agricultores que pegaram em armas de “elementos de massa”, nunca combatentes. Nos depoimentos de João Amazonas não há menção a camponeses recrutados. Ângelo Arroyo fez melhor e cita Alfredo em seu relatório, mas destaca que ele era “integrante da massa que integrava a guerrilha” e Toninho, Wilson e Ribamar, outros camponeses, “elementos de massa”. Elza é outra a ignorar camponeses. Só cita Alfredo uma vez numa referência à morte dele e de outros três guerrilheiros (NOSSA, 2012 p. 120).

O contingente da população local que aderiu à luta armada é de difícil aferição, considerando que os dados são destoantes, pela própria necessidade das pessoas se resguardarem.

¹⁸²Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

¹⁸³Entrevista concedida por Jonas. Entrevista II. [jun. 2018]. Entrevistadora: Sônia Maria Alves da Costa. São Geraldo do Araguaia – PA, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

A adesão de camponeses aos guerrilheiros resultou de um trabalho político. Após a primeira das três grandes Campanhas de ataques promovidas pelo Exército na região, nos anos de 1972, 1973 e 1974, moradoras e moradores locais passaram a receber formação política, como informa Romualdo Pessoa Filho (2015, p. 163): “o trabalho político surtiu efeito com a adesão de alguns camponeses à Guerrilha: cerca de dez se integraram aos destacamentos e preparava-se a integração de uma quantidade maior, o que não foi possível devido ao início da terceira campanha”.

O trabalho de formação se deu de maneira muito reservada, sendo difícil avaliar qual o grau de convencimento político atingido e o número real de adesistas. As entrevistas não trouxeram informações a respeito desse trabalho de formação. Leonêncio Nossa aponta a adesão efetiva em armas por parte de cerca de duas dezenas de camponeses, e de um contingente maior que apoio:

Dos vinte camponeses que pegaram em armas, apenas Alfredo e Pedro Carretel mereceram citação na lista de guerrilheiros feita pelo PCdoB. Outros 158 deram apoio à guerrilha. Foi o mesmo tratamento dado pelos militares, que os citam como “apoios” ou “adeptos” (NOSSA, 2012 p. 120).

Os dados são destoantes pela própria necessidade de resguardar as pessoas. De qualquer forma é inegável que houve oposição ao regime de exceção pelos posseiros e trabalhadores rurais junto com os militantes comunistas. Essa conduta configurou o exercício do direito de resistência na forma contemporânea, isto é, de resistir frente a um regime de exceção.

Na exposição de Ricardo Figueira (1986, p. 28), “no início, uma parcela do povo não foi aliada do Exército e discretamente chegou a prestar favores aos guerrilheiros, não os entregando à repressão ou os auxiliando com gêneros alimentícios”. Teve a informação de que, inclusive, um lavrador e seu filho de 16 anos participaram da luta. Avalia que “esse apoio, mesmo que reduzido, deu-se por amizade e carinho conquistados em anos de convivência” e nega terem sido preparados politicamente para a guerrilha.

A repressão usou de táticas de infiltração no meio do povo e oferecia motivações para angariar apoio. Dizia que os guerrilheiros eram cubanos, que roubariam a terra para entregar a outros países, que mudariam a cor da bandeira para vermelho, que já haviam assaltado bancos, que tratavam bem as pessoas com medo de serem descobertos. Com isso, conclui o autor: “conseguiram, finalmente, conjugando violência, espancamento, atenções, presentes e promessas, o apoio de alguns lavradores mesmo para caça aos membros do PCdoB. Dezenas serviram como preciosos guias para o Exército (FIGUEIRA, 1986, p. 29).

Dentre os entrevistados um deles admitiu ter atuado como colaborador na repressão sob promessa de ser beneficiado com um lote de terras demarcado e documentado e porque receberia diárias para o exercício da função de mateiro. Após presenciar uma sessão de tortura extremada, afirma ter se arrependido passou a não desejar permanecer nessa condição de aliado.

Mas a maioria que colaborou, o fez por medo. Tanto estes, quanto os que apoiaram os guerrilheiros, dando-lhes comida ou não indicando a sua localização, independentemente da eventual motivação política ou humanitária, sofreram as violências brutais descritas no capítulo anterior.

Do conjunto de entrevistas realizadas constata-se um panorama com níveis diferenciados de resistência. A do entrevistado Jonas, que afirma ter optado por se juntar aos guerrilheiros na luta armada no intuito de enfrentar o regime militar, se classifica como resistência por convicção.

A maioria das pessoas entrevistadas se enquadra na classificação de resistente, pois, mesmo diante das violências praticadas contra si e seus familiares, não se aliaram livre e voluntariamente às forças militares e a outras autoridades que representavam o regime de exceção. Esse segmento não constituía um grupo organizado ou intencional de resistência, em face à repressão praticada pelo regime militar. Teve pouca visibilidade nos estudos sobre a Guerrilha do Araguaia, mais focados nos guerrilheiros e guerrilheiras que se instalaram naquela região com o propósito de oposição direta ao regime ditatorial.

A colaboração não pode ser excluída de plano da como uma estratégia de exercício da resistência. Isso porque não se pode exigir conduta diversa de pessoas excluídas pela prática sistemática de violência de Estado, naquela quadra histórica apoiada na força militar, violência que na verdade não deixou de ser exercida até os dias atuais, primeiro pelos donos dos castanhais e depois pelos fazendeiros¹⁸⁴.

É fundamental compreender como estratégia de sobrevivência a colaboração de quem desprovido do acesso à justiça numa situação de enorme disparidade de armas entre as forças da repressão e as dos guerrilheiros. Os moradores e moradoras locais não tinham alternativas. Aos que se negavam a colaborar sofriam a violência do Estado, mediante ações, entre outras, como a destruição de casas e gêneros alimentícios, a fim de sujeitá-los totalmente.

Leonêncio Nossa (2012, p. 117) fala da conflito assimétrico, como “a confrontação entre o ‘fraco’ e o ‘bem mais forte’”. As aplicações práticas de suas táticas, técnicas e procedimentos

¹⁸⁴Ricardo Rezende Figueira (1986, p. 70) divide os fazendeiros do Baixo Araguaia em quatro grupos: o primeiro grupo composto de empresários e políticos paulistas e japoneses; o segundo as famílias ligadas tradicionalmente à extração da castanhas; o terceiro se dedica à criação de bois; e o último grupo são especuladores da terra.

estão presentes na história militar desde que Aníbal evitou a invasão de Cartago pelos romanos, até os dias de hoje”. A população local estava inserida num conflito assimétrico, sem qualquer mecanismo para revidar o forte aparato militar que para ali se dirigiu com a finalidade de dizimar os guerrilheiros resistentes ao regime ditatorial, que se instalara no país a partir de 1964.

Segundo o referencial de direito de resistência constitucional desenvolvido por Gargarella, a situação vivenciada pela população local da região do Araguaia permitia o exercício do direito de resistência, diante da ausência de acesso ao direito de ir e vir, de não ser submetido a tortura e a tratamento degradante, a ser socorrido na doença, a alimentação adequada e tantos outros direitos humanos que haviam sido reconhecidos pelo Brasil ao assinar a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1940, ainda que não estivessem expressos na Emenda Constitucional de 1969.

Ele não foi exercido da forma mais comum, de oposição armada ou de uma sublevação, simplesmente porque era uma população muito vulnerabilizada. Nessa perspectiva, a sobrevivência das pessoas apesar de todas as violências e condições adversas, foi a resistência possível para aquelas pessoas simples. Porque a política do governo era de limpar a área, tal como fez com tantos povos indígenas dizimados pela construção das rodovias, a exemplo da BR 174 de Manaus a Boa Vista, que quase extinguiu os Waimiri Atroari.

“Existir é resistir”: esta frase utilizada como mote de vários grupos de luta por reconhecimento na nossa sociedade atual se aplica à condição daquela população. A partir desta compreensão, qualifico a sobrevivência como o exercício do direito de resistência.

É uma concepção de resistência, para além da ação política, vinculada à ideia da manutenção da própria vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população local ouvida nessa pesquisa se constituiu de 17 moradores e moradoras dos municípios de Xambioá-TO e de São Geraldo do Araguaia-PA, sobre a repressão militar a um grupo de menos de uma centena de guerrilheiros que a rigor não chegaram a realizar seu intento ofensivo ao regime militar, no período de 1972 a 1974. Para a seleção das pessoas entrevistadas houve a prévia definição de se tratar de moradoras e moradores que vivenciaram diretamente esse conflito armado e que continuaram morando naquela localidade.

Todas as pessoas entrevistadas foram crucialmente afetadas pela repressão e revelam experiências similares mas singulares diante de seus projetos de vida que foram interrompidos abruptamente.

Todas elas pertenciam a uma mesma região e foram testemunhas de um conflito armado, que marcou indelevelmente a ditadura militar no Brasil, no período 1964-1986. São pessoas com idade avançada, sobreviventes de um grupo maior. Ainda que esse universo seja reduzido, muitas questões emergiram dos depoimentos.

A pesquisa qualitativa com entrevistas foi utilizada com a pretensão de dar voz a uma população invisibilizada nas reportagens e estudos acadêmicos sobre a Guerrilha do Araguaia e registrar seu protagonismo nos fatos. Não foi localizado estudo específico sobre os moradores e moradoras locais da região onde ocorreram os confrontos da chamada Guerrilha do Araguaia, Por isso, as transcrições dos depoimentos, potencializando a narrativa das pessoas entrevistadas.

As entrevistas buscaram responder a duas questões fundamentais: de um lado, como a população local compreendeu e foi afetada pela conflito armado iniciado com a repressão feita pelas forças militares e, de outro lado, se é possível falar em exercício do direito de resistência por essa população.

As entrevistas com perguntas abertas permitiram dar vazão às memórias das pessoas: de como chegaram ao lugar, dos impactos em suas vidas com a chegada das forças militares, das violências que sofreram, as perdas materiais e afetivas, de como permaneceram na região.

Algumas pessoas entrevistadas negam a pecha de terroristas aos militantes comunistas sob o argumento de que eram pessoas boas, que nunca praticaram terror, ao contrário dos militares. À época desconheciam os termos terrorista, guerrilheiro e não sabiam o significado de ditadura. Foi dito que os militares difundiram entre a população local que “os terroristas se tratavam de pessoas que comiam crianças, roubavam mulheres, roubavam as pessoas”, visando impor o medo à população local e assim entregar a localização dos guerrilheiros aos militares.

Na condição de pesquisadora não devo assumir nenhum dos lados do conflito, mas é inegável que o discurso da quase totalidade das pessoas entrevistadas atestou que os guerrilheiros eram pessoas boas, que a convivência era pacífica e discreta, que procuravam ajudar a população local, que salvaram vidas, que deram bons conselhos, revelando sentimento de gratidão. A extrema carência de políticas públicas básicas justifica a simpatia das pessoas da localidade aos guerrilheiros, sem avaliar as motivações que os levaram até a região nem as consequências.

Por outro ângulo, impressionam os relatos sobre as violências praticadas pelo exército e pelas polícias. É a parte mais contundente, expressiva e difícil das narrativas das pessoas entrevistadas. E grande parte das pessoas narra que as torturas e tratamentos degradantes ocorreram por não saberem declinar onde se encontravam os guerrilheiros perseguidos pelos militares. Essas violências foram descritas como pau de arara, choques elétricos em diversas partes do corpo, telefone, espancamentos, extração de unhas, exposição ao sol forte com objetos cortantes sob os pés, espancamentos, arrastamento de pessoas feridas, decapitação, exposição a ataques de insetos, violência sexual, tiros em partes não letais, execução de parentes, impedimento de buscar tratamento a um bebê, prisão em buracos ou no curral de arame farpado, abstenção de água e alimento por longo período, fazer carregamentos como se fossem animais de carga, ameaças. E, ainda, outras formas de tortura foram praticadas e muitas pessoas não resistiram, morreram no ato ou depois de alguns dias ou tempos após as sessões de tortura.

Algumas pessoas que concederam entrevistas receberam tiros e ficaram com sequelas visíveis em partes do corpo, como perna, braço, cabeça, face, a ponto de não conseguir seguirem com a vida cotidiana normal, enfrentam muitas dificuldades e, também, outros permaneceram com sequelas não visíveis em outras partes do corpo como relataram, em razão das violências sofridas, das mais diferenciadas maneiras e houve o relato em diversos depoimentos de problemas mentais resultante dessas violações a que foram submetidos.

Uma das questões que foi mencionada, à exaustão, por parte das pessoas entrevistadas e também em conversas informais com moradoras e moradores locais, é de que as pessoas “ficaram doidas”, “loucas”, “enlouqueceu” e “morreu”, “ficou com problemas na cabeça”, “ficou com a cabeça ruim”, expressões essas entendidas como sinônimo de transtornos mentais. Essa condição é compreendida como efeito direto das violências sofridas nesse conflito, porque os relatos atestam as torturas cruéis, em longas sessões, por dias seguidos.

Cada pessoa entrevistada apresenta narrativa das violências sofridas por elas e por seus familiares e companheiros. Um dos locais de tortura foi a Base de Xambioá.

Marcante e praticamente desconhecida é a violência de gênero praticada durante o conflito do Araguaia contra as mulheres. Mulheres e meninas foram estupradas pelos militares e, algumas, de maneira reiterada, como atesta o entrevistado Raimundo Gomes: “O que mais me marcou foi que eles me prenderam naquela época e ficaram disse que fiscalizando a minha família e fizeram foi ficar usando ela, como mulher, para eles. E quando eu cheguei ela me contou”. Esse relato não é isolado, há depoimentos atestando estupros de mulheres adultas, idosas e de meninas de 12 anos, 13 anos e, ainda, situações de aborto e morte de mulher e de um bebê por impedimento a tratamento de saúde. A violência sexual sistemática foi utilizada como mecanismo de humilhação dos homens. Violência sexual também foi praticada contra homens.

Também marcante é a violência patrimonial contra essa população que já era pobre, mas tinha sua roça, sua farinha, algumas cabeças de gado, a criação de galinhas, que constituíam o principal meio de sobrevivência para a quase totalidade das pessoas entrevistadas. A repressão militar e policial destruía as plantações e proibia que se plantasse ou criasse animais. Casas foram destruídas, incendiadas, ou confiscadas. Perdi tudo, é uma expressão que se repete.

Não bastasse essa violência, encerrado o confronto em 1974, entre militares e guerrilheiros, o confronto foi com a população local, para impedir que voltasse às suas posses e recomeçasse a vida. Agora, com o auxílio de servidores civis, como os do INCRA, a ditadura militar oferecia as terras devolutas a fazendeiros e funcionários do governo a preços convidativos.

Além de dar voz a um segmento social vulnerabilizado e invisibilizado, a pesquisa buscou compreender se as categorias elaboradas pela filosofia política e pelo constitucionalismo sobre o direito à resistência seriam aplicáveis a ele, especialmente no período de 1972-1974 da ditadura militar, em que foram impactados diretamente pela ação das forças militares e policiais contra um grupo de guerrilheiros.

Na perspectiva da categoria do direito de resistência frente ao estado de exceção e em especial do referencial teórico de Roberto Gargarella da resistência constitucional, do conjunto de entrevistas realizadas com a população local, ocorridas no mês de junho de 2018, constrói-se um cenário com níveis diferenciados de resistência.

Há um nível de resistência explícita aos governantes, como no caso do senhor Jonas, que afirma ter optado por se juntar ao grupo de guerrilheiros para lutar pelo bem do Brasil. Ele é o único no conjunto das entrevistas, mas por sua informação e por outras fontes bibliográficas é certo que existiram mais posseiros nesse nível do exercício do direito de resistência.

Um segundo nível de resistência é o dos moradores que não colaboraram com as forças da repressão, mesmo depois de submetidos a torturas.

O terceiro nível é o dos moradores que colaboraram com as forças da repressão, prestando serviços de guias, de alimentação e diversos tipos de auxílio, por terem sido submetidos a torturas, constrangimentos e ameaças, direta ou indiretamente.

Um quarto nível é o dos moradores que colaboraram com as forças da repressão, por terem sido enganados com promessas de regularização fundiária. É o caso de Raimundo Torres da Silva que ajudou na repressão como mateiro, porque prometeram-lhe uma terra regularizada pelo INCRA e porque receberia pagamento de diárias. Após presenciar uma sessão de tortura extremada, além das violências sofridas pelo seu irmão, este morador afirma ter se arrependido dessa escolha e lamenta ter sido enganado.

Em um quinto nível, ficam os moradores que colaboraram com as forças da repressão, sem terem sido submetidos a torturas, constrangimentos e ameaças, direta ou indiretamente, ou recebido promessas. Não porque concordassem, mas porque tinham medo ou simplesmente se sentiam impotentes.

As situações classificadas nos terceiro, quarto e quinto nível de resistência pressupõem a necessidade de sobrevivência física das pessoas frente às condições adversas relatadas no capítulo 1. Colaborar porque foram forçadas ou enganadas ou ainda porque se sentiam impotente, foi a resistência possível para aquelas pessoas simples. A política do governo era de limpar a área, tal como fez com tantos povos indígenas contactados na construção das rodovias, a exemplo da BR 174 de Manaus a Boa Vista. “Existir é resistir”: esta frase utilizada como mote de vários grupos de luta por reconhecimento na nossa sociedade atual se aplica à condição daquela população.

Tendo em mente a extrema violência praticada pelas forças militares e policiais contra a população civil, participação como mateiro ou guia não desconfigura a resistência, pois era um meio de preservar suas vidas e de suas famílias. Era notório que pessoas submetidas a diversas formas de tortura não conseguiram sobreviver. Algumas morreram no local das torturas, outras foram liberados e faleceram em consequência das sequelas, outras desapareceram e seus familiares não tiveram mais notícias.

A partir desta compreensão, qualifico que todo o esforço realizado pela população civil atingida pela repressão militar e policial contra o grupo de guerrilheiros do Araguaia, constituiu um exercício do direito de resistência.

É uma concepção de resistência, para além da ação política, vinculada à ideia da manutenção da própria vida.

REFERÊNCIAS

- ALEXI, Robert. **A Teoria do Discurso Jurídico de Jurgen Habermas (SIMPÓSIO DA CARDOZO – organizado pelo Rosenfeld)**. Capítulo X (parte): “Jurgen Habermas Theory of Legal Discourse” in Habermas on Law and Democracy: Critical Exchange.
- ALMEIDA, Eneá Stutz e (Org.). **Justiça de Transição no Brasil – apontamentos**. Curitiba, CRV, 2017.
- ARAGUAIA**. Direção, Roteiro, Pesquisa e Montagem: Dagmar Talga. Universidade Estadual de Goiás - UEG e Frades Dominicanos Aragominas - TO. 38 min. 2015.
- BEZARRA, Juliana. **Guerrilha do Araguaia. Toda Matéria**: conteúdo escolares. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/guerrilha-do-araguaia>>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- BIELEFELDT, Heiner. **Filosofia dos Direitos Humanos**; tradução de Dankuart Bernsmuller. São Leopoldo. UNISINOS, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- _____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- _____. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- _____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BUZANELLO, José Carlos. **Direito de Resistência**. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15391/13974>>. Acesso em: 13 de dez 2016.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Depois da guerrilha, outra guerra – a luta pela terra no sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com a Editora Anita Garibaldi, 2014.
- CASTRO, Ricardo Silveira. **Constituição e Resistência: o desafio da institucionalização constitucional da resistência na América Latina**. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. Porto Alegre, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

ECEIZABARRENA, Ignacio Ugartemendia. **El Derecho de Resistência y su Constitucionalización**. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/27541.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2016.

GARGARELLA, Roberto. **La lectura mayoritaria del Estado de derecho**. Disponível em: <<https://repositorio.uam.es/handle/10486/357>>. Acesso em 15 de maio 2018.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **El derecho a la protesta: El primer derecho**. 1 ed. Buenos Aires: Ad Hoc, 2007.

_____. **Carta Abierta Sobre La Intolerancia – Apuntes sobre derecho y protesta**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.

Guerrilha do Araguaia. **Blog do Garcez**. Disponível em: <<http://jonhgarcez.blogspot.com/2015/04/guerrilha-do-araguaia.html>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte, Del Rey, 2013.

HABERMAS, Jurgen. **A Constelação Pós-Nacional: ensaios políticos**. tradução: Márcio Seligmann Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Vol I, 2ª ed; tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Era das Transições**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HELLER, Agnes. **Além da Justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

_____. **Leviatã**. Disponível em <www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LOCKE. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

LUCAS, Douglas Cesar. **Direito de Resistência e Desobediência Civil: histórias e justificativas**. Revista Direito em Debate (2013). Disponível em

<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/80>>. Acesso em 13 dez. 2016.

MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MELARA, José Vicente Cuchillas. **Golpe de Estado en Honduras y la lucha de resistencia popular**. Disponível em: <<https://revistas.ues.edu.uy/index.php/launiversidad/article/view/127/134>>. Acesso em 13 dez. 2016.

MOUFFE, Chantal. **Pensando a democracia com e contra Carl Schmitt**. Apresentação e Tradução de Menelick de Carvalho Netto. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, 1(2): 87-108, Jul/dez. 1994.

NOSSA, Leonêncio. **Mata! O Major Curió e as guerrilhas do Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111579/109656>>. Acesso em 29 set. 2017.

PEREIRA, W. Anthony. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POGREBINSCHI, Thamy. **O Direito de Resistência na Teoria Política Contemporânea**. Disponível em: <https://thamypogrebinschi.files.wordpress.com/2014/10>. Acesso em 17 de marco de 2018.

ROSENFELD, M. e ARATO, A (Org), University of California Press, Berkeley, Los Angeles e Londres, 1997, p. 226 a 233.

Schmitt, Carl. **A crise da democracia parlamentar**/Carl Schmitt; tradução Ines Lohbauer. - São Paulo: Sentia, 1996.

SOUZA, Ricardo Timm. **Ética como Fundamento: uma introdução à ética contemporânea**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Tradução, José Geraldo Couto. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

TOSI, Giuseppe et. al. (orgs). **Justiça de Transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985).-São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Projeto de Tese: Guerrilha do Araguaia: Moradoras e Moradores Locais na Luta e Resistência ao Regime Repressivo no Brasil – Doutoranda: Sônia Maria Alves da Costa – PPGD/UnB

Roteiro de questões para as entrevistas:

1. Nome da entrevistada ou entrevistado (esclarecendo também a possibilidade de anonimato, se for o caso).
2. Desde quando mora nessa região do Araguaia? (explorar se nasceu na região ou migrou para essa localidade).
3. Gostaria que contasse sobre a guerrilha do Araguaia e como se deu o seu envolvimento nesse episódio.
4. Poderia contar ou indicar os eventos mais marcantes dessa época vivenciada?
5. Pode esclarecer como foi a sua participação no período das Campanhas realizadas pelo Exército Brasileiro, notadamente entre 1972 a 1974?
6. Da forma como foi afetada ou afetado pela guerrilha se declara ou conhece alguém que tenha atuado nessa condição de enfrentamento (resistência) à guerrilha do Araguaia?
7. Poderia dizer quais as motivações que ensejaram a sua participação nessa condição?
8. Como avalia a herança (legado) e impactos da guerrilha do Araguaia em sua trajetória de vida? O que foi mais marcante e por que?
9. Poderia relatar fatos marcantes de outras ou outros moradores ou parentes diante da guerrilha do Araguaia e por que?
10. Gostaria de relatar outras questões relacionadas à guerrilha do Araguaia?

APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da Pesquisa: “GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTENCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL”, de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se dera a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população local nesse episódio. Assim, gostaria de consulta-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que, se desejar, o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpre esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz em qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e

demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e a verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da Participante

Assinatura da Pesquisadora

_____, ____ de _____ de 2018

APÊNDICE C – ENTREVISTAS

Entrevistas concedidas pela população local

I – João de Deus Nazaro de Abreu

II – *Jonas*

III – Raimundo Gomes de Souza

IV – Davi Rodrigues de Souza

V – Félix Gomes da Silva

VI – Maria Oneide Costa Lima

VII – Raimundo Gomes da Silva

VIII – *Rosa*

IX – Sebastião Fernandes de Sousa

X – Diva Lima Botelho

XI – Manoel Florêncio Feitosa

XII – Basílio Constâncio Silva

XIII – Antônio Alves de Sousa

XIV – Leonardo Miranda Silva

XV – Raimundo Torres da Silva

XVI – Margarida Chaves de Oliveira

XVII – Maria Madalena de Sousa

Entrevista I - João de Deus Nazaro de Abreu

Inicialmente foi feita a explicação sobre a finalidade da entrevista e foi assinado o TCLE.

E. São Geraldo do Araguaia, 22.06.2018. Bom dia senhor João, pode falar o seu nome completo?

JD. Meu nome é João de Deus Nazaro de Abreu. Morador daqui de São Geraldo do Araguaia, Pará.

E. Desde quando o senhor mora nessa região. O senhor nasceu aqui ou veio para cá depois?

JD. Eu nasci no Piauí, em Santa Filomena e depois minha mãe saiu do Piauí para Pedro Afonso, que é uma cidadezinha, nesse tempo era um Povoado, naquela época, mais ou menos em 1958. Eu sou de 1948, de 02/03/48. Eu nasci no Piauí e vim para Pedro Afonso, que era Goiás, que hoje é Tocantins e nós fomos para Gurupi e lá meu pai e minha mãe trabalhavam de lavoura e tinham uma terra, mas era pequena. E ali ele se informou que aqui no Pará tinha muita terra e então ele achou por bem vender o direito que ele tinha lá para vir para o Estado do Pará, porque disseram que tinha muita terra devoluta aqui no Pará, ele era trabalhador, era lavrador, camponês e ele queria um lugar que desse melhor para criar os filhos. Nós viemos para cá em 1961 e ficamos em Xambioá em 1961 e em 1962 nós atravessamos para o Pará e nesse tempo tinha São Geraldo mas era só umas casinhas na beira do rio e não tinha cidade ainda, era município de Conceição do Araguaia nessa época e nós fomos morar na beira de um Igarapé de nome Igarapé dos Perdidos. Dizem que na época que estava desbravando, de lá saíram uns canoeiros para tirar umas varas para tocar um barco. Eles se perderam e não se sabe o que aconteceu e nunca mais acharam.

E. Por isso o local se chama Perdidos?

JD. Sim. Igarapé dos Perdidos. Nesse tempo tinha uma Companhia de nome *Hintlek* que tirava mogno e exportava mogno para outros países, tirava mogno lá. Nessa época não tinha trator e nem caminhão, nem nada, tudo era feito a troco dos braços dos homens. E ali os homens abriam aquela pista, tipo estrada e derrubavam o mogno, traçavam o mogno, rolava até o Igarapé e esperava a cheia vir no inverno para descer do Igarapé para o rio Araguaia aí que era exportado,

com a jangada, com muitas toras de mogno para o lado de Belém e isso era a riqueza. Primeiro era a castanha, que surgiu aqui no Pará que tinha muita castanha, mas hoje em dia já acabou. Além da castanha primeiro teve o pessoal que tirava a borracha, naquela época e depois da borracha teve a castanha que todo mundo exportava, onde trabalhava a maioria do pessoal. Tinha aqueles pontos de castanha que era dos ricos de Marabá. O pessoal que cortava, os cortadores de castanha, no tempo do inverno vinha todo mundo cortar castanhas e enviavam aquelas pessoas que eram dona dos pontos em Marabá, vinham e adiantavam algum dinheiro para o pessoal cortar as castanhas e era o recurso que o pessoal movimentava mais aqui no Pará. Aí foi chegando as pessoas como meu pai, que era lavrador, para plantar roça, de mandioca, banana, todo tipo de mantimento para sustentar a família. Aí foi chegando gente da Bahia, do Maranhão, do Piauí e de todo Estado e foi habitando. Nós fomos os primeiros moradores naquela região e tinha muita terra devoluta. Chegavam diversas pessoas desses Estados e quando chegava, podia ficar. Os camponeses, como meu pai, foram chegando e delimitando dez, vinte alqueires e dizia eu quero esse pedaço daqui até lá, pode fazer a sua roça até lá. E aí foi situando essas áreas devolutas de terra.

E. Quem delimitou as terras foi o Estado?

JD. Primeiro foi a nossa união dos camponeses e depois surgiu o IBRA e depois do IBRA, o INCRA, só depois para medir as terras.

E. Eu gostaria que o senhor contasse um pouco sobre a guerrilha do Araguaia e como se deu o seu envolvimento nesse episódio. Sabemos que a Guerrilha ocorreu entre 1972 e 1974, mas fale o que o senhor conseguir lembrar antes e depois desse período, o que puder falar.

JD. Depois que chegou o pessoal, os camponeses, chegou esse pessoal da guerrilha. Eles chegaram como nós, do mesmo jeito, para tocar roça. Eles chegaram do mesmo jeito que nós chegamos, de outros Estados, compravam o direito de alguém e plantava roça, plantando milho, arroz, mandioca, plantavam roça e depois eles gramavam. Tiravam os legumes, para gramar. Eles chegaram para cá em 1968, para o Pará. Eles chegaram do mesmo jeito que todos nós chegamos, botando roça. Só que eles eram formados, eles não diziam que eram formados, mas a gente sabia que eles eram formados, porque eles traziam remédios, medicavam o pessoal que adoecia e que fosse procurar eles, tendo dinheiro ou não, eles atendiam as pessoas doentes, mesmo que não tivesse dinheiro, não eram orgulhosos, eles tinham humanidade com o povo da região, recebiam muito bem e atendiam muito bem, eram muito bons com o pessoal, atendiam muito bem e qualquer doença eles tratavam e o que não tratasse encaminhava para buscar outros

recursos, mas o que estava ao alcance deles eles tratavam e não ficavam sem ter medicamento, sem atender. Atendiam todas as pessoas que procuravam. E aí eu era morador e eu trabalhei para o Paulo, nesse tempo eles pagavam diária, e eu trabalhei para o Paulo, o Juca, a Dina, o Daniel, para o Daniel e tinha o Amaro, que era o compadre Amaro, que depois separou deles. O Amaro depois se separou deles porque ele se agradou de uma mulher e teve que sair da luta. Então eles disseram que era para escolher ficar com a mulher ou com a luta. Ele disse que queria ficar com a mulher e eles disseram que iam ajudá-lo, tirar um pedaço de terra e ajudar a situar e ele tinha que sair da luta, porque essa mulher não conhece a luta e disse nós não podemos levar uma pessoa que não sabe sobre o que é a luta que nós viemos fazer e isso ele contou depois da guerrilha, quando passamos a ser compadre e tudo, porque antes da guerrilha não podia contar, mas antes a gente não sabia.

E. Quais os fatos mais marcantes da guerrilha, que aconteceram com você e com sua família?

JD. Pois é. Foi na época que chegou um pessoal do Exército, perguntando sobre os terroristas e nós não tínhamos em mente que eram terroristas. Nós não conhecemos, somos camponeses, desinformados, somos do serviço, a gente não conhece de política, de guerra, não sabe nem o que é guerra e desse regime de ditadura piorou, a gente não entendia nada de guerrilha e pegou a gente de surpresa. Depois foi muita gente presa e foram torturados. Eles mandaram que não podiam sair de casa. Não podia sair, não podia fazer roça, não podia mais trabalhar, nem nada, no nível dos municípios que envolvia essa guerrilha e que não tinha prazer e liberdade na região. Durante três anos dentro da guerrilha os camponeses não puderam mais sair, não puderam mais trabalhar, isso envolvia todos os municípios que compreendia a guerrilha. Ficamos em casa. Quando saía uma tropa do exército, chegava outra e a gente era vigiado dia e noite e não podia andar. Estamos vivos por milagre de Deus, porque também não saía de casa e não conversava muito e a gente não podia andar. Não podia conversar muito e não era bom conversar com certas pessoas, porque podia ser prejudicado, porque podia ter alguém que queria nos prejudicar para ganhar dinheiro. Só que diversos apareciam e alguns moradores ajudavam, davam comida, mas quando o exército sabia eles eram presos, torturados, judiados, muitos camponeses morreram na região desse jeito. Eles botavam nome de *papamaia*, chamavam de nomes estranhos para amedrontar o pessoal e assombrar para não aceitar eles. Só que diversos deles apareciam e alguns ajudavam os guerrilheiros, mas se o Exército soubesse eles torturavam e até matavam. Muitos deles até morreram. Muitos camponeses da região morreram.

E. Morreram em razão das torturas?

JD. Sim. Tortura. Das torturas e aqueles que eles notaram que não obedeciam, eles matavam, porque diziam que eram do mesmo grupo dos terroristas.

E. Sabe informar se tem moradores locais que se juntaram aos guerrilheiros?

JD. Sim, tem diversos nomes, mas aqui nós conhecemos bem é o *Jonas*, que mora aqui em São Geraldo. O *Jonas* foi o camponês que escapou. Ele foi para junto do Acampamento do Osvaldão, na Serra das Andorinhas, ele é um camponês que escapou. O pai dele foi preso e foi muito torturado para falar onde estava o Jonas, foi morto todo arreventado.

E. Sabe informar que tipo de tortura era praticada?

JD. O senhor José Nogueira falou que viu ele com os solados dos pés cortados, com as unhas arrancadas, choques nas orelhas, de todo jeito. O senhor José Nogueira era morador daqui que também foi preso na época e viu ele preso na Base em Xambioá. Ele chorou quando viu ele. Eles cortaram o solado do pé e eles ainda mandavam andar na piçarra com os pés cortados.

E. O que é piçarra?

JD. Eles chamam de piçarra essas pedras com terra, esse gorgulho, nós chamamos de piçarra, essas terras misturadas com pedra, que era a Base de Xambioá.

E. A Base era uma prisão?

JD. A Base era em Xambioá. A Base tinha o lugar de prender e era onde baixava avião grande, onde tinha a pista de avião, para trazer os militares, o pessoal do exército com avião grande. Disseram que foram três Campanhas e a pior delas foi a terceira, que primeiro começou em 72 e depois 73, 74 e essa última foi a pior de todas, que reforçou, a que abalou mesmo o Pará, que trouxeram, eu acredito, mais de vinte mil, do exército, junto com a Marinha e com a Aeronáutica, todo tipo de força que eles traziam. Porque o regime militar, essa ditadura, é um negócio que atinge o governo federal, quando ele quer acabar com o povo, começa lá em cima, mas termina, atinge o governo federal, o estadual e o municipal. Atinge todos, eles compram, ou obedece ou eles tiram do ramo.

E. Tem uma coisa que o senhor mencionou, por que será que o Exército proibiu vocês de plantar roças, ter mantimentos?

JD. Porque o pessoal da mata que tinha roça de mandioca e mantimentos e eles podiam arrancar para se manter na mata. Aí o Exército proibiu plantar para evitar que o pessoal da guerrilha

pudesse comer. O Exército proibiu de plantar e obrigou os camponeses arrancar o que já tinha plantado, alqueires de mandioca, mandava os camponeses arrancar e jogar em cima da terra para o pessoal não comer, porque o pessoal podia aparecer em uma roça e comer.

E. O pessoal da mata são os guerrilheiros? Eles ficaram sem comida e vocês também?

JD. E todos ficaram sem mantimentos e dependia de ração que eles davam para alguns moradores. Ficava vivendo de ração, quem obedecesse, eles davam um rancho de vez em quando e para aqueles que não obedeciam, eles não mandavam, ficavam com fome.

E. Ainda sobre os moradores locais, o senhor já mencionou que teve morador que se juntou aos guerrilheiros e sabe informar se teve moradores que se juntaram aos militares?

JD. Sim, teve, eles chamavam de guias, o pessoal dos militares chamava de guias e outros de mateiros, que eram do lado dos militares. Tinha deles que iam por causa de dinheiro, mas alguns iam porque eram obrigados, sabiam que eram bons de mato, conhecia bem, alguns foram obrigados, iam de boa vontade ou obrigados. Eles sabiam que eles eram bons de mata e os mateiros iam na frente e os militares iam atrás e alguns, ou de boa vontade ou contra a vontade iam. Tem deles de confiança do exército, tem deles de confiança que ficaram de vigia na região depois da guerrilha, para vigiar a população.

E. Sobre a herança da guerrilha, os impactos na vida de vocês, como o senhor avalia a situação depois dessa guerrilha?

JD. Foi uma humilhação, meu pai também entregou gado de meia, passou muitos dias detido, lá na fazenda do Paulo na beira do rio e nos Caianos. Os Caianos hoje é município de Piçarra, é o Povoado Boa Vista. Meu pai trabalhava na roça do Paulo, que ficava nos Caianos. Hoje é Boa Vista. Foi lá que a Áurea deu aula antes da guerrilha. Ela lecionou lá e o pessoal gostou muito dela quando deu aula lá.

E. A Áurea era guerrilheira?

JD. É mais ou menos, mas na época nós não sabíamos que eram guerrilheiros. Ela era uma pessoa muito boa. Eles sabiam que o governo da ditadura era um governo corrupto, mas nós não sabíamos, mas muitos sabiam que não era boa coisa. Só depois de muito sofrimento é que nós ficamos sabendo. Eu fiquei sabendo e muitas pessoas ficaram sabendo que não é boa coisa. Ditadura não é bom. Hoje em dia tem gente que pede a volta da ditadura, mas é muito triste essa situação, mas eu acho isso muito errado.

E. O senhor recebeu formação política por parte dos guerrilheiros?

JD. A gente ficou mais atento. A gente viveu um pouco com eles. Eu também fui beneficiado por eles (guerrilheiros), que cuidaram da minha mulher quando ganhou menino e que teve hemorragia no parto e eles cuidaram muito bem dela. E depois, mais de um ano, essa mesma menina, essa do parto que a mãe teve hemorragia, teve problema no intestino e também foi cuidada por eles, passou com eles uma semana e quando veio estava boa. A gente sabe que muitos ajudaram e a Dina fez muito parto difícil e ajudou muita gente naquele tempo, hoje tem muita gente que vive aqui que nasceu naquele tempo.

E. O que foi mais marcante da guerrilha do Araguaia na vida de vocês?

JD. O mais marcante foi que nós camponeses, depois disso, chegou o pessoal, o latifúndio de terra, para mandar nós embora da terra. Não tinha nem acabado os resquícios da guerrilha e eles queriam mandar nós embora. Nós camponeses, tinha visto, por exemplo, chegou o pessoal que eles chamavam de guerrilheiros, mas para nós não, porque nós os conhecíamos como pessoas de bem. Eles chamavam de terroristas, mas para nós não era isso. O pessoal do Exército chamava eles de *papamaia*, de guerrilheiros, terroristas, mas não tinha prova para nós. E depois chegaram os latifundiários para tomar nossas terras, e nós caçava justiça, para ter direito e aqui em São Geraldo não tinha apoio, mas ninguém sabia, não dava apoio e nós procuramos o INCRA em São Geraldo e eles disseram que a terra tinha dono e não ia indenizar ninguém e aqui não tivemos apoio. E depois fizemos uma vaquinha e fomos a Conceição do Araguaia e depois fomos a Belém e não tivemos apoio de ninguém e o que nós achamos por bem foi partir para a ignorância, porque eles queriam tirar os piques das terras para separar as terras para os latifundiários, era mais de cinquenta quilômetros de terras e nós paramos e fizemos reunião, paramos o pique umas três vezes. Nós não tínhamos apoio de ninguém. Fomos procurar direito e não achamos. Eu não lembro o nome do governo na época, tem um jornal aí que tem o nome do governo, que mandou enfrentar nós, mandou polícia com caixa de bala para nos enfrentar. Depois o executor do INCRA disse que ia dar um jeito. O governo mandou a polícia e disseram que era para nos enfrentar e marcar o pique, passaram lá na nossa região, com caixa de bala e disseram que iam enfrentar. E nós resistimos, mais de cento e cinquenta pessoas. E teve uma grande revolução entre nós e a polícia. Foi preciso partir para a ignorância, porque procuramos justiça e não teve.

E. Ignorância é enfrentamento?

JD. É. Teve tiroteio e disseram que teve polícia baleada, tivemos que fazer trincheira, no Igarapé dos Perdidos e depois eles trouxeram reforço e fomos presos. Muitos de nós fomos presos em Marabá e depois ficamos no presídio em Belém, toda a família, eu, minha mulher, meu cunhado, minha mãe, todos os camponeses, foram presos, mais de 500 pessoas foram presas. Eles foram para a beira do rio onde tinha muitos pescadores que não tinham nada com terra e eles foram agredidos e onde eles chegavam eles espancavam todas as pessoas, mesmo sem ter nada com terra, eles invadiam, usavam de violência, forçavam as mulheres. A humilhação pior do mundo.

E. O que significa quando o senhor diz forçavam? É estupro?

JD. Eles faziam estupro contra diversas mulheres que encontravam. Todos nós fomos presos. Entregaram para a PM e eu voltei para cá junto com os outros presos para lá. Primeiro em Marabá e depois em Belém, todos nós ficamos presos muito tempo em Belém.

E. Vocês perderam as terras?

JD. Depois da prisão, eles caíram na realidade. Antes eles nos chamavam de terroristas, disseram que tinham derrubado alguns e que tinham levantado outros terroristas e depois eles foram verificar e perceberam que não acharam, isso já era em 1976, mas ainda estava o resquício da ditadura e já era a época do governo Figueiredo, que queria tirar onda de bom, mas era outro ditador, porque ainda tinha os resquícios da ditadura. Eles fizeram uma comparação, mas não existia isso.

E. Tem algo mais que o senhor consiga lembrar dessa época da guerrilha?

JD. Eu consigo. Depois desse conflito dos Perdidos surgiram diversos conflitos nos castanhais. Para ganhar as terras. Os castanhais era de muita terra e houve invasão e muitas pessoas morreram. Tinha pistoleiros e tudo. Depois da prisão nós fomos processados e tínhamos que ficar quietos e não podia falar nada. Aí veio o advogado Paulo Fonteles e nos ajudou, que era pai daquele ali (foto). Tinha outros advogados, mas a gente só sabia o nome do Paulo Fonteles que era advogado da CPT de Conceição do Araguaia. Ele estava lá, mas nós não via ele. A ditadura não aceita advogado e ainda mais ele, Paulo Fonteles, que já tinha sido preso pela ditadura também. Ele era o pai desse Paulinho, que também foi preso e esse menino nasceu na prisão porque a mãe dele estava presa e essa criança nasceu na prisão, a mãe foi cortada na cadeia, sem anestesia e nem nada, na cadeia, cortaram e tiraram a criança na marra, para esse menino nascer.

E. E ela sobreviveu?

JD. Sim. Ela sobreviveu porque Deus é pai e ainda está viva, em Belém, essa companheira. Ela era mãe do Paulinho e esposa do Paulo Fonteles.

E. Muito obrigada senhor João. Agradeço muito a sua participação.

JD. Obrigado também.

Entrevista II - Jonas.

O senhor Jonas é analfabeto e foi necessário efetuar a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Gravação de Voz.

É importante destacar que ele se apresentou como *Jonas*, seu pseudônimo. Pediu para não divulgar o seu verdadeiro nome nesta entrevista.

E. Senhor Jonas, aceita participar espontaneamente da Entrevista?

Jonas. Sim. É importante.

E. Eu vou fazer algumas perguntas e se o senhor tiver alguma dúvida, pode pedir esclarecimento a qualquer momento. O senhor pode falar o seu nome completo?

Jonas. Meu nome é Jonas.

E. Desde quando o senhor mora nessa região do Araguaia?

Jonas. Desde 1969.

E. O senhor nasceu aqui ou em outra região?

Jonas. Não, nasci fora. Eu sou filho do Ceará mesmo, mas fui registrado no Maranhão.

E. Eu gostaria que o senhor falasse sobre o episódio da guerrilha do Araguaia.

Jonas. O meu problema de eu ter investido na guerrilha, apesar de que na época eu era novo, foi um problema que inclusive os companheiros guerrilheiros, a gente conversando, me falaram que era em defesa do Brasil. Então eu, como analfabeto, que não sei de nada eu achei que era importante eu entrar. Aí entrei em 1972, no finalzinho de 1971, entrei no mês de dezembro. Aí eu lutei até o final e graças a deus resisti, sobrevivi e que era igual sempre em nossa equipe lá

a gente sempre conversava e aí um dia o Osvaldo falou para mim: Jonas, há de sobrar ao menos um de nós aqui, para ser raiz, vai vir gente atrás de nós aqui, vai ter alguém para comprovar o que nós estamos passando por aqui. Aí é onde eu falo, nessa parte aí escolheram eu para ficar por aqui, porque eu tive que ficar, escapei. Fui para a cadeia, passei pela cadeia.

E. O senhor foi torturado? Pode relatar como foi?

Jonas. Fui para a Cadeia, eu fui torturado da seguinte forma, porque o meu pai foi quem exatamente foi torturado, porque até as unhas dele os militares arrancaram, isso nunca me apaga e ele apanhou demais e o que nós tínhamos foi tocado fogo, eles ficaram passando fome, não passaram fome porque tinha vizinho perto, então esse foi prejudicado, mais do que eu que estava na mata.

E. O senhor tinha quantos anos nessa época?

Jonas. Eu tinha 22 ou 23 anos.

E. Certo, pode continuar.

Jonas. Aí quando eu apareci, porque teve um confronto perto daqui, onde mataram o Ari. Já ouviu falar do Ari já?

E. Ari era um guerrilheiro?

Jonas. Era um guerrilheiro. Então estávamos em três, nós tínhamos deixado o grupo, estávamos em três, então ele ia na frente, eu atrás e o Raul mais atrás. Mas muito fechado, eu enxerguei o pessoal na frente, mas eu não podia sinalizar para o Ari, porque ele ia na minha frente, meio distante, eu só acenei para o Raul. Quando eu sinalizei para o Raul aqui, eles atiraram no Ari.

E. Ele morreu lá, naquele local?

Jonas. Ele morreu ali. Atiraram no peito dele. Aí quando ele caiu, aí o vento tinha derrubado uma *pauzeira* assim, eu fiquei embaixo, mas pertinho assim mais ou menos, a base de cinco ou seis metros, eu fiquei debaixo e o Raul correu e tendo a castanheira caído o Raul pegou a castanheira para acompanhar e eles só enxergavam a mochila dele que estava nas costas e o rapaz enxergou e atirou em cima da mochila. Pegou na mochila, mas não acertou nele porque tinha um prato e o chumbo pegou no prato e parou. Aí eles foram lá e tiraram a cabeça do Ari. Ele nem estava morto não estava direito ainda. Só que devido ao Osvaldo já ter pedido para nós não ofender nenhum camponês eu fiquei quieto, eu não fiz nada. Por que que eu não fiz, porque

eles não tinham me enxergado. Quer dizer, porque eles não me viram, porque se eles tivessem me enxergado eu tinha que fazer alguma coisa. Aí tiraram a cabeça dele e carregaram.

E. Só para esclarecer. Tinha camponeses junto com os militares? Porque o senhor é camponês também, não é?

Jonas. Sim, eu sou camponês. Aliás, eu sou os dois: camponês e guerrilheiro. Sou os dois. A maior parte dos camponeses, tem um bocado vivo ainda e esses não deram entrevista, até porque eles eram pagos para fazer aquilo. Eles ganhavam dez cruzeiros por semana. Era semanal aquele dinheiro. Então tem deles que entrou com processo, mas tem deles que não entrou, porque já receberam. Isso eu acho importante, porque acho que essa indenização é para aquelas pessoas que perdeu a sobrevivência, perdeu até o direito de morar naquele local, perdeu alguém da família pelos militares. Então isso aí é que eu acho importante que seja aprovado.

E. No caso, o senhor disse que seu pai morreu em função dessas torturas. E sua família perdeu a terra também? Pode esclarecer essa questão?

Jonas. Perdeu. O que nós tínhamos foi perdido tudo, não ficamos com nada, praticamente com nada. Porque não tinha dono de terra na época, terra aqui no Pará era devoluta. Era posse. Então essa posse meu pai perdeu. Aí quando eu saí da prisão eu fui cuidar do meu pai, mas não tinha mais jeito.

E. Ele já estava muito debilitado? O senhor foi preso onde?

Jonas. Eu fui preso aqui em Xambioá mesmo. Eu me entreguei.

E. O senhor ficou preso em uma cadeia, como era a prisão?

Jonas. Não, aí era o seguinte, eu passei um dia andando aí voltei para cá de novo e aí eu fui trabalhar na equipe do rancho, eu tirei o meu tempo quase todo trabalhando, mas só que eu não podia ter contato com o meu pai. Quando eu voltei para casa meu pai já estava no caso sem jeito. Nós sem condição.

E. Não tinha tratamento médico aqui?

Jonas. Não tinha tratamento médico, aqui em São Geraldo mesmo, para começar, não tinha nem um farmacêutico. Farmacêutico daqui era os guerrilheiros e eles estavam na guerrilha e não podiam atender ninguém. Aí eu não tinha como bancar o tratamento dele. Aí eu mudei para Xambioá e fui lutar com meu pai, mas dinheiro de *juquirá* é pouco.

E. É diária, o que o senhor fala?

Jonas. É diária. Então acontece que eu não pude concorrer com a assistência do meu pai. Até hoje eu sinto que ele morreu mais pela minha causa.

E. Mas não foi o senhor que torturou ele?

Jonas. Não foi, mas eu me sinto culpado nisso aí.

E. Pelo fato de o senhor ter sido guerrilheiro?

Jonas. Pelo fato de eu ser guerrilheiro, porque no ato que se eu tivesse dito a ele, não pai, eu vou para a guerrilha, ele não ia aceitar. Aí eu menti para o meu pai. E eu falei que ia para a mata, ia mexer com castanha, que era o movimento na época, ia mexer com tropa. Então aí é onde eu acho que eu enganei a consciência do meu pai. Porque se eu dissesse para ele claramente que vou para a guerrilha, ele não combinava.

E. Esse foi o fato mais marcante da sua vida?

Jonas. Sim. Para mim foi o fato mais marcante.

E. E como o senhor avalia a guerrilha? O senhor pode relatar como foi a sua participação, o senhor estava como guerrilheiro desde o início ou entrou depois?

Jonas. Não. Quando eu entrei para a guerrilha já tinha passado uma parte. Eu entrei na segunda campanha.

E. O senhor sabe informar o contingente de policiais?

Jonas. Falavam em dez mil pessoas, na região. Não só aqui, porque eles atuavam em várias a regiões.

E. Da guerrilha em toda essa região sul do Pará e antigo norte de Goiás, Xambioá era norte de Goiás naquela época e aqui faz a divisa com o Maranhão?

Jonas. Lá embaixo, na beira do Bico do Papagaio.

E. Entendi.

Jonas. Então dizem que eram dez mil pessoas. Eu quero acreditar que era, porque tinha muita gente.

E. Entendi.

Jonas. Nós guerrilheiros éramos poucos. Nós era pouco.

E. O senhor lembra de outros companheiros ou camponeses ou moradores locais que entraram na guerrilha?

Jonas. Não, entrou um, mas esse morreu na guerrilha mesmo, essa era o João Batista.

E. E de outros o senhor não lembra os nomes?

Jonas. Tinha outros, mas morreram. Tinha o Toninho que era um menino que o Osvaldo criava, um que acompanhava nós, ele era um moleque de uns 13 anos, esse eu não tenho certeza se ele escapou ou se não.

E. E de outros companheiros o senhor não lembra?

Jonas. Daqui não.

E. Que outros fatos a respeito da guerrilha o senhor poderia relatar?

Jonas. A afetação mais é porque a tortura começava dentro de casa, porque era pela seguinte forma. O marido ia para a taca em Xambioá e a esposa ficava em casa e não podia sair nem para pegar água. Então eu considero a tortura para os dois, porque um morreu e ficou o outro. Acho que esse direito os que moravam aqui tinha. Tinha não, tem. Até porque tem aquela história que a mulher não era responsável pelo marido e naquele tempo tinha que ser. No meu caso aqui, tem um rapaz muito amigo meu, o Beca, que sofreu demais.

E. Ela já faleceu?

Jonas. Tem uns dois anos que ele faleceu e nada foi provado a história dele. E não foi por conta de nós lutar, porque nós lutávamos. Ele morreu sem receber. Talvez se eu tivesse recebido, que não é muita coisa, mas dava para cuidar da saúde dele, ele teria recebido também.

E. Se ele tivesse recebido, teria vivido mais tempo?

Jonas. Vivia mais tempo e era uma pessoa importante.

E. Ele foi muito torturado?

Jonas. Foi, ele foi muito torturado. Foi igual ao meu pai.

E. O senhor sabe informar se há situação de mulheres ou meninas que sofreram algum tipo de violência sexual?

Jonas. Aí tem essa história. Eu não conto de vista, eu ouvi dizer. Porque aconteceu mais aqui para o lado dos Caianos. Eu, devido eu ser da região, eu não saía, por exemplo, para ninguém. Eu procurava ficar no mato direto. Para evitar.

E. Entendi. Para evitar a exposição?

Jonas. Para evitar e exposição. Mas eu ouvi falar que tinha isso aí.

E. Qual a sua motivação para entrar na guerrilha? Eu gostaria que o senhor falasse sobre essa questão.

Jonas. Isso aí na possibilidade que eu fiz. Eu enfrentei isso aí. Eu não fui contando com dinheiro. Porque isso aí, eu podia até ter morrido lá e minha história não saiu. É para ajudar o Brasil. Porque se a gente é brasileiro tem um ladinho para a gente poder ajudar, a gente ajuda do jeito que a gente pode lutar. Foi onde eu achei que podia ajudar, foi aí. Entrei graças a deus, sobrevivi e estou aqui para contar a minha história e de alguns companheiros, que eu sei. Agora dos que eu não sei, eu não posso contar, porque só ouvi dizer, não há prova.

E. Quais as outras questões que o senhor entende relevantes?

Jonas. Importantes são muitas coisas, só que é o seguinte. O apoio é o que até agora nós não temos, aqui no Pará, não. No sul do Pará, não. Porque a gente viaja muito e os apoios são poucos. Aliás, aquele negócio que eu falei lá atrás, quem não estava aqui, tem a história mais bonita, recebe mais fácil.

E. O senhor fala em termos de reparação, de anistia, na condição de anistiado político?

Jonas. Exatamente, de anistia. Então até porque quem não passou por lá, não tem história fatal para contar, só conta sofrimento, até porque não tinha como contar alguma coisa melhor, era só sofrer mesmo. Agora uma coisa que eu já conversei com vários companheiros, eu achei incrível, no meu caso assim, eu não lutava junto, eu não misturava a guerrilha com nada. Eu me refiro a outras questões. A guerrilha foi sozinha. A guerrilha veio para cá no sul do Pará, sozinha, a guerrilha veio para cá no sul do Pará como a número um. Só vi ela. Então como assim, que depois.

E. O senhor se refere ao fato de que não houve outra guerrilha no país?

Jonas. Só veio ela. Depois dela já aparece grito de terra, é invasão de parte de minério e tudo joga junto com a guerrilha.

E. E são coisas separadas? O senhor está se referindo sobre as indenizações?

Jonas. São coisas separadas. Então eu penso assim, eu não sei se estou errado, talvez eu esteja errado. Eu acho assim que tem que ser uma coisa de cada vez e não duas coisas misturadas.

E. Entendi agora. O senhor se refere a essa questão porque algumas pessoas podem estar aproveitando as violências depois da guerrilha para pedir indenização?

Jonas. Para fazer processo, exatamente.

E. Outras questões sobre a guerrilha do Araguaia, o registro na história é entre 1972 a 1974. O senhor poderia falar sobre as prisões, sobre o buraco do Vietnã, se puder explicar para eu compreender melhor?

Jonas. Dizem que existiu isso, o meu pai passou por lá. Mas eu não cheguei a ir lá, mas o meu pai e esse rapaz, o Beca e outro rapaz que já é morto, o José Novato, foram levados para lá. Não me recordo se o Precatão foi, porque ele foi preso nessa mesma época, mas não sei se eles foram. Mas desses três eu tenho certeza que esses foram.

E. Eles contaram para o senhor sobre essas questões lá? Seu pai contou algo?

Jonas. Não, não. Até porque com o meu pai eu ainda convivi uns dias ainda, mas eu não procurava isso para ele.

E. Eu sei, ele não pode relatar porque morreu em razão das torturas.

Jonas. Foi. Foi passado uns tempos, ele passou mais dois anos ou três vivo. Mas só que esses assuntos eu não procurava para ele, porque eu me achava culpado daquilo e achava que seria uma dor de cabeça para ele se eu fosse procurar. Pai como você passou, como foi que o senhor ficou sem as unhas? Porque eu vi ele sem as unhas.

E. O senhor já fez as pazes com esse passado?

Jonas. Não. Isso é aí difícil a gente passar, alivia um pouco, agora sentir feliz a gente não pode sentir. Aí eu saí daqui, fui morar em Repartimento.

E. O senhor saiu daqui quando?

Jonas. Eu saí daqui em 1977, parece. Foi em 1977 que eu saí. Aí quando foi agora em 2004, o pessoal me procurava direto, porque eles procuravam esse tal de Jonas. Jonas é nome de luta.

E. E o senhor voltou para essa região quando?

Jonas. Aí eles não me achavam. Aí eu fiquei sabendo e aí eu vim. Eu cheguei aqui em 2004.

E. E desde 2004, o senhor permanece aqui?

Jonas. Permaneço aqui, quando tem escavação o pessoal vai e eu fico, outras vezes vou mais eles. Ai agora eu comprei um barraquinho, comprei um barraquinho e fico aqui. Quando eles querem conversar comigo, saber alguma história, eles vem e eu estou pronto para dar entrevista, a minha história eu não engulo ela. Qualquer chamado que tiver, até onde eu puder ajudar, se chamar eu vou. Mas minha vida é aqui direto. E qualquer chamado que tiver, a minha condição não permite, mas se me ajudar eu vou.

E. Além dessas perguntas que eu fiz, tem outras coisas que o senhor gostaria de registrar?

Jonas. Eu queria mais atividade, não é?

E. O senhor pode explicar que tipo de atividade se refere?

Jonas. Porque alguns que passou por lá, pela guerrilha, que ainda tem poucos, mas tem, já estão velhinhos. Muitos deles não tem nem como sobreviver. Inclusive tem um grande amigo meu aqui, que foi baleado na época no joelho e eu tenho lutado para encaminhar os papéis dele, está lá em Brasília.

E. O processo está em Brasília, mas não foi apreciado?

Jonas. Mas não foi apreciado e ele precisa demais da conta. Não só ele, eu falo assim o mais necessário. Então se a minha história valesse eu queria que isso fosse mais, mais atividade. Porque muitos já foram e não receberam nada, até poderia sobreviver mais. Eu já recebi um pouquinho e dizem que tem outro para receber e se tiver será bem vindo, mas se não vier eu já recebi meu pouquinho e estou satisfeito com esse. Agora dizer que o prejuízo que eu peguei daquela época, dizer que recompensa, recompensa porque todo tanto é bem vindo. Mas talvez se eu não tivesse tomado aquele prejuízo, eu teria outra condição de vida. Mas nem por isso eu me arrependo.

E. O senhor se arrepende de ter participado da guerrilha?

Jonas. Não me arrependo não. A gente foi porque quis. Graças a Deus lutei, passei, sobrevivi, estou aqui para contar a história. Na região aqui, eu me sinto feliz por isso, porque na região deus me conservou e ficou só eu aqui mesmo.

E. Todos os outros morreram?

Jonas. Todos morreram em combate. Uma coisa que eu achei. Os militares, de qualquer maneira a luta deles eu acho errado. Mas a pessoa depois de já está pega, já capturado e ser torturado, eu acho isso incrível. Torturar até a morte.

E. Depois de estar sob a custódia deles?

Jonas. Porque, aí. Aqui tem até, tem o caso da Áurea, do Simão, do Josias, que era outro. Esses foram torturados e não apareceram até agora.

E. É por isso que o senhor diz que vai para as escavações é na tentativa de localizá-los?

Jonas. É. Localizar. Porque no cemitério daí, nós não achamos nada, quase, do que procurava. Agora ficou na pista. Na pista eu sei que tem, porque na pista eu enterrei um. O Osvaldo quem enterrou fui eu.

E. A respeito da morte do Ari, quando teve o combate na mata, o senhor disse que eles tiraram a cabeça e sabe se o corpo foi deixado no local?

Jonas. Ficou lá.

E. E vocês enterraram?

Jonas. Não, eu corri logo. Com os camponeses saírem e eu saí também.

E. Então era comum retirar a cabeça e deixar o corpo no local?

Jonas. Era. Só a cabeça. Eu não sei se enterraram. A cabeça vinha para cá, para Xambioá.

E. O Osvaldo que o senhor menciona é o Osvaldão?

Jonas. É o Osvaldão.

E. Ele foi enterrado na pista do aeroporto?

Jonas. Na pista do aeroporto de Xambioá.

E. E lá no aeroporto não foi feito escavação?

Jonas. Está feito, mas ainda não localizei. Já localizei muitos pontos, mas falta trabalho para nós poder localizar o dele. Porque de qualquer maneira, vieram buscar, o pessoal militar, vieram buscar as ossadas. Mas de qualquer maneira tem o quadro do solo lá, onde foi cavado e esse quadro nós não estamos achando. E ele está lá. Então falta o que, falta trabalho. Falta pesquisa.

E. Quando o senhor fala que falta trabalho, são essas atividades para localizar os corpos dos desaparecidos, para encerrar essas atividades de localizar os corpos, fazer as reparações, é isso?

Jonas. Exatamente. Porque, eu não sei se foi a Diva, parece que foi a Diva que falou, que nós tinha que fazer um trabalho nessa Casa Azul, daí de Marabá.

E. Casa Azul era uma das prisões?

Jonas. Era, de tortura. Então pelos dias que já está eu falei para ela, Míriam eu acho que lá não acusa nada, porque nem o eco não tem mais lá dentro.

E. É só testemunho mesmo.

Jonas. É. A Casa está lá, mas eu acho que não é necessário fazer trabalho lá. Porque, até porque quem era necessário estar junto nesse trabalho lá era o Curió e o João. Esses dois homens deviam estar com o pé no trabalho, até porque eles sabem. Eu mandei pedir para o João, uma época aí, acho que tem uns cinco anos, uns quatro ou cinco anos mais ou menos, tem cinco anos mais ou menos, que se ele não quisesse dar uma entrevista, conversar, que ele ao menos mandasse pelo menos as fotos que ele pegou do pessoal da guerrilha daqui da guerrilha do Araguaia, que eles tiraram. Mas acho que ele não passou, não porque até agora ele não passou solução nenhuma. E o Curió está caducando, já. Dizem que não presta mais para nada.

E. E como ele é militar talvez não queira colaborar.

Jonas. Não. Jamais. Jamais. Ele e o João não querem isso aí de jeito nenhum. Até porque prejudica eles. Prejudica eles demais da conta. E o Brasil está assim de pé pela cabeça. Não tem nem como apurar esse tipo de coisa. Porque se o Brasil não tivesse de pé pela cabeça, tinha como. Agora do jeito que está não tem como, é deixar os homens quietos. E levantar a cabeça do jeito que está e seguir para frente. E pedir um Brasil melhor para nós.

E. Senhor Jonas, muito obrigada pela entrevista. Se o senhor lembrar de mais alguma coisa, voltamos a conversar. E se tiver algo mais que o senhor queira falar, eu agradeço e estou à disposição.

Jonas. Para a gente conversar sobre a guerrilha isso vai é dias, o tempo é pouco.

E. Eu imagino. Mas a minha entrevista é para uma pesquisa, não tenho tanto tempo assim. Eu sei que o tempo é pouco, mas a ideia é registrar a memória, a verdade, sob o ponto de vista do que você vivenciou. Isso é importante para a pesquisa.

Jonas. Tem muita coisa. Um dia desses eu estava em Salvador e falando com uma moça, que é lá do Rio Grande do Sul e ela ficou muito satisfeita com o que relatei. Ela até me convidou para ir lá no Rio Grande do Sul.

E. Senhor Jonas, eu te agradeço muito. Muito obrigada pela sua disponibilidade e eu prometo voltar aqui para apresentar o resultado da minha pesquisa e conversar com vocês.

Jonas. Pode voltar, estarei por aqui e qualquer hora que chegar, será bem vinda.

Entrevista III - Raimundo Gomes de Souza.

E. O senhor pode falar o seu nome completo?

Raimundo. Meu nome é Raimundo Gomes de Souza, reconhecido como Bom de Papo?

E. Desde quando o senhor mora nessa região?

Raimundo. Desde o dia 02 de outubro de 1946, que eu vim para essa região.

E. O senhor nasceu aqui ou veio de outra região?

Raimundo. No Piauí. Eu sou do Piauí. Aí do Piauí eu vim aqui para o Pará, ali nas Araras, ali onde fica encostado em São João do Araguaia. Eu vim para uma colocação de castanha do finado Antônio Araújo, nas Araras, tirar castanha e tirar borracha. Naquela época o serviço daqui era esse. Cortar seringueira e tirar castanha.

E. E sobre a guerrilha do Araguaia, eu gostaria que o senhor contasse como se deu esse episódio e como o senhor foi envolvido nessa guerrilha do Araguaia?

Raimundo. A guerrilha do Araguaia para mim é muito marcante porque o que eu passei eu não desejo para ninguém passar. Eu fui torturado, eu apanhei muito, levei muitas pesadas, apanhei muito na cara, eu sofri demais, perdi minhas terras, perdi meus bens que tinha. Só não perdi a mulher porque ela achou por bem não separar de mim, mas até a minha própria mulher eles usaram.

E. Quando o senhor diz usaram significa estupro?

Raimundo. Sim. Isso.

E. Qual o tipo de tortura o senhor sofreu?

Raimundo. Eu apanhei demais para executar, porque eu conhecia a região e conhecia o pessoal, os guerrilheiros, não é? Aí nós éramos vizinhos e eu conhecia o pessoal e eles queriam que eu desse conta do pessoal, porque eu conhecia eles. Eles estavam na região e aí eles queriam que a gente desse conta deles.

E. Eles que o senhor está falando são os militares?

Raimundo. Os guerrilheiros. Os guerrilheiros. O pessoal que me judiava, me maltratava eram os militares.

E. Para o senhor dar conta dos guerrilheiros.

Raimundo. Dar conta dos guerrilheiros, informar.

E. esse corte na sua cabeça foi resultado das torturas?

Raimundo. Isso aqui foi coice de pau. Foi. Aqui está quebrado, pode passar a mão.

E. Na parte de trás da cabeça, eles quebraram também nas torturas.

Raimundo. Foi. Foi.

E. E o senhor ficou com problemas na cabeça, problema mental?

Raimundo. É, fiquei. Eu fiquei esquecido demais. Eu passei muito tempo ia conversar uma coisa e saia outra diferente. De certos anos para cá de tratamento eu equilibrei mais um pouco.

E. Mas tem sequela?

Raimundo. Mas tem. Tem sim, senhora. Tem uma ruptura aqui no pé da virilha desse tamanho, que eu nunca operei com medo de operar porque é muito grande a ruptura, de coice, de um chute que um soldado me deu quando eu estava amarrado em um pé de coco.

E. Com coturno, é isso?

Raimundo. É isso.

E. E o senhor chegou a ser preso em outro lugar?

Raimundo. Não, eu só fui preso com eles.

E. Na mata?

Raimundo. Na mata. Eles me pegaram, no primeiro dia que eles me pegaram, eles amarraram e me puseram dentro de um saco de estopa. Você sabe o que é saco de estopa?

E. Sim, sei. São sacos para carregar café, etc.

Raimundo. Eles me colocaram dentro, amararam a boca, dependuraram no helicóptero e me trouxeram de lá da mata, da Base aonde eu fui pegado lá, eu fui preso lá, que eu me entreguei lá. Eles me pegaram lá, me amarram, me penduraram no avião e me trouxeram até a Base, pendurado, aqui para Xambioá.

E. Então o senhor veio içado no helicóptero, pendurado por fora?

Raimundo. Foi, foi sim senhora. Isso aí todo mundo viu, todo mundo que morou aqui naquela época viu. Viu a tortura que fizeram comigo. Quase todo mundo conta essa história aqui. Quase todas as pessoas que têm processo, conta a história minha, porque a minha história foi difícil.

E. E o senhor recebeu tratamento médico?

Raimundo. Não, não. Nada. Eles davam, tinha uns farmacêuticos do mesmo grupo, do exército que davam uns remédios para a gente, dentro naquele período. E aí eu fiquei com eles, eles me seguraram. Primeiramente eu passei fora da família, 15 (quinze) dias, fora de casa, sem ver a família, a minha mulher estava com 15 (quinze) dias de resguardo, aí eles me trouxeram. 30 (trinta) dias, foi 30 dias que eu fiquei lá com eles. E ela sozinha, na colocação onde eu morava, lá no centro onde eu morava, na minha terrinha. Aí depois eles me seguraram, preso. Eu fiquei preso com eles, eu vou contar a verdade logo, eu fiquei preso com eles. Depois de preso, apanhando muito, eles vieram e um rapaz conhecido por nome Olímpio, chegou e me viu, aí

falou para eles: Olha, vocês estão errados. Vocês têm que soltar esse homem, que vocês precisam dele. É o homem que mais conhece a região aqui é ele aqui e o Pedrão. Pedrão era um que tinha aqui antigamente aí. Esses aí que são as pessoas que mais conhecem a região, daqui para Marabá, de Marabá aqui para São Geraldo, Conceição do Araguaia, ele corta isso aí tudo. Eu fui explorador de castanhal, eu fui tropeiro, eu fui garimpeiro, eu fui borracheiro, seringueiro de borracha. Tudo isso eu fiz aqui dentro dessa mata aqui. Não tinha outros serviços, os serviços eram esses.

E. Quantos anos o senhor tinha nessa época?

Raimundo. Eu estava, eu não tenho bem a lembrança, eu cheguei aqui na base de uns 17 ou 18 anos, na região.

E. Na época da guerrilha o senhor lembra com qual idade estava?

Raimundo. Não lembro, não. Eu sei que eu estou hoje com 88 anos.

E. Entendi. E o senhor poderia dizer como foi a sua participação nesse período da guerrilha. Porque eles mencionam que ocorreram três campanhas do exército, entre 1972 e 1974. O senhor lembra como participou?

Raimundo. Depois da tortura eles me prenderam durante a guerrilha, para mim acompanhar eles.

E. Como mateiro?

Raimundo. Como mateiro. Aí eu fui seguir com eles até o dia que eles limparam a área e foram embora, mas ainda sujeito à fiscalização.

E. Por que o senhor foi servir de mateiro?

Raimundo. Ora, mas apanhado do jeito que eu estava, eu fui porque eu não podia recusar. Eu estava de um jeito que eu não podia tossir que eu vomitava sangue, de tanta taca que eu peguei e aí eu fui obrigado a seguir com eles.

E. O senhor pode falar sobre os fatos mais marcantes desse período da guerrilha? Tudo que acontece foi marcante, mas tem uma especificamente que mais marcou a sua vida e da sua família?

Raimundo. O que mais me marcou foi que eles me prenderam naquela época e ficaram disse que fiscalizando a minha família e fizeram foi ficar usando ela, como mulher, para eles. E quando eu cheguei ela me contou.

E. Eles estupraram ela.

Raimundo. É isso. E aí quando eu cheguei ela me contou. E aí o que que eu ia fazer, não tinha o que resolver.

E. O fato de o senhor ter ido atuar como mateiro em razão das torturas, foi porque se sentiu obrigado por eles?

Raimundo. Foi. Era obrigado. Ou ia ou então acabava de morrer.

E. E desse episódio, o senhor manteve suas terras ou perdeu?

Raimundo. Quando eu cheguei, já tinha entrado, já tinham liberado para outras pessoas, não é. Aí ficou só as pessoas que eram presas pelo exército que não vieram tomar de conta de suas posses porque estavam no domínio do exército e quando eles liberaram os baianos os mineiros já tinham entrado as terras aqui, já tinha cortado as terra, tudo, e eu fiquei sem nada.

E. Ficou sem nada e foi buscar outro meio de sobrevivência?

Raimundo. Foi, foi sim senhora.

E. Como o senhor avalia a herança desse período da guerrilha em sua vida e na vida da sua família?

Raimundo. Não. Eu não tenho como fazer avaliação porque todo o meu futuro se acabou ali.

E. O senhor tem filhos?

Raimundo. Tenho. Tenho sete filhos.

E. Tem alguns que nasceram depois dessa guerrilha?

Raimundo. Tem, tem um que é o mesmo que fui eu e a mulher, foi torturado e ele era ainda molinho nessa época.

E. Quem cuidou da sua família nesse período?

Raimundo. Eles ficaram, disse que substituindo enquanto eu chegava, me liberarem, auxiliando e naquilo eles tomaram de conta.

E. Tem alguma outra coisa que o senhor entende que seria importante contar e eu não tenha perguntado, que tenha acontecido com o senhor, com a sua família, com os seus companheiros de luta?

Raimundo. Não. Com meus companheiros todo mundo foi sofredor aqui naquela época. Aqui não teve ninguém que não sofreu não. Naquela época a tortura era grande demais. Eles não procuravam rumo quem devia e quem não devia não, quando vinha descobrir que a pessoa não devia culpa, já tinha sofrido. E aí é como diz a história, pancada dada e palavra dita é como dizem, nem Deus tira.

E. Depois que passou esse período da guerrilha, que eles foram embora, como ficou a vida de vocês?

Raimundo. Ficou muito triste, para poder recuperar o tempo perdido.

E. O senhor foi trabalhar em que?

Raimundo. Eu fui trabalhar de roça nas terras dos outros.

E. Antes o senhor tinha suas terras?

Raimundo. Tinha.

E. E depois da guerrilha ficou sem nada.

Raimundo. É tinha. Minha terra ficava bem aqui na Piçarra. Hoje é Piçarra. Aonde era as minhas terras, hoje é a Prefeitura da Piçarra. Antigamente não era Piçarra. Lá era sobra de terras. Eles fizeram uma piçarreira para o caminhão carregar piçarra para botar na estrada e aí botaram o nome de Piçarra.

E. O senhor ao perdeu as suas terras foi trabalhar de empregado?

Raimundo. É. Não fui mais para lá não, fui trabalhar para os outros.

E. E passou a vida todas assim?

Raimundo. É, vem vindo de lá para cá, rolando.

E. Tem algo mais que o senhor gostaria de falar?

Raimundo. Não, minha filha.

E. Eu entendo assim.

Raimundo. Muitas vezes as pessoas conversam, ah eu lembro disso assim, mas aí. É como eu estou falando para você, eu perdi metade da memória do que passou.

E. Está bem senhor Raimundo, eu agradeço imensamente a sua gentileza pelo senhor poder contar, porque é importante para a história, para a memória, para as gerações futuras.

Raimundo. É ruim a gente contar o passado, lembrar o passado, porque é sofrer duas vezes.

E. O senhor me desculpe fazer o senhor passar por isso, mas não tem outra forma de lembrar o passado a não ser através da memória de vocês. Eu sei que o senhor já está com 88 anos e já contribuiu muito para a história do país.

Raimundo. Pois é. É verdade.

E. Pode falar.

Raimundo. Sim nós estávamos conversando, você perguntou como foi o passado. Mas quando nós começamos aqui, que fomos presos aqui, nós ficamos na tortura eu, o José Novato, Sebastião Reinaldo e Evandro Azevedo. Nós ficamos presos num buraco que tinha ali na boca do Xambioazinho, ali.

E. É o buraco do Vietnã, conta para nós como era esse buraco?

Raimundo. É, é. Lá tinha um pedaço de jatobá, bem encostado na beira do rio e aí tinha esse pé de jatobá e foi onde eles fizeram um buraco para botar as pessoas ali dentro, quando trazia do mato lá, das casas, quando eles prendiam e botavam ali dentro, quando trazia lá do mato, das casas, aí botava ali dentro. Aquilo era tão quente que a pessoa mudava de cor de um dia para o outro, ele não ficava mais amarelo não, ele ficava era verde, dentro daquele buraco.

E. Era um buraco fundo?

Raimundo. Não, não era muito fundo não.

E. E era coberto, com que?

Raimundo. Era coberto com tábua, com pau.

E. Vocês ficavam lá, dormiam e fazia tudo ali dentro?

Raimundo. Não fazia porque a pessoa quando está preso nem urinar, ele não urina. Só quando apanha, quando bate, porque quando a taca bate ninguém aguenta.

E. Entendi.

Raimundo. E aí daqui para a Vila Nova era um lameiro mais feio do mundo e não tinha estrada, e tinham uns jipes, aqui do pessoal que trazia para Xambioá, atravessavam numa balsa trazia aqueles jipes para a polícia andar. E aí quando chegava do lado de cá não tinha estrada e tinha aquele lameiro e aí eles pegavam eu, o José Novato, Sebastião Reinaldo e Evandro Azevedo e pegava os coqueiros, eles cortavam nos pés e nas pontas amarrava num pau e botava nós para puxar os troncos de palmeira e botava dois na frente e dois mais atrás.

E. Só para carregar o peso, para torturar.

Raimundo. Era, não tinha boi, não tinha quem carregasse, e aí não tinha um carro para puxar, botavam nós que era preso. É botava os dois mais fortes na frente e os dois mais fracos atrás. Eu como era mais forte e o Evandro Azevedo nós ficávamos na frente e o Sebastião Reinaldo e o José Novato, eram mais fraquinhos, magrinho, eles botavam atrás. Mas eles, coitados, quando chegava naquelas lombas de terra, que suspendia, que nós puxávamos, levava eles, chega ficavam dependurados. Quando eles batiam no chão lá já saía arrastado, nós arrastando, descendo aquela ladeira, arrastando aqueles coqueiros. Quando descia nas pirambeiras, aqueles coqueiros já rolavam por cima de nós. Tudo isso aconteceu com nós aí, servimos de boi. Eles faziam a gente de ponte para eles passarem por cima, quando tinha lama, fazendo a gente de boi.

E. Eles faziam carregar esses troncos como tortura?

Raimundo. Sim. Além disso, eles botavam nós para carregar eles nas costas para atravessar o rio para não molhar, não pisar na lama, não podíamos deixá-los cair na lama. E diziam não deixa cair não. Fizemos muito, não foi só um que fez isso não, foi muitos.

E. Que outras torturas eles praticavam?

Raimundo. De todo jeito as torturas eram pesadas. Eles usavam vários tipos de tortura. Eles chegavam e puxavam nós com o alicate, puxava pela orelha, pela boca, pelo reto. Puxavam com aquele alicate. Era tortura mesmo.

E. Eles usavam o alicate para arrancar as unhas?

Raimundo. Eu, não puxaram as unhas não, mas torceram as orelhas, puxaram pelo lábio, pelo nariz e esse corte aqui foi um coice de pau.

E. Senhor Raimundo, eu te agradeço imensamente a sua gentileza em conceder a entrevista e a disponibilidade do seu tempo. Eu pretendo voltar aqui para trazer o resultado da minha pesquisa e conversar com vocês. Espero encontrá-lo com muita saúde.

Raimundo. É verdade. Obrigado.

Entrevista IV - Davi Rodrigues de Souza.

E. O senhor pode falar o seu nome completo?

Davi. Davi Rodrigues de Souza. Sou maranhense, nascido em uma cidade chamada Brejo dos Paraibanos, no Maranhão. Desse Brejo dos Paraibanos no Maranhão eu mudei para Imperatriz, no sul do Maranhão. Morei lá uns anos, dez anos e mudei aqui para o Pará. Solteiro. Cheguei aqui no Pará, aqui em São Geraldo em 1965. Fui morar ali em cima, que eu já tinha um irmão para cá, fui morar ali nos Perdidos. Devido ao nome é um córrego, que chama dos Perdidos. Lá, com cinco anos que eu morava lá, eu me casei. Eu já tinha uma propriedadezinha, depois de casado, eu fui trabalhar. Em 1972 a guerrilha chegou na minha casa.

E. O senhor lembra qual a idade que o senhor tinha quando a guerrilha chegou na sua casa?

Davi. Eu tinha 32 anos, parece que era. Eu sou de 1939, em 1970 eu me casei, 1971, 1972, eu tinha uns 32 ou 33 anos, mais ou menos isso, porque eu sou de 1939. Aí quando, no mês de abril, eu não lembro o dia.

E. Tranquilo, sem problema.

Davi. Quando eu estava colhendo arroz, na beira de uma estradinha que passava na minha porta, eu enxerguei a polícia. Eu já tinha visto, eu sabia, rodando por cima, helicóptero. Eu já sabia da notícia que era pegando os terroristas. Quem eram esses terroristas? Nós conhecia como os paulistas, que moravam lá nos Caianos, mas não como terrorista que não tinha terror, não é?. Quando chegou aqueles polícias lá na minha casa, me chamaram de lá da roça, eu vim para

casa. Chegaram foram me encomendaram que era para eu sair da roça, vir para dentro de casa, não trabalhar mais na roça, que os terroristas iam me matar. Eu fui e disse, não, não conheço aqui, que não tem terror. Mas a gente não tem voz com eles. Hoje até tem, mas na época não tinha, era muito pior e eu tive que ficar em casa. Isso foi em abril de 1972. Aí foi acabando as coisas sem trabalhar. O arroz ficou na roça, milho, olhando para a roça, mas não podia trabalhar. Minha casa nunca foi Base, eles dormiam lá uma noite, passavam uma noite e no outro dias saíam, diziam que voltava dentro de 4 ou 5 dias chegavam e quando era de noite eles já chegavam de novo.

E. Os militares estavam vigiando vocês?

Davi. Os militares vigiando.

E. E vocês não podiam colher os alimentos?

Davi. Não podia colher, não podia nada. Perdendo tudo na roça, como perdeu. Dois anos a gente foi a conta de perder tudo que tinha. Era mandioca, era milho, era arroz, feijão, fava, que a gente produzia e não plantou mais e o que tinha foi acabando.

E. E como vocês conseguiram sobreviver, tinha ajuda de alguém?

Davi. Não tinha ajuda de ninguém, porque todos na região sofriam as mesmas coisas. Uns sofriam mais, outros menos. Parece que tinha uns que eles olhavam com maus olhos e outros não. Eu mesmo eles não gostaram e eu não sei porque. Com dois anos, dentro desses dois anos de guerra, eles mandavam eu ir lá na Base, lá nos Caianos, eu ia, levando a mulher, era para levar filho, tudo. Outras vezes chegava lá ficava um dia lá e voltava para trás, não era nadinha. Outras vezes chegava lá ficava um dia, até dois dias, sentado lá no chão, sem comer e sem beber.

E. Isso era uma espécie de prisão?

Davi. Era uma espécie de prisão, não podia sair. Só com a ordem deles. Quando chegava em casa já vinha caindo de fome, já ia acabando o que comer. Isso quando foi em 1974 eles aliviaram, foram acalmando, quando a gente não tinha mais nada, eles foram saindo e nós começamos a trabalhar.

E. O senhor chegou a perder a terra?

Davi. Não. Não cheguei a perder a terra, mas eu vou chegar lá. Aí ficamos lá na terra. Quando já foi em 1976, que eles tinham terminado em 1974, em 1975 eles ainda estavam lá, aí saíram e ficou só aqueles vigias por lá. Aí em 1976 apareceu o pessoal do INCRA fazendo umas picadas, na beira do Araguaia para a outra beira do Araguaia, fazendo assim uma lua, para cá para tirar todo o povo que tinha em cima para botar todo aquele pessoal na beira do rio. Só que aquela área já era ocupada, já era cheira de gente, o pessoal que tinha para trás se fosse se fosse fazer uma cidade, não cabia, porque tinha muita terra alagada para lá. Mandaram fazer as picadas sem falar com ninguém, mas nós soubemos e eu fui lá, mais um bocado de homem. Na época eu era sindicalista, eu representava. Aí fui para lá com esses homens, cheguei lá tinha dois policiais e uns agrimensores e um pessoal para fazer a topografia. Nós conversamos com eles, disseram que eram mandados, que estavam fazendo aquela picada e iam tirar todo o povo para baixo. Eu fui e disse para eles, vocês não conseguem, eu não aceito isso aqui, isso aqui não está passando, isso aqui é nosso. Aí eles vieram embora. Depois voltaram, de novo.

E. O mesmo grupo?

Davi. O mesmo grupo, aí já voltou mais. Na época que chegamos lá era só dois policiais e o pessoal do INCRA. Depois já foi quatro policiais. Antes de nós chegarmos lá um bocado correu, mas ainda ficou outros. Aí nós começamos a tomar as providências. Primeiro lugar que vinha era no INCRA. Chegava aí o chefe do INCRA na época chamava Doutor Carlos Paulo disse para mim, vou tirar todo mundo, a ordem é do governo e eu vou tirar todo. E não entrem na frente, que a ordem é para tirar e se entrar na frente é para roçar, não fica ninguém. Só que a área ficou desocupada.

E. Roçar seria matar?

Davi. Matar. Matar todo mundo. Aí a gente foi. Um irmão meu, arrumamos um dinheiro e ele foi à Conceição do Araguaia falar com o Juiz. Por que? Porque a comarca aqui era Conceição do Araguaia. Chegando lá o juiz disse que não tinha nada a ver, não pertencia a ele, não pertencia a ele, não podia entrar naquilo, isso era coisa do governo federal, era do INCRA, que é Federal e ele era juiz de uma comarca. O caso dele era outro. Voltou. Chegou aqui outro irmão meu veio aí e ele disse que soube que ele ia mandar um povo. Aí ele mandou 25 policiais e 8 pistoleiros. A ordem era para matar, não era para atravessar na frente. Aí um irmão meu foi a Belém e chegou lá em Belém e não achou com quem tratar, voltou foi a Brasília. E eles vieram fazendo pique. Quando eles estão se aproximando lá dos Perdidos, já tinham passado nos Caianos, estavam se aproximando lá dos Perdidos, eles passavam na frente o dia, iam nas casas,

fazendo coisa errada demais, matando bicho nas casas, humilhando o povo. Aí chegou na minha casa um dia de tardezinha um homem chamado Dete, Deusdete, conhecido como Dete Baiano, chorando, de pé no chão, nu da cintura pra cima, dizendo que eles tinham chegado na casa dele. Ele tinha uns filhos que tocava sanfona, batia violão, chegaram a cortaram a sanfona do filho dele, quebraram o violão, amarraram todo mundo. Eu não sei se ele estava mentindo, mas ele estava chorando e disse que estupraram a velha dele, com 63 anos e duas filhas dele, uma com 12 anos e outra dentro de 15 anos. E ele chorando sem saber o que fazer. Aí eu disse para ele, Dete aqui comigo não acontece. Ele disse, acontece. Eu disse acontece como aconteceu contigo, agora eu estou sabendo não acontece, porque se eles se apresentarem bem acolá, comem chumbo. Faz em cima de mim morto, eu vivo eu não aceito mais, eu já estou sabendo que eles vão fazer isso eu não aceito mais. Mas aí no outro dia eu resolvi fazer uma reunião com o pessoal. Aí fui para a casa do senhor Sebastião da Serra, do outro lado do córrego Perdido. Tinha a terra do João de Deus do lado de cá do Perdido e do outro lado era a desse Sebastião da Serra. Fiz o convite e juntou 173 homens e eu disse vamos parar o pique, enquanto o Joel chega de Brasília, que o Joel estava para Brasília. Vamos, pois é, amanhã de tardezinha vamos todo mundo na casa do Daniel, porque nós vamos lá parar esse pique enquanto o Joel chega. O Joel foi para Brasília ver o que conseguia com o Ministério da Justiça. Nós fomos, mas quando chegou a boca da noite, dois posseiros foi lá avisar para o comandante daquele batalhão que tinha 150 homens na cabeça do pique. Dois posseiros onde inclusive tinha um irmão dele lá e dois filhos.

E. Que participaram da reunião?

Davi. É que participaram da reunião. Aí o comandante disse não, que ele brigava sozinho com 200 e quanto mais com 150. Mas lá não tinha esse tanto de homem porque dos 173 homens na hora de ir para lá só veio 36. Os outros correram foi para o mato e deixou a mulher em casa e lá só ficou 36. Quando não estávamos lá a boca da noite, esse mesmo que foi avisar a polícia passou lá e falou que tinha avisa. Aí todo mundo saiu dali, porque ali era só esperar pela morte, não é? Aí fomos para outra casa, para beira do córrego, ficamos lá a noite e de manhã, combinamos, vamos lá. Mas dos 36 não tinha mais 36 porque alguns ficaram com medo, tinham ido embora. Aí dividimos aqueles homens que tinha 22 ou era 23 para duas localidades. E em uma localidade que tinha 12 homens, andando assim em uma picada, dentro da mata, chegando em uma gruta para se esconder, fazer a trincheira, quando vai chegando na gruta a polícia apareceu.

E. Eram muitos policiais?

Davi. Nessa hora vinham só 14 policiais e os outros tinham ficado lá na cabeça do pique. Vinha 14 policiais e parece que 5 pistoleiros. E naquela hora não teve aviso, foi puxar no gatilho. Aí foram os tiros, aí eles correram e quando chegaram dentro da grota deram mais alguns tiros. Mas desse grupo ficou só um lá. Um militar. Dentro da grota ficou um pistoleiro, lá mais à frente outros. E aí eles se afastaram, nós posseiros também nos afastamos. Tratamos o local de se encontrar, porque isso foi 8 para 9 horas da manhã. E quando foi à tarde não apareceu mais ninguém.

E. O senhor ficou sozinho?

Davi. Fiquei sozinho. Aí foi preciso tirar a mulher para longe de casa, ela não podia nem dizer que era mulher minha. Mas ela para lá ficou, com duas irmãs minhas. Ficou 4 dias quieto. Com quatro dias voltou as polícias. Voltou muita polícia, dizem que as eram 160 polícias.

E. O senhor não estava lá, não viu?

Davi. Eu estava dentro da mata, eles não podiam me ver. Eles foram com a ordem que se enxergasse o Davi dos Perdidos era para matar. Eles foram lá para matar. Mas quando estava com três dia eu apareci e encontrei umas pessoas que me contaram a história. Eles foram lá para me matar e os outros era para prender. E sofreu muita gente que não participou da guerra, não tinha nada a ver. Outros eles pegaram na estrada, prenderam. Um mês e pouco aí veio a Polícia Federal. Eu estava em casa sozinho e quando chegou um morador vizinho meu que estava em Araganã na época e a polícia federal chegou lá e mandou um recado para mim e disse que queria me ver lá na Macelinense, naquele dia as 5 horas da tarde. Mas quando ele chegou lá me chamando, que eu estava escondido perto de casa, já era 5 horas da tarde e eu não podia ir lá mais naquele dia porque era 15 km p chegar lá na Marcelinense e não tinha como eu ir. Mas no outro dia eu vim e cheguei na Marcelinense e eles deixaram o recado para eu ir em Xambioá. Como eu não podia permanecer no mato, eu vim e quando eu cheguei aí eu me identifiquei para eles. Ele disse que era da polícia federal, um Doutor Ubirajara, dizendo ele que veio do Rio de Janeiro, Doutor Oscar disse que veio de Belém, aí tinha Doutor João, tudo era Doutor e disseram que tinham vindo para me prender. Eu disse, tudo bem, pois agora estou aqui. Para a PM eu não me entrego, para a PM eu morro, para a polícia civil eu morro, mas não me entrego não, porque a ordem era para me matar e eu não vou morrer de graça. Mas eles lá no mato eu contava eles todo dia, lá na beira da estrada, eu no mato, enxergava eles todo dia, andando aos magotes, eu enxergava e contava, vinte, trinta. Eu sozinho. No dia 02 ou foi 03 de

dezembro, porque eu tinha ido lá antes no dia 26 ou 27 de outubro, eu não me lembro bem, 28 de outubro, eu fiquei sem meio escora lá no local, e eu não encontrei ninguém. Só o Zé do Ouro que foi lá me dá uma assistência um dia, que tinha umas vacas morrendo de fome lá no curral e ele ficou no lugar e eu soltei as vacas, mas eu não via mais ninguém. Aí eles me levaram para Belém.

E. Preso?

Davi. Preso. Eles levaram parece que 26 pessoas para Belém, de avião. Levava, ficavam por lá e eles voltavam de avião. Eu, eles me levaram de carro, eu e um irmão meu. Esse irmão meu não tinha nenhuma participação. Só quando foi a primeira guerra, quando não foi a dos Perdidos, que ele foi preso, bateram nele, judiaram com ele, furaram a cabeça dele, sem ele dever nada, era só judiação mesmo e ele perdeu o que ele tinha também. Levaram ele para Belém também. Quando chegou, quando eles ali em Xambioá disseram para mim, esse Doutor Ubirajara. Disse olha hoje é sábado, não, era dia sexta feira, nós vamos para Belém amanhã chega lá, sábado, domingo. Segunda-feira é feriado e terça-feira você será ouvido e aí quarta-feira, tu vem embora. Eu disse, tudo bem. Só que foi diferente, quando chegou lá que ele me levou lá para um local, me deixaram lá e esse Doutor Ubirajara sumiu. Depois chegou e me levaram lá para uma companhia, lá em Belém, para a polícia federal, ali para baixo da Rodoviária para baixo, saindo para o rumo de Castanhal e me deixaram lá e saíram. Só homem lá.

E. Entendi.

Davi. Com 17 dias foi que veio um falar comigo, dizendo que era para mim ser ouvido naquele dia. Só que quem estava me ouvindo não era um cristão, era um satanás. Aquele homem me disse tanta coisa, eu aguentei coisa demais. O dia todinho sem comer e sem beber. Quando foi a boca da noite eu perdi a cabeça, não sabia se eu existia mais.

E. Eles torturaram o senhor?

Davi. Um bocado. Mas aí, eu levantei para dizer que ele estava mentindo, ele zangou, mas aí tinha um escrivão que não deixou. Porque eu estava pensando em jogar ele por uma janela que era um pouco alta, era só 22 ou 23 metros. Mas eu estava em condições de jogar ele pela janela, lá para fora, mas não consegui. Aí voltei para trás, me levaram para trás e quando chegaram lá me trancaram lá em um lugar. No outro dia levaram um irmão meu, que tinha ido mais eu e outro homem que estava lá o Pedro Onça, que já morreu. Lá eles depuseram lá e quando vieram

de lá já vieram liberados. Mandaram eles irem embora e não me disseram. Uns três dias foi que eu pude procurar pelo meu irmão. E o tenente Souza disse, não Davi, eles já foram embora. E eu disse, por que não me disseram? Porque eu mandava ao menos um recado para casa. Ele disse, não foi com medo de tu ficar chorando. Eu disse, não sou homem de ficar chorando não, isso não é caso de choro. Mas tudo bem eu fiquei por lá e fui ouvido por outro, um senhor de coronel Ernane. Por esse coronel Ernane eu fui ouvido doze vezes. Foram três meses e quinze dias que eu fiquei lá.

E. Que o senhor ficou preso em Belém?

Davi. Com três meses e doze dias o tenente lá chefe da companhia, o tenente Alfredo, foi e disse Davi pega os seus bagulhos que que hoje você vai mudar de residência. Procurar, eu não tinha o que procurar, tinha que ir. Me levaram lá para esse quartel, chama quartel geral - QG. Quando eu cheguei lá eu fui recebido por esse coronel, ele era uma pessoa muito boa para conversar, para ouvir, para dizer. Isso foi cedo, seis hora da manhã eu já estava lá. Aí ele me levou lá num corredor, lá para um lugar, quando passou assim numa porta, assim uma grade de ferro mandou eu parar, aí chamou um homem que estava lá deitado e aquele homem respondeu e eu conheci a fala, e disse é meu irmão. Eu tinha visto ele, não me lembro o dia, n mês outubro, em 1976 e já era em março de 1977. Porque no dia que eu fui para Brasília, lá dos Perdidos, eu atravessei numa canoa para Araguaia, meia noite. Lá eu deixei ele lá e voltei para casa. Quando ele veio de lá ele não podia mais entrar, foi lá para o 8. Lá no Ministério da Justiça fizeram uma carta, botaram em um envelope e lacraram. Falaram, Joel está aqui. A primeira polícia que você chegar lá que você encontrar você entrega para ele. Quando ele chegou em Carmolândia, em Araguaia e não pode entregar ele foi bater lá no 8. Aí quando ele chegou lá, que procurou o comandante, eles falaram, você não deu trabalho não. Essa carta é uma ordem de prisão para você. Aí você vê a falsidade. Aí lá prenderam ele, eu não sabia de nada. Estava esperando ele chegar, nunca chegou, eu não sabia se ele estava vivo ou morto. Aí, nesse dia, eu vi ele lá, era 12 de março de 1977. Na mesma hora saíram para ir depor lá para ele, conversamos lá um dia, no dia 14. No dia 15, meio dia ele disse, vocês hoje era para ir embora, até aquele momento eu não sabia, mas já está muito meio dia, espera para almoçar e deixa para ir amanhã. Aí eu disse, coronel, para ir para casa eu fico até três dias sem comer e sem beber. Aí ele chamou outro homem fardado e disse, pega esses homens, vai deixar na rodoviária, entrega para o motorista até Araguaia e se eles fugirem do carro, o motorista vai pagar. Quando saímos de Belém chegou em Castanhal o motorista veio me procurar, pedir para nós não fugir. Eu disse, amigo eu estou é saindo da cadeia, indo para casa, como é que eu vou fugir? Se eu tivesse indo para a

cadeia era outra coisa. Se você fosse voando eu ainda achava melhor. Dia 16 de março de 1977 eu cheguei em casa. De Tardezinha, eu cheguei em casa. Desse dia acabou a guerra, mas ainda tinha muitos processos para responde em Conceição do Araguaia, mas aí já foi outra coisa.

E. E sobre a guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974, tem algo mais que o senhor lembra, que gostaria de falar?

Davi. Não, isso aí tem coisa que eu não preciso falar.

E. Por que, a memória não está boa?

Davi. Não, isso aí tem coisa, o que eu passei, as prisões, as viagens que eu fazia, os dias que eu passei sentado, encostado em um pau, passando fome, sem dever nada, sem saber nada.

E. E por que o senhor acha que eles fizeram isso com o senhor?

Davi. Não sei, isso aí. Eles perguntavam pelo guerrilheiros, cadê o de comer que eu dei para eles e eu nunca tinha dado, mas eu falava para eles que se eles andasse lá em casa e se tivesse o que comer eu dava e acho que eles ficaram com raiva. Porque eu conhecia muitos deles e nunca vi eles matando ninguém. Eu sei que eles fizeram tudo que é ruim comigo. E não sei porque. Tinha uns que eles não faziam nada. Pararam de trabalhar, mas não perderam nem o que tinha. Naquela época, já em 1974.

E. Em 1974, foi o fim da guerrilha.

Davi. Quase no fim da guerrilha, minha mulher tinha uma meninazinha, ela estava faltando 3 dias para completar um ano e nunca tinha adoecido, ela adoeceu, de manha ela amanheceu doente e eles estavam lá em casa.

E. Eles que o senhor fala, são os militares.

Davi. Os militares, estavam lá em casa, não sei se eram 22 ou era mais. Aí eu procurei o chefe e pedi ele para eu ir comprar um remédio, para aquela criança, que estava doente, fraquinha. Ela era bem fortinha, nunca tinha adoecido e amanheceu com febre e fraca, ela não mamou. Mas ele disse, não vai não. Mas chefe essa menina está doente, o senhor está vendo. Ele disse eu vou pegar uns comprimidos para dar para ela. Aí quando foi umas cinco horas, seis horas a menina morreu, no mesmo dia.

E. Esse foi o fato mais marcante em sua vida e na vida da sua família?

Davi. Foi. Isso foi demais, que a gente não esquece nunca, porque era a minha segunda filha, adoeceu e morreu no mesmo dia. Se eu tivesse saído eu teria ido à Farmácia, em Araguanã ou em Araguaína, mas eles não deixaram e o remédio que eles deram não serviu para nada.

E. Está certo senhor Davi, se tiver algo mais que o senhor ache importante que o senhor gostaria de falar.

Davi. Não. É só isso mesmo.

E. Eu agradeço imensamente a sua entrevista e eu me comprometo a voltar aqui para trazer o resultado da pesquisa. O seu testemunho é muito importante para a sociedade e para a memória, para a história do país.

Davi. É importante para saber como tudo aconteceu aqui. Está bem, eu estou sempre por aqui e é só me procurar.

Entrevista V - Félix Gomes da Silva

E. O senhor pode falar o seu nome completo?

Félix. Meu nome é Félix Gomes da Silva. Nasci em Xambioá-GO, porque antigamente era Goiás. Sou do dia 23 de março de 1958, mas fui criado aqui no Pará. Meu pai cuidava de um castanhal, que tinha aqui no Pará.

E. O senhor lembra o ano que veio para cá?

Félix. Não, eu nasci em 1958 e quando eu nasci meus pais já me trouxeram aqui para o Pará. Eu fui criado no castanhal na região conhecida como Abóboras. Lá meu pai tinha terra, cuidava do castanhal e eu fui criado lá.

E. Entendi.

Félix. Aí por volta de 1972 foi quando surgiu a guerrilha e nós morávamos lá. E o pai era muito conhecido na região e ele era Professor. Então lá na roca mesmo ele tinha montado uma escolinha para dar aula para nós. Naquela época, acho que era mobral que existia, não sei, mas sei que tinha uma escola lá, era difícil. Aí quando os militares chegaram começaram a visar ele, achando que ele tinha algum envolvimento com aquele pessoal.

E. Por ele ser professor?

Félix. Por ele ser professor, ele dava aula. E naquela época era muito difícil para conseguir essas coisas, porque naquele tempo tinha pouquinhas escolas, aqui em São Geraldo. E daí por diante foram vigiando ele, foram vigiando. E lá em casa era uma estrada que tinha, quem saía aqui de São Geraldo lá era um ponto de parada, tipo um ponto de parada. As vezes a pessoa saia daqui de manhã e chegava lá meio dia, tomava um café, as vezes almoçava, porque naquela época ninguém fazia conta de comida, era à vontade aí, principalmente na roça. Esse pessoal, guerrilheiro, saia daqui dos Caianos, da Boa Vista, Caianos, lá era ponto de descanso, ponto de almoço, ponto de descanso, meio dia, não é? Então por aí quando começou. Aí quanto foi em 1973 já, que eu fui baleado, por que? Porque o exército tinha dado uma ordem para não dar comida para esse pessoal e meu pai foi preso porque desobedeceu as ordens deles.

E. Por que deu comida para os guerrilheiros?

Félix. Porque deu comida para os guerrilheiros. Aí eles foram à noite, por volta de 9 horas prender o pai. Era muito escuro. E chamaram o pai, o pai levantou, eu levantei também, a mãe levantou. Eles falaram assim para ele, que queriam comida. E o pai falou, rapaz a essa hora aqui não tenho comida feita e eu não tenho nada para fazer comida para vocês. Os militares se passando como guerrilheiros. A única coisa que eu pai disse foi, só tenho farinha agora à noite e mais nada. Aí ele disse, pois dá uma farinha para nós e meu pai deu. Aí depois que o pai deu essa farinha, eles disseram assim, vamos embora ali que o Osvaldo quer falar contigo. Aí, que era o Osvaldão. E o meu pai perguntou, por que ele não veio aqui? Não, ele não veio aqui, mas nós vamos lá. Aí meu pai saiu mais eles. E minha mãe disse, vai meu filho, para o seu pai não ir só e eu fui. Naquela época a luz era de lamparina. A mãe pegou a lamparina, ficou iluminado e eu saí em seguida. Quando viajou assim uns duzentos metros, chegou lá e tinha mais três deles lá. Aí eles deram um murro no pai e ele caiu, eles baixaram em cima dele e eu pensei que estavam matando. Aí eu fiquei assustado e eu corri, com medo. Quando eu corri, eles me deram três tiros. Um dos tiros pegou aqui na minha perna.

E. E o senhor ficou com sequelas?

Félix. Fiquei. Aí pegou esse balaço aqui, pode ver o furo da entrada aqui e a saída aqui do outro lado. Olha como ficou. E aí eu fiquei. Aí eles prenderam o pai.

E. O senhor lembra a idade que tinha nesse episódio?

Felix. Eu tinha 15 anos, estava dentro dos 15 anos. Aí, isso, era umas 9 horas da noite. E eu fiquei lá, baleado, com a minha mãe, lutando comigo até 8 horas da manhã. Quando foi 8 horas da manhã foi que mandaram pegar. Me buscaram, naquela época me botaram lá uma rede e me levaram lá para a Base da Abóbora. Você já ouviu falar nas Abóboras?

E. Já ouvi falar.

Félix. Aí lá, quando eu cheguei lá, o comandante lá era um senhor de Doutor João, um baixinho, aí ele olhou para mim e disse assim: rapaz foi bem feito, tu devia era ter morrido, para que foi correr. Eles prenderam o meu pai, um padrinho meu e um tio meu. O pai era para sacrificar ele, para matar ele, era para morrer.

E. Só por ter dado comida aos guerrilheiros?

Félix. É, só porque deu comida para o pessoal. Naquela época já tinha muitos detetives do exército, disfarçados, acho que desde 1971 já tinha. E tinha um que, porque detetive, naquela época, eles diziam que eram recenseadores, saiam andando uma semana pela mata, pegando o nome das pessoas, anotando. Tinha um, de nome Lima, que ele costumava passar lá na casa do meu pai, era ponto dele dormir. Ele passava lá em casa, passava a noite, às vezes pegava um cavalo do meu pai para viajar, passava uma semana dentro da mata fazendo esse trabalho deles. Quando ele chegou lá ele viu meu pai e perguntou, rapaz esse o terrorista é esse? Não rapaz, pode soltar esse homem. Aí ele perguntou, Manezinho, esse menino que está baleado é seu filho? Ele disse, sim. Aí ele mandou soltar o meu pai e o avião que veio deixar meu pai lá para a Base, me trouxe para cá.

E. Para fazer o tratamento?

Félix. É, para fazer o tratamento e eu fiquei aqui 15 dias na Base aqui em Xambioá. De Xambioá eles me levaram para Marabá e no outro dia eles me levaram para Belém e eu fiquei 90 dias em Belém, no hospital. Aí quando foi para eu vir embora, eles me botaram em um ônibus lá em Belém para o Marabá, naquela época de Belém a Marabá era muito difícil. E me deram três pãezinhos em um saco para a viagem. Imagina.

E. E quanto tempo demora de viagem nesse trajeto?

Félix. Eu não sei, porque nós saímos de lá à noite e fomos chegar no outro dia as seis da tarde. E eles falaram que tinha alguém que ia me esperar em Marabá e não tinha ninguém lá quando eu cheguei. Aí eu fiquei lá em Marabá, sem saber o que fazia, eu tinha uma calça e uma camisa,

a roupa que eu estava vestido. Aí um velhinho me viu e perguntou para onde eu ia e eu falei para ele. Aí ele me levou lá em um hotelzinho da senhora Noca Dias. Eu me lembro até hoje o nome dela. esse nome. Ela disse, deixa ele aqui que eu vou dar dormida e janta. Aí de manhã eles disseram para eu ir para o Seis? Sabe onde fica o Seis ali em Marabá?

E. Não conheço.

Félix. O Seis é uma rodoviária que tem ali na entrada, mas nessa época não, lá era fazenda. Aí lá tinha uma guarita da Polícia Militar. Aí eu passei cinco dias caminhando, seis quilômetros, para chegar a essa guarita. Até conseguir uma carona para Wanderlândia, um sargento lá conseguiu essa carona. E de Wanderlândia foi que eu vim aqui para o Xambioá.

E. O senhor conseguiu outra carona?

Félix. Não, de Wanderlândia não foi carona, porque quando eu cheguei em Wanderlândia, que o ônibus chegou eu entrava no ônibus e o motorista mandava eu sair, eu entrava, ele me botava para fora, porque eu não tinha dinheiro para pagar a passagem. Aí foi quando um velhinho, já bem de idade, pagou a passagem para mim e eu vim embora. Para ver a crueldade deles, porque eles sabiam que eu não tinha como chegar em casa sem dinheiro, me largaram no mundo aí. Eles queriam matar meu pai, não conseguiram e queriam dar fim em mim.

E. Seu pai foi guerrilheiro?

Félix. Não, meu pai não foi guerrilheiro. Não foi para o mato. Ele só dava alimentação tanto fazia ser para os guerrilheiros, como para qualquer um que chegasse em casa ele dava comida, dava dormida. Lá era um ponto de descanso, porque era na beira da estrada.

E. Seu pai perdeu a terra?

Félix. Não, ele não perdeu a terra, não.

E. Ele continuou dando aula?

Félix. Ele continuou, mas aí ele não terminou. Antes mesmo da guerrilha a escola dele foi tomada para a irmã de um ex-informante.

E. Quem tomou a escola?

Félix. Os militares. Então falaram para ele que ele não tinha capacidade de dar aula. Aí tiraram dele e deram para essa irmã de um informante, de um que trabalhou para o exército. E a terra

do pai era uma terra muito grande que tinha lá. A terra do meu pai era uma terra muito grande que tinha lá, era oitenta alqueires, mas naquela época não tinha documento da terra e eles tomaram quase tudo e ele ficou só com 14 alqueires.

E. Senhor Félix, como você avalia as consequências da guerrilha em sua vida e na vida de sua família?

Félix. A família era só eu e meus pais. Meu tio, com isso, ele voltou para o Tocantins, depois que foi preso e depois disso nunca mais voltou aqui. Mora em Araguaína. E eu, a consequência era isso, porque primeiro porque a gente ficou sem essa terra. Eu não botei no processo essa terra e meu pai também não, porque não tinha documento da terra. E a que ele conseguiu não foi tomada, foi vendida. Era posse antiga, eu fui criado lá. E a consequência foi a sequela que ficou comigo, eu tenho defeito. Tem vez que eu não consigo andar e eu fiquei com sequelas, com dor na perna, quase não posso andar, tem esse problema.

E. Sim, é visível.

Félix. É lamento muito assim dos companheiros, da região, que a gente conheceu tudinho, como o Beca. Porque eu fiquei 15 (quinze) dias ali, naquela Base ali, como o Beca, eu vi.

E. O senhor foi torturado?

Félix. Não, eu não fui torturado.

E. Mas o senhor viu alguém ser torturado?

Félix. Eu assisti tortura assim, porque eu ficava bem pertinho de onde eles atuavam, na farmácia. Vi o Beca. Você conheceu o Beca?

E. Não conheci, só vi o filme em que ele participou.

Félix. O Beca foi um homem que sofreu muito. Eu vi ele sofrendo. O Zé Novato, o Sebastião Reinaldo, aquele lá de Xambioá, senhor Antônio Alves, o Precatão.

E. O senhor pode relatar o tipo de tortura que eles praticavam?

Félix. Choque, eles davam neles, porrada mesmo. Eles botavam aquelas latas para eles ficarem em cima, no sol.

E. Latas de que?

Félix. Latas de conserva, que cortava os pés. Amarrado de cabeça para baixo, ficavam dependurados. Eu observei muitos lá desse jeito.

E. E o buraco do Vietnã, o senhor chegou a conhecer?

Félix. Não, no buraco eu não fui não, porque eu não andava. Mas via, eu estava pertinho assim, eu enxergava quando eles colocavam as pessoas lá, eu enxergava, de cá eu observava tudinho, porque estava perto. Porque tinha uma farmacinha lá e quem cuidava dessa farmácia era um tal de Doutor Ivo, um baixinho. E para ali era o alojamento deles e do outro lado era o lugar da tortura e para cá, eu estava bem no meio, era a cozinha deles. Do outro lado assim. Então de cá eu via tudo, aquele movimento todo. Dos que eu conhecia daqui eu vi quase todo mundo lá ali sofrendo.

E. Tem algum outro fato que eu não tenha perguntado e que o senhor acha importante mencionar?

Félix. Não. Eu assim, de passado mesmo foi só esse. Porque eu não tive muita participação, porque logo eu saí, me levaram para Belém. Esse acontecido foi em agosto de 1973 e quando eu voltei já era quase 1974, porque eu era novo e a guerrilha já foi terminando. Só que a perseguição ficou, sempre.

E. E a vigilância permaneceu depois da guerrilha?

Félix. A perseguição ficou sempre, permaneceu. Até certo tempo tinha ainda. Aqui mesmo tem uma casa aqui perto, que era de informante, que era lugar onde o Curió costumava vir. Só que ultimamente ele não está vindo mais não.

E. Senhor Félix, eu agradeço imensamente a sua entrevista e espero poder voltar aqui para devolver o resultado da minha pesquisa e espero encontrá-lo com saúde para conversarmos.

Félix. Entendo. Venha. Apareça quando desejar.

Entrevista VI - Maria Oneide Costa Lima

E. A senhora poderia falar o seu nome completo?

Oneide. Maria Oneide Costa Lima

E. Desde quando a senhora mora nessa região, a senhora migrou para essa região ou nasceu por aqui?

Oneide. Eu nasci aqui. Na época era município de Conceição do Araguaia e hoje é de Piçarra. Nasci na localidade de Itaipavas.

E. E durante esse período a senhora permaneceu morando aqui?

Oneide. Morando em Itaipavas. Eu estudava fora e voltava para cá. Eu saía para estudar, casei. Eu e o Gringo casamos e moramos um tempo em Itaipavas e tivemos que sair para São Félix do Araguaia (MT).

E. No tempo da guerrilha do Araguaia, a senhora lembra qual a sua idade?

Oneide. Eu tinha 17 ou 18 anos. Não lembro bem

E. Nesse período entre 1972 a 1974, você era bem jovem?

Oneide. Era bem jovem, eu sou de 1951.

E. Eu gostaria que a senhora contasse algumas questões sobre o episódio da guerrilha do Araguaia e se a senhora foi afetada e de que forma.

Oneide. Eu morava em São Geraldo do Araguaia, na Vila Itaipavas, a cerca de 90 Km e a gente só sabia notícias que tinha uns terroristas na mata, que comia gente, que pegava criança, que roubava mulher. Então, na época a gente morava lá e só sabia dessas notícias e via quando os helicópteros da polícia, do exército, que rondava a região. E, em Itaipavas, nós tivemos por duas vezes a vilazinha sendo invadida pelo exército, pela polícia.

E. A senhora lembra qual era o contingente policial?

Oneide. Era mais ou menos uns vinte a trinta policiais, eles iam por terra e de helicópteros. Na época, o pessoal nem sabia o que era helicóptero, menino corria e escondia embaixo da cama, então de barco também eles chegavam, de barco, por terra e de helicóptero. Eram uns trinta policiais. E a gente não sabia o que eles estavam fazendo e aí depois foi que nós soubemos que eles andavam atrás do meu marido, do Gringo. Porque naquela época pessoas mais instruídas, que sabia ler, que se reunia com o povo, eram tidas como subversivos, que eram contra o governo, então nós soubemos que eles estavam lá atrás do Gringo. Aí meu pai ficou amedrontado e mandou que nós fôssemos para São Félix do Araguaia. Na época eu tinha o

primeiro filho e na época ficamos lá, passamos dois ou três anos por lá, fomos no final de 1969 e quando voltamos a guerrilha já estava terminando.

E. A senhora lembra qual o ano que vocês voltaram de lá?

Oneide. Nós voltamos em 1972, final de 1972 a 1973

E. E o seu marido, o Gringo, era professor?

Oneide. Não, ele não era professor, ele era assim, na região ele era líder sindical, ele era agente pastoral.

E. Mas era morador. Ele não era guerrilheiro?

Oneide. Era morador. Ele nasceu em Marabá e foi para a região, ele foi a serviço do Banco do Brasil, na época ele foi como fiscal, para fiscalizar quando o pessoal tomava emprestado dinheiro para comprar gado, essas coisas. Ele estava na região como fiscal do Banco do Brasil. Aí ele resolveu morar lá e nos conhecemos e nos casamos.

E. De que forma vocês foram afetados pela guerrilha?

Oneide. Meu marido foi perseguido, eles pensavam que o Gringo era um deles. Então a nossa casa foi invadida por duas vezes. Eles chegavam lá, chegavam lá, reviravam tudo, pegavam livros e diziam que não sabiam porque uma pessoa lia aqueles livros. Tinha livros assim políticos, eles suspeitavam que o Gringo era um deles, e eles diziam que não sabiam porque liam esses livros. Eles achavam que ele era guerrilheiro e não era, ele era um prático veterinário. E também afetou assim porque meu irmão era barqueiro, ele era piloto de barco e ele trabalhou para o Paulo, um dos Paulos, que era guerrilheiro e ele andava de barco daqui de Conceição para São Geraldo, ele fazia esse trajeto, vendendo remédio, calçado, essas coisas. E meu irmão, na época, ele foi preso e eles trouxeram ele aí para Xambioá, onde eles tinham um Acampamento e meu irmão passou uns vinte e cinco a trinta dias lá em Xambioá, preso em um buraco.

E. O buraco do Vietnã?

Oneide. Sim, o buraco do Vietnã, onde é o aeroporto hoje em Xambioá.

E. Ele foi torturado?

Oneide. Sim. Ele foi torturado.

E. Ele sobreviveu.

Oneide. Ele sobreviveu. Faleceu faz uns dois anos, mas foi de doença mesmo.

E. E na sua concepção como você avalia essa herança da guerrilha e o impacto na vida de vocês?

Oneide. Aqui na região, quando mudamos para São Geraldo, depois da morte do meu marido, nós mudamos para cá, eu e meus filhos, e o que a gente via aqui em São Geraldo era o medo das pessoas. Tinha um comerciante o senhor, eu esqueço até o nome, Zé Renato, Zé, ele era comerciante e ele fornecia alimentos na época para os guerrilheiros, para as pessoas que estavam aí na mata e ele foi torturado, foi preso, tinha a marca das algemas nos braços. E eu era muito amiga da esposa dele e quando vinha pessoal aqui para saber alguma coisa da guerrilha ele não falava, ele tinha medo de falar e as pessoas mesmo tinham medo de falar. Quando eu mudei para cá eu trabalhava com o padre Aristides e a gente tinha dificuldade.

E. O padre Aristides também foi torturado?

Oneide. É, ele foi preso. A gente tinha dificuldade de fazer as pessoas falarem alguma coisa sobre a guerrilha, as pessoas tinham medo mesmo, a gente via que eles tinham medo. E assim, depois, com o passar do tempo que as pessoas foram conhecendo quem eram os guerrilheiros, os objetivos deles aqui na região. A região aqui dos Caianos, quando a gente ia para celebrar missa, com o padre Aristides, eu e o padre Chico. Os lavradores costumavam dizer assim, se fosse hoje, que a gente está mais consciente, talvez não teria acontecido isso, talvez eles estariam ainda aqui na região. Eu ouvia eles falarem, não que eu participasse, mas eles falava. E na região que a gente fazia a missa era justamente onde foi mais afetada assim na guerrilha.

E. Nos Caianos?

Oneide. É nos Caianos, na Boa Vista. E as pessoas falavam assim, olha hoje eu me arrependo de não ter ajudado, “a Dina era minha comadre, a Dina salvou a minha mulher, a Dina salvou meu filho.” E um dia na missa um rapaz lá, um senhor que eu esqueço o nome dele, ele relatou que quando eles prenderam uma das mulheres da guerrilha, não sei se foi a Lúcia, não sei se foi a Dina, disse que ele falou para ela, porque ele conseguiu chamar ela, porque ele armou uma emboscada, assim chamou ela e quando estavam lá ela foi presa. Ele disse que a Dina falou “um dia você vai saber que o que estou fazendo hoje é pelos seus filhos.” Aí ele disse que nunca tinha entendido aquela palavra e hoje, na época que nós estávamos lá em 1980, 1981, antes do

padre ser preso, que agora ele entendia o significado daquilo, porque ele só tinha informação do Exército que dizia que eles estavam lá para comer criança, para arrombar, eram assaltante de São Paulo, do Rio, então a gente ouvia eles falando sobre isso. E a consequência de tudo isso era o medo das pessoas, tem gente que é doente. Tem muita gente como o senhor Pedro que hoje é doente, ele não pode nem falar, e na época ele não era nem guerrilheiro, ele era mateiro, na época de acompanhar os policiais.

E. E a doença dele é em razão desse período da guerrilha?

Oneide. É em razão dessa época, dele ver as pessoas sendo torturadas.

E. A senhora sabe informar se ele ainda está vivo?

Oneide. Não sei, faz tempo que eu não o vejo, ele fazia tratamento, faz mais ou menos uns três anos que eu não sei mais notícias dele.

E. E o seu marido também foi assassinado?

Oneide. Foi. Ele foi assassinado por questão das terras.

E. Foi depois da guerrilha?

Oneide. É foi depois da guerrilha. Ainda estava, mas foi por causa dos conflitos de terra.

E. Mas foi ainda na época da ditadura?

Oneide. Era na época da ditadura. Eles tinham o Gringo como um líder, diziam que o que o Gringo falasse, as pessoas faziam, achavam que o Gringo era quem mandava as pessoas fazer emboscada, que ele conscientizava as pessoas. Ele fazia mesmo através de reunião da igreja ele conscientizava o povo dos direitos, que as terras era de quem trabalhava, que o direito era de quem trabalhava, que o direito estava ali e que eram terras devolutas e era mesmo na região que nós trabalhávamos, na região de Itaipavas. Os fazendeiros queriam tomar as terras. Ele dizia que as terras não tinham título, eram devolutas, que não tinham documento e que as pessoas deviam ficar firmes nas suas terras e por isso ele foi assassinado. E na época ele estava concorrendo na chapa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

E. Ele era sindicalista há muito tempo?

Oneide. Ele era sindicalista e era Agente Pastoral, trabalhava com a Diocese de Conceição.

E. Tem outra questão que a senhora gostaria de mencionar?

Oneide. Só isso mesmo, assim. Que as pessoas aqui da região eles não tinham conhecimento. As pessoas lá de fora, quando eu trabalhava aqui na escola, vinha professores de fora saber como foi a guerrilha e aqui ninguém tinha informação, nossos alunos não eram informados, quando lá fora, já nas escolas as crianças e os jovens já sabiam, aqui ninguém sabia.

E. Ninguém falava por medo?

Oneide. É, não falava por medo. É por medo. Porque era assim, ave maria se falasse em guerrilha, ave maria, se falasse, já diziam aquele é deles. Um dia, em um 7 (sete) de setembro, já agora em dois mil e pouco, não sei não sei se em 2001 ou foi 2002, o Secretário de Educação ele convidou os Diretores da escola, na época eu era Diretora, pediu que as Escolas trabalhasse com um tema e aí nós escolhemos a guerrilha do Araguaia. Aí tinha que que desfilar caracterizados, aí nos fomos lá falar com o policial, perguntar se as meninas podiam porque nós queríamos representar a guerrilha e ele disse tudo bem, só não quero que use os nossos uniformes, mas comprar pano e fazer tudo bem, nós fizemos. Aí o pelotão saiu, as pessoas amordaçadas. Aí um representando o Osvaldão, outro a Dina, fizemos um pelotão muito bonito, aí quando nós fomos passar lá na Avenida nós fomos barrados, aí o comandante tirando o nosso pelotão representando o Osvaldão, a Dina, as polícias, as pessoas amordaçadas.

E. Isso foi em 2002?

Oneide. É eu não lembro se foi em 2002 ou 2001. Aí quando fomos passar lá em frente ao palanque nós fomos e fizemos a caracterização, tirando as pessoas amordaçadas, representando o Osvaldão, a Dina, as pessoas que estavam vestidas de policial, quando fomos passar na Avenida onde estava o Palanque lá, o nosso pelotão não foi permitido passar. Eles foram tirando as pessoas.

E. Isso em 2002?

Oneide. Foi em 2002. Eu não sei se foi em 2002 ou 2001, eu não lembro bem a data. Nós fomos, o bloco foi, o pelotão lá foi parado e o Comandante foi tirando as pessoas que estavam representando o Osvaldão, a Dina, as pessoas que estavam representando policial, porque nós compramos o pano e fizemos o uniforme. O Comandante veio falar comigo e eu pedi para subir no palanque para falar e eles não deixaram. Eu falei que ia enviar um Ofício para Marabá, porque eu tinha a autorização para o desfile, eu falei com ele e ele autorizou, aí ele pediu para

que não. Menina, isso deu "panos para as mangas". Eu falei que ia fazer o ofício porque eu tinha a autorização.

E. Já na vigência da atual Constituição Federal.

Oneide. Já. A gente já podia falar, já podia dizer. Pedi para subir no palanque e falar porque que aquele pelotão tinha saído. Aí o Secretário pediu para eu não falar. Aí o Comandante veio comigo, lá conversar. Eu falei para ele que ia fazer um ofício e mandar para Marabá, porque eu tinha autorização dele, ele autorizou. Menina eu sei que isso deu pano pras mangas. Aí ele veio falar comigo, pedir para eu não fazer nada disso com eles, porque ele estava prestes a receber uma promoção e se isso aparecesse por lá, ele não ia ter. Aí nós ficamos assim, vieram falar comigo, o Secretário em cima, falando, o Prefeito. Aí eu deixei para lá.

E. Mas isso é censura, em plena Constituição.

Oneide. Sim. Em plena constituição, todo mundo podia fala. Assim também, aqui em São Geraldo as pessoas foram muito massacradas. Primeiro teve o caso do Padre Malbone, não sei se você já ouviu falar. Por causa da questão dos Perdidos, ele foi torturado. Um Ilha que tem bem aqui, o pessoal diz até que essa ilha foi amaldiçoada. Aqui em São Geraldo, ali entre Xambioá e São Geraldo tem uma Ilha. E aquela ilha tinha árvores grandes, grandes mesmo e a enchente veio e aquelas árvores todas foram levadas. E o pessoal disse que foi porque levaram o padre para aquela ilha.

E. Eles levaram o Padre para aquela Ilha para torturar?

Oneide. Sim. Foi para lá, para aquela ilha para torturar. E depois veio o problema da Regina, que era agente pastoral, que foi torturada. O Daniel, a questão da guerrilha, a questão dos padres, que as pessoas viram eles sendo presos. As pessoas viam os comerciantes sendo presos, torturados, sendo mortos. Aqui, as pessoas em São Geraldo, não falavam por medo. Eles não falavam nada a respeito da guerrilha. Com medo, porque cada episódio, uma consequência. Se falasse que tivesse alguma ligação com o pessoal da guerrilha, podia acontecer algo.

E. Medo de sofrer alguma consequência, mesmo no período de abertura?

Oneide. Sim. Mesmo no período após a guerrilha. Era uma censura boba. As pessoas tinham medo de revelar a identidade. Mesmo nos anos oitenta, quando a gente já fazia um trabalho pastoral, as pessoas tinham dificuldade de falar, com medo.

E. Agradeço imensamente e me comprometo a enviar alguns exemplares da minha tese para cá e quero muito poder retornar aqui para conversar sobre o resultado da minha pesquisa.

Oneide. Por nada. Espero ter contribuído.

Entrevista VII - Raimundo Gomes da Silva

Foi efetuada leitura do TCLE.

Após a leitura o senhor Raimundo declarou que está de acordo em participar da pesquisa.

E. O senhor poderia falar o seu nome completo?

R.Gomes. Meu nome é Raimundo Gomes Silva.

E. O senhor nasceu aqui ou migrou para essa região?

R.Gomes. Não, eu vim do Maranhão. Eu me lembro. Foi em 1971. Em 1971 eu vim do Maranhão.

E. Desde quando o senhor mora nessa região?

R.Gomes. Fui morar aqui em São Geraldo. Desde aquela época eu moro aqui. Eu vim parece que foi no mês de maio. Eu cheguei aqui em 1972 eu cheguei e já fui morando aqui. Em 1971 eu cheguei na região e em 1972 eu passei para cá.

E. O senhor lembra quantos anos o senhor tinha quando mudou para São Geraldo?

R.Gomes. Eu não lembro não, mas parece que era 30 anos. Quando eu cheguei aqui, sabe? Eu vim trabalhar aqui, mês de dezembro eu vim para cá pra São Geraldo, para trabalhar aqui.

E. O senhor poderia falar sobre a sua participação na guerrilha do Araguaia?

R.Gomes. Muito ruim. Quando eu cheguei aqui eles me levaram para trabalhar na guerrilha.

E. Eles quem?

R.Gomes. A Polícia, me levou, o coronel Bandeira. Eu não queria ir, mas eles me levaram e disseram, se você não quiser ir, você é terrorista. Aí eles me deram logo uns tapas e eu já fiquei

muito agoniado. E aí eu disse, eu vou assim mesmo. Pois é, então leva ele lá para fardar e botar a arma na mão dele. Aí me levaram para lá apanhado.

E. Apanhado, seria espancado?

R.Gomes. Espancado. Eu fui para lá agoniado, espancado, sabe? Aí eu fui para lá para trabalhar na guerrilha. Eu fui. Foi em 1972, 1973 e 1974. Em 1974 eles me despacharam. Mas eu já estava com o olho perdido.

E. O senhor perdeu o olho na guerrilha?

R.Gomes. Sim, foi lá na guerrilha. Eu ia indo e eles disseram, vamos pegar o homem, vamos pegar o homem. De noite, um tal de Ari. Eu levei uma pancada. Aí eu correndo de noite, chovendo, eu escorreguei, bati num pau e perdi o olho, sabe?

E. Eles não levaram o senhor para fazer tratamento?

R. Gomes. Não. Eu disse, tenente eu não posso mais, eu levei uma pancada e estou ruim da vista e ele disse, larga ele para trás e vamos pegar o homem. Aí eles seguiram e pegaram o homem e trouxeram para cá. Aí no outro dia eles me levaram para Belém e quando eles chegaram em Belém, me botaram em um tratamento, com uma dor mais infeliz do mundo. Me botaram um colírio Moura, muito forte e me botaram esse colírio e eu disse, tenente eu não aguento e aí eles me tiraram o colírio e eles me aplicaram uma injeção e eu fiquei melhor, me senti melhor. Eu fiquei ruim da vista e eles não me soltavam por nada, eu continuei trabalhando direto com eles, mas ruim da vista.

E. Não enxergava mais com esse olho?

R.Gomes. Enxergava pouco, mas quando passou o tempo eu não enxergava mais nada, fiquei ruim da vista, fiquei ruim da vista e não enxerguei mais nada.

E. E do olho que foi machucado não enxerga mais?

R.Gomes. Não, desse não enxergo nada. Desse outro eu fui com a mulher lá para Goiânia e operei e enxergo um pouquinho desse olho operado, mas desse outro eu não enxergo nada, perdi mesmo, é tudo branco. Aí quando eu cheguei eu fui para minha roça, de volta, eu não tinha mais nada.

E. Depois de 1974?

R.Gomes. É, depois de 1974. Perdi tudo que tinha na roça. Perdi arroz, perdi milho, tudo, tudo. Perdi gado. Eu tinha perdido tudo, eu tinha gado, era até um tanto bom, eu tinha 30 gados e seis bezerros e lá não tinha mais nada. Perdi, tudo, tudo, tudo.

E. O senhor perdeu porque foi trabalhar com o exército na guerrilha?

R.Gomes. Foi, eu estava servindo de mateiro e não pude mais voltar para trabalhar na roça porque não deixaram mais voltar. E aí tinha o Doutor, como é o nome do Doutor? Eu não estou lembrando mais. Ah, o Doutor Carlos, que tomou conta do meu gado e ficou com tudo.

E. Ele era militar?

R.Gomes. Não, ele era do INCRA. O Doutor Carlos, ele era do INCRA. E tomou tudo, sabe? Ele carregou o gado, carregou os animais, carregou tudo e eu fiquei sem nada. Aí o João me levou lá, a mulher tomou nota, mas eu fiquei sem nada.

E. E o senhor ficou com a terra?

R.Gomes. Não, ele tomou tudo e eu não fiquei com nada. A terrinha era pequena, era dez alqueires, mas o Doutor Carlos ficou com tudo. Agora eu estou melhor, porque eu consegui uma pensãozinha para receber todo mês.

E. Uma pensãozinha que o senhor menciona, foi através de processo de reparação na Comissão de Anistia?

R.Gomes. Não, eu entrei com um processo lá depois da guerrilha e recebo uma pensãozinha assim, todo mês. Eu não sei. Eu entrei com um processo, não é? Mas eu não sei onde é.

E. Por que o senhor foi trabalhar com eles, com os militares?

R.Gomes. Eu fui trabalhar com eles obrigado. Eu não tinha para onde correr não, eu fui obrigado a ir.

E. Qual foi o impacto da guerrilha na sua vida, como o senhor avalia a herança da guerrilha?

R.Gomes. Eu não sei avaliar não. Eles me deram parece que é dois coisa por mês.

E. Como o senhor avalia as outras coisas? Não é de dinheiro que eu estou falando.

R.Gomes. Não, as outras coisas, ficou tudo para lá. Eu não avalio nada não, porque eu fiquei sem nada.

E. Ficou sem saúde?

R.Gomes. Fiquei sem saúde e ainda estou sofrendo.

E. E da sua vida nesse período da guerrilha, tem algo mais que o senhor gostaria de falar?

R.Gomes. Dos companheiros eu não tenho mais nada para contar nada não. E da minha vida eu tenho, porque eu estou passando porque eles me deram essas coisinhas e eu não tenho como arrumar mais nada, não. Tenho sofrido demais, é coisa ruim.

E. Com quantos anos o senhor está agora?

R.Gomes. Eu fiz 80 anos agora no dia 16 de maio desse ano. Venho lutando toda a vida, trabalhando todo tempo, para ver se arrumando alguma coisa, para sustentar minha família. Eu estou comendo porque eles me deram essa aposentadoria de todo mês. São dois salários. É um salário e pouco, quase dois salários.

E. Tem algo mais que o senhor gostaria de falar?

R.Gomes. Não tem mais nada porque já faz muito tempo e eu não estou podendo trabalhar e não estou lembrando mais outras coisas não.

E. O senhor acha que essa situação difícil, as sequelas, é em função da guerrilha?

R.Gomes. Sim. Eu sofri demais. Eles fizeram de tudo, eu sofri demais. Perdi a mulher, perdi tudo, perdi tudo, tudo, tudo. Graças a deus me deu essa aposentadoria e tem essa mulher que está mais eu e se não fosse ela eu já teria até morrido.

E. Está certo.

R.Gomes. Eu acho muito bom você ter vindo falar comigo, as coisas, tudinho e só que já passou muito tempo e eu não posso falar mais nada.

E. Entendi.

R.Gomes. Eu não lembro mais de tudo, porque me atacou a labirintite, aquela que ataca a cabeça.

E. Se tiver algo mais que o senhor deseja falar.

R.Gomes. Todo mundo que me ajuda, porque foi sofrido, assim, assim, assim, esse aí me ajuda desde quando eu entrei. Ele me ajuda e eu ajudo ele, desde quando entrei e peguei ele lá.

E. O senhor morava nos Perdidos?

R.Gomes. Não, eu morava aqui nos Caianos e eles me levavam para lá, para todos os lugares, para os Perdidos, para os Caianos, para o Pau Preto, para a Bacaba, para onde eles queriam para pegar o povo.

E. Eles eram quantos?

R.Gomes. Eram muitos. Era cinco mil. Eu andava com dois grupos deles. Eu andava com esses grupos tudo. Para onde eles queriam, eu andava.

E. Eu gostaria que o senhor falasse sobre outras questões que eu não tenha perguntado e que acha importante ser mencionado.

R.Gomes. Eu sofri demais. Quando eu entrei na guerrilha eu era um homem forte e quando eu saí eu parecia um macaco, de tão magro. Mas eu sofri demais. Eu estou aqui, no meu barraco, com a minha mulher. Esse João é meu amigo demais, ele anda mais eu e tem outro companheiro nosso que eu não posso dizer o nome dele agora, porque eu não lembro mais o nome dele.

E. Os amigos ajudam cuidar do senhor?

R.Gomes. Ajuda, tudo. Agora tem a minha mulher que está doente e eu tenho que levá-la em Araguaína que está doente, precisa fazer um tratamento e eu não tenho condição de pagar esse tratamento.

E. Entendi.

R.Gomes. Eu vou dizer uma coisa. Para mim essa mulher é muito importante. Eu já sou velho e já sofri demais. Os filhos, quando eu saí da guerrilha eles queriam era me matar. Só se visse o sofrimento para tomar minha casinha. Eu conversava tudo que passou comigo. Eu não gosto nem de conversar porque eu me lembro e começo a chorar.

E. Eu sei que é difícil e me desculpe o incômodo, por fazer o senhor passar por isso, relembrar esses fatos.

R.Gomes. Eu não posso contar mais, porque não consigo lembrar.

E. Senhor Raimundo eu agradeço muito e tudo o que me contou. São fatos muito importantes para a memória do país. Muito obrigada pela sua disponibilidade em conceder a entrevista.

R.Gomes. Está certo. Eu não posso contar mais, porque não consigo lembrar.

Entrevista VIII - Rosa

Observação. A entrevistada não quis revelar o nome, prefere utilizar o pseudônimo. A questão primordial se refere ao fato de ela ter sofrido violência sexual, sente-se estigmatizada, fato que não quis detalhar na entrevista e, também, em razão desse ato de violência sofrida, o marido a abandonou.

E. A senhora pode falar o seu nome completo?

Rosa. Rosa.

E. Rosa, desde quando a senhora mora nessa região do Araguaia?

Rosa. Eu nasci no Maranhão e vim para o Estado do Pará eu tinha 9 anos de idade. Eu já andei por outros Estados, mas ainda moro no Pará.

E. A senhora lembra o ano que veio para cá?

Rosa. Não. Não.

E. Eu gostaria que a senhora contasse sobre o episódio da guerrilha do Araguaia, que ocorreu entre 1972 a 1974, a senhora lembra quantos anos a senhora já tinha?

Rosa. Não. Nós vamos fazer assim. Eu me casei quando eu tinha 16 anos, em 1968. Foi quando os guerrilheiros chegaram em 1960 e em 1968 eu já tinha comunicação com eles. Eram vizinhos, meio vizinho da gente, pessoal lá dos Perdidos, entre os Perdidos e os Caianos.

E. E nessa época a senhora tinha 16 anos?

Rosa. Tinha 16 anos e já era casada. Casei em 1968, foi quando eu conheci eles.

E. Eu gostaria que a senhora contasse sobre a guerrilha, como se deu o seu envolvimento com a guerrilha do Araguaia.

Rosa. O meu envolvimento na guerrilha do Araguaia é que a gente morava nos Perdidos e o meu marido andava muito com eles lá, porque eles pagavam trabalho, serviço para as pessoas.

A gente foi se comunicando com eles, então a gente era vizinho, mas muito longe, mas era vizinho. Nós morávamos nos Caianos e eles nos Perdidos, na beira do rio, um lugarzinho que chamavam Paraguai. A residência vizinha era a Dona Nazaré, mas não existe mais isso lá. Abaixo da beira do rio, porque o Paulo, a Dina e o Juca, moravam lá, o senhor Amaro Lins, que era o marido da Dona Neuza. Aí eles compraram a área nos Caianos. Quando a professora foi lecionar, é o que eu sei, lecionar lá, a Áurea eu não conheci ela pessoalmente, só passando, só a Dina e outros, foi que a gente virou amigos, passavam lá em casa, nos Perdidos, quase toda semana, para ir para a Serra das Andorinhas, Pau Preto, para ir nesses outros lugares, no Cajueiro. Eles passavam lá e descansavam, essa foi a nossa amizade. Eram umas pessoas boas, ajudavam as pessoas que é da roça e não tinha informação e eles ajudavam bastante. Quando adoecia uma pessoa eles ajudavam, tanto fazia ter dinheiro como não ter, então eles ajudavam. Então essa era a comunicação que a gente tinha. Quando o exército veio eu morava lá. Ainda não morava lá. Depois em 1972, em 1970, 1971 e 1972 eles chegaram e falaram a gente não vai pegar vocês, só mais tarde, a gente vai junto e vai reparar o que vocês estão aprendendo, eles são terroristas e saíam de mansinho que a gente nem via, quando eles sumiam. Eles passavam algum lá na porta da gente e dava adeus. Inclusive minha primeira filha que eu tive, eu escapei pelo amor de Deus e do Juca e da Dina, porque se não fosse eles eu não estaria aqui para contar a história. E esse é o meu motivo de eu nunca falar que eles eram terror, que eles eram terroristas. Onde eles tiverem eu devo isso a eles. Que Deus dê a recompensa para eles.

E. A senhora pode indicar os fatos mais marcantes, que lembra da guerrilha do Araguaia na vida de vocês?

Rosa. O fato mais marcante foi quando a gente estava em casa e chegou polícia e o marido meu não estava em casa, tinha saído e eles disseram que iam pegar e matar todo mundo, ia matar até as galinhas em casa, essa é uma coisa que a gente nunca vai esquecer, eu me escondi e fui na casa dos vizinhos todos e não encontrei mais nenhuma pessoa na casa. Aí eu fui para a beira do rio Araguaia, onde morava a minha irmã, na Santa Luiza, nos Perdidos, acima da Marcelinense, aí quando eu cheguei lá eu levei o meu sobrinho, que tinha 04 anos, no cavalo e umas roupas da minha cunhada, porque não tinha nenhum dos homens, estavam todos escondidos no mato. Aí quando eu cheguei na beira do rio, já era umas seis para sete horas da tarde, já era de noite, eu encontrei 53 (cinquenta e três) policiais e eu já estava correndo da polícia, porque na casa da minha sogra atiraram, eu encontrei bala lá, escutei o tiroteio lá, o povo atirando aí quando eu cheguei perto tinha assim uma ladeira eu enxerguei eles levando a minha sogra e uma cunhada. Eu entrei por dentro do mato e fui para minha casa e lá peguei um cavalo do meu irmão e montei

e levei uma cunhada minha e um monte de mulheres iam andando a pé. Aí quando eu cheguei no lago, na Santa Luzia, embaixo de um pé de Sapucaia que tinha lá, na Santa Luzia, deixa eu ver, no Antônio da Helena, na morada do Antônio da Helena, lá estava cercado de polícia e aí eles me derrubam do cavalo e colocou meu sobrinho para dentro do mato e foi onde eles queriam me estuprar, mas rasgaram minha roupa toda e me chamando de terrorista, tomaram meu registro que eu tinha e rasgaram e disse daqui para frente tu é terrorista e tu vai fazer com a gente o que que a gente quiser, nós não vamos te matar hoje não, só se tu não me aceitar. Eu estava de vestido, eles rasgaram minha roupa, fiquei só de calcinha, mas aí eu fiz um medo neles e disse ali vem vindo, aquela zoada que vem ali é só posseiro, não tem nada se eu morrer, se eu morrer vocês vão morrer todos. Aí eu me enrolei naquele pedaço de vestido e cheguei até em casa. Aí eles atrás de mim com a arma para atirar, e eu disse pode matar logo. Cheguei na casa da minha irmã, minha mãe estava lá e desmaiou logo e perguntou o que foi isso que aconteceu e eu disse não aconteceu nada, mas ia acontecer. Aí quando chegou umas 35 mulheres, tudo com meninos e animal, estavam conversando e eles pensaram que eram os posseiros que vinham. Aí me largaram lá. É por isso eu falo, a pessoa conversou muito, eu conversei, porque eu não ficava parada, eu não ficava calada, todo mundo eles mandavam calar a boca e eu não calava. Ele fazia a pergunta e eu falava. você é terrorista? Eu dizia terrorista é vocês, porque meus conterrâneos aqui não fazem terror. Aqueles que eles pegavam, eles batiam, batiam e batiam e no outro dia amanhecia morto, de inchaço. O filho do Josias, que eu não conhecia bem, só o Josias, mas o rapaz não, morreu depois de três dias, de taca. Eles estupraram a mulher, vizinha da minha irmã, eu vi, a mulher buchuda, estava grávida de dois meninos. Eles amarram o homem no mourão de amarrar os animais e aí foi fazer o que fazia com mulher, foi fazer com o homem também, o homem amarrado, o senhor Manezinho, eu não sei se ele ainda é vivo, porque se for vivo, ele não ia querer falar essa história por isso, mas não fizeram mais nada com ele. Mas entrou outro e a mulher gritava, maldizia, mas não tinha ninguém para acudir. Isso eu não vi porque ela estava dentro do quarto e eu na área, era perto da casa da minha irmã e a mulher ficou lá chorando, a Divina. Então eu falava demais porque eu falava para eles, isso não é papel de policial, de polícia, porque se fossem polícia de verdade vocês respeitavam pelo menos a farda do governo que vocês estão vestindo. E até hoje eu tenho minhas dúvidas que ali no meio de 53 policiais entre capitão, coronel que disse que tinha, é cabo, é tenente, aquele coisa toda, eu imagino que não tinha um sequer policial de verdade, eu imagino que eram tudo pistoleiros das fazendas por aí afora, porque uma pessoa do governo não teria coragem de fazer um tipo de coisa daquela. Ali não fizeram comigo, mas me levaram presa,

porque disse que eu ia pagar entre todas as mulheres, eu ia pagar porque eu conversava demais, não ficava calada.

E. A senhora ficou quanto tempo presa?

Rosa. Eu fiquei 90 (noventa) dias.

E. Onde, em Belém ou em outro lugar?

Rosa. Eu fiquei 24 horas em uma cadeia bem aí em São Geraldo e meia noite eles me levaram lá para Marabá, lá para o Comando da Polícia, porque no presídio não tinha vaga e depois eles me levaram para o Km 8. Aí do 8 eu não sei quantos dias eu passei eu só sei que de lá eu fui para Belém. O local que eu fui eu não sei, eu sempre fui com óculos de borracha na cara para não ver e o local que eu fui, quando eu fui chegando era o segundo batalhão de infantaria porque folgou um pouco, eu vi, mas daí eu fui para outro presídio depois, que para mim era embaixo do chão, porque passou tanta porta, aí batia tanta porta, eu não sei se eles fizeram muitas voltas, se era o mesmo local no carro, eles falaram agora você vai mudar.

E. A senhora continuava com os olhos vendados?

Rosa. Era. Já estava mais ou menos, eu faço uma base que eu já estava com uns quarenta dias que eu estava presa. Não me deram meu relógio, tomaram tudo, eu não tinha nada. Então lá foi o pior dia da minha vida, porque naquele local eu fiquei com falta de ar até hoje, eu para conversar tem que puxar o ar, eu tomo remédio as vezes. Porque foi em um quarto pequeno, no banheiro, porque tinha um sanitário daqueles que é rente ao chão. Aí eu estava ali dentro e o buraco da chave é pequenininho e eu ouvi quando o Comandante falou assim, coloca ela lá, mas não tranca a porta, deixar semifechada e o homem com maldade trancou e eu fiquei ali naquela catinga, a coisa era forrada e o ar foi faltando. Eu não sei se eu fiquei lá horas ou dias, eu só sei que quando eu acordei eu estava no meio do corredor, acho que ele veio e me puxou para fora e eu acordei, uma pessoa passando a mão, me chamando, acorda, acorda. Eu olhei e para mim era uma pessoa morta, já do outro mundo, toda vestida de branco, aquela pessoa. E ali eu só escutava gemidos, de gente, aquele horror de quarto. Não sei quando era de dia e nem à noite porque a lâmpada era acesa todo tempo. Então eu não sei dizer quantos tempo, quantos dias e quantas horas. Eu esqueci do meu nome também por causa dos choques, se eu olhasse assim eu não sabia que roupa eu estava vestida, nem nada.

E. Choque era das torturas que eles praticavam?

Rosa. Só foi uma vez que me deram choque, atravessando, quando eu saí da cadeia de São Geraldo. Atravessou o rio e eles botaram o saco na minha cabeça e falaram assim nós vamos te jogar na cachoeira de Santa Isabel, que é para tu não contar nada do que aconteceu, que tu viu e nem nada. Quem são essas pessoas, eu estava no meio da polícia, mas não sei se foram eles. Aí eu fui para Xambioá, para o aeroporto, de avião, desativado, porque não tinha mais avião lá. E tinha um poço bem fundo e eles disseram se nós não te jogar na cachoeira, depois que tu der o depoimento, nós vamos te jogar dentro do poço. Eu já sabia que tinha aquele poço lá. Quando eu cheguei lá que eu fui saindo da voadeira, eles deram muitas voltas no rio, eles me deram um empurrão, mas como eu estava algemada, com os braços para trás eu não tive como me segurar e meu joelho até hoje é doente, desmantelou o joelho e fiquei tomando remédio e melhorou. E as costas é doendo, eternamente.

E. Que tipo de tortura eles fizeram contra a senhora?

Rosa. Ele me empurrou assim, deu aquele empurrão, assim, com a arma que ele tinha, bateu e eu caí. Eles mandaram eu sentar em uma cadeira. E aquela cadeira parece que tem um imã, quando eu fui abaixando já sentei logo e ali eu não levantava nem que eu quisesse. E por cima, não tem esse negócio de ouvir, lá do avião?

E. Do telefone?

Rosa. Que coloca aqui, aqui na orelha, aqui por cima, tipo a tiara, tipo uma volta assim, mas eu nem peguei e nem ouvi.

E. Como se fosse fone de ouvido?

Rosa. Fala agora que teus irmãos, aquele povo era terrorista, que eles andavam juntos, que eles ensinaram como vocês devem trabalhar como deve fazer. Eu falei é, os terroristas como vocês falam, eles ensinaram para nós a respeitar as pessoas, os direitos humanos das pessoas, e os direitos que nós tínhamos de morar na terra, aqueles direitos que nós tínhamos de morar na terra, naquele tempo eles falaram é de um ano e um dia e se eles quiserem desapropriar vocês eles vão pagar os direitos, vocês não vão agir, não vão brigar, fazer briga, violência não convém, isso foi o que eles ensinaram para nós, violência não convém, fazer greve, fazer guerra, não. Era a reunião que nós tínhamos com eles e não mau conselho como vocês estão dizendo para eu falar. Uma pessoa tão boa, como é que eu vou falar mal. Aí eles arrochavam aquilo, não sei lá onde, aquele trem doía que estrondava o meu juízo.

E. Era o aparelho de choque?

Rosa. Era. Mas era só aquele segundinho, um pouquinho. Aí o outro dizia, maneira aí, eles diziam fala e eu não falei. Aí eles diziam, ela é mesmo terrorista porque está resistindo.

E. E sobre as Campanhas que dizem que ocorreu entre 1972 a 1974, como a senhora participou nesse período, porque dizem que o exército realizou três campanhas até finalizar a guerrilha e como foi a sua condição, a senhora foi presa logo no início?

Rosa. Não, eu fui presa em 1976. Em 1976, já estava terminando porque em 1974, porque em 1974 eu estava de menina, a menina estava nova e eles não queriam mexer não, só fizeram levar as pessoas, os comunistas e falou qualquer coisa, reação, que as pessoa virem aqui diferente, de vocês fazendo reunião, a gente vem pegar vocês, não cansem de esperar que a gente vem.

E. A senhora sabe dizer quantos eram os militares, nesse outro momento?

Rosa. Da primeira vez eu não sei, eles vieram muito educados. Eu acho que eram do exército mesmo, porque eles chegaram educados, não chegaram matando, estuprando ninguém não. Eles só chegaram procurando se a gente conhecia, estenderam uma lona no terreiro assim uma lona bem grande e ficaram lá esperando se passava alguém. Eu disse eles passam por aqui, mas agora não passa não, porque já foram embora, tudo. Eu não sabia que eles estavam pegando eles. Aí eles disseram não, a gente está atrás deles, não se comunique com nenhum porque se não vai ser presa. Na maior educação.

E. Isso ocorreu em qual ano?

Rosa. Isso foi em 1969, 1968, 1969.

E. Foi antes da guerrilha começar.

Rosa. Aí eles vieram e eu estava com a menina pequena, eles disseram, mas muito cuidado. Eles já iam levando a turma lá. Aí quando foi em 1972 e 1973 aí começou mesmo de verdade, mas não era aqueles homens que vinham mais.

E. Foi nesse período que a senhora sofreu todas essas torturas?

Rosa. Humilhações, verbalmente. Aí quando foi a tortura foi em 1976, foi no dia 28 de outubro de 1976.

E. A senhora poderia avaliar esses impactos, o que eu chamo de herança em relação a vida de vocês por causa guerrilha do Araguaia?

Rosa. A gente já quase não tinha nada, o trabalho, nós tínhamos uma terra boa para trabalhar, 40 alqueires de terra, pagando imposto e tudo o mais, mas em vista de ter saído, o marido meu foi preso também e a gente ficou sem nada, o que tinha pouco era um rádio, uma radiola, umas galinhas, uns porcos e só umas coisinhas de casa mesmo, o básico. Quando a gente chegou não tinha mais nada, tocaram fogo na casa e acabou tudo e quando voltamos ficamos lá na Santa Luzia, na casa da minha irmã porque lá não tinha mais nada.

E. A senhora perdeu a terra também?

Rosa. A terra o homem vendeu, porque disse que nós não podíamos mais morar lá mais não.

E. Foi o seu marido que vendeu?

Rosa. Não. É, ele vendeu, deixou lá de qualquer jeito, porque a gente ficou com medo de não ficar lá, continuar morando lá.

E. Senhora Rosa, tem mais alguma outra coisa que a senhora acha importante mencionar sobre a guerrilha do Araguaia?

Rosa. Importante, eu acho que a única coisa que eu acho que fosse importante ou que seja, era que não viesse mais outra vez as pessoas torturar o resto das pessoas que ficam sobrevivendo e os filhos e netos daquelas pessoas, que não entendem e que nunca entenderam de guerrilha e eu também não entendo até hoje por qual foi o motivo que eles foram fazer isso com a gente, só porque aquelas pessoas estavam lá que achavam que eram guerrilheiros, que tinham feito greve e tudo, mas era todo mundo estudante, assim como outras pessoas estudam e apenas deram bom conselho para as pessoas. Então eu queria, eu quero, queria não que é no passado, eu quero que aconteça é que nunca mais aconteça essa história de vir gente matar os outros que está ajudando os mais fracos. Porque a pessoa que nasce e se cria na fazenda, numa zona rural e as vezes nunca nem estudou e chega um e dá um bom conselho ele tem que segurar, porque o ruim conselho a gente sabe quando é ruim e eles nunca deram mal conselho para ninguém. Eu torço pelo governo, o presidente que entrar que amenize essa guerra aqui no Estado do Pará e no Brasil inteiro. Eu estou torcendo para isso. Que Deus dê força para eles governarem bem.

E. Está certo, dona Rosa, eu te agradeço imensamente pela sua entrevista e pelo seu depoimento que é muito importante para a história e pela disponibilidade do seu tempo.

Rosa. Me desculpe aí, eu fiz o possível para explicar o que eu sei e o que eu vi.

E. Imagina, não há o que desculpar. Eu agradeço e me comprometo a retornar aqui para trazer o resultado da minha pesquisa. Senhora Rosa, tem alguma coisa mais que a senhora gostaria de mencionar sobre a herança da guerrilha?

Rosa. A minha herança da guerrilha do Araguaia que eu tive foi ficar cega, eu fiquei cega e fui para Conceição do Araguaia, cega, aí chegou lá eu tomei uns remédios e daí para cá eu fiquei usando óculos, foi melhorando, embaçado que eu não via nem minha mão, ninguém eu não via e fui melhorando, então essa foi a herança bem grande que eu ganhei, foi ficar cega, por causa dos choques que eu levei, mas hoje eu já leio, escrevo, através dos óculos, eu uso óculos desde esse tempo.

E. Tem outras sequelas além da cegueira?

Rosa. Eu tenho dor nas costas, dor na cabeça, toda vida, nesse tempo eu era sadia e não sentia nada, nada. Mas tudo bem, tudo pelo amor de Deus a gente suporta.

Entrevista IX - Sebastião Fernandes de Sousa

E. O senhor poderia falar seu nome ou o senhor prefere não se identificar?

Sebastião. Meu nome é Sebastião Fernandes de Sousa.

E. Desde quando o senhor mora aqui? O senhor nasceu nessa cidade?

Sebastião. Eu nasci, quer dizer, naquele tempo era Goiás, antigo Goiás. Nasci em Araguaína.

E. Quando o senhor chegou nessa região do Araguaia?

Sebastião. Nessa região eu cheguei em 1959.

E. O senhor lembra quando passou a morar aqui no Pará?

Sebastião. Eu cheguei em 1959 na região eu vivia como posseiro. Eu trabalhava no movimento de castanha, naquela época era castanhal.

E. Naquela época o senhor tinha quantos anos?

Sebastião. Eu tinha 32 anos, porque eu sou de 1940. Ela chegou em 1972. Naquela época eu trabalhava como castanheiro. O nome do castanhal era Fortaleza.

E. O senhor tinha terra?

Sebastião. Eu estava como posseiro, trabalhando, fazendo a minha roça, fazendo plantio, que naquela época a gente vivia do que plantava na roça, nessa região. Aí era a mandioca, era o arroz, era o feijão, era essas coisas assim, plantio, de tudo. Aí quando deu em abril de 1972, aí foi que foi que surgiu a guerrilha. Aí veio aquele ataque, que nós fomos apanhados de surpresa. Quando demos fé o helicóptero começou a voar por cima e depois o exército por debaixo, o plantão do exército e o helicóptero por cima, aí pronto, aí foram declarando o movimento, qual era o movimento. Porque o pessoal que era os guerrilheiros mesmo, eles viviam como a gente também, como posseiros também, nós não tínhamos esse conhecimento como se fosse outras pessoas estranhas. Eles chegavam compravam uma posse de um vizinho e aí continuava atuando mais a gente, naquela união, aí foi quando chegou esse ataque de vez, que era o exército para pegar esse povo que eles tratavam de terroristas, uns chamavam de terroristas e outros de *papamaia*.

E. O senhor poderia contar como ocorreu esse ataque?

Sebastião. Não, não dou conta, não. Eram muitos. Aí aqui, acolá entrava uns pelotões na região nossa. Era o helicóptero por cima e o exército por baixo, porque naquele tempo não existia estrada de rodagem, era só a estrada de tropa mesmo. Aí começou o pessoal que era, que eles estavam perseguindo sumir, desaparecer da região, do meio dos outros. Aí pronto eles ficaram por cima, perseguindo, procurando. Aí começaram a atacar os posseiros também, que não tinha nada a ver, que não fazia parte, investigando e era assim. Aí certo, eles chegou à conclusão e primeiro veio um ataque do exército, os da farda verde e eles fizeram aquele ataque e aqueles que eles chamavam de *papamaia*, de terroristas sumiram, desapareceram dentro desse período. Aí o exército suspendeu, desapareceu de novo. Aí ficou. Eles voltaram e eles começaram a voltar na casa da gente e começaram a contar a história, vir na casa da gente, dizer porque aquela perseguição e foi assim. Aí eles ficaram, aqui acolá, na minha casa várias vezes saíram e conversava com a gente, tinha a Dina, o Antônio, o Zé Francisco, o Chicão e em outra parte, em outra região, tinha o Ary, tinha a Áurea. Parece que eu não estou lembrando mais o nome dos outros agora.

E. Fale o que o senhor conseguir lembrar, é tranquilo.

Sebastião. Pois, é aí continuou. Aí dentro desse primeiro período, que eles saíram o primeiro grupamento que veio, do primeiro ataque eles saíram. Aí realmente eles até eles acamparam na casa de um irmão meu, eles tomaram de conta, fizeram acampamento. E quando foi para sair, porque naquela época eu era vizinho do meu irmão e naquela época era assim na distância de dois quilômetros mais ou menos. Tudo era mata, não é? Aí eles foram até a minha casa e disseram assim que era para eu pegar os animais, porque naquela época não tinha carro, que era para levar os trens dele para levar os trens deles para Xambioá. Que era para trazer os trens dele, a bagagem, para Xambioá. Aí eu realmente peguei dois cavalos, botei a bagagem e eu fui à pé, junto com o meu irmão, fomos até lá e depois eles despacharam e nós voltamos.

E. A Base era em Xambioá?

Sebastião. Sim. Era em Xambioá. Aí eu levei as coisas deles, a bagagem, para Xambioá mais meu irmão e depois voltei para cá.

E. O senhor voltou com seus animais?

Sebastião. Sim. Voltei com os animais. Eles só não fizeram foi me pagar a viagem, mas eu voltei para cá.

E. Isso foi na primeira campanha? Porque consta que foram três campanhas.

Sebastião. Foi duas. Lá na região foram duas. Aí, eles começaram a ir na casa da gente, na minha casa também foram. Aí eles explicavam o motivo pelo qual eles estavam sendo perseguidos.

E. Eles chamavam de guerrilheiros?

Sebastião. Não. Eles tratavam de terroristas ou *papamaia*. Hoje é que nós temos como guerrilheiro.

E. Entendi.

Sebastião. Aí depois eles tornaram a baixar de novo. E quando baixaram foi com mais força, não é.

E. Com um contingente policial maior.

Sebastião. E aí o pessoal, esse pessoal que eles chamavam de terroristas tornou a desaparecer de novo. Aí eles começaram a pegar e nós só sabia a notícia. E a gente ficou debaixo de sujeição, dentro dessa época derradeira. Debaixo de sujeição que não tinha direito mais de nada. A minha casa mesmo eles tomaram de conta, fez a rancharia deles mesmos e ali a gente não tinha direito de fugir da presença deles para nada.

E. O Exército? E vocês viviam como, diante disso?

Sebastião. Bom. Eles ficavam junto com a gente dentro da casa. Fez ficar junto com a gente. Só que debaixo de sujeição deles, diante das ordens deles e não tinha direito de sair.

E. O senhor chegou a ser preso?

Sebastião. Não, eu fui preso, assim, mas sob sujeição dentro de casa. Porque aí eles pegaram meu irmão, eu morava vizinho do meu irmão e eles pegavam o meu irmão e levaram para a Base, preso. Eu fiquei, dizendo que era para poder cuidar da família, minha e do meu irmão. E realmente a mulher do meu irmão quebrou o resguardo, endoidou, coitada. A minha mulher quebrou o resguardo também e eu fui obrigado a levar ela, às pressas, para Xambioá, porque era onde tinha atendimento. Mas minha mulher chegou à conclusão a morrer, porque atacou a mente, a cabeça. Eu perdi a mulher e perdi o menino também.

E. A criança também morreu?

Sebastião. Sim, morreu. Porque eu tive que levar a mulher para Xambioá para tratar e a criança ficou. Ficou desnutrida e morreu. Não teve jeito. Aí ficou nessa condição. Aí eu eles me puseram 15 dias. Porque noticiaram para eles que eu conhecia bem a mata. Eles me mandaram seguir eles na mata.

E. O senhor participou como mateiro, por qual motivo?

Sebastião. Eu fui assim, porque eles que botavam. Aí eu fui debaixo de ordem deles. Ou ia ou então ia preso para a Base. Aí eles ficaram na minha casa. Só na minha casa eles ficaram uns 30 (trinta) dias, era por baixo de sujeição o tempo todo. Era assim, você não podia ir no comércio comprar nada.

E. O senhor poderia trabalhar em sua roça?

Sebastião. Não, não, não. Perdeu tudo. Nessa época, dentro da região ficou todo mundo com fome, ninguém na região podia trabalhar. Eles destruíram tudo.

E. Por que o senhor acha que o pessoal do exército não permitia vocês colherem os mantimentos?

Sebastião. Não deixou por isso. Primeiro era o seguinte, muitos deles primeiro destruíram o bananal, canavial, as coisas que pertencia. Eles destruíram tudo para não deixar o pessoal se alimentar.

E. O pessoal que o senhor se refere, são os guerrilheiros?

Sebastião. Sim, de terrorista. Era para não dá alimentação para esse povo.

E. E vocês podiam plantar?

Sebastião. Não podia, que era debaixo de sujeição todo mundo, tinha o dia certinho para comparecer lá. O dia que tinha que ir lá na Base em Xambioá se apresentar.

E. O senhor contou esse episódio da morte da sua esposa, esse foi o fato mais marcante em sua vida?

Sebastião. É na minha mente é. Porque você sabe, a gente perder. Eu perdi minha mulher. E fora o plantio, porque eles abriram a porteira e deixaram os animais acabarem com tudo na roça, de ter perdido tudo o que eu tinha.

E. Tem algo mais a respeito que que eu não tenha perguntado e que o senhor gostaria de falar, sobre a sua vida, a sua família, a herança dessa guerrilha?

Sebastião. Eu não tenho quase mais nada a dizer. Eu digo só assim, só em deus ter me abençoado e eu estar contando isso hoje, porque graças a deus eu sobrevivi, de seus ter me segurado a mente, Deus me abençoou que eu estou vivo. Mas eu perdi foi tudo.

E. Mas o senhor teve que sair de suas terras?

Sebastião. Não, a terra assim porque, a terra naquela época era posse e aí foi chegando os fazendeiros e aí eles me pagaram um direitinho.

E. Mas o senhor teve que sair da terra.

Sebastião. Tive que sair, porque não tinha mais jeito. Ali o pessoal todo teve que sair dali, ficou tudo desorientado, sem plano, sem nada.

E. O senhor foi torturado?

Sebastião. Não. Torturado não. Fisicamente não, mas moralmente sim.

E. O senhor poderia mencionar outros fatos que considera importantes sobre você ou outros companheiros?

Sebastião. Não dos meus parentes, realmente, tem esse menino mesmo aqui, esse foi um garoto que na época o pai dele era meu vizinho também, próximo e foi um dos que eles atacaram, eu não assisti, mas o filho dele Félix, que era um garotinho, foi atingido, ele correu e eles atiraram nele, até hoje ele é aleijado. Então tem as coisas que ficam na mente da gente. E teve meu irmão que foi pego também que eles atacaram e foi preso. Porque nós, eles censuram, como eu falei, depois do primeiro ataque, porque a Dina ia na casa da gente, ela e outros e então eles desconfiavam que a gente sustentava aquele povo e foi por causa disso que eles destruíram as plantações. Então eu avalio que eles nos perseguiam por causa disso.

E. O seu irmão sobreviveu?

Sebastião. Ele ficou preso mesmo, mas sobreviveu. Hoje ele está até em Brasília.

E. Entendi. Tem algo mais sobre a guerrilha que é importante mencionar, que eu não tenha perguntado?

Sebastião. Não, da guerrilha o que eu tenho é só o problema da guerrilha que eu já falei, que sabia do movimento. Teve o Joca, que eles tratavam como Joca, que eles atacaram ele, porque nessa época eles estavam na minha casa. Aí tinha outro vizinho, que eles chamavam Luís Bulhões, também assim que a gente escutava o movimento. Aí eu escutei os tiros quando eles mataram o Joca, que era um guerrilheiro. E aí lá nas Abóboras, onde era a outra Base, tinha os dias certos que tinha que comparecer lá, para eles saberem que a gente estava lá. Tinha os dias marcados para comparecer lá.

E. Vocês estavam fiscalizados, o tempo todo?

Sebastião. Tava o tempo todo. Aí tinha esse outro que eu falei o nome, que ele estava amarrado o tempo todo, coitado. O Carlito, que eu vi ele, que estava com os pés todos queimados.

E. Esse era posseiro ou guerrilheiro?

Sebastião. Esse era guerrilheiro. E eles desapareceram com eles. Foi torturado e eles desapareceram com ele.

E. Senhor Sebastião, eu agradeço imensamente a sua contribuição. Eu pretendo retornar à região para deixar cópias impressas da minha tese e para conversar com todas e todos vocês. Pretendo dar um retorno da minha pesquisa e espero encontrar vocês com muita saúde.

Sebastião. É o que eu espero também e espero em Deus.

Entrevista X - Diva Lima Botelho

E. A Senhora poderia falar o seu nome completo?

Diva. Diva Lima Botelho.

E. Desde quando a senhora mora nessa região? Nasceu aqui ou migrou para esse local?

Diva. Eu nasci no Tocantins, que hoje é Tocantins, naquele tempo era Goiás.

E. Em qual cidade?

Diva. Tocantinópolis. Eu cheguei aqui em 1970. Em 24 de setembro de 1970 eu entrei aqui nesse Pará.

E. Eu gostaria que a senhora contasse um pouco sobre a guerrilha do Araguaia e como se deu o seu envolvimento?

Diva. Quando nós chegamos aqui para esse lugar, eu vim para cá com o meu marido, para ele trabalhar. Ele trabalhava numa empresa chamada Banacol, ele tirava madeira para essa empresa. Nós fomos lá para um lugar chamado Perdidos, próximo aos Caianos, que era onde eles habitavam. Nós viemos sem saber que eles estavam aqui, mas também eles estavam lá e nós tínhamos eles como pessoas muito maravilhosas, e eles eram bons mesmo.

E. Quem são eles que a senhora fala?

Diva. Eles chamavam de terroristas, mas eu não tenho eles como terroristas. Aí nós ficamos sendo vizinhos deles lá, nós trabalhando e eles moravam lá nos Caianos e trabalhavam em um lugar chamando Pau Preto. Sempre passavam pelo nosso barraco, dormia lá, eu conheci bastante deles lá. Desse tempo, demorou um tempo, já foi em 1972, chegou ela mesmo, a Dina que era uma mulher muito boa e ela tratava daquele povo todo que tinha naquele lugar. Ela era uma

peessoa maravilhosa. Um dia ela chegou lá em nosso barraco e falou para meu esposo, que chamava Faustino. Ela chegou lá em nosso barraco e disse senhor Faustino tire sua esposa daqui e aqui vai ter assim uma revolução, mas ela não contou o que era, disse tire ela. Eu estava grávida da menina minha, é porque ela não está aqui. Nós estávamos quase no mês de ganhar, já era mês de dezembro e eles chegaram no dia 11 de dezembro, foi que ela avisou para nós e eu saí de lá e vim para Xambioá e nesse tempo eu vim ganhei a menina e tudo e ele ficou trabalhando lá, quando chegou essa turma do exército, com polícia de todo lugar e invadiu aquele lugar para lá.

E. A senhora lembra quantos policiais chegaram no local?

Diva. Não, era demais, era barco cheio de polícia, era gente demais, eles saíam com naqueles barcos tudo assim, eles saíam com as armas tudo assim e nesse tempo eles pegaram meu marido.

E. O seu esposo tinha terra?

Diva. Tinha. Tinha terra, tinha dez alqueires de terra que ele tinha comprado para tirar madeira de lá dentro. Aí ele ficou lá e eles chegaram lá e atacaram e pegaram ele e jogaram em um barco e trouxeram eles para Xambioá. Em Xambioá tinha um buracão assim que eles chamavam, lá eles chamavam de Base e tinha um buracão assim que eles colocavam o pessoal lá dentro para prender com uma grade assim por cima.

E. Era o buraco do Vietnã?

Diva. E aí lá ele ficou uns dias, e quando ele chegou, ele estava muito amarelo e tudo e eu perguntei para ele, porque fazia dia que ele não voltava. Aí ele disse não, a polícia me pegou lá dentro com a minha turma todinha, nós estávamos todos barbudos, porque trabalhando, não é. E trouxeram ele para lá. Inclusive eu já dei uma entrevista para um rapaz e para uma irmã da Dina, que chamava Diva e aí ele me perguntou se bateram nele, eu falei não, eu não sei, porque homem daquele tempo tinha vergonha e contava se que apanhava, mas eu sei que sofrer, ele sofreu dentro desse buraco, porque ele chegou muito mal.

E. A senhora percebeu fisicamente que ele estava muito debilitado, machucado?

Diva. Assim, machucado não era, mas ele tinha passado muito baixo, porque estava magro, cabeludo, amarelo.

E. A senhora chegou a conhecer esse buraco, sabe dizer como era?

Diva. Eu conheci assim porque lá eles fizeram muito barracão assim, e aqueles barraco tinha médico, tinha tudo para tratar do povo e eu tinha menino pequeno e os meninos adoeciam e eu levava lá para receitar, eles consultavam. E aí eu vi esse buraco. Mas o sofrimento foi grande, porque foi grande para nós, o tanto que a gente sofria que chegava aqueles barcos cheio de gente porque eu fiquei morando lá em Xambioá esse tempo, porque eu ganhei a menina e fiquei lá. Para eu ver alguma coisa eu subia assim numa escada no muro assim e olhava lá para o rio e eu via aquelas mulheres lavando roupa no rio e aquelas jangadas de madeira balançava assim e derrubava os bancos delas, carregava as roupas, porque os helicópteros baixavam era em cima, aqueles aviões, fazia aquele banheiro assim e carregava tudo, o sofrimento foi grande demais, grande, grande mesmo e ele não foi mais lá não, desse tempo não foi mais, nós perdemos essa terra com tudo que tinha dentro e acabou.

E. E não podia mais voltar para trabalhar?

Diva. Não, porque se voltasse, ele tinha medo de voltar e pegar e matar. Porque eles estavam pegando gente assim, esses mais conhecidos daqui. Que moravam aqui, é que eles pegavam para sair mostrando. Na mata para eles e traziam gente morto. Inclusive o primeiro que eu vi, eu vi e nós mostramos, eles tiraram os ossos dele, um rapaz chamava Jorge, que passava pelo nosso barraco. Os que eu conheci era a Dina, era o senhor Antônio, era esse que mataram que era o Jorge, era muita gente sabe, Paulo, Juca, tudo ficavam lá, eles passava lá no nosso barracão para ir para o Pau Preto, e lá nesse lugar eles arranchavam, o lugar que nós estávamos. E eu passei a conhecer eles muito, era gente boa e nós não sabíamos de nada disso que podia ser.

E. Desse episódio da guerrilha do Araguaia a senhora pode indicar um fato mais marcante em sua vida e na vida de sua família?

Diva. Na vida da minha família foi isso aí mesmo, acho que mais do que esse não podia. Porque quando chegaram e botaram dentro desse barco eles trouxeram um enxame de abelha, de marimbondo, não sei o que, e disseram assim, eu vou quebrar esse enxame aqui dentro e o eu pular na água eu atiro. E eles quebraram esse enxame de abelha e quem pulou na água foi a polícia, não foi eles não, eles não aguentaram, pularam. Eu tenho testemunho, já passei isso aí, tudo isso aí já está escrito em Brasília, eu já passei tudo que eles fizeram isso. Foi no dia que prenderam, que prenderam ele.

E. O seu marido?

Diva. É. Foi o meu marido. Aí meu marido ficou doente, nunca mais teve saúde.

E. A senhora sabe quanto tempo seu marido ficou preso?

Diva. Quanto ele apareceu estava com 15 (quinze) dias.

E. Ele ficou doente com sequela em razão desse período da prisão?

Diva. Ficou, ficou com pressão alta, com muita coisa e terminou morrendo.

E. Ele morreu logo após o retorno da prisão?

Diva. Não, não morreu logo não, ainda durou muito, mas não era mais aquela pessoa.

E. Pelos registros sobre a guerrilha do Araguaia teria ocorrido três Campanhas, três grandes Campanhas do Exército, a senhora lembra nessa época onde a senhora estava?

Diva. Eu não saí mais de Xambioá, mas nós ficávamos lá em Xambioá e eu atravessei, eu não me lembro mais qual foi delas, eu não me lembro se foi já na segunda que eles fizeram guerra de posseiros, aí já era tomando terra de uns dos outros entregando para outros e aí matavam tanta gente, que tinha uma igreja, ainda hoje tem lá ali na beira do rio e eles traziam aquele povo e colocava lá dentro. Morreu soldado, morreu posseiro.

E. Vocês perderam os dez alqueires de terra e demais bens que vocês possuíam vocês perderam?

Diva. Tudo, tudo, tudo. O que tinha lá dentro nós perdemos tudo. É, mas eu já falei muito isso tudo, tenho o meu processo lá. Eu sabia que lá em Brasília tinha uma mulher e podia ser você que estava fazendo essas entrevistas e ia consertar isso tudo.

E. Minha entrevista é para outra finalidade, é para estudo, é sobre a guerrilha, não trata desses processos de reparação.

Diva. É outra finalidade, para estudo. Mas foi muito bom porque nessa época que eu cheguei lá, antes de acontecer a guerrilha, eu conheci eles tudo, mas eu não sabia a finalidade que eles estavam aqui e nunca fiquei sabendo direito.

E. Além desses que eles chamam de guerrilheiros, que se conhece hoje como guerrilheiros, que vieram de fora, a senhora sabe por ouvir dizer ou conheceu outros da região que atuaram na condição de guerrilheiros aqui?

Diva. Aqui, não, só os que eles pegavam e levaram para o mato e obrigava eles mostrar, caminhar para mostrar tudo. Como tem o senhor Zezinho do Araguaia, que ele foi quem

começou conosco aqui, ele fugiu, ele tirou uma mulher por dentro da água. Tirou ela, a mulher até grávida estava, quando ele tirou. Conhecer mesmo eu conhecia só eles, que nós conhecia mesmo. Nós sabíamos da guerra, mas não ficava sabendo como tinha sido. Quer dizer, eu não.

E. Por que a senhora mudou para Xambioá?

Diva. Eu mudei para Xambioá e fiquei cuidando com meus filhos lá e naquele medo. Naquele tempo lá ninguém tinha documento, não tinha nada. Eles foram fazer, trouxeram banca para fazer documento, meus documentos mesmo foram feitos nesse tempo. E não tinha documento e nem entrava e nem saía ninguém, porque eles não deixavam mais, quem estava morando lá não saía mais.

E. Eles controlavam a vida de vocês?

Diva. É controlava.

E. A senhora poderia falar do legado desse período, que nós chamamos de legado ou herança, dos impactos na sua vida? Ou seja, o que foi a sua vida com a guerrilha do Araguaia, poderia ser diferente sem a guerrilha, como a senhora avalia?

Diva. Não, porque sem a guerrilha, eu avalio, assim. Porque eu fiquei com os filhos tudinho para criar, sabe como é trabalhoso uma pessoa ficar sozinha para cuidar dos filhos. Mas graças a deus eu criei meus filhos tudinho e não houve mais envolvimento com nada não.

E. A senhora comprou outra terra ou foi trabalhar em outra atividade?

Diva. Não, eu fui trabalhar de outra coisa, eu tenho uma terrinha, mas já depois que o meu marido morreu que eu comprei. Eu trabalhei na Prefeitura aí eu comprei um pedacinho de terra, eu tenho uma chacrinha.

E. Tem outra coisa que a senhora poderia contar, fato que foi muito marcante, de companheiro seus ou parentes, senhora lembra de algum outro episódio que vale a pena registrar?

Diva. Eu só lembro do tempo que eles atacaram esse João de Deus com a esposa dele, esse eu sei.

E. Eles que a senhora fala é o exército?

Diva. O exército que pegou, levou a esposa dele e prendeu ele, isso aí eu fiquei sabendo, eu não tenho detalhes porque eu não estava junto, mas sei que eles sofreram demais.

E. A senhora não presenciou essas torturas?

Diva. Não, não.

E. Por que a senhora saiu no início?

Diva. Não. Não ficava não, porque se ficasse nesse tempo eles acabavam com tudo, eles faziam era tirar, eles mandavam, tiravam.

E. Mesmo com a senhora grávida, a senhora acha que ia acontecer?

Diva. Acontecia porque eles matavam até animal. Quando eles disparavam aquelas metralhadoras lá naquele lugar, fazia medo demais. A gente escutava eles na Base, a noite todinha. Eles ficavam com aquelas metralhadoras, parecia até pipoca, atirando. Eles também tinham medo deles. Aí e só vi chegarem com o Jorge, eu fui olhar e nós vimos onde enterraram ele, já mostramos e eles tiraram ele de lá.

E. A polícia tirou?

Diva. Não, o pessoal dele, acho que é deles, uns escavadores, que vem por aqui assim.

E. Eles tiraram as ossadas?

Diva. Tirou. Esse eu vi.

E. Tem alguma outra coisa que eu não tenha perguntado e a senhora entende importante registrar?

Diva. Tem uma que chamava Lúcia. E eles pegaram ela viva e saíram mostrando na rua, toda ferida, machucada, do mato que ela se escondeu. E quem pegou ela e escondeu ela foi um que chamava, eu não estou bem lembrando mais como foi, não sei se o senhor João lembra, Raimundo Borges, Raimundo Borges, pegou ela e entregou ela para a polícia, alimentou ela no mato para amansar e pegou e entregou para a polícia e eles pegaram e levaram e passava no meio da rua mostrando, olha aqui a terrorista e passavam mostrando ela na rua, vestiram uma roupa velha nela e mostrava na rua e tinha gente que chorava mesmo, eu mesmo fui uma que sofri muito chorando por esse povo, porque eram amigos nosso e nós confiávamos muito neles, achava que era, ninguém sabia como eu estou falando, quem era, nós chamava de Paulistas. Lá nos Paulistas, eles eram muito bons. Essa eu sei também contar, mas também não sei da finalidade dela, o que foi, que aconteceu, se mataram, se levaram se fizeram qualquer coisa.

E. Eu agradeço muito pela sua entrevista, é muito importante para a memória de vocês, para a sociedade e para o estudo científico também, para as gerações futuras conhecerem.

Diva. É verdade. Muitas coisas nós já esquecemos porque a idade agora, nesse tempo eu era mais nova. Um tempo desse, é por isso que eu disse assim, senhor João vamos desistir do negócio de nós receber guerrilha, porque nós não recebe indenização não. Porque do tempo de novo para cá que nós vem lutando, desde 2002, que nós vem lutando por isso, Quando o senhor Zezinho do Araguaia chegou para fazer as perguntas para nós, para fazer um processo, dizendo que era um processo e tudo, eu achava até que eles estava fazendo isso para vir outra de novo para acabar o resto que tinha deixado, mas não foi não. Aí o senhor João tem lutado todo tempo e nós com ele, fazendo as coisas tudo, mas nunca teve oportunidade de sai nada para a gente, só gasto.

E. Eu agradeço muito o seu depoimento, a sua entrevista, porque é importante para as gerações futuras, para conhecer a história, o protagonismo de vocês também.

Diva. O que tiver ao meu alcance me perguntar eu respondo e aí você tira as palavras mais certas e condena o que não tiver certas.

E. Mas não tem o certo ou errado dona Diva, o que é importante é a sua memória, o que a senhora lembra, a verdade é isso que é importante.

Diva. Eu ainda lembro, eu lembro tudinho.

E. E a senhora não é obrigada lembrar de tudo. Eu te agradeço muito pelo seu depoimento, pela sua contribuição, sua colaboração. E eu me comprometo a voltar aqui depois que tiver tudo pronto, depois de publicado o material, tanto para devolver o resultado da minha pesquisa, como para encontrar vocês. Eu espero que a senhora tenha muita saúde, para nos encontrarmos aqui de volta.

Diva. Pois é, eu agradeço mesmo porque a gente já está velho, já está doente. Ontem mesmo eu completei ano, completei 81 anos. Por isso que eu digo para dar entrevista eu não sei se estou bem, porque não lembro mais de tudo. Mas a gente lembra.

Entrevista XI - Manoel Florêncio Feitosa

E. O senhor poderia falar o seu nome completo?

Florêncio. Manoel Florêncio Feitosa

E. Desde quando o senhor mora nessa região?

Florêncio. Desde quando eu nasci, em 1956. Nasci na Ilha de Campo (Pará).

E. Eu gostaria que o senhor contasse sobre a guerrilha do Araguaia e como se deu a sua participação.

Florêncio. Sim senhora. Para mim foi uma tristeza, porque eu perdi tudo que tinha mais meu pai, eu era de menor na época ainda.

E. Quantos anos o senhor tinha naquela época?

Florêncio. Eu tinha 14 anos. Nós tínhamos uma boa condição, eu, mais meu pai e minha mãe.

E. Vocês tinham terra?

Florêncio. Nós tinha um pedaço de terra, tinha gado, tinha bastante mantimento, porco bode, ovelha. E nós de tudo e tudo isso tudo se acabou, porque não podia sair de dentro de casa para cuidar.

E. Por que vocês não podiam sair?

Florêncio. Porque as autoridades não autorizavam ninguém sair.

E. Quem são essas autoridades que o senhor se refere?

Florêncio. Era o exército e a polícia militar.

E. E por que o senhor acha que eles não autorizavam sair para cuidar dos animais e buscar os alimentos?

Florêncio. Porque eles ficavam medo de nós ir encontrar com esse pessoal que eles andavam à procura.

E. Quem é esse pessoal que o senhor se refere?

Florêncio. Eles diziam que era um senhor de terrorista. Mas esse pessoal, que foi reconhecido, nunca fizeram terror com ninguém. Eram pessoas muito boas com a gente. Foram dos melhores doutores que já pisou aqui na região. Foi Doutora Dina, Doutor Antônio e Doutor Paulo. Não tinha outros para ganharem deles.

E. E sobre esse episódio da guerrilha do Araguaia, qual foi o fato mais marcante em sua vida e da suma família?

Florêncio. O mais marcante que eu achei foi eles maltratar meus pais sem merecer e me maltratar eu sendo, podia dizer que eu era uma criança ainda.

E. Vocês foram torturados?

Florêncio. Eles estavam maltratando meu pai, dando pesadas nele, para ele dizer que estava sustentando o pessoal das matas, que eles estavam à procura, sem a gente nem conhecer. Ele e meu tio, que é o Bom de Papo. Aí, eu fui falar para eles não fazerem isso e eles, que eles não mereciam e o soldado arriou o cano do fuzil na minha cabeça que ficou um corte aqui, que tem esse buraco aqui, pode olhar.

E. Eles levaram o senhor para tratar desse ferimento.

Florêncio. Nada disso, nem fez conta. Foram as maiores barbaridades que eles fizeram com os moradores daqui da região.

E. Sobre as campanhas na guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974, o senhor poderia falar como o senhor e sua família foram afetados na primeira, segunda e terceira?

Florêncio. Da primeira vez que eles andaram lá onde nós morava, eles não mexeram comigo e nem com o meu pai. Da segunda vez foi que eles já vieram acabando com tudo. Não deixava ninguém sair de casa e se saísse eles matavam. Até para ir tomar banho no rio tinha que ir acompanhado com eles, era um policial na frente e outro atrás, tudo de arma na mão, como se a gente devesse, como se tivesse alguma coisa errada.

E. Vocês eram vigiados o tempo todo?

Florêncio. Sim

E. Qual a condição em que o senhor participava na guerrilha, chegou a ser mateiro?

Florêncio. Não. Só vivia mesmo com minha família.

E. Eram quantas pessoas da sua família?

Florêncio. Nós só somos três. Eu, meu pai e minha mãe.

E. O senhor ou seus pais foram presos?

Florêncio. Eles pegaram meu pai e levaram, mas depois trouxeram e não levaram para a cadeia, não.

E. Vocês chegaram a perder as terras?

Florêncio. Sim. Não tivemos mais condições de trabalhar. Acabou com tudo.

E. E depois desse período da guerrilha, como passaram a viver?

Florêncio. Foi o jeito vir para a rua e viver só da pescaria. A última vez foi hoje que eu cheguei do rio.

E. Como o senhor avalia o legado após a guerrilha em sua vida e da sua família? Eu pergunto porque a trajetória da sua vida com guerrilha foi uma situação, sem a guerrilha seria de outra forma.

Florêncio. Eu acho que se nós tivéssemos ficado lá com a nossa terrinha e com o que nós já tinha, hoje nós tinha para mais de uns dois milhões de condições. E hoje o que eu só tenho só é essa casinha, que é de herança. Porque meu pai deus tirou, minha mãe, deus tirou. Minha mãe ficou com problema desde essa época lá, de 1972. Com problema de saúde até o dia que morreu, adoeceu e ficou o resto da vida adoentada. O velho meu pai também ficou adoentado. Um dia tava bom, outro dia tava doente, até o dia que morreu também. Eu culpo tudo eles.

E. Senhor Florêncio, poderia relatar outros fatos importantes, com sua família ou outros companheiros seus, dessa época da guerrilha?

Florêncio. Tem um, mas esse ele já morreu há muitos anos e o casal de filhos deles, sumiu no mundo e eu não tenho nem notícia.

E. O senhor poderia relatar esses fatos?

Florêncio. Eles bateram muito nele em cima da serra das Andorinhas, aí trouxeram ele aqui para Xambioá, mas ele muito conhecido e quando ele chegou aqui, o pessoal daí tiraram eles foram levar ele de novo, de helicóptero, lá para a casa dele.

E. E o que aconteceu com ele depois desse episódio?

Florêncio. Ele já estava um homem de cinquenta e poucos anos e aí não resistiu. Passou pouco tempo e ele morreu. Aí os filhos já estavam grandes, não estavam refeito, mas estavam grandes. E aí eles desapareceram e ninguém nunca mais viu, não deram notícia. É possível que eles ainda estejam vivos, porque, na época, o menino era da minha idade e a menina mais nova.

E. O senhor teve outro parente afetado pela guerrilha?

Florêncio. Só o tio Raimundo mesmo, o bom de papo.

E. Senhor Florêncio tem outras questões que entenda importantes relatar, algo que eu não tenha perguntado e o senhor gostaria de mencionar?

Florêncio. O que eu acho importante é que eles entendessem e que recuperasse com a gente um pouco do que a gente perdeu. Porque até hoje a gente está nessa situação e que não tem condições de nada.

E. Senhor Florêncio, eu agradeço imensamente a sua contribuição, a sua disponibilidade em conceder a entrevista e eu prometo retornar aqui para trazer o resultado da minha pesquisa.

Florêncio. Obrigado a senhora.

Entrevista XII - Basílio Constâncio da Silva

Leitura do TCLE e realizados os esclarecimentos sobre a finalidade da pesquisa. O Senhor Basílio aceitou participar da pesquisa.

E. O senhor poderia falar o seu nome completo?

Basílio. Basílio Constâncio Silva.

E. O senhor nasceu nessa região ou migrou para esse local?

Basílio. Eu cheguei para aqui em 1953. A primeira vez eu vim e voltei, mas da derradeira vez que eu vim foi em 1953, que eu vim para cá e fiquei aqui, morando até hoje.

E. O senhor poderia falar sobre a guerrilha do Araguaia?

Basílio. Esse negócio da guerrilha, isso é tão chafurdado hoje, naquele tempo não, eu contava do começo até o fim. Hoje estou velho demais assim, perdi a memória.

E. Relate o que o senhor conseguir lembrar, está bem?

Basílio. Mas eu ainda me lembro de muitas coisas. Isso foi ainda em 1973, foi em 1972, quando veio a primeira missão. Em 1971. Foi em 1971, quando eles vieram aqui e tornaram voltar.

E. Quem são eles que o senhor fala?

Basílio. A polícia. A Federal. Quando eles entraram aqui foi no dia 15 de outubro de 1971. Quando veio o helicóptero, pela primeira vez e nós não conhecia o helicóptero. Quando eles passaram e aterrissaram na Esperancinha. Nós ficamos todos assombrados, com medo. Aí fomos embora para casa. Quando foi a boca da noite eles chegaram. Chegou o Pedrão, sargento Marra, o Manoel soldado, o Paulista, o Ribamar. Eu sei que vinha sete. O João Leão, eu sei que esse era forte. Eu morava fora com meu patrão, morava na fazenda, em um sítio, era assim afastado. Aí um menino tinha morrido e eu estava lá. Aí eles chegaram lá para nós ir aplicar uma injeção, lá no senhor José da Fava. E eu disse, mas esse bando de gente para aplicar uma injeção? Eles disseram, é porque nós não sabe direito. Eles arrumaram um pretexto assim, para não dizer o que era. E a minha mulher disse logo: ele não vai não, assim, como se ela quisesse manobrar e eu disse eu vou. Eles disseram vai ficar um homem aqui e ela disse, não quero homem aqui não, só ele. Eles me ofereceram um revólver e eu disse que não queria o revólver, porque para ir ali não precisava revólver. Aí nós saímos e quando chegou lá na beira do Igarapé, tivemos que deixar os animais. Tava tudo escuro e eles não queriam que eu focasse a lanterna, não queriam que falasse alto. Eu falei alto e disse que negócio é esse que vocês não querem explicar. Eu já tinha 35 anos. Aí eu falei que por aqui na mata tinha muita pedra, tinha cobra, naquele tempo tinha muita e não podia andar assim no escuro não. E eu disse que o caminho para o Zé da Fava era outra direção. Aí ele disse, não, é para nós ir para o acampamento, para pegar o pessoal da mata. E chegando lá não tinha ninguém no barracão. Não deixa que o Osvaldo, que tinha ido para São Paulo, para a bando de lá e chegou e veio correndo de lá para cá. Ele já sabia que a polícia estava no encalço dele. Ele vinha correndo de lá para cá para mandar mensagem para a Dina, que ela morava em cima da serra. Aí chegamos lá e não tinha mais ninguém, só a casa,

uma mala com um resto de remédio. Tinha só uns cachorros e uns animais na quinta. Aí nós voltamos para buscar os animais e já estava chovendo e nós corremos. Isso Foi do dia 15 para amanhecer o dia 16.

E. De qual mês e ano, o senhor lembra?

Basílio. Em 1971. Foi do dia 16 para amanhecer o dia 17 de outubro.

E. Entendi.

Basílio. Aí nós fomos correndo para pegar os animais. E nessa vinda vinha que vinha pegar os animais que o Zé. Aí o Zé, Zé. Ele foi até preso e já foi até deputado lá. Ele foi da guerrilha, o Zé. O Zé Genuíno. Você conhece o Zé Genuíno?

E. Sei quem é.

Basílio. Aí vinha o Zé Genuíno e se arrancar na casa de junto do Zé da Fava. Mas ele vinha muito puxado porque era longe de onde ele vinha para cá, para deixar o aviso para a Dina, para dizer que a força já estava a atrás deles. Mas ele já vinha muito enfadado e foi dormir logo e não se deu conta de nós. Quando foi de manhã viemos, nós dormimos lá na casa da velha Maria Viúva e voltamos de lá para cá. Aí quando foi negócio de sete horas, nós vimos o homem vindo de lá para cá. Aí eu falei, João lá vem um homem do pessoal. Ele perguntou, como você sabe? Sei por causa da boroca verde, da cor do exército. Ele disse, será? E eu disse é. Aí quando ele chegou o sargento Marra deu voz de prisão. Procurou de onde ele vinha e ele disse que vinha da Esperancinha e perguntou para onde você vai e ele disse que ia para a Gameleira. Aí ele disse está bom e quando ele emparelhou comigo ele disse, nós vamos meter as armas e é para pegar as armas deles. Aí eu recebi as armas dele. Aí prenderam ele, algemaram e saímos com ele. Quando chegou lá na frente perto do cemitério eles deram uma lapada de cipó nele, ele correu e entrou assim por dentro do cemitério e eles deram 5 tiros, mas não pegou nele. Ele caiu, ele se enrolou em um cipó e caiu. Aí o Pedrão foi e falou: matei o homem. Aí o Vicente Marra gritou, é para matar mesmo. Aí foram mexer com ele. Ele caiu, ficou ali quietinho. Aí eles levantaram ele e não tinha ferimento nenhum. Aí quando foi um dia lá em Brasília ele me disse, olha Basílio, naquele dia o tiro passou de raspão. Ainda está o branco da marca.

E. O senhor disse que participou da prisão do José Genuíno, então o senhor estava ajudando os militares nesse período?

Basílio. Era. Era os militares.

E. Por que o senhor decidiu seguir com os militares?

Basílio. Ou ia, ou não ia.

E. Por que o senhor foi?

Basílio. Porque era obrigado. Tinha que ir mesmo. Nós tudo aqui fomos obrigado. Teve gente que foi morreu de taca.

E. O senhor foi torturado?

Basílio. Não. Torturado não. Mas quando chegou o batalhão completo, eles me investigaram muito.

E. Consta que teria sido três campanhas do exército no período da guerrilha do Araguaia, entre 1972 a 1974. Como foi a sua participação nessas três campanhas?

Basílio. Quer dizer, a campanha assim quando eles virem trabalhar?

E. O senhor estava junto com eles nas três campanhas?

Basílio. Sim. Estava com eles, toda a vida.

E. E o que motivou o senhor acompanhar os militares?

Basílio. O que fez é que eu já tinha entrado. Quando eles vieram do Rio, já chegaram com o meu nome já estava no listão que era para ir trabalhar com eles. Era o jeito que tinha. O doutor Alberto, que era o da mata. Era o que destacava o batalhão, para um lugar ou para outro. Eu tinha que entrar como mateiro. Eu fui um dos primeiros mateiros que entrei. Eu tinha que acompanhar. Ou vai ou não vai.

E. Eu gostaria de entender a sua motivação. Se foi por vontade própria ou não.

Basílio. Não, nossa senhora me defenda. O que eu mais detestava era fazer isso, andar com esse negócio de bravura com o povo. Mas nesse tempo, mesmo que não quisesse tinha que ir. Fiz porque pegamos, mas não para matar. Mas para os outros me ativar para matar, não. Eu dei tiro para cima, para fazer a posição da gente.

E. Senhor Basílio, como o senhor avalia a herança, o legado em sua trajetória de vida em razão da guerrilha do Araguaia, o que foi mais marcante?

Basílio. Não, mas eu sou todo adoidado. Eu não entendo esse negócio, porque eu fiz, porque foi, qual é o resultado, o que é?

E. Eu me refiro à sua participação na guerrilha. Muita coisa aconteceu. Uma coisa é a sua vida com a guerrilha do Araguaia e outra coisa seria a sua vida sem a guerrilha do Araguaia.

Basílio. O que aconteceu que dessa vez que eu, que nós pegamos o Zé Genuíno, a própria Dina pelejou muito para me matar. Meu patrão foi preciso ir para São Paulo. O Pedrão foi preciso vir embora aqui para a rua. Porque ela andava com a turma dela nas casas para matar. Agora eu nunca não morri, porque deus não quis. Mas eles saíram fora com medo. O Paulista foi embora para São Paulo, para lá. Eu tive que ficar na mata porque a minha família era grande, eu tinha que trabalhar para dar de comer, eu era pobre. Mas eles passavam onde eu trabalhava e graça a seus eles não me viam. Contanto que ela chegou na mata, em uma reza, ela chegou na casa e perguntou senhora Emiliana, onde está o senhor Basílio? Ela disse, mas que homem pequeno terrível, naqueles tempos eu cansei de ver ele e depois nunca mais nos encontramos. Ela ainda matou um ainda. Ele morava nessa rua aqui, filho do Zé Pereira. Mas de perseguição comigo foi só essa mesmo. Outra perseguição comigo, não teve outra não. Aí eu terminei ficando por lá mesmo e aí foi o tempo que pegaram ela para lá.

E. O senhor poderia falar sobre outro fato marcante sobre a vida de seus familiares e outras pessoas nesse período da guerrilha do Araguaia?

Basílio. Tem mais umas duas outras coisas, mas não é interessante não. Não é questão de eu ter matado, de ter feito mal não. Eu tenho passado certas coisas, tenho tomado muito prejuízo. São coisas sem fundamento.

E. Isso que o senhor menciona tem alguma relação com a guerrilha do Araguaia?

Basílio. Não isso não tem nada a ver com a guerrilha não. É coisa particular.

E. Tem algo mais que o senhor gostaria de contar sobre a guerrilha, algo que eu não tenha perguntado e que o senhor considera importante?

Basílio. Não. Isso está bagunçado. Tem coisa que ele diz que fez e não fez. Mas, o mais eu não tenho o que falar não.

E. Senhor Basílio eu agradeço imensamente sua contribuição, que é muito importante para o país e obrigada pela disposição para a entrevista e prometo retorna aqui para trazer o resultado da minha pesquisa.

Basílio. Está bom. Está muito bem. Muito obrigado também.

Entrevista XIII - Antônio Alves de Sousa

Foi feita a leitura do TCLE. O senhor Antônio tem dificuldade para leitura e ele declarou que aceita ser entrevistado.

E. O senhor poderia falar o seu nome completo?

Antônio. Antônio Alves de Sousa

E. O senhor nasceu nessa região ou migrou para cá?

Antônio. Eu nasci em São Luís do Maranhão e me criei no interior, em Grajau. E vim para cá no 15 de julho de 1953, que eu vim para o Pará. De lá do Pará eu mudei para cá, vim para do lado aí das Abóboras e em 1978 eu atravessei para cá, para Xambioá.

E. Na época da guerrilha o senhor estava no Pará?

Antônio. No Pará. Eu estava nas Abóboras, no Pará.

E. Eu gostaria de saber sobre esse período da guerrilha do Araguaia e como o senhor atuou nesse episódio.

Antônio. O meu sofrimento através da guerrilha foi o seguinte, eu morava lá nas Abóboras.

E. O senhor era trabalhador rural?

Antônio. Eu era trabalhador rural, eu tinha uma posse lá, eu trabalhava lá, trabalhava de roça. Eu comprei um direito de uma terra de um senhor chamado Joaquim Cantuária e fiquei lá trabalhando, foi a época que eu me casei, foi em 1968 que eu me casei, aí foi a época que eu comprei essa terra lá desse Joaquim Cantuária. E quando foi na época da guerrilha, justamente foi em 1971 que começou, no final da era de 1971 para 1972, até 1974, foi quando eu fui despejado de lá.

E. Despejado por quem?

Antônio. Pelos militares. Eles me botaram para fora de lá, porque eu. Eles suspeitavam, tinham uma coisa comigo, não é? Porque eu comprei aquelas terras fiquei morando por lá, eu não saía de lá. Quando eu dei fé um dia eu fui atacado pelos militares, eu não me lembro o dia, porque a gente não gravou aquele dia do acontecido. Aí eu fiquei já detido dentro daquelas terras, lá dentro daquela casa por uns 3 ou 4 meses.

E. O senhor ficou vigiado o tempo todo?

Antônio. Vigiano nós, direto, noite e dia. Eu e minha família, nós ficamos já presos dentro daquela casa sem direito nem de sair fora, assim fora de hora. Nós tinha que ficar o dia por ali assim lá junto com eles e de noite, fechou as portas, ninguém podia mais sair.

E. O senhor podia trabalhar em suas terras nesse período?

Antônio. No tempo que eles chegaram eu estava fazendo farinha, desmanchando uma roça de mandioca para vender farinha para os castanhais. Porque naquele tempo a gente vivia disso, de vender farinha para os castanhais.

E. Eu gostaria de saber se o senhor poderia trabalhar em suas terras depois da chegada dos militares.

Antônio. Nunca mais eu trabalhei na minha terra.

E. E depois, o que aconteceu?

Antônio. O que aconteceu foi que eles mandaram eu sair fora, aí eu saí. Eles me botaram para fora da minha casa e eu saí, para outra casa mais afastada de um rapaz que já estava sendo preso, já estava com os militares, já preso, já estava em sofrimento e eu vim cá para a casa desse rapaz, uns mil metros distante da minha terra, da minha roça.

E. Entendi.

Antônio. Aí quando a minha mulher estava gestante, quando eles me botaram para lá, para fora, minha mulher estava gestante. Eu estava fazendo farinha primeiramente, eu tinha muita farinha feita, aí eles me botaram para fora. Aí foi época que chegou o dia de ganhar, aí eu fui pedir uma permissão para fazer uma farinha, tirar a mandioca e fazer uma farinha. Eu fui pedir a permissão lá na Base, nas Abóboras. Aí o chefe me deu a permissão, mas eu não peguei a autorização

assinada por eles. Ele perguntou vai arrancar hoje, eu disse não, só é amanhã. A minha mulher estava com seis dias de resguardo. Aí quando eu fui arrancar a mandioca eles me pegaram.

E. O senhor foi pego pela polícia?

Antônio. A polícia. Antes eles já tinham me botado para fora, porque eles suspeitaram que eu era vizinho da Dina. A Dina era minha vizinha, eles suspeitavam que eu era compartilhado com ela, mas só que eu não tinha palestra com ela de jeito nenhum, a não ser só bom dia ou boa tarde, porque ela passava na porta da minha casa.

E. Entendi.

Antônio. E por aquilo, por eles suspeitarem isso, eles me mandaram eu sair da minha casa e eu saí. Aí foi o tempo que a minha mulher ganhou neném e eu pedi a permissão para arrancar a mandioca e eles mandaram que eu fosse. E no dia, por volta de umas oito horas ou oito e meia e eu até pedir um menino chamado Jorge para ir comigo. Aí quando eu fui arrancar a mandioca, eles já estavam lá na roça me esperando. Quando eu fui chegando o jumento se espantou, que eu levei o animal para trazer a mandioca e aí eu olhei e eles já estavam com as armas apontadas para mim, aí eles já vieram com as garras em mim e me prenderam logo. Eles perguntaram para onde eu ia e eu disse que ia arrancar a mandioca que a mulher estava de resguardo e disse que eu tinha permissão ao chefe lá na Base para arrancar a mandioca e ele me deu. Aí eles disseram que nada, vagabundo, tu vai arrancar a mandioca é para fazer farinha para a Dina, aí eles meteram a mão em mim. Eles tiraram o cordão que eu tinha amarrado na cintura para pendurar o facão e amarraram as minhas mãos para trás com esse cordão. Aí eles me tocaram e me deram logo uns murros, umas pesadas, me derrubaram. Aí foram me identificar para eu contar a história, mas eu contava a história e nada, eles não acreditavam. Quando eu cheguei na estradinha que ia para a minha casa eles me deram um tapa assim de novo e eu fui parar do outro lado da estrada. E seguiram comigo. E o menino, que ia comigo, eles mandaram embora. Mandaram ele ir e disseram: você vai e não é para abrir a boca para ninguém. Ele foi, levou o animal, foi para a casa do pai dele.

E. Entendi. Pode continuar.

Antônio. E de lá mesmo eu voltei para casa e a minha mulher estava com seis dias de resguardo e uma menina de um ano e meio foi quem ficou com ela, olhando. E eu lá, quando ela ganhou, eu era quem cuida. Não tinha nada em casa. Eu tinha muito na roça, tinha de tudo, mas não deixaram mais tirar nada. Aí eu arrumava, às vezes, assim aquelas coisinhas, quando tinha e eu

era quem fazia o de comer, lavava a roupa, porque os vizinhos não vinham ajudar porque todo mundo estava preso em casa e não tinham licença para ir na casa de ninguém. Aí foi quando eles vieram e me pegaram. E minha mulher ficou lá sozinha, sofrendo, por três dias, aí foi que avisaram para os pais dela e aí levaram ela lá para o centro e passaram a cuidar dela e a casa ficou lá abandonada.

E. Quando o senhor foi preso eles levaram para onde?

Antônio. Eles me levaram para Xambioá.

E. Direto para a prisão em Xambioá?

Antônio. Eles me pegaram lá dentro da mata, me tocaram para a Base das Abóboras e de lá da Base das Abóboras, no outro dia ele me levaram para Xambioá.

E. Levaram dentro do helicóptero?

Antônio. Dentro do helicóptero. Me trouxeram para cá. Chegaram aqui eles me jogaram lá no chão e me pegaram lá e passaram uma corda assim no meu pelo pescoço, passaram uma corda pelo meu pescoço. Aí me levaram lá para um pé de coco, sem folha, nada, tudo exposto assim no sol. Aí naquele pé de coco o que tinha era formiga de fogo, aquele monte de formiga de fogo. Eles pegaram, me amarraram no pé de coco com os braços para trás, passaram uma corda aqui nos pés, com as costas no pé de coco. Aí eles assanhavam aquelas formigas e elas tomaram conta do meu corpo. Eu estava só de *short*, porque quando eles me pegaram eu estava trabalhando na roça. Aí eles, de vez em quando, eles iam lá e assanhavam aquelas formigas de fogo, era muita formiga. Assanhavam as formigas e me batiam. Davam tapa na cara. Batiam com o meu facão assim no peito e da barriga. Era de hora em hora eles iam lá. Eu fiquei nessa situação das dez horas da manhã até as cinco horas da tarde. Com cinco horas da tarde eles me tiraram de lá e me levaram para a barraca do torturamento e foram me identificar. Eles mandaram eu sentar em uma bola de arame farpado. E eu sentei porque eles estavam assim, um de um lado e o outro do outro, com as armas apontadas para minhas costelas assim, com os dedos no gatilho. Eles diziam, fala o que tu fez para a Dina? Eu dizia que não tinha nada para falar porque eu não tinha nada com ela, ela nunca me pediu nada, nunca vendi nada para ela, nunca trabalhei com ela. Ela fazia o trabalho dela para lá e eu fazia o meu e só via quando ela passava na frente de casa ou eu passava na frente da casa dela e a única palestra que eu tinha com ela era só bom dia, boa noite. Mas eu falava e eles não acreditavam naquela. Aí me mandaram sentar naquela bola de arame e eu sentei. Aí eles pegaram aquela máquina lá, aquele

trem de choque e botaram aquele negócio no meu beíço e na minha orelha. E dava aqueles choques assim, dava aqueles choques, aqueles choques e eu não sei nem como eu fiquei. Aí quando terminavam aqueles choques, perguntavam de novo a mesma coisa e eu falava a também a mesma coisa e eles não acreditavam e ficou assim até que eles me tiraram e me levaram para um curral de arame.

E. Esse era um local de prisão?

Antônio. Era uma prisão no meio do sol quente assim.

E. Ficava à céu aberto?

Antônio. Aberto, não tinha nada, só cerca de arame, uns doze fios de arame passado assim. Uns vinte homens já estavam lá dentro. Aí quando eu cheguei lá naquela barraca estavam o José Novato todo quebrado, tava o Beca, e tava o Darci Alves Taveira, lá naquela barraca, o Beca e o José Novato. O José Novato estava deitado lá no pé da barraca do torturamento, todo quebrado, todo ensanguentado e o Beca tava lá dentro do chiqueiro lá. Porque era um chiqueiro mesmo. E o Darci estava sentando assim, também todo quebrado. Aí me pegaram e me levaram lá para aquele chiqueiro. E aí botaram o Beca e o José Novato também levaram para essa prisão e nós ficamos presos lá. E quando foi no outro dia eles me tiraram novamente e mandaram eu contar a história e eu tornei a contar a história do mesmo jeito que já tinha contado primeiro, porque não tinha outra conversa, era só aquela mesmo. Eu só contava o que tinha acontecido. Era o que eu podia contar. Mas eles não acreditavam, tornaram a me dar choque, me bateram muito. De maneira que foram cinco dias nesse sofrimento.

E. Cinco dias de tortura?

Antônio. É, de tortura, cinco dias. A última coisa que eles fizeram comigo, foi um senhor de Romeu, um cara lá que eles chamavam de Doutor. Porque naquela época todo mundo era doutor, podia ser um bode, mas eles chamavam de doutor. Aí eles mandaram pegar um negócio lá e o Romeu foi lá e pegou um troço e botaram na minha cabeça assim por trás e começou a acochar a minha cabeça assim, para mim a minha cabeça ia esticando assim. Aí me identificavam e eu olha, vocês podem me matar, podem fazer o que quiser comigo, eu não tenho outra história para contar. Eu falei para eles, primeiramente eu estou na mão de deus e depois na mão de vocês e eu só conto o que aconteceu. Eu nunca comprei nada na mão deles. Eles nunca compraram nada na minha mão, eu tinha o meu trabalho e eles tinham a vida deles para lá e eu tinha a minha. Eu falava e eles não acreditavam e continuava aquela tortura. Aí teve um

momento que eu senti aquela queimadura na cabeça, via faísca de fogo, assim e pensei que tinha estourado a minha cabeça, aí passei a mão pensando que era sangue, mas não era não, graças a deus não tinha estourado a minha cabeça. Chegou um e mandou eles parar, eles pararam. Aí foi a última coisa que eles fizeram comigo. Aí me botaram lá no curral. Aí ficou eu, ficou o Beca, ficou o Zé Novato, Darci, o Doutorzinho, Raimundo Preto, o Hermógenes, o Zé da Graça. Esses eu falo por nome porque eu conhecia e o outros eu não sabia os nomes e não podia perguntar para eles.

E. Entendi. Pode continuar.

Antônio. Quando estava com uns nove, doze dias mais ou menos, aí fugiu um companheiro, chamava José Madaleno, ele estava dentro do buraco, perto de nós. Aí naquele dia foi um dia sofrimento para nós, já era seis hora da tarde até que pegaram aquele homem e trouxeram ele de volta para trás. Aí com três dias, pegaram ele lá, levaram lá para o barraco de torturamento e bateram nele, bateram e de cá a nós não via nada porque tinha umas palhas de coco, mas ouvia, sabia o que estava acontecendo. Aí quando um guarda estava chegando, para a troca de guarda, aí deram um tiro para lá e o guarda falou aquele já era. E aqui tem um de você que está no mesmo caminho. Amanhã será um de vocês. Aí ficou eu, o Zé Novato e o Beca e nós ficamos pensando, não sabíamos quem era de nós que ia. Porque eles condenavam nós três, mais do que outros. Eu porque era vizinho da Dina, o Beca porque era comerciante e vendia aquelas mercadorias para eles e o Zé Novato porque era Tropeiro, naquela tempo não tinha carro e ele fazia o transporte de mercadorias. Aí eles condenavam nós três. Aí ficamos pensando, só nós três ali juntos. Eu dizia, estamos na mão de deus, vamos confiar em deus. Aí quando foi no outro dia cedo, eles mandaram chamar o Beca e disse para pegar três companheiros para ir tirar umas palhas de coco. Tiramos umas duzentas palhas de coco. E aí quando nós íamos saindo perguntamos: doutor quem vai nos acompanhar? Ele disse só vocês quatro e se fugir vocês é quem sabe se querem fugir daí. Aí, na volta, nós perguntamos de novo quem ia levar nós para tomar banho e eles disseram, vocês sozinhos. Aí fomos e tomamos banho e foi o dia que nós bebemos água boa, foi nesse dia que pegamos água do Araguaia e trouxemos. Porque a água que eles davam para beber na prisão ficava em um tambor com lodo, exposta ao sol, abanava com o litro e pegava a água e dava para nós beber lá na prisão, essa água era quente e não era água boa. Bebia porque era obrigado a beber. Aí pronto, foi maneirando mais a coisa para nós.

E. Entendi. Pode seguir com o relato.

Antônio. Naquela hora que nós fomos para tirar as palhas de coco, nós passamos assim perto do barraco e olhamos assim e vimos aquele lago de sangue. Era o sangue daqueles que fugiu, o José Madaleno e que eles tinham matado. O que estava no buraco.

E. O buraco que o senhor se refere é o buraco do Vietnã?

Antônio. Eu não sei. É um buraco cercado por cima. Aí depois daquele dia melhorou a situação para nós, foi melhorando a situação para nós. Aí quando foi com 22 (vinte e dois) dias que eu estava preso, aí chegou um lá e disse assim: hoje o seu Beca, José Novato, o Doutorzinho e o senhor Antônio Precatão, estão de parabéns, porque hoje nós vamos botar eles lá onde nós achamos. Aí depois falaram, ah lembrei, hoje não vai dá não, porque o avião não pode vir. Aí nós comentamos que se eles liberassem hoje nós íamos por conta própria. Aí o Beca comentou com o guarda que estava lá e disse doutor se liberasse hoje nós íamos embora. Aí pegaram nós e botaram em uma voadeira e nos levaram para São Geraldo e chegando lá fizeram uma reunião conosco e disseram que tudo que nós ouvimos e vimos lá na Base era para ficar de boca fechada, porque tinha passado só o pente fino e se falasse algo seria passado o pente grosso e não ia sobrar para ninguém porque e iam pegar a família toda, vai arrastar, pai, vai arrastar mãe, vai todo mundo. E ficamos na obrigação de ir na Base em Xambioá, de 15 dias em 15 dias. Tinha que andar a distância de 22 (vinte e dois) Km para se apresentar lá na Base. E eles perguntavam se nós tinha visto o pessoal. E nós dizia, não vimos não. Vinha só para dizer isso. E nós voltava.

E. E passaram quanto tempo fazendo essas visitas?

Antônio. Foram cinco meses. Aí com cinco meses liberaram nós.

E. Senhor Antônio, qual o fato mais marcante em sua vida devido essa guerrilha?

Antônio. De tudo que eu passei, o que foi mais foi eu ter deixado a minha esposa na situação que eu deixei e por ter perdido tudo que eu tinha.

E. O senhor perdeu sua terra?

Antônio. Tudo, tudo. Nunca mais tive o direito de ir lá dentro e não pude tirar nada de lá de dentro.

E. Sabemos pela literatura que foram três campanhas realizadas pelo exército durante a guerrilha do Araguaia, no período de 1972 a 1974, o senhor sabe dizer qual era o contingente de policiais?

Antônio. Não, essa parte eu não sei direito. Mas disseram que a primeira era quatro mil, porque eles vinham de avião e vinham por terra também. Depois disseram que vieram oito mil homens e depois dez mil homens. Assim a gente não sabe dizer a quantidade direito não.

E. O senhor chegou a ser guerrilheiro, guia ou mateiro durante a guerrilha?

Antônio. Não senhora. Só de dentro da minha terra, de onde eles me jogaram para fora. De lá eu fui para essa outra casa onde o rapaz já estava nas mãos dele também e de lá eu não saí mais e de lá eu ainda fui para a fazenda do José Novato, a fazenda Boqueirão, onde eu passei uns cinco meses e de lá eu vim embora para cá, porque lá eu não pude mais ir.

E. Qual foi a herança, os impactos, da guerrilha do Araguaia na sua vida e da sua família?

Antônio. Assim, como de alguma coisa?

E. Assim, quero dizer, herança não é a melhor palavra, mas se não tivesse ocorrido a guerrilha sua vida seria uma situação, com a guerrilha é outra coisa.

Antônio. Aí o que aconteceu é que do aproveitamento dessa situação foi só uma indenização que eles me pagaram depois.

E. Desculpe senhor Antônio, mas essa pergunta não se refere a dinheiro, é sobre os impactos que a guerrilha provocou em sua vida e da sua família.

Antônio. Eu fui trabalhar para os outros, nas terras dos outros. Eu trabalhava de diária para os outros, de juquirá.

E. O senhor poderia indicar outro fato sobre a guerrilha na vida de seus parentes ou de seus companheiros?

Antônio. Sei que tem uns deles aí. Aliás a maior parte deles perdeu tudo também. Tem um, o Darci Taveira, que perdeu um irmão, que foram presos juntos. Esse que tiraram da cadeia e um mês e pouco depois ele morreu porque estava todo arreventado.

E. Ele morreu em consequência das torturas?

Antônio. Das torturas. Ele morreu arreventado das torturas. Quando saiu da cadeia ele ficou botando sangue pela boca, estava todo arreventado. O Darci também que, na verdade ainda é vivo, mas sofreu muito tempo na cadeia, ficou todo machucado e ficou assim ruim da cabeça. Tem o também Félix, esse eu vi com a perna quebrada lá na Base, foram os militares que

atiraram nele. Ele tinha 13 ou 14 anos e ele ficou com a perna dura. O pai desse Félix também foi um homem que sofreu e morreu depois. Ele ficou toda a vida com problema.

E. Tem algo mais sobre a guerrilha que o senhor lembra e que seria importante relatar?

Antônio. Tem muitas coisas que a gente viveu, mas não passa mais no sentido.

E. Senhor Antônio, eu te agradeço imensamente pela sua disposição em colaborar com a minha pesquisa e pela disponibilidade em conceder a entrevista. O seu relato é muito importante para a memória, para o país, para as gerações futuras e eu me comprometo a retornar aqui para trazer o resultado da minha tese e conversaremos.

Antônio. Por nada.

Entrevista XIV - Leonardo Miranda Silva

Leitura do TCLE e pedido de autorização verbal para a entrevista, o qual aceitou.

E. O senhor poderia falar o seu nome completo?

Leonardo. Meu nome é Leonardo Miranda Silva

E. O senhor nasceu aqui ou veio de outra região?

Leonardo. Não, eu sou Maranhense de primeira, mas cheguei aqui aos 25 anos de idade.

E. O senhor lembra o ano que chegou nessa região?

Leonardo. Eu não lembro o ano não.

E. O senhor lembra quantos anos tinha na época da guerrilha do Araguaia?

Leonardo. Acho que era 35. Eu vou inteirar 78 anos agora no dia 08 de outubro.

E. E nesse período da guerrilha do Araguaia, no período entre 1972 a 1974, onde o senhor estava?

Leonardo. Naquela época, entre 1972 e 1974 eu estava no Pará brocando uma roça.

E. O senhor tinha terra na época?

Leonardo. A terra lá era comum. Eu estava tirando uma terra. Pode dizer que tinha porque eu estava tirando uma terra e já tinha até os aceiros.

E. Entendi. Pode continuar.

Leonardo. Aí eu estava lá brocando uma roça. Eu era chegante lá, eu ainda não conhecia as matas direito. E naquela época eu caçava veado mateiro, paca, essas coisas para comer, porque naquele tempo era o dilema do homem da mata, não é? E eu mandei um companheiro caçar umas esperas pra nós e o companheiro foi. Aí eu falei para ele quando desse de duas para três horas era para ele vir me chamar aqui para nós ir esperar as caças. Aí quando foi três horas assoviaram assim e eu respondi. Para ver quando a coisa é para atentar. Eu ouvi um assobio e respondi, eu respondi com assobio e disse já vou e quando eu dei fé eu já estava rodeado com 16 (dezesseis) soldados. Eles me arrodaram e me deram ordem de prisão e perguntaram o que é que você está respondendo aí? E eu perguntei, e quem é que vocês estão chamando aí? Eu falei que mandei um companheiro caçar uma espera para nós esperar e ele me dá um aviso, assoviando. Aí falaram, que nada rapaz, você está avisando os terroristas. Tu é terrorista, olha a cara do safado, tu tá coligado com eles. Nós aqui não sabíamos o que era terrorista, não sabia não. Aí eu botei a foice aqui no ombro e mandaram eu baixar a foice e aí eu abaixei. Me chamaram assim mais para fora. Aí me levaram para o meu barracão, que estava assim perto e mandaram eu trocar de roupa, porque a minha roupa estava toda rasgada de serviço. Aí eles disseram, eu quero que você vá até as Abóboras, que era lá no acampamento, que o ponto da castanha, do dono do castanhal, mas já estava cheio de soldado e eu não sabia. Naquela época eu já tinha título de eleitor e o registro de nascimento. Aí me lembrei e botei no bolso. Aí eles me levaram.

E. Para onde eles levaram o senhor?

Leonardo. Levaram lá para o ponto. Para a sede. Era sede das castanhas, dos castanheiros e era sede dos soldados. Tinha uns duzentos e tantos. Aí, logo eu ouvi ele falando, naqueles rádio amador, porque tinha uma Base bem ali. E perguntaram quem é? É terrorista? Eles disseram não, é um suspeito que está ajudando terrorista. Com pouco, chamou o avião e chegou o helicóptero e ele mandou eu entrar.

E. Levaram para onde?

Leonardo. É no helicóptero, que foi buscar nós lá. Aí eu falei, vocês estão procurando é outro, não é eu não, eu não tenho caso de estar aqui arrodado de polícia não. Falaram tu tá conversando, tá conversando. É tu mesmo, olha a cara do sem vergonha. Aí botaram no avião e quando voaram, lá adiante eles tiraram o capuz e mandou eu olhar para baixo, porque tinha um capuz na cabeça. Um deles me empurrou como se fosse derrubar, mas era para fazer medo. Mas não tinha caso para eles mexerem comigo. Aí quando chegou lá mais adiante eu tornei lembrar, gente vocês estão errados, o homem que vocês estão caçando não sou eu não. Que não é tu rapaz, tu tá é com sem vergonhice, tu é um sem vergonha mesmo, está ajudando os terroristas.

E. Trouxeram para a Base em Xambioá?

Leonardo. É bem aí na beira do rio. Era a Base. Tinha era muito soldado aí. Aí quando eles chegaram para me botar no chão, porque aquilo é alto do chão para descer, eles me empurraram. Quando me empurraram eles me derrubaram na piçarra. Tem gente que não sabe o que é piçarra. Piçarra é aquele lugar onde só tem pedrinha pequena.

E. Entendi.

Leonardo. Aí me empurraram lá que eu caí e me ralei, ralei o joelho quando eu caí lá no chão e minha mão ia amarrada aqui. Empurraram e falaram, levanta e eu fui levantar e botaram eu para correr. Como é que corre? Eles largavam o pé na bunda, com perdão da palavra. Até que me levaram lá numa casinha onde penduravam a gente.

E. E penduram o senhor?

Leonardo. Penduram no pau de arara, mulher. Pois é, aí me levaram, me bateram, davam pesada quando eu caía. Até que eu cheguei lá na casinha e eles pegaram assim como se fosse uma sola, um pedaço de sola com uma fivela. Pegaram uma mão minha e essa perna aqui e a outra também do mesmo jeito, ficaram amarrada uma na outra e eles meteram um pau no aqui entre um e outro. Lá debaixo da casinha tinha uma travessa e eles me pegaram de um lado e outro de outro e me botaram lá dependurado, de cabeça para baixo.

E. Entendi. É o instrumento que eles chamam de pau de arara.

Leonardo. Pau de Arara, é. É a coisa mais ruim que tem no mundo, mais antes o sujeito morto. Eu pedi muitas vezes para morrer. Mas a gente não morre antes da hora não, é o jeito. E lá o que eles faziam lá comigo? Um acolá na máquina com macaquinhos na orelha para dar choque,

chega arreganhava os dentes. Dava choque, chega aluía a gente. E eu dizia eu vou morrer aqui. E eu só dizia, assim, de vez em quando, não é eu não. E eles, que não é tu não, sem vergonha. Quem disse que não é tu? É tu mesmo. Tu vai até morrer. E eu disse, mas como não matam logo, pô. Porque tem hora que a gente zanga.

E. Claro.

Leonardo. E aí, como é que não matam logo? E aí o choque aqui e o revólver aqui no ouvido e diziam, tu vai descobrir quem é que tu tava assoviando, quem é que tu tava respondendo. Mas lá foi que me judiaram. Lá foi que me judiaram demais e nesse judio, eu não sei nem que hora era, quem está pendurado não está vendo, nada. Mas eu faço base que eles me botaram no chão de vez, eu faço base, não é vaidade não, mas eu acho que me judiaram assim até umas nove horas da noite. De vez em quando, que já tava para acabar de morrer, eles baixavam assim por uns três minutos, quando chegava assim soltava a gente, chega ficava com a cabeça torta. Se pegasse pela croa da cabeça, morria, porque deixava cair no chão de uma vez.

E. Essas torturas começaram pela manhã e seguiram até as nove da noite?

Leonardo. Não. Não era de manha não, era de tarde, eles me pegaram lá foi o negócio de umas três horas da tarde.

E. Entendi.

Leonardo. Aí que chegou lá o chefe, que chamava doutor César, um velhão e disse: pode soltar esse homem, porque ele não deve nada não, porque se homem devesse, que está numa situação dessa, já tinha falado. Aí eles me pegaram, me soltaram e me botaram dentro de um curral de arame. Lá já tinha um bocado de presos, não sei nem quantos. E a polícia era ao redor, para não escapulir. Mas lá não saía, era arame farpado, topado um no outro, não tinha como sair. Lá, nesse clamor eu passei, mas judiar, eles só judiaram esse dia, mas também eu não prestei mais para nada, no outro dia eu amanheci me arrastando, não podia ir para lugar nenhum, era a coisa mais ruim do mundo. Lá eu passei oito dias, lá na Base, preso nesse curral. Com oito dias eles me tiraram e botaram em outra cadeia, a amarelinha, que é uma cadeia que tem aqui tem aqui em Xambioá, que tinha aí, hoje já é outra coisa. Passei outros oito dias, aí já ia fazer 16 dias, que eu tava preso. Lá eles não me bateram mais também não, de porrada, de pau, só me humilharam muito, como eu já contei, pendurado, choque, revólver na boca. Aí quando deu fé chegou uma caminhoneta e levou nós para Araguaína, oito. Lá em Araguaína eu passei 24 (vinte e quatro) dias na prisão.

E. E em Araguaína, nessa cadeia, como foi o tratamento lá?

Leonardo. Na cadeia, dormindo no chão, sem mudar a roupa, fome não, mas a gente não come mesmo com raiva. Mas mal cuidado, mal zelado, não tinha sabão, uma vida de cachorro. Um sofrimento daquele, morrer é melhor. Quando inteirou 40 dias que eles soltaram nós. Soltaram, não, o chefe mandou reunir nós daqui de Xambioá e falou assim, vocês agora de manhã vão dar um voo. E um dizia assim, é para Goiânia e se levarem nós para Goiânia, estamos mortos. Mas não era para Goiânia não, era aí para a Base e aí na Base eu passei ainda dois dias e aí eles mandaram eu atravessar, porque meu povo morava tudo do outro lado, só quem tava dentro da mata era eu, porque eu trabalhava na roça. Eles me botaram do outro lado, eu fiquei um bocado de dia de recesso e era obrigado vir aqui onde eles, de vez em quando, até quando eles largaram de mão.

E. O senhor lembra quantos dias ficou preso?

Leonardo. Foram 40 dias. 16 dias aqui e 24 dias em Araguaína. Passando fome, passando raiva, dormindo pelo chão, não é bom nem a gente nem contar.

E. O senhor lembra quantas campanhas do exército foram realizadas nesse período da guerrilha?

Leonardo. Não, eu só lembro bem dessa. Parece que foi em 1972. Eu não lembro bem porque meu juízo já borrifou.

E. Em que condições o senhor participou da guerrilha do Araguaia? O senhor foi mateiro ou guerrilheiro?

Leonardo. Não, eu só estava era brotando a roça. Eu era morador, só trabalhador mesmo, eu já tinha tirado essa terra de área devoluta. E eles ainda falaram que se eu pisasse lá eles me matavam.

E. O senhor conhece alguém que foi para o enfrentamento da guerrilha junto com os guerrilheiros?

Leonardo. Ali tem o Romualdo. Ele mora bem ali na rua Mato Grosso, aqui mesmo nessa cidade, mas ele foi só como mateiro.

E. Eu gostaria que o senhor falasse sobre os impactos da guerrilha em sua vida e na vida de sua família.

Leonardo. Impacto? Eu não estou entendendo.

E. Quando eu falo impacto seria para o senhor comentar o que foi mais difícil em sua vida por causa da guerrilha.

Leonardo. O mais difícil mesmo, quando um sujeito entra numa coisa daquela, toda coisa é difícil. Mas pra mim, não teve coisa mais ruim do mundo do que eu ficar dependurado, no pau de arara.

E. Senhor Leonardo, tem outras questões que eu não tenha perguntado, mas que o senhor entenda que é importante mencionar, sobre a sua vida, da sua família ou de seus companheiros?

Leonardo. Não, história dos outros eu não sei contar. Porque tem gente que fala, mas eu não posso falar não, porque eu era preso, não saía para lugar nenhum, então eu não posso contar.

E. Entendi. Tem algo mais que o senhor queira contar?

Leonardo. Não, eu não acho importante não, meu juízo já é borrifado e varia e eu posso ficar conversando besteira. Eu sofri muito e pedi a deus que nunca mais acontecesse um caso daquele comigo e com ninguém o que aconteceu comigo. Eu tinha umas menininhas pequeninhas que ficaram lá e essas meninas nem mãe tinham mais, quando eu deixei elas lá na mata. Porque minha mulher já tinha morrido e eu já tinha outra mulher com quem eu já tinha me juntado, que tinha três filhos e eu tinha dois e ficaram tudo lá dentro da mata, sofrendo e passando fome nesses 40 (quarenta) dias. 40 dias e foi muitos anos, porque o lavrador se ele perder uma roça são dois anos de fome.

E. O senhor pôde continuar trabalhando em sua terra?

Leonardo. Não. Eles não deixaram eu continuar meu serviço. Eu perdi a terrona e quem ficou lá, hoje tá rico.

E. Senhor Leonardo eu agradeço muito sua disponibilidade em conceder a entrevista, o seu relato é muito importante para a memória do país. Muito obrigada pela sua disponibilidade, peço desculpas por ter que perguntar sobre esses fatos dolorosos, mas não tem outra forma.

Leonardo. Mas é a idade que eu já tenho também e a gente varia. Eu também quero pedir desculpas a você, porque eu estou dando essa entrevista porque eu tenho boa vontade, mas não é que eu lembre de tudo. Eu teria prazer em lembrar de toda a história.

E. Muito obrigada e eu prometo retornar aqui para trazer o resultado da minha pesquisa e espero encontra-lo com saúde para nos encontrar e conversarmos.

Leonardo. Está bem, está certo.

Entrevista XV - Raimundo Torres da Silva

E. O senhor poderia dizer o seu nome completo?

Torres. Meu nome é Raimundo Torres da Silva

E. Senhor Raimundo, desde quando o senhor mora nessa região do Araguaia? Nasceu aqui ou veio de outro Estado?

Torres. Não, eu nasci no Maranhão, mas eu vim para cá há muitos anos. Desde 1966 que eu moro aqui, na cidade de Xambioá.

E. Eu gostaria que o senhor contasse sobre a guerrilha do Araguaia, que ocorreu entre 1972 a 1974 e como se deu o seu envolvimento nesse episódio.

Torres. Provavelmente em 1972 que eu entrei dentro dessa guerra.

E. Como aconteceu esses fatos, o senhor pode relatar como aconteceu?

Torres. Esse fato foi um caso que eu não queria ir lá para o Pará, mas meu pai mudou para lá. Aí meu pai vendeu nossas terras aí e foi embora para lá, porque nós morava aqui. Nesse tempo chamava vão da serra, o assentamento onde nós morávamos. Aí eu tomei a ideia de casar e ficar aqui, para não ir para lá. Porque eu já conhecia o Pará, lá era meio sofrido, na época do inverno era muita água, não tinha caminho, não tinha transporte. Mas aí veio um parceirão do meu pai, que tinha chegado para lá e pediu para eu ir ajudar meu cunhado derrubar umas capoeiras para fazer uns pastos para uns animais que ele levou. Aí eu vim aqui, peguei a mulher e fui. Aí já

estou ajudando ele derrubar uma roça, que já estava terminando, quando chegamos em casa de tardezinha, aí meu pai falou, olha tem uma intimação do exército.

E. O senhor lembra a data desse fato?

Torres. Foi em 1972, mês de junho, não, mês de outubro.

E. Entendi.

Torres. Aí meu pai falou, olha menino tem uma intimação aqui, da Base ali das Abóboras, que a nossa Base chamava Abóboras. Era acampamento de castanha. Naquele tempo tinha aquele movimento de castanha aqui no Pará. Mas o significado ninguém sabia. Mas no outro dia todo mundo foi. Largou o serviço e foi. E chegando lá estava um Comandante do exército, um bocado de cabo, dois superintendentes do INCRA, estavam tudo envolvido. Aí passou a contar para nós, eles disseram nós queremos que vocês ajudem nós acabar com esse povo, que era os guerrilheiros, era os terroristas chamado, porque com a ajuda de vocês será mais fácil. Porque nós tem medo de andar na mata, nós não conhece a mata e vocês já estão acostumados. Se der de ir com a gente, nós vamos dar a assistência, para quem achar. Sendo que é a lei, nós tinha que ir. Aí o representante do INCRA disse nós damos vinte alqueires de terra, demarcada e documentada para quem ajudar. Aí já estava no pé que estava, não tinha outra opção e nós ia com eles todos os dias da semana, ficamos indo e vindo.

E. Por que o senhor aceitou de ir servir de manteiro para o exército?

Torres. Porque já estava lá dentro. Eu estava lá, minha família, meu pai, meu irmão, tudo já morava lá e se cismasse e não fosse era pior.

E. O que acontecia se não fosse?

Torres. Eles mandavam matar, amarrar, bater. O cara ia dormir no chão, mas tinha que ir, a lei é do comandante. Aí ficou, um dia no mês de abril eles me escolheram. Eu não lembro o dia. Mas nesse dia eles juntaram era uns doze. Isso juntavam umas duzentas pessoa, cento e cinquenta, a semana inteira. Dois dias por semana, tinha o dia de sexta-feira tinha um tal de médico lá dentro, médico assim, era só para fazer curativo, de acidente. Aí me escolheram nesse dia para eu ir para a mata e falou para o cara, ajeita aí os homens e passou uma divisa, eles botavam uma fita na testa de cada um. Quando foi para ir para a mata eles me perguntaram, você tem arma? Eu disse não.

E. Eles forneceram armas para vocês.

Torres. Eles davam uma vinte com três cartuchos. Era só a armação deles. E comer era só uma sardinha por dia, se comesse duas, passava fome e não era para vir para cá. Pegasse missão de 15 dias não era para vir antes de terminar aquela missão de 15 dias.

E. Entendi.

Torres. Só se por acabasse topasse no pessoal e desse um tiroteio de tiro e aí faltasse uma munição, uma coisa. Aí ficavam uns lá e vinham uns.

E. Vinha buscar munição?

Torres. Só para buscar. A ordem dele era essa. Chamava doutor Hélio, esse comissário que comandava essa turma lá.

E. Entendi.

Torres. Aí nós baixamos lá. Eu fiquei oito meses sem ver minha filha. Graças a deus eu vi eles fazerem uma umas coisas, mas que eu não fiz parte. Quer dizer, eu fiz parte assim, porque eu estava no grupo.

E. Quando o senhor diz que não fez parte, significa que não matou?

Torres. É. E não foi matado também, provavelmente. Foi pegado um cara, que andamos um dia e meio no rastro dele aí conseguimos, através de outro mateiro. Nós achamos ele, dentro de uma gruta, cozinhando uma mandioca, uma marmitinha de mandioca, já era a base de uma meia, uma hora da tarde. Nós fomos assim, chegamos assim devagar, nem conversar, não conversava. Nós apontamos a vinte para ele e aí o cara no chão apertou o gatilho. Aí eles atiraram nele. Eles disse que atirou no braço dele, mas é mentira, atirou nos peitos dele e pegou assim no braço, quebrou o braço dele. Aí botou em cima do cavalo e o cavalo não aguentou não. Um homem magro, magro, tinha assim uma coisa no pé chega tava assim fora o osso. Aí eles mandaram buscar um burro, amarraram ele e saíram arrastando no chão. Amarraram pé e mão nas cordas e saíram arrastando.

E. Ele estava morto?

Torres. Estava não, ele estava vivo. Vivo.

E. O senhor sabe o nome dele?

Torres. Chamavam ele de Francisco. Eu não sei o sobrenome.

E. Ele era morador?

Torres. Não, ele era povo da companhia dos terroristas aí. Que largou o que tinha. Eles moravam um bocado nos Caianos e largaram as casas, tudo e correram quando o exército atacou.

E. Entendi.

Torres. Eles pegaram ele e fizeram essa judiação. Aí eles faziam fogo de pau e quando acabaram de queimar o pau eles arredavam assim aquela grade e sentava ele em cima da brasa. Para ele dizer, dar notícia dos outros, mas ele estava só, dizia eu não sei de ninguém não. Vocês são covardes, ele só o que ele dizia era isso. Aí ficamos o dia todinho envolvido lá, em volta desse esse homem lá. Aí eles levavam ele lá para o rio, para o córrego das Abóboras, eles afogavam ele no rio e quanto tava para morrer eles tiravam e assim. Aí quando foi de tardinha o comandante despachou nós e eles ficaram com ele lá. E disse que a noite eles deram um fim nele. Tinha um rapaz, um primo meu que trabalhava lá e me disse que aquele rapaz eles mataram.

E. Entendi.

Torres. Aí nisso, foi em 1972, 1973, aí mês de agosto, a polícia foi se afastando.

E. Consta que foram que foram três campanhas, em 1972, 1973 e 1974, o senhor lembra?

Torres. Mas para nós aqui em 1973, terminou. Porque era município nesse tempo era Conceição do Araguaia, hoje é São Geraldo. Aí eles foram embora tudo.

E. O senhor lembra quantas pessoas da polícia vieram?

Torres. Não. A gente não tem nem ideia. Era muitos, muitos. Aqui mesmo em Xambioá ficava era cheio, em São Geraldo era cheio. Se você partisse daqui para aquelas matas, topava com os caminhões cheios, para todo lado nas estradas, era um mundo de gente.

E. Como o senhor avalia os impactos da guerrilha em sua vida?

Torres. Aquilo foi uma coisa que para mim foi um sofrimento, que eu chego a pensar que eu não quero passar mais outra daquela. Porque a vida da gente é só uma. Olha, é duro, sair de casa, sabendo que vai enfrentar uma coisa e não sabe se vai voltar vivo. Aí deixar sua mãe chorando para ali, a mulher chorando para o outro lado, as irmãs te abraçando, sabendo você

vai para aquela missão dessas e não sabe se volta. Porque muitas vezes nem o corpo eles deixavam apanhar. Que eles matavam dentro do mato e não deixava apanhar. Então ali era uma situação que foi triste para nós que foi envolvido naquilo, porque quem trabalhou, quem chegou a trabalhar, porque nem todos trabalharam, porque tem gente que ia para lá mas não chegou pegar missão para ir para a mata cassar ninguém.

E. De tudo que o senhor vivenciou, o que mais marcou em sua vida durante esse seu trabalho durante a guerrilha do Araguaia?

Torres. Mais, foi só esse serviço desse rapaz, como eu acabei de contar, essa judiação.

E. Dessa missão que o senhor presenciou?

Torres. Foi. Eu ficava só em volta dele, porque eu estava lá na hora que foi pegado, porque eu estava no grupo. Mas eu não atirei nele, não ajudei a amarrar ele. Participei assim, porque estava vendo ali junto.

E. Esse episódio o senhor não esquece?

Torres. Eu ainda hoje lembro. Aquela sofrência, de ver aquele rapaz, saber que era um ser humano e ele negando, nós não é terrorista, nós não é terrorista. Nós apenas, tem alguns que era da polícia, fulano de tal, era isso, era aquilo, era empregado e tal. Por conta da polícia, nós estamos desse jeito. No meio deles tinha muita gente sabida, tinha doutor, muita gente formada.

E. Porque eles chegaram antes aqui na região e vocês já conheciam?

Torres. Não, não. Aqui a gente via o movimento aqui no rio, chegava caminhão grande, cheio de bagulho, para atravessar para o Pará. Aí a gente ia pegar informação e diziam que era de uma firma que vai entrar aí para dentro e a gente ficava acreditando que era aquilo. Aí quando surgia era eles.

E. O senhor pode contar outras histórias de seus parentes, seus vizinhos ou companheiros que acha importante relatar?

Torres. Tem. Lá aconteceu muito com vizinhos, nós tudo, todo mundo ficou envolvido. Agora trabalhar foram poucos. Fui eu, tem um irmão meu que foi, mas hoje ele quase nem está mais conversando. Ele trabalhou lá junto comigo, na mesma função. Ele nem quis entrar com histórico para pedir indenização. Ele hoje está com a cabeça desorientada, se perguntar uma coisa para ele nem responde, levanta e vai embora.

E. Ele adoeceu por causa desses episódios de violência na guerrilha?

Torres. Não foi só por isso, porque tem outras coisas. Ele se entregou à bebida. Hoje ele está fraco da memória, ficou assim.

E. Tem algo mais que o senhor gostaria de falar?

Torres. Lembro assim, do mesmo grupo do dia que nós saímos, tem o Alderico, o Raimundo Mota, o Luís da Cesária, foi dos que acompanhou nós para as matas. E lá dentro da mata o chefe falou para nós, agora uma parte vai para a Gameleira, outra vai para o Axixá, o Jatobá, Jacubinha. Naquela época chamava centro, que era ponto de cortar castanha. O acampamento de castanha e cada assentamento daquele tinha um nome. Falava tudinho. Aí quando nós ia para a missão, o chefe tinha o mapa e na hora de escalar lá ele mandava você vai para tal lugar, tal lugar, tal lugar. E lá ficava 15 dias naquela missão.

E. Essa missão era para procurar os que eles chamavam de guerrilheiros?

Torres. Era para cassar terrorista. Na hora da saída eu perguntei para o chefe, doutor eu quero lhe falar uma coisa. Ele disse, pois pode falar. Aí eu disse, olha eu enxergar o cara e atirar nele, eu lhe garanto que eu tenho coragem. Agora puxar o meu facão, cortar o pescoço e trazer a cabeça de ninguém eu não trago não. Aí ele disse, tu não é homem não? Eu disse eu sou, mas isso eu não faço, não. Aí arrumei minha mochila e fui.

E. Tem algo mais que o senhor acha importante e que gostaria de falar?

Torres. Outra coisa importante que eu gosto de lembrar, e já estava deixando para trás, é por causa do engano, que o INCRA, junto com os militares fizeram com a gente. Eles disseram que davam aquela terra, aqueles vinte alqueires de terra demarcado, documentado, dado pelo estado e até hoje nunca saiu do papel, nunca recebemos. Lá eu ainda confiado que ia ter essa terra eu até botei uma roça lá e o INCRA me deserdou, foi quem me tirou de lá. Não teve nem para mim e nem para os outros. Agora há pouco tempo tem esse negócio dessa indenização, tem um bocado de gente que recebeu, mas é demorada demais. Eu até botei, mas está demorando demais.

E. Está bem senhor Raimundo. Eu agradeço muito a sua disponibilidade em conceder essa entrevista. É muito importante para a história, para as gerações futuras. Eu me comprometo a devolver o resultado da minha pesquisa e quero voltar aqui para fazer uma reunião com vocês

e espero encontra-lo com saúde para conversarmos novamente. Eu acho importante fazer essa devolução. Eu sei que muita gente vem aqui, faz a entrevista e não volta, mas eu pretendo voltar. Eu faço esse compromisso de voltar aqui.

Torres. Está bem. Obrigado à senhora. Deus abençoa que nós vamos nos encontrar.

Entrevista XVI - Margarida Chaves de Oliveira

E. A senhora poderia falar o seu nome completo?

Margarida. Meu nome é Margarida Chaves de Oliveira

E. Desde quando a senhora mora nessa região do Araguaia?

Margarida. Já está com um bocado de ano. Já tem mais de 50 anos.

E. A senhora nasceu aqui ou em outro lugar?

Margarida. Eu nasci em Ananás, mas eu fui acabar de criar aqui no Pará.

E. Ananás é no Estado do Tocantins?

Margarida. Eu só fiz nascer lá. Nessa época que nós viemos para cá foi antes da guerrilha.

E. A senhora pode falar alguma coisa sobre esse episódio da guerrilha do Araguaia e como se deu o seu envolvimento?

Margarida. Eu sempre dei um depoimento assim. Porque eu me casei nova aí fui para a roça com meu marido, na terra dele, nessa época estávamos nós e dois cunhados meu e meu marido.

E. Aqui no Estado do Pará?

Margarida. Aqui no Pará, na região ali da Bela Vista, aqui no Pará. Aí nós estávamos lá, nós três e eu sem saber das coisas chegaram as pessoas, um negrão preto e pegou nós três.

E. Isso aconteceu em que ano?

Margarida. Isso foi em 1972.

E. Essas pessoas que chegara eram da polícia?

Margarida. Era não, era os caras, era os terroristas e a polícia também. Eu sei que vieram, eu conversei com um bocado, pegaram meu marido, meus dois cunhados amarraram, chegaram na mata, amarraram meu marido de cabeça para baixo, meus cunhados também e meteram a taca. Eu fiquei no barracão sozinha, com medo. Eu fiquei com medo, sozinha sem saber o que fazer. E meu marido disse assim, você fica aí e não saia para canto nenhum, tenha cuidado.

E. Isso era em sua terra, onde vocês tinham terra?

Margarida. Aí eu fiquei sozinha. Ai quando chegaram botaram nós para voar de casa. Nós perdemos a roça de arroz, 8 linhas de arroz, a roça de mandioca, perdemos tudo, criação, tinha galinha, só não tinha porco e gado, mesmo só galinha e a roça. Tinha roça arroz, roça de fava, feijão, tudo. Nós perdemos tudo. Eles falaram ou vocês acham bom sair ou então vão ficar aqui enterrados.

E. Vocês não puderam colher os alimentos?

Margarida. Não pudemos colher nada, perdemos tudo, tudo e o que vamos fazer? Aí ficamos em uma casa, desprezados. Ainda bem que umas pessoas enxergaram nós, encontrou nós, os outros amigos dele, chegou e achou nós largados e aí cuidou de nós.

E. E depois disso, o que aconteceu?

Margarida. Depois disso nós fomos para uma terra de um cunhado meu, do irmão dele. Fazer outro serviço de novo. Aí ele morreu com 60 anos. Ele vomitava sangue, tinha dia que ele amanhecia doente, eu cuidava das coisas para ele. Ele dizia, mulher eu vou morrer.

E. A senhora acha que ele morreu em função das sequelas das violências?

Margarida. Eu Acho que foi porque arrebentou os rins. Eu acho que foi.

E. A senhora poderia indicar os atos mais marcantes dessa época da guerrilha na vida da sua e da sua família?

Margarida. Acho que foi esse povo mesmo que marcou nós. Nós tínhamos que sair mesmo ou então eles matavam. Eles mesmo que marcaram nós.

E. Ao que consta teria ocorrido três Campanhas por parte do Exército no período da guerrilha, em 1972, 1973 e 1974. Nesse período todo a senhora foi afetada?

Margarida. Foi. Não, nós fomos afetadas em duas e na última nós já estávamos longe, porque meu marido correu porque não aguentou não, se ele ficasse ele morria. Quem avisou foi até os próprios irmãos dele, que correram também, porque se nós ficássemos nós morríamos. Morreram muitos, morreram muito, muito, muito mesmo.

E. A senhora ou seus familiares atuaram, de alguma maneira, junto com os guerrilheiros ou com o Exército?

Margarida. Ele não matou ninguém não. Não matou não.

E. Ele era mateiro?

Margarida. Ele servia de mateiro.

E. Ele se tornou mateiro por que?

Margarida. Porque ele foi obrigado. Obrigado. Foi obrigado.

E. Como a senhora avalia os impactos dessa guerrilha em sua vida e da sua família?

Margarida. Ah mulher, eu sofri demais.

E. A senhora pode relatar como foi esse sofrimento?

Margarida. Eu sei que o sofrimento meu, eu sofri demais, tinha dia que eu chorava, tinha dia que eu não podia nem sair, não podia ir arrumar coisa para comer, as vezes eu saía para a casa dos amigos longe, mas com medo, chorando, com fome. Ainda bem que Deus me ajudou que eu não tive nenhum filho nesse tempo, se não estaria pior. E quando tudo acabou eu pude produzir filho, mas logo meu marido morreu também.

E. Morreu em função desses problemas?

Margarida. Sim. Foi isso.

E. A senhora lembra e poderia relatar outros fatos de outros moradores ou de parentes?

Margarida. De outros moradores, meus parentes não estavam no meio, mas dos parentes do meu marido estavam os dois cunhados meu, a minha cunhada, uma conhecida minha foi do mesmo jeito, uma amiga minha perdeu.

E. Perdeu o que?

Margarida. Ela perdeu um menino, nessa hora dessa briga, ela perdeu um menino com seis meses, eu não perdi não porque não estava grávida, mas eu sofri muito.

E. E o que mais aconteceu com eles?

Margarida. Os outros, uma era a Petronília, era uma vizinha assim longe, distante um quilômetro ou dois quilômetros. Aí os outros era uma cunhada minha, tinha a comadre Laíde e a comadre Joana e os outros era o Gonçalo, o Ambrósio, esses outros estavam tudo longe. Nessa época eu estava sozinha, no barracão, eu não podia sair.

E. Os parentes do seu marido e seus vizinhos sofreram as mesmas torturas?

Margarida. Sim, do mesmo tanto. Tem deles que os caras arrebentaram e quase não ficam bons. Ficar bom não, melhorar, melhorou, mas quase não melhoravam.

E. E quais as outros fatos a senhora poderia contar desse período da guerrilha que eu não tenha perguntado.

Margarida. Não sei não, mulher. Eu sei que eu fiquei ruim.

E. A sua saúde foi afetada?

Margarida. Foi a minha saúde. Ainda bem que não tocaram a mão em mim, não me deram empurrão, não me deram nada. Eles disseram assim, você fica na tua, ninguém vai mexer contigo não, nós queremos é esses dois morenos aqui, esses três morenos aqui. Com você eu não quero nada.

E. Era seu marido e seus dois cunhados?

Margarida. Era. Os meus dois cunhados. Aí eu fiquei sem saber para onde é que vai, na roça não podia ir. Eu passei muita coisa assim de aperreio. O que eu mais lembro é isso, não peguei tudo, a cabeça da gente.

E. Aperreio é necessidade de alimentos?

Margarida. É Necessidade de alimento.

E. Está certo. Se tiver algo mais que a senhora queira falar, fique à vontade.

Margarida. Não, está bom. Eu não lembro mais. A memória não está dando conta.

E. De qualquer forma o depoimento que a senhora prestou é muito importante, agradeço a sua colaboração. Porque é muito importante para a memória, a senhora não tem a obrigação de lembrar tudo, já se passou muito tempo, tem quase 50 anos.

Margarida. Sim, tem 50 e poucos anos. Pode voltar. Toda vida é o que eu estou sabendo é o que eu falei.

E. Eu pretendo voltar, tanto para devolver o resultado do meu trabalho, como para conversar com vocês. Espero que a senhora esteja com boa saúde para nos encontrarmos novamente.

Margarida. Pode voltar, onde eu estiver, pode vir novamente.

Entrevista XVII - Maria Madalena de Sousa

E. A senhora poderia falar o seu nome completo?

Madalena. Maria Madalena de Sousa.

E. Desde quando a senhora mora nessa região?

Madalena. Eu nasci lá perto de Araguaína. (Tocantins).

E. A senhora nasceu aqui ou migrou de outra região?

Madalena. Eu cheguei aqui em 1959. E depois que eu cheguei aqui foi que atravessamos para o outro lado. E aí foi que apresentou essa guerrilha para lá.

E. O outro lado que a senhora fala é São Geraldo?

Madalena. É para lá. Lá que se apresentou essa guerra.

E. Eu gostaria que a senhora contasse o que lembra da guerrilha. Como se deu essa história, como a senhora foi envolvida.

Madalena. Nós estávamos em nossa terra botando roça, meu marido botado roça, já estava começando a plantar, foi quando esse povo chegou.

E. Esse povo que a senhora menciona são os policiais?

Madalena. Sim, esse pessoal da polícia.

E. A senhora lembra o ano que aconteceu isso?

Madalena. Foi em 1953 ou 1954, não lembro não.

E. Quando a polícia chegou, o que aconteceu?

Madalena. Quando a polícia chegou eles estavam procurando se nós dávamos comida para esse pessoal do mato, para os terroristas. Nós nunca demos, de jeito nenhum. Aí eles ficaram.

E. A senhora morava em sua terra, com seu marido e quem mais?

Madalena. É, morava lá na nossa terra lá no Pau Preto.

E. A senhora morava lá com seu marido e seus filhos?

Madalena. É, morava com meu marido, pai dessa menina. Aí ficou. Aí é certo que o Zé, eles levaram ele, aqui para guerra, para cá, para Xambioá.

E. A senhora fala do seu marido, o que aconteceu?

Madalena. Eles trouxeram para cá e botaram ele em um buraco e foi um barulho danado.

E. A senhora sabe contar o que aconteceu com ele?

Madalena. Não sei contar. É mais ou menos, porque ele desapareceu. Eu não sei o que aconteceu, porque ele nunca mais apareceu.

E. Ele desapareceu e nem o corpo dele foi entregue?

Madalena. Não apareceu mais não. Nada, nada, nada.

E. E depois, o que aconteceu, a senhora permaneceu lá?

Madalena. Depois disso eu botei os cacarecos na cabeça e me assombrei logo e vim embora. Eu peguei os meninos e vim embora para cá.

E. A senhora voltou para Xambioá?

Madalena. É. Vim embora para cá, porque nós morávamos aqui e atravessamos para lá. Aí aconteceu essa guerra e eu vim para Xambioá.

E. A senhora perdeu suas terras?

Madalena. Perdi a terra porque os outros tomaram de conta, venderam para lá e eu não recebi nada. Ficou tudo lá largado, e eu não tomei conta de nada. Perdi a terra e perdi tudo.

E. A senhora saiu de lá por que?

Madalena. Eu saí de lá por conta dessa guerra. Por conta da guerra. Aí eu não podia ficar lá, meu marido aí preso, sem eu saber o que é o significado dele, tinha que sair.

E. Ele nunca mais apareceu?

Madalena. Ele nunca mais apareceu de jeito nenhum. Ora, com tantos anos que tá, tá doido. Não aparece não. Alguma coisa a Dora sabe contar.

E. Depois que senhora passou a morar em Xambioá a senhora foi sofreu algum tipo de perseguição ou seus filhos?

Madalena. Se teve alguma coisa? Teve, porque meus filhos morreram. Tinha um, o meu menino, que é o Deusdete, pegaram ele e botaram ele na Base também, o bichinho sofreu muito aí Base.

E. A senhora lembra a idade dele?

Madalena. Ele era de menor ainda. Podia ter uns catorze anos, uns catorze anos que ele tinha.

E. Esse seu filho também não sobreviveu, não voltou?

Margarida. Não, ele voltou da Base para cá. Aí foi o tempo que ele acabou de se reformar, aí casou e foi morar em Fortaleza. Mas ele morreu depois.

E. Mas não foi na guerrilha que ele morreu?

Madalena. Não foi dentro da Base não, mas ele ficou desorientado.

E. Por causa do sofrimento?

Madalena. É, por causa do sofrimento aí dentro da Base. Ele ficou desorientado, mas mesmo assim ele ainda teve cinco filhos.

E. A senhora lembra de outros fatos, dos seus familiares a senhora já contou que perdeu seu marido, seu filho também foi preso e de outras pessoas, de parentes seu ou de seus companheiros, lembra de outros acontecimentos?

Madalena. Tem o Domiciano. O Domiciano, o velho Graça.

E. O que aconteceu?

Madalena. Aconteceu do mesmo jeito. Carregaram eles e nunca mais apareceu. O Domiciano era casado com uma filha minha de criação, que eu criei e ele casou com ela e o velho Graça era pai do Domiciano. Eles sumiram com eles, não apareceram mais não. Eles mataram.

E. O que mais a senhora consegue lembrar? O que foi mais marcante daquela época?

Madalena. É, minha irmã, naquela época eu vou te dizer. Quando eu cheguei aqui em Xambioá, meus meninos pequenos, aí que o povo chegava da polícia, na Base aí em Xambioá, porque teve a Base aí, e eu ia lá e dizia, eu vim aqui para vocês me arrumar rancho, arrumar coisa para eu comer, porque quem podia me dá comida era meu marido, carregaram, ele não está. Eu quero que você me dê comida, me dê rancho para eu comer com os meus filhos. Aí eles arrumavam uma caixinha, botava arroz, feijão, farinha, carne, sardinha, essas coisas e eu vinha embora. A minha menina, essa que morreu, que essa desse tamaninho, era minha companheira.

E. Ela morreu também por causa da guerrilha?

Madalena. Não, ela morreu assim porque adoeceu. Teve um tumor na barriga e eu levei para Belém, mas não teve jeito não. Ai quando acabava aquele rancho e chegava outra turma eu ía lá novamente pedir rancho. Eu chegava lá e falava, eu não tenho marido, meu marido carregaram ele daqui, porque se ele tivesse em casa, passando bom ou mal eu estava passando, mas carregaram ele daqui e ele não voltou mais. Aí eles faziam aquela caixinha e me davam. E depois eu fui umas duas vezes ainda e depois eu não fui mais não.

E. A senhora ficou trabalhando para sobreviver e criando os filhos sozinha?

Margarida. Eu fiquei trabalhando, lavando roupa para os outros, assim para poder viver, não é?

E. A senhora teve quantos filhos?

Margarida. Tive seis filhos, mas dois já morreram. Morreu o Deusdete, morreu o Amadeu e a minha menina. Morreram três.

E. E o que mais a senhora consegue lembrar, senhora Madalena daquela época. Uma coisa é a sua vida sem a guerrilha e outra coisa é a sua vida com a guerrilha, o que consegue lembrar que ficou desse legado da guerrilha, o que consegue avaliar.

Margarida. É minha irmã, agora eu não estou lembrando mais de nada não. As coisas mais pesadas foram essas que eu já contei.

E. Tem mais alguma outra coisa que a senhora consegue lembrar, se achar importante contar?

Margarida. Eu não estou conseguindo lembrar não.

E. A senhora tem quantos anos?

Margarida. Rapaz eu sou de 1935. A minha mãe falou que eu que eu sou de 1935 e eu boto aí que sou de 1935.

E. Se a senhora não conseguir lembrar mais nada, não tem problema, podemos encerrar a entrevista. Eu agradeço muito a sua entrevista, o seu depoimento, porque isso é muito importante para a história do país e eu me comprometo a voltar aqui depois para trazer o resultado da minha pesquisa na Universidade de Brasília e espero encontrá-la aqui com saúde.

Margarida. Com fé em Deus, vai voltar, com saúde.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL

Pesquisador: SONIA MARIA ALVES DA COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 87787918.0.0000.5540

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.703.228

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa de Doutorado - Faculdade de Direito da UnB

Essa investigação se propõe a analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia, especialmente dos municípios de Xambioá-TO e São Geraldo do Araguaia-PA, região histórica de conflitos agrários e como se dera a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea. Portanto, deve-se aprofundar na pesquisa para o esclarecimento de diversos aspectos dessa realidade enfrentada, desde o envolvimento de quem efetivamente já fora desprovido de todo tipo de justiça quanto a disparidade de armas e aparatos de enfrentamento necessário para o combate à resistência e, principalmente, a forma de condução e as violações praticadas em nome dessa proteção do país pelos governantes da época em face ao direito de resistência.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se dera a

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.703.228

resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea.

Objetivo Secundário:

- busca-se o levantamento sobre a ditadura civil e militar no período compreendido entre os anos de 1946 a 1988 e contextualizar a guerrilha do Araguaia como um dos marcos de resistência ao regime repressivo;
- Avaliar como ocorreu o envolvimento das moradoras e moradores locais na resistência ao regimerepressivo;
- Investigar episódios inéditos que perpassam as ações das moradoras e moradores locais;
- Aprofundar o estudo acerca do universo das experiências vividas na guerrilha do Araguaia e como esse episódio afetou a população local resistente

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Texto informado pela pesquisadora:

Riscos: Não se vislumbra nenhum risco para a população a ser pesquisada. O episódio da Guerrilha do Araguaia ocorreu há mais de 45 (quarenta e cinco) anos, cujo objetivo é investigar a memória dessas pessoas entrevistadas, com a finalidade exclusiva de elaboração de tese acadêmica, com todos os cuidados éticos. Portanto, não haverá nenhum risco.

Benefícios: Essa região onde ocorreu o episódio da Guerrilha do Araguaia foi palco de diversos conflitos, especialmente conflitos agrários e se constitui até os dias atuais em uma região isolada do norte do país, distante dos costumeiros interesses de pesquisa e notícias fora do eixo sul sudeste e o benefício principal é dar voz a essa população local, de pessoas simples, que foram atingidas de maneira indelével por essa guerrilha e sofreram a violência de estado, ou seja, registrar o seu protagonismo, que é diferente dos registros e história difundida por parte da gama de estudantes que para ali se dirigiram.

A pesquisadora na carta de revisão ética amplia a avaliação pautada nas resoluções 466 e 510 porém não faz uma reflexão com a possibilidade de essas participantes se sentirem desconfortáveis em relembrem as vivências do período da Guerrilha.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Será uma Pesquisa Qualitativa, utilizará da triangulação de diversas fontes disponíveis acerca da temática investigada, envolvendo a literatura, pesquisas acadêmicas e documentos públicos como relatórios produzidos pelo Ministério Público Federal, Comissão de Anistia, Comissão Nacional da

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.703.228

Verdade e documentários acerca do tema.

Os participantes da pesquisa serão entre 12 a 15 idosos, que aceitarem conceder entrevista, selecionadas aleatoriamente, por meio de um dos moradores locais, que indicará outras companheiras e companheiros que vivenciaram esse período da história do país, considerando que o fato ocorreu há mais de 45 (quarenta e cinco) anos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- TCLE adequado;
- Justificativa para não apresentação do aceite Institucional;
- Roteiro/questionário de entrevista;

Recomendações:

Recomendamos que a pesquisadora faça uma reflexão quanto a um possível desconforto que possa surgir durante as entrevistas e como poderá proporcionar uma escuta acolhedora.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma pendência.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1081115.pdf	17/04/2018 10:44:07		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GRAVACAO_DE_VOZ.pdf	17/04/2018 10:43:01	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Outros	GRAV_VOZ.pdf	17/04/2018 10:36:46	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Outros	CV_Lattes_SONIA.pdf	17/04/2018 10:02:32	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Outros	Declaracao_Pesquisadora.pdf	17/04/2018 09:57:06	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_PESQUISA_CAMPO.pdf	17/04/2018 09:51:34	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Outros	Justificativa_Ausencia_Aceite_Institucional.pdf	17/04/2018 09:51:02	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_PP.pdf	23/02/2018 10:34:52	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.703.228

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PP_DET_SONIA_RESUMO.pdf	22/02/2018 11:52:20	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Instrumento_ColetaDados.pdf	22/02/2018 11:42:17	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartaEncaminhamento_CEP.pdf	22/02/2018 11:40:11	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartaRevisao_Etica.pdf	22/02/2018 11:32:57	SONIA MARIA ALVES DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 09 de Junho de 2018

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ASSINADOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília- UnB, O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Adão de Deus Nazário de Azevedo
Assinatura do/da Participante

[Assinatura]
Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 09 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpre esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

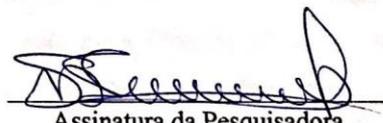
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.


Assinatura do/da Participante


Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 29 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpre esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

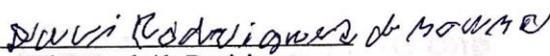
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

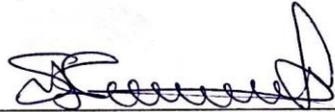
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.


Assinatura do/da Participante


Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 22 de JUNHO de 2018

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB, O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Felipe Gomes da Silva
Assinatura do/da Participante

[Assinatura]
Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 29 de JUNHO de 2018

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.



Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Maria Ineide Costa Lima
Assinatura do/da Participante

[Assinatura]
Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 29 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se dera a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

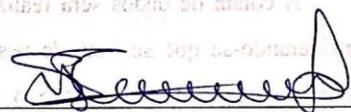
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.


Assinatura do/da Participante
Sebastião Fernandes de Souza


Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 23 de JUNHO de 2018

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília- UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.



Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

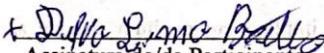
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

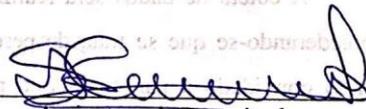
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.


Assinatura do/da Participante


Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 23 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB, O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se dera a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela

pesquisa e a outra com o/a participante.



CamScanner

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

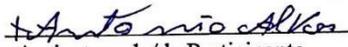
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

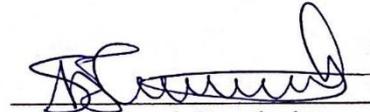
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.


Assinatura do/da Participante


Assinatura da Pesquisadora

XAMBIA - TO , 24 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se dera a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpre esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.



Scanned with
CamScanner

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

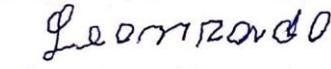
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

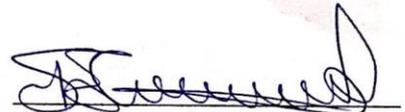
A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.



Assinatura do/da Participante



Assinatura da Pesquisadora

XAMBLOÁ-TO 24 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.



Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Margarida Chaves Oliveira Assinatura do/da Participante
[Assinatura] Assinatura da Pesquisadora

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, 24 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB, O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.



Scanned with
CamScanner

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

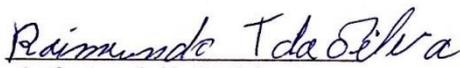
Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

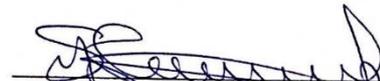
Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.


Assinatura do/da Participante


Assinatura da Pesquisadora

XAMBIOÁ - TO 24 de JUNHO de 2018



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Gravação de Voz

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: "GUERRILHA DO ARAGUAIA: MORADORAS E MORADORES LOCAIS NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL", de responsabilidade de SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA, estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória das moradoras e moradores locais na guerrilha do Araguaia e como se deu a resistência frente ao regime militar e o direito de resistência na forma contemporânea; contextualizar a guerrilha do Araguaia e o marco de resistência local; avaliar como ocorreu o envolvimento desta população; investigar episódios inéditos; aprofundar as experiências vividas e legados pela população local nesse episódio. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de voz, com questionário aberto, considerando-se que se trata de pesquisa qualitativa. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco e a finalidade dos dados é exclusivamente acadêmica.

Eu autorizo a utilização de som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa e minha voz pode ser utilizada apenas para a análise da pesquisa, podendo ser citada na tese por meio de transcrição fiel, com a finalidade eminentemente acadêmica. Cumpro esclarecer que não haverá gravação de imagem.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som de minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o/a participante.



Scanned with
CamScanner

Espera-se com esta pesquisa registrar, sob o ponto de vista da população local que vivenciou o episódio da Guerrilha do Araguaia e permanecem residindo naquele local, segmento social este invisibilizado, não havendo registro nos moldes propostos nessa pesquisa em direito, como fato histórico de uma região isolada do país e assegurando a memória e verdade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone: (61) 98573-1277 ou pelo e-mail: soniacosta0807@gmail.com.br

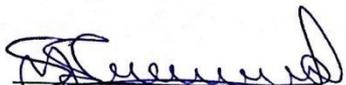
A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de futura publicação impressa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica através da tese e/ou artigos científicos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.



 Assinatura do/da Participante



 Assinatura da Pesquisadora

_____ XAMBICA-TO _____ 25 de JUNHO de 2018

